

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

CAMILA FEIX VIDAL

**POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E ASCENSÃO CONSERVADORA:
Uma Análise das Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas nos Estados
Unidos (1936-2012)**

Porto Alegre

2016

CAMILA FEIX VIDAL

**POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E ASCENSÃO CONSERVADORA:
Uma Análise das Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas nos Estados
Unidos (1936-2012)**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Orientador: Dr. Paulo Sérgio Peres

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Vidal, Camila Feix

Polarização partidária e ascensão conservadora:
uma análise das plataformas nacionais republicanas e
democratas nos Estados Unidos (1936-2012) / Camila
Feix Vidal. -- 2016.

260 f.

Orientador: Paulo Sergio Peres.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Polarização. 2. Conservadorismo. 3.
Plataformas. 4. Partido Republicano. 5. Partido
Democrata. I. Peres, Paulo Sergio, orient. II. Título.

CAMILA FEIX VIDAL

POLARIZAÇÃO PARTIDÁRIA E ASCENSÃO CONSERVADORA:
Uma Análise das Plataformas Nacionais Republicanas e Democratas nos Estados
Unidos (1936-2012)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Ciência Política
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Aprovada em: ___ / ___ / 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Sergio Peres (Orientador) – PPGCP / UFRGS

Prof. Dr. Hélio Ricardo Alves – PPGCP / UFRGS

Prof. Dr. Arthur Lima de Avila – PPGH / UFRGS

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – PPGCS / PUCRS

Prof. Dr. Maurício Michel Rebello - UFFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela ajuda financeira na forma de bolsa doutorado durante todo o período em questão. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) onde concluí meu Mestrado e Doutorado, bem como a todos os professores que lá tive o prazer de conhecer. Nesse sentido, gostaria de manifestar meus sinceros agradecimentos ao meu orientador de doutorado, professor Paulo Peres, por toda ajuda e apoio no decorrer desse processo. Agradeço também às importantes contribuições feitas pelos professores Helio Alves (UFRGS), Rafael Madeira (PUCRS), Sandy Maisel (COLBY) e Nicolas Barreyre (EHES) durante o desenvolvimento desse trabalho. Agradeço ainda o aceite na participação dessa banca de doutorado, com suas contribuições e críticas à tese, dos professores Maurício Rebello (UFFS) e Arthur Lima de Avila (UFRGS) - com o qual tive o prazer de contar com a sua presença e contribuições na minha banca de mestrado; bem como aos professores Rafael Madeira e Helio Alves, já supracitados.

Agradeço as amizades feitas nesse período tornando a experiência do doutorado mais prazerosa e enriquecedora. Gostaria de agradecer, em específico, aos amigos Luciana Papi, Diego Santos, Juliane Bento, Jennifer Moraes, Camila Vasconcelos, Cristina Altmann, Ícaro Engler, Carlos Artur, Joyce Martins, Maíra Cabral, Augusto Clemente e Maurício Doré.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus pais, Cristina e Danilo, e minha irmã, Carolina, por todo amor, apoio e incentivo durante esse processo; ao meu marido, amigo, colega e companheiro de todas as horas, Rodrigo, responsável por dar um novo sentido à minha vida; e aos meus filhos, Arthur e Davi, que vieram para alegrar os meus dias e o meu coração.

RESUMO

A tese aqui exposta dedica-se ao estudo e à maior compreensão da política norte-americana. Mais especificamente, dedica-se ao estudo da suposta polarização partidária e ascensão conservadora Republicana no período recente. Tratados como fato pela literatura especializada, o estudo aqui feito trata esses dois fenômenos como hipóteses a serem testadas. Desse modo, por meio de uma maior apreensão do que se entende por ideologias políticas como Conservadorismo e Liberalismo no contexto dos Estados Unidos, bem como de uma metodologia que privilegia o uso de plataformas nacionais como indicativo de retrato ideológico partidário; esse estudo busca evidenciar empiricamente aproximações e/ou distanciamentos entre os partidos políticos e, conseqüentemente, a ascensão ou o declínio de ideologias tal como o Conservadorismo no que tange ao Partido Republicano. Através de indicadores de gradação, rede e frequência de palavras a partir das plataformas nacionais de ambos os partidos políticos (Democrata e Republicano) no período entre 1936 a 2012; se busca evidenciar de modo mais empírico esses dois fenômenos. Os resultados nos indicam que, de fato, há uma polarização partidária no período recente; no entanto, essa não é única na história desse país. Da mesma forma, percebe-se que há uma ascensão conservadora por parte do Partido Republicano, sobretudo no que diz respeito a certas categorias de análise tal como as questões sociais.

Palavras-chave: Polarização, Conservadorismo, Plataformas, Partido Republicano, Partido Democrata

ABSTRACT

The work exposed here is dedicated to the study and to a greater understanding of the North-American politics. More specifically, intends to study the supposedly recent party polarization and Republican conservative ascendancy. Treated as a fact by the specialized literature, the study here done treats these two phenomena as hypothesis to be tested. As such, through a greater understanding of ideologies such as Conservatism and Liberalism in the context of the United States, as well as a methodology that favors the use of national platforms as an indicative of party ideological portrait; this work seeks to empirically evidence points of similarities and differences between the political parties and, as a consequence, the ascent or decline of ideologies such as Conservatism in reference to the Republican Party. Through indicators of gradation, wordtree and word frequency from the national platforms of the two political parties (Democratic and Republican) between 1936 and 2012; this work seeks to evidence in a more empirical way these two phenomena. The results show us that, indeed, there is a party polarization in the recent period; nevertheless, this is not the only one in the history of this country. In the same way, it can be perceived that there is a conservative ascendancy by the Republican Party, especially when dealing with some categories of analysis such as social policies.

Key Words: Polarization, Conservatism, Platforms, Republican Party, Democratic Party

LISTA DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distância entre os partidos – Senado e Câmara dos Deputados.....	27
Gráfico 2 - Porcentagem de congressistas “moderados”	27
Gráfico 3 - Partidos inseridos na dimensão liberal x conservador (Câmara dos Deputados).....	28
Gráfico 4 - Partidos inseridos na dimensão liberal x conservador (Senado).....	28
Quadro 1 - Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente à economia.....	96
Quadro 2 - Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente às questões sociais (<i>social issues</i>).....	97
Quadro 3 - Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente à política externa.....	98
Quadro 4 - Linha do Tempo – temas e partidos.....	113
Quadro 5 - Tamanho das plataformas a partir da contabilização de palavras	114
Gráfico 5 - Média política econômica – Partido Republicano (indicador 1).....	138
Gráfico 6 - Média gradação política econômica– Partido Republicano (indicador 2)	146
Gráfico 7 - Média política de welfare – Partido Republicano (Indicador 1)	147
Gráfico 8 - Média gradação welfare– Partido Republicano (Indicador 2).....	151
Gráfico 9 - Média questões sociais – Partido Republicano (indicador 1).....	152
Gráfico 10 - Média gradação questões sociais– Partido Republicano (indicador 2) .	158
Gráfico 11 - Média Política Externa – Partido Republicano (indicador 1).....	159
Gráfico 12 - Média gradação política externa– Partido Republicano (indicador 2) ..	167
Gráfico 13 - Média em conjunto das políticas econômica, welfare, questões sociais e política externa (indicador 1) – Partido Republicano	169
Gráfico 14 - Média Política Econômica – Partido Democrata (indicador 1).....	170
Gráfico 15 - Média gradação economia – Partido Democrata (indicador 2).....	178
Gráfico 16 - Média Política de Welfare – Partido Democrata (indicador 1).....	179
Gráfico 17 - Média gradação welfare – Partido Democrata (indicador 2)	187
Gráfico 18 - Média Questões Sociais – Partido Democrata (indicador 1).....	188
Gráfico 19 - Média gradação questões sociais – Partido Democrata (indicador 2)...	196
Gráfico 20 - Média Política Externa – Partido Democrata (indicador 1)	197

Gráfico 21 - Média gradação política externa – Partido Democrata (indicador 2)....	202
Gráfico 22 - Média em conjunto das políticas econômica, welfare, questões sociais e política externa (indicador 1)	203
Gráfico 23 - Médias política econômica – Partido Democrata e Republicano (indicador 1).....	207
Gráfico 24 - Médias de gradação política econômica – Partido Democrata e Republicano (indicador 2).....	208
Gráfico 25 - Médias welfare – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)	209
Gráfico 26 - Médias de gradação welfare – Partido Democrata e Republicano (indicador 2).....	210
Gráfico 27 - Médias questões sociais – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)	211
Gráfico 28 - Médias de gradação questões sociais – Partido Democrata e Republicano (indicador 2).....	213
Gráfico 29 - Médias política externa – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)	214
Gráfico 30 - Médias de gradação política externa – Partido Democrata e Republicano (indicador 2).....	215
Gráfico 31 - Média geral por partido (indicador 1)	216
Rede de palavras 1 - <i>Freedom</i> (Liberdade).....	218
Rede de palavras 2 - <i>Liberty</i> (Liberdade)	219
Rede de palavras 3 - <i>Fairness</i> (Justiça)	220
Rede de palavras 4 - <i>Justice</i> (Justiça)	220
Gráfico 32 - Porcentagem de palavras relacionadas à religião	222
Gráfico 33 - Porcentagem de palavras relacionadas à moralidade	224
Gráfico 34 - Porcentagem de palavras relacionadas ao âmbito liberal	225

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 POLARIZAÇÃO POLÍTICA	12
1.2 A “RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA” DO PR.....	30
1.3 LIMITES DA BIBLIOGRAFIA E APRESENTAÇÃO DA TESE	34
2 O PARTIDO NETWORK E A APREENSÃO DE CONCEITOS COMO O LIBERALISMO E O CONSERVADORISMO	43
2.1 O TRATAMENTO DADO AO PARTIDO POLÍTICO	43
2.2 O CONSERVADORISMO E O LIBERALISMO NOS ESTADOS UNIDOS	53
2.2.1 O Liberalismo nos Estados Unidos	55
2.2.2 O Conservadorismo Norte-Americano	71
3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS	99
3.1 O USO DE PROGRAMAS PARTIDÁRIOS	99
3.2 APRESENTAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE A SER ADOTADO: VARIÁVEIS, CATEGORIAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO	112
4 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS – PARTIDO REPUBLICANO	138
4.1 ECONOMIA	138
4.2 WELFARE.....	146
4.3 QUESTÕES SOCIAIS	151
4.4 POLÍTICA EXTERNA.....	159
4.5 UM BALANÇO DAS QUATRO ÁREAS ANALISADAS	167
5 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS – PARTIDO DEMOCRATA	170
5.1 ECONOMIA	170
5.2 WELFARE.....	178
5.3 QUESTÕES SOCIAIS	187
5.4 POLÍTICA EXTERNA.....	196
5.5 UM BALANÇO DAS QUATRO ÁREAS ANALISADAS	202
6 ANÁLISE COMPARATIVA DAS PLATAFORMAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS	205
6.1 COMPARAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS – POSICIONAMENTOS	206
6.1.1 Economia	206
6.1.2 Welfare	208

6.1.3 Questões Sociais	210
6.1.4 Política Externa	213
6.1.5 Gráfico Geral	215
6.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS - LINGUAGEM	217
6.2.1 Uso das palavras – aportes linguísticos	217
6.2.2 Presença de elementos conservadores e liberais – frequência de palavras	221
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	227
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	232
ANEXOS	244

1 INTRODUÇÃO

1.1 POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Em 1950, o relatório anual da American Political Science Association (APSA), atentava para a conformidade ideológica dos dois principais partidos nos Estados Unidos concluindo que “alternatives between the parties are defined so badly that is often difficult to determine what the election has decided even in the broadest terms” (APSA, 1950, p.3). Em busca de um “more responsible two party system”, esse mesmo relatório propunha que os partidos refletissem reais opções aos eleitores, posicionando-se, assim, de maneira distinta ideologicamente. Justamente por não apresentar um real leque de escolhas entre posicionamentos para o eleitor, o sistema partidário de então era percebido como deficiente – o livro de Phyllis Schlafly (1964), “A choice, not an echo”, ao propor uma ideologia tipicamente conservadora ao Partido Republicano, é emblemático da relativa uniformidade ideológica partidária presente à época.

Esse era o período conhecido como “me too politics” (FIORINA, 1999) caracterizado por partidos ideologicamente semelhantes onde facções liberais e conservadoras encontravam e dividiam espaço tanto no partido Republicano, como no Democrata. Esse é também o período do consenso e das políticas centristas e bipartidárias no Congresso norte-americano que facilitava a implantação de medidas e aprovação de leis (MCCARTHY et al, 2006), de níveis altos de *split-ticket voting*¹ e de apartidarismo no eleitorado (LEVENDUSKY, 2009). Como resultado, essa baixa coesão ideológica intrapartidária (inclusive onde vários membros do Congresso votavam mais frequentemente com a oposição do que com seu próprio partido) dava a impressão de fragilidade ao sistema partidário (SINCLAIR, 2006). Não por acaso, afloravam nesse período trabalhos que previam o declínio (CROTTY, 1984 e WATTENBERG, 1998) e até mesmo o fim dos partidos políticos (BROADER, 1972) e da ideologia (BELL, 1980). Também não por acaso, esse mesmo período presenciava a emergência de abordagens racionalistas, em especial a partir da obra de

¹ O *split-ticket voting* refere-se ao voto em partidos distintos em uma mesma eleição.

Downs (1999), que explicava e legitimava o atual posicionamento centrista dos partidos políticos – uma estratégia racional para angariar o maior número de votos (o do eleitor mediano). Conforme Fiorina (1999) aponta, o tempo não seria gentil com esses autores.

Em 2003, Broader, que algumas décadas atrás escrevia “The Party is Over” (1972), agora atentava para o “excesso partidário” que contribuía para uma “perversão do sistema representativo de governo” (BROADER 2003 *apud* MASKET, 2012). Também algumas décadas depois do discurso proferido na APSA que questionava a falta de opções ideológicas entre os partidos e a “me too politics”, o presidente dessa mesma organização, G.Bingham Powel (2012), atentaria para a “incongruência ideológica” entre governo e sociedade e para a crescente polarização partidária que questiona o próprio entendimento lógico que se tem sobre democracia. Para ele, a mudança percebida exoria a necessidade de uma nova abordagem teórica na Ciência Política que desse conta da explicação de tal fenômeno.

De fato, o debate acadêmico atual nos EUA não mais trata do fim da ideologia, mas da ideologia extremada; não mais da fragilidade dos partidos políticos, mas da força desses mesmos; não mais do eleitor mediano, mas da “base”; e, por fim, não mais das políticas centristas, mas das políticas extremadas partidárias. Segundo Fiorina (2014, p.3), “Today partisanship, ideology and issue positions go together in a way they did not in the mid 20th century. Issues and ideology used to cross-cut partisan distribution, now they reinforce it”.

Assim, o debate acadêmico atual nos EUA centra-se em estudos sobre uma suposta polarização política. Por polarização entende-se uma separação ideológica entre os campos liberal x conservador e a ida para os seus extremos (McCARTHY et al, 2006 e FIORINA, 2014). Esse mesmo debate busca entender a atual política norte-americana (onde o termo “extreme politics” passou a ser a norma) e redefinir o papel e a importância tanto dos partidos políticos como da ideologia, questionando, portanto, as próprias abordagens teóricas então vigentes. Partido e ideologia, hoje, estão muito mais alinhados do que na geração passada, com o campo liberal sendo representado pelo Partido Democrata, e o conservador pelo Partido Republicano. Da mesma forma, com os partidos políticos mais diretamente relacionados a uma determinada ideologia (e, com isso a uma determinada agenda e posicionamentos), o número de eleitores apartidários (que não se identifica com nenhum partido) e mesmo de *split-ticket voting*, diminuiu consideravelmente. Longe de ser irrelevante para a

política, o partido passa a ser o fator principal de comportamento eleitoral². O objetivo dessa primeira parte do capítulo é justamente apresentar esse debate. Nesse sentido, os estudos acerca da polarização política norte-americana têm se pautado através de dois eixos: a) polarização na sociedade e no eleitorado (por vezes sem distinção) e b) polarização partidária.

Já em 1992, James Davison Hunter lançava “Culture Wars” vindo a ser um marco para os estudos sobre “mass polarization”. Nessa mesma obra, Hunter argumentava que os norte-americanos encontravam-se divididos entre dois âmbitos culturais: os ortodoxos, preocupados com uma autoridade externa e transcendente e que, portanto, valorizavam a religião e suas instituições; e os progressistas, seculares e definidos pelo espírito do racionalismo e da idade contemporânea. Um aumento e uma extensão de conflitos entre esses dois grupos era inevitável. Mais recentemente, Hunter admite que a expressão “culture wars” talvez não seja a mais apropriada, haja vista que foi usada como argumento retórico unicamente, mas ainda assim, argumenta para uma grande polarização cultural e política que poderia ser verificada através de eventos específicos, como o embate durante o pedido de impeachment do então presidente Clinton, a expansão da Fox News e de “controversies around the country that divided churches, schools, neighborhoods, and communities” (HUNTER in HUNTER e WOLFE, 2006, p.18).

Nessa mesma linha de argumento, destacam-se os estudos de Abramowitz - mais bem documentados e que fogem da dimensão unicamente qualitativa e indutiva de Hunter. Utilizando-se de dados do ANES³, o autor, em conjunto com Saunders, argumenta que as eleições de 1994 e 1996 refletiram uma mudança nas bases de apoio dos dois partidos. Essa mudança no eleitorado seria baseada em uma crescente polarização ideológica por conta do partido Democrata (ao expor posicionamentos tipicamente liberal) e Republicano (expondo posicionamentos conservadores) a partir da década de 1980. Assim, “clearer differences between the parties’ ideological positions made it easier for citizens to choose a party identification based on their policy preferences. The result has been a secular realignment of party loyalties based on their policy preferences” (ABRAMOWITZ e SAUNDERS, 1998, p.634). Já na década de 1990, Abramowitz expunha o mesmo argumento que mantém até hoje:

² Esses dados podem ser verificados na própria literatura especializada como também em gráficos desenvolvidos pelo Pew Research Center e por Poole e Rosenthal em *Polarized America*.

³ American National Election Studies

houve uma polarização partidária (portanto, inicialmente a nível de líderes e partidos políticos) que, por sua vez, resultou em uma polarização na sociedade. Ou seja, ainda que seja essa uma abordagem *top-down* (consensual na literatura que versa sobre a polarização política nos EUA), o autor entende que a polarização partidária agora é percebida em ambas as esferas: política (“elite política”) e sociedade (“massa”). De fato, Abramowitz e Saunders demonstram que a correlação entre ideologia e identificação partidária cresceu dramaticamente entre 1978 e 1994 (Ibidem) o que seria indicio de uma crescente polarização na sociedade, que se mantém até o período atual (ABRAMOWITZ in STONECASH, 2010).

Abramowitz demonstra ainda o papel “crucial” da ideologia na produção das novas divisões na sociedade e, mais especificamente, no eleitorado. Ao relacionar identificações partidárias e características como gênero, estado civil e frequência à igreja, o resultado mostra que essas divisões desaparecem depois de controlado o fator ideologia: “Liberal, moderate, and conservative men are just as likely to identify with the Democratic Party as liberal, moderate, and conservative women” (ABRAMOWITZ in STONECASH, 2010, p.141), o mesmo ocorre com solteiros e casados, e frequentadores e não frequentadores da igreja. Por serem essas características sub-produtos de divisões ideológicas mais fundamentais dentro do eleitorado, o autor percebe que a distância entre eles varia de acordo com o grau de engajamento político dos cidadãos sendo as maiores distâncias encontradas naqueles mais engajados politicamente. Assim, é entre os mais engajados politicamente que o elo entre ideologia e identificação partidária é mais forte e, conseqüentemente, onde se encontra a maior polarização. Assim, conclui: “the end result of these changes has been the emergence of a new American party system – one in which party loyalties are based primarily on voters’ ideological beliefs rather than their membership in social groups” (Ibidem, p.146)⁴.

A polarização, por fim, ainda que seja melhor percebida no âmbito dos ativistas e engajados politicamente, atua também (ainda que em escala menor) nos votantes e não votantes (ABRAMOWITZ in NIVOLA e BRADY, 2006) por conta justamente da maior identificação com um determinado partido e sua ideologia. Ou seja, parafraseando Sinclair (2006), ainda que os ativistas sejam os condutores

⁴ Fiorina e Abrams (2005, p.567-568) chegaram a resultados similares. Para eles, características sociais e posicionamento político tem se demonstrado uma correlação frágil. Assim, argumentam: “The bottom line is that contrasts in individual sociocultural characteristics are not different indicators of political polarization”.

principais de uma polarização no eleitorado, os eleitores “comuns” são passageiros solícitos nessa mesma condução.

De fato, a mídia e mesmo determinados líderes partidários, contribuem para esse entendimento de polarização cultural defendido por esses autores. Os constantes mapas vermelho-azul geralmente interpretados como uma divisão cultural e política na sociedade (o sul religioso, rural e republicano e o nordeste secular, urbano e democrata)⁵, e declarações inflamadas sobre a guerra cultural pela “alma da América” como foi o caso do discurso proferido pelo republicano Pat Buchanan em 1992⁶ são exemplos desse senso comum que permeia atualmente nos EUA. Estudos recentes, no entanto, vêm demonstrando uma realidade distinta.

Contrariando a lógica de “guerra cultural”, uma crescente gama de especialistas (FIORINA, 1999; FIORINA e ABRAMS, 2008; LAYMAN e CARSEY, 2002; DIMAGGIO et al 1996; FIORINA e LEVENDUSKY in NIVOLA e BRADY, 2006; WOLFE, 1998; GALSTON e NIVOLA in NIVOLA e BRADY, 2006)) não encontra argumentos científicos que comprovem a tese de uma polarização na sociedade. Relativizando-se as claras insuficiências metodológicas dos trabalhos de Hunter, o debate que se segue entre esses dois grupos (entre os que entendem que há uma polarização na sociedade e aqueles que não concordam) passa a ser no seguinte sentido: até que ponto a polarização “elite driven” (McCARTHY et al, 2006), ou seja, a polarização partidária (consenso entre ambos os grupos) é de fato refletida na sociedade. Para os “maximalistas” (Hunter, Abramowitz, Saunders e Bishop) a sociedade atual norte-americana está tão polarizada quanto os partidos políticos; já para os “minimalistas” (Fiorina, Abrams, DiMaggio, Wolfe, entre outros) há uma polarização partidária tão somente, não sendo refletida na sua extensão para a sociedade.

Publicado em resposta a obra de Hunter, “One Nation, After All” (1998) de Alan Wolfe, buscava verificar empiricamente a suposta guerra cultural que se travava na sociedade através de entrevistas semi-conduzidas em variados distritos norte-americanos. O resultado encontrado contraria a tese de Hunter e Abramowitz. Para Wolfe, a grande maioria dos Americanos mantém posicionamentos ideológicos relativamente moderados inclusive nos assuntos morais de grande divisão na política,

⁵ Mas que, conforme demonstra Nivola e Galson (in Nivola e Brady, 2006, p.6) se divididos em distritos o mapa nacional se transformaria não em *red x blue*, mas em *purple*.

⁶ “There is a religious war going on in this country, a culture war as critical to the kind of nation we shall be as the Cold War itself, for this is a war for the soul of America” (BUCHANAN, 1992).

tal como aborto. Nesse mesmo livro, argumenta que a “culture war”, assim, nunca chegou no seio na população, mas existiria e seria travada entre jornalistas e ativistas políticos: “This does not mean that there is no such a thing as a culture war, it simply means that the one being fought by partisans and ideologically inclined pundits does not extend very deep into American opinion” (WOLFE in HUNTER e WOLFE, 2006). A guerra cultural continuaria por conta de mecanismos institucionais que permitem um espaço considerável aos “culture warriors” (ativistas e instituições como a igreja que transborda a sua “cruzada” do meio religioso para a política) e por mudanças na mídia que deixa de ser unicamente informativa e imparcial para ser um veículo de um determinado partido – em específico o elo entre a Fox News e o Partido Republicano (Ibidem).

Nessa mesma linha de pensamento, Paul DiMaggio e colegas (1996) conduziram uma exaustiva análise de dados advindos da NES e GSS entre 1972 e 1994 e concluíram que, ao contrário de polarizados, as crenças e posicionamentos políticos do eleitorado estavam crescentemente ficando mais similares. Levendusky (2009), por sua vez, através de estudo a partir do NES entre 1984 e 2004, demonstra que ao contrário de aumento dos “extremos” (ou seja, um aumento no número de eleitores ideologicamente extremados) e de diminuição do centro (eleitores moderados), houve uma diminuição do primeiro e a manutenção do segundo. O estudo inicial de DiMaggio e o de Levendusky seriam posteriormente reforçados com os estudos aprofundados de Morris Fiorina e com os dados recentes apresentados pelo Pew Research Center.

Fiorina é hoje uma das principais vozes no que concerne ao estudo voltado para a polarização política. Através de análise sistemática de dados coletados nas mais diversas fontes (NES, ANES, Pew Research, etc.), o autor argumenta que não existe evidência que confirme a suposta polarização na sociedade e nos eleitores. O que existiria é uma polarização no meio político (representado nos partidos e líderes partidários) que foi automaticamente (e erroneamente) transferido para a sociedade em geral (pela mídia, grupos de interesse e elite política) servindo, assim, como uma forma de legitimação da polarização observada na classe política (FIORINA, 2005):

The simple truth is that there is no culture war in the United States. [...] Certainly, one can find a few warriors who engage in noisy skirmishes. Many of the activists in the political parties and the various cause groups do, in fact, hate each other and regard themselves as combatants in a war. But their hatreds and battles are not shared by the great mass of the

american people [...] who are for the most part moderate in their views and tolerant in their manner (Ibidem, p.5).

O mito da guerra ideológica teria sido difundido por conta de interpretações errôneas de eleições, análises superficiais de dados, representações direcionadas e cobertura seletiva tanto de determinados acadêmicos como da mídia. Ao se realizar uma análise abrangente e profunda nos dados disponíveis, Fiorina nota que houve uma mudança no eleitorado no sentido desse estar mais alinhado com um determinado partido e com uma determinada ideologia (assim como advertia Abramowitz); no entanto, esse alinhamento não é prova de polarização, mas de “*sorting*”. Ou seja, estando os partidos ideologicamente homogêneos e coesos (o partido democrata é o partido liberal enquanto o partido republicano é o partido conservador), o eleitor que antes não tinha um partido fixo ou uma ideologia própria, agora o tem. Se antes ele votava em um democrata em uma eleição e em um republicano em outra porque ambos os partidos possuíam facções liberais e conservadoras e apresentavam, na maioria das vezes, posições centristas, agora, com o distanciamento dos partidos políticos, o eleitor tem de “escolher um lado”.

Assim, o *sorting* advindo do eleitorado é uma resposta a uma polarização partidária, conseqüência, por sua vez de uma homogeneização ideológica: o Partido Republicano, ao expor políticas de cunho consistentemente conservador em todas as esferas (social, econômica e externa), reflete uma homogeneidade ideológica típica conservadora. Da mesma forma, o Partido Democrata, ao expor posicionamentos políticos típicos liberais em todas as esferas de atuação, estaria refletindo uma homogeneidade ideológica tipicamente liberal. Ao contrário de conjugar num mesmo partido duas vertentes ideológicas distintas, como era o caso desses partidos na maior parte do século XX, o que se nota atualmente, seria uma separação partidária advinda pela ideologia. Assim, o conservadorismo e o liberalismo que antes encontravam espaço (e dividiam esse espaço) em ambos os partidos nos Estados Unidos, hoje são sinônimos de um único partido: o Partido Republicano é o partido “conservador” no contexto atual norte-americano; enquanto o Democrata é o partido “liberal”. O eleitor que antes se identificava com a facção liberal do PR, por exemplo; tende a mudar de partido ou de ideologia, contribuindo, portanto para o *sorting*.

Esse *sorting*, no entanto, não significa que os posicionamentos e crenças políticas ficaram mais extremados – o que indicaria uma polarização no eleitorado; o

que os dados mostram, ao contrário, é uma estabilidade de crenças, valores e posicionamentos políticos centristas, os mesmos de três décadas atrás. De fato, os estudos de Fiorina e de Abrams demonstram a partir de dados variados, dentre eles NES e Pew Research, por exemplo; que $\frac{3}{4}$ da população segue mantendo posicionamentos moderados (Ibidem; FIORINA, 2014; FIORINA e ABRAMS, 2008). Segundo Fiorina,

It is not voters who have polarized, but the candidates they are asked to choose between. Consider a number of thought experiments: 1) would presidential performance numbers be so polarized if George Bush had never launched a war on Iraq, never proposed drilling in the Arctic Wildlife Refuge, and never advocated a constitutional amendment outlawing gay marriage, to name a few controversial actions and proposals? 2) would presidential performance numbers be so polarized if John McCain were president? 3) would the trial heat numbers be so polarized if the presidential nominees were Senator John McCain and Senator Joseph Lieberman? We believe the answers to all three questions is no: polarized alternatives can produce the *appearance* of polarized citizens (FIORINA, 2005, p.33).

Ou seja, a polarização partidária não seria refletida na sociedade, ainda que por conta dela os indivíduos agora se posicionem e se inserem em um outro campo – a crescente diferença entre os partidos os obriga a escolher um ou outro, mas não a mudar o seu posicionamento e as suas crenças. Ao contrário dos mapas *red x blue*, Fiorina demonstra que a maioria dos entrevistados nos estados possuem posicionamentos centristas e similares aos seus “opponentes”: “Although there are some real differences between red and blue America, there is no fundamental conflict. There may be cracks, but there is no chasm” (FIORINA, 2005, p.21).

Assim, em 1999, o autor questiona: “o que aconteceu com o eleitor mediano?”⁷ Se, de fato, a maioria do público eleitor nos EUA possui posicionamentos centristas e moderados, porque eles não se manifestam na política? A resposta, segundo ele, estaria na relação que se dá entre lideranças partidárias, ativistas políticos (público eleitor politicamente engajado e ideologicamente extremado) e grupos de interesse (a “classe política”). Com um discurso polarizado, por eles orquestrado, limita as opções dos eleitores e os obriga a escolher um ou outro lado, contribuindo, assim, para a “aparência” de polarização na sociedade:

⁷ “Whatever happened to the median voter?” é o título do seu artigo apresentado na Conferência MIT em 1999.

The key to understanding these inconsistent currents [a falta de representação dos eleitores moderados na política] lies in the growing polarization of the political class – office holders, candidates, party activists, and interest group leaders. Their rhetoric, strategies, and behavior underlie the reality of national polarization, but it is elite polarization that is largely without foundation in a polarized electorate. Even if they still are centrists, voters can choose only among the candidates who appear on the ballot and vote only on the basis of the issues that are debated. Elites nominate candidates and set the agenda, and voters respond. The idea that a culture war rages in the United States reflects observations of discourse and behavior within the political class. There, something that might be called a culture war does exist (FIORINA, 2005, p.78).

Ao invés de orquestrar uma estratégia direcionada a maior parte do eleitorado (o eleitor mediano), os partidos estariam, portanto, direcionando seus recursos e sua atenção para a “base” – os ativistas e ideólogos extremados (FIORINA, 1999). É importante mencionar, nesse sentido, a diferença que a literatura especializada passa a fazer entre o eleitor “mediano” ou “moderado” e o ativista (ou politicamente engajado), um fator que passaria a ser uma constante (e um consenso) nos estudos sobre polarização política. Enquanto o último reflete o posicionamento polarizado da classe política e representa um número pequeno do eleitorado total, o primeiro demonstra posicionamentos moderados e rejeita posições extremadas, mesmo quando defendidas pelo seu próprio partido político (Ibidem, FIORINA e LEVENDUSKY in NIVOLA e BRADY, 2006). Por fim, essa importante clivagem no eleitorado norte-americano e o crescente papel desenvolvido por grupos de interesse na polarização política tem, por sua vez, aberto espaço para novas abordagens partidárias que buscam evidenciar o papel desses no fenômeno atual – em específico a abordagem do partido network, conforme vai ser mencionado posteriormente.

Os mesmos resultados a que chegou Fiorina – qual seja, o de que não há exatamente uma polarização política na sociedade, mas *sorting* tão somente e que os mais engajados politicamente são os responsáveis pela aparência de polarização - são refletidos no último estudo compreensivo divulgado pelo Pew Research Center (PRC) (2014a), parte de um projeto ambicioso que busca justamente traçar as mudanças verificadas no eleitorado. De modo resumido, os resultados desse estudo são os seguintes:

- Eleitores Republicanos e Democratas estão mais divididos em linhas ideológicas (e o alinhamento com um determinado partido é mais profundo e extenso) do que em qualquer momento da história recente dos EUA.

- Essa divisão ideológica é maior dentre aqueles que são mais engajados politicamente, sendo esses os que mais frequentemente votam;
- Houve um aumento da homogeneidade ideológica, ou seja, um aumento no número de eleitores tipicamente Republicanos que se auto denominam conservadores no seu posicionamento político, e vice-versa. A filosofia política, assim, está muito mais alinhada com partidarismo do que no passado;
- Houve um aumento da antipatia pelo partido oposto: atualmente é maior o número de republicanos e de democratas que entendem que as políticas do partido oposto são uma ameaça à nação, em especial no que diz respeito aos ativistas e engajados politicamente;
- No entanto, a grande maioria do público eleitor não possui posicionamentos conservadores ou liberais uniformes, tampouco percebe o partido oposto como uma ameaça à nação. Esses continuam tendo posicionamentos centristas, ainda que tenham migrado para um ou outro partido político. Essa maioria, no entanto, exerce um papel pequeno no campo político. Assim, o estudo conclui:

Many of those in the center remain on the edges of the political playing field, relatively distant and disengaged, while the most ideologically oriented and politically rancorous Americans make their voices heard through greater participation in every stage of the political process. The rise of ideological uniformity has been much more pronounced among those who are the most politically active (Pew Research Center, 2014a).

Esses resultados foram confirmados e expandidos com o estudo feito pelo PRC nas eleições de 2014 (midterm) que inclui não só entrevistas com eleitores ao longo de um ano (antes e durante as eleições), mas a relação com o seu histórico de voto e suas atitudes e crenças em uma ampla gama de assuntos. Segundo esse último estudo,

- a) O eleitorado ativo está mais polarizado ideologicamente do que o público em geral haja vista que os ideologicamente mais extremados são também aqueles politicamente mais ativos⁸;
- b) A maior hostilidade em relação ao partido oposto (que cresceu dramaticamente nos últimos 20 anos) é uma marca registrada da polarização e um forte motivador para o voto, especialmente dentre os republicanos⁹;

⁸ Dos 22% de indivíduos que se consideram consistentemente liberal ou conservador, 36% votam regularmente. Aqueles com opiniões centristas que não se autodenominam conservadores ou liberais compreendem 39% do público mas representam 24% dos votantes regulares.

c) As preferências ideológicas e partidárias tem permanecido estáveis: o nível do *ticket split voting* tem diminuído consideravelmente e o partido tem sido um importante indicador de voto¹⁰;

d) As primárias tem sido definidas não só por eleitores engajados politicamente e ideologicamente mais extremados, mas em especial por republicanos¹¹ (Pew Research Center, 2014b).

Essa última questão é interessante por demonstrar que, de fato, quem “seleciona” os candidatos que irão para a disputa final são esses eleitores mais extremados ideologicamente e engajados politicamente, haja vista que as primárias definem as opções que vão estar disponíveis para o restante do eleitorado na eleição geral. Essa mesma percepção será posteriormente analisada em mais detalhes no capítulo teórico-metodológico desse trabalho.

Ao fim, em todos os casos analisados – tanto nos dados recentes divulgados pelo PRC, como nos trabalhos de Fiorina, Dimaggio e Abramowitz – chega-se as mesmas conclusões, quais sejam:

- a) Houve uma polarização partidária, responsável pela existência do debate atual sobre a “guerra cultural” na sociedade;
- b) Em função disso, ocorreu uma mudança no posicionamento do público eleitor, agora mais facilmente identificado em um ou outro partido;
- b) Há uma maior homogeneização ideológica e partidária – aquele que é republicano muito provavelmente vai ser conservador também;
- c) A maioria do público eleitor mantém posicionamentos relativamente centristas, longe dos extremos ideológicos sendo que a polarização no eleitorado é mais facilmente percebida no grupo de ativistas e politicamente engajados; e
- d) Por fim, esses mesmos ativistas detém um papel decisivo na política já que são eles os que mais regularmente votam (seja nas eleições gerais ou nas primárias).

A questão, ao fim, não é de substância (em todos os casos se verifica resultados similares), mas de nomenclatura. Como salienta Fiorina (2005),

⁹ Dentre os republicanos, 65% com uma percepção “muito” desfavorável do PD são votantes regulares em contraste com 40% de republicanos com percepção “razoavelmente” desfavorável do PD. Dentre os democratas, 49% dos que possuem uma percepção muito desfavorável do PR são votantes regulares, 16% a mais do que aqueles com uma percepção razoavelmente desfavorável (33%).

¹⁰ Oito em dez eleitores votantes (81%) votam sempre para um mesmo partido. Além disso, 90% desses eleitores percebem o partido como um importante fator na decisão do seu voto.

¹¹ Os eleitores republicanos consistentemente conservadores votam mais nas primarias (64%) do que os eleitores democratas consistentemente liberais (49%).

“polarização” é um julgamento subjetivo. O que Abramowitz conceitua como polarização, Fiorina entende como *sorting* e explica o porque: polarização significa um declínio no centro e um aumento dos extremos, ou seja, um movimento do centro para o extremo do espectro político – o que não ocorreu no caso norte-americano. Ao contrário, os extremos continuam sendo subrepresentados onde a grande maioria do público eleitor permanece no centro do espectro político em posição semelhante a trinta anos atrás. O que aconteceu foi que o eleitor moderado que antes não se identificava com nenhum partido ou ideologia, hoje se diz republicano e conservador; no entanto, o seu posicionamento longe de englobar tudo o que o Partido Republicano transmite ou o que o conservadorismo impõe, continua mantendo o posicionamento centrista de antes, ainda que agora seja mais fortemente vinculado a um determinado partido.

Essa questão possui ainda uma segunda consequência relativo ao partidarismo: se antes um eleitor conservador, por exemplo, podia considerar-se apertado e “escolher” o partido em que votar conforme os seus posicionamentos políticos eram mais ou menos contemplado pela facção conservadora de cada partido em uma dada eleição; agora ele só tem uma opção: o PR. A ideologia desse eleitor, assim, muito provavelmente não tenha mudado, mas a sua relação com os partidos políticos, sim. Conforme Fiorina e Levendusky argumentam,

As recently as the 1970s, liberals and conservatives could each find a comfortable home in either the Democratic or the Republican Party. But nowadays the Republican Party is much more likely to be the home of ideologically conservative voters, while the Democratic Party is home to most liberals. The relative numbers of conservatives and liberals may not have changed all that much, but their party affiliation certainly has (FIORINA e LEVENDUSKY in NIVOLA e BRADY, 2006, P.53).

Ao fim dessa discussão sobre uma suposta polarização no eleitorado, é importante mencionar que esse debate está longe de acabar e que não se tem aqui o objetivo de adentrar nele, apesar de entender que o que os separa é a própria concepção de polarização. Entretanto, se há questionamentos acerca do grau de polarização do público eleitor, o mesmo não se pode dizer dos partidos. Há um consenso de que os partidos estão hoje polarizados em um movimento de constante ascendência, da mesma forma que há um relativo consenso de que essa seria uma polarização assimétrica sendo o partido republicano o mais importante ator nessa

polarização (MANN e ORNSTEIN, 2006; PIERSON e HACKER, 2005; MANN, 2014; WOLFE *in* HUNTER e WOLFE, 2006; LAYMAN *et al*, 2010; SINCLAIR, 2006; MANN e ORNSTEIN, 2012; FIORINA, 2014; MCCARTHY *et al*, 2006).

Os estudos acerca da polarização partidária são bem menos numerosos e de certa forma mais superficiais. A polarização partidária é tratada como um fato, um senso comum. Justamente por não haver divergência entre autores a esse respeito, os estudos são bastante limitados e, com exceção dos que utilizam-se de dados de votações de congressistas, são empiricamente bastante frágeis. Na maioria dos casos, ou se concentram em uma análise de posicionamentos de congressistas (MANN, 2014; POOLE e ROSENTHAL, 1985 e 1984; e MCCARTHY *et al*, 2006); ou refletem um senso comum na sua maioria de forma qualitativa e indutiva que inclui desde a relação entre lideranças (a emergência de figuras como Newt Gingrich, por exemplo) e a comparação entre elas (GW Bush demonstrou ser mais conservador que GHW Bush, por exemplo); bem como a relação do partido com uma mídia extremada e com eventos específicos (WOLFE *in* HUNTER e WOLFE, 2006; MANN e ORNSTEIN, 2012; PIERSON e HACKER, 1995; MANN, 2014; e FIORINA e ABRAMS, 2008; PRIOR, 2013).

O primeiro estudo detalhado (e até hoje utilizado como referência) sobre a polarização partidária foi feito por Poole e Rosenthal em 1984. Intitulado “The polarization of American politics”, o estudo utilizava-se de dados de votações de senadores (democratas e republicanos) e de avaliação de determinados grupos de interesse sobre esses mesmos senadores no período 1959-1980. Cada ano grupos de interesse em Washington classificam e avaliam o posicionamento de senadores. Os resultados dão uma medida de distância: uma classificação baixa significa uma distância grande e vice-versa. Utilizando-se de uma técnica de *least squares unfolding*, os autores usaram essas distâncias para posicionar os senadores em uma escala liberal x conservador (+1 para extremamente conservadores; -1 para extremamente liberais).

O resultado do estudo desenvolvido por esses autores é bastante interessante já que projeta resultados que só agora estão sendo observados nos estudos de Fiorina, Pew Research, entre outros. Em primeiro lugar, nota-se um crescente distanciamento entre os posicionamentos dos senadores e um aumento no número de senadores avaliados como extremamente liberal ou extremamente conservador indicando, portanto, uma diminuição de posicionamentos moderados ou centristas e um aumento

de posicionamentos extremados. E, em segundo lugar, percebe-se uma mudança no que diz respeito a atuação dos senadores frente ao seu público eleitor. Nesse sentido, há um aumento no número de senadores de partidos distintos que, advindos do mesmo estado, tomam posições contrárias. Enquanto os senadores do mesmo partido e do mesmo estado continuam a tomar posições similares e centristas, senadores de partidos distintos e do mesmo estado crescentemente vão tomando posições opostas e mais extremadas. Para os autores, se os interesses da maioria do seu público eleitor fossem consistentemente representados, os senadores de um mesmo estado votariam de maneira semelhante. O que o estudo sugere, portanto, é que cada partido representa uma determinada coalizão mais extremada dentro do mesmo estado. Assim, conclui:

Moderate-central positions are generally disappearing in favor of the relatively extreme positions of support coalitions. [...] This ‘polarization of the activist cohorts of the respective parties’ means that although candidates might win votes by moving to the center, a centrist position will generally leave them without enough resources for an effective campaign. In particular, a centrist position may spell doom in primary elections (POOLE e ROSENTHAL, 1984, p.1075).

Esse estudo é emblemático por dois motivos: primeiro por ser o primeiro acerca de uma polarização partidária em um momento onde a academia e mesmo os principais referenciais teóricos utilizados propunham o contrário, ou seja, a tendência de os partidos moverem-se para o centro do espectro político no sentido de angariar o maior número de eleitores. E, em segundo lugar, por antever resultados que agora são facilmente encontrados em estudos acerca da polarização no eleitorado que demonstram justamente um elo de ligação mais forte entre o partido e a sua base e não mais com o eleitor mediano (FIORINA, 1999; WOLFE *in* HUNTER e WOLFE, 2006); MANN e ORNSTEIN, 2012; McCARTHY *et al*, 2006; POOLE e ROSENTHAL, 1984).

No ano seguinte a publicação de “The polarization of American Politics”, Poole e Rosenthal afinaram a metodologia usada e desenvolveram a mais utilizada e referenciada técnica nos estudos de polarização partidária: o *Nominate* (ou *DW Nominate*). Essa técnica utiliza-se de contabilização de votos de congressistas e os posiciona em uma escala liberal x conservador (POOLE e ROSENTHAL, 1984). A partir daí, foram vários os estudos feitos por esses autores utilizando-se dessa técnica (todos disponíveis em polarizedamerica.com). Recentemente, Poole e Rosenthal (em

conjunto com McCarthy) desenvolveram um longo trabalho (McCARTHY *et al*, 2006) a esse respeito. O estudo utiliza-se de votações no Congresso de 1900 a 2000 e conclui que entre 1900 e 1975, a fração de posicionamentos moderados cresce – diminui-se os posicionamentos extremados; no entanto, a partir de 1975, a polarização no Congresso mantém-se em constante ascendência. Os resultados podem ser sintetizados da seguinte forma:

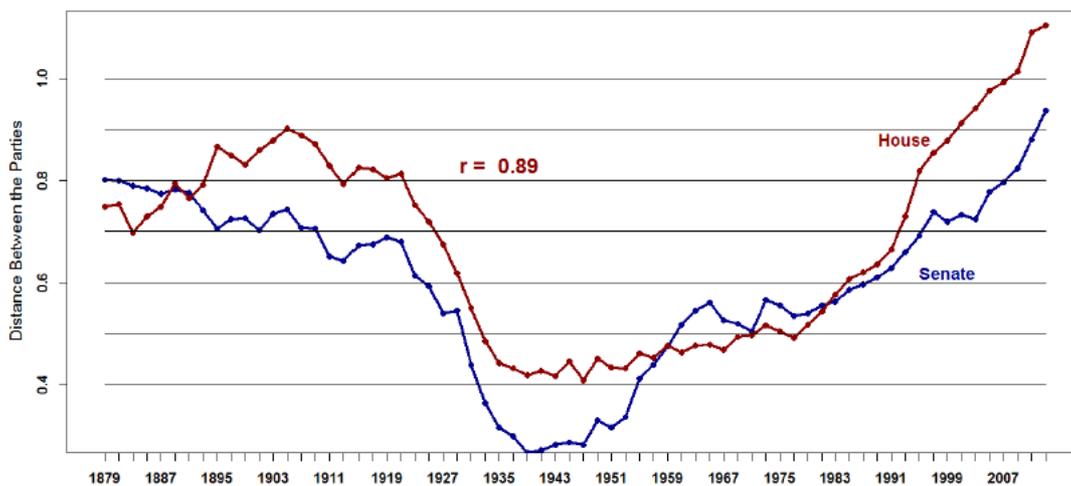
- a) Praticamente todo o conflito político no Congresso é expressado em termos ideológicos: liberal x conservador;
- b) A dispersão de posições dos membros na escala liberal x conservador cresceu. Posições extremadas conservadoras ou liberais são mais fáceis de ser representadas no Congresso atual em comparação com os períodos anteriores;
- c) A composição ideológica dos dois principais partidos tem sido mais homogênea. Diferenças intrapartidárias (tal como o sul e o norte Democrata no início do século) diminuíram;
- d) Há menos *overlap* de posições dos partidos: não há uma facção liberal republicana ou uma facção conservadora democrata tal como em períodos anteriores, “The moderates are vanishing” (Ibidem, p.24);
- e) O movimento em direção ao extremo do espectro político é mais rápido e intenso no caso do PR – o que coincide justamente com a emergência do movimento conservador na política a partir de 1964 (candidatura de Barry Goldwater para a presidência pelo PR).

De fato, nos gráficos disponíveis no Polarized America¹² nota-se que o distanciamento de ambos os partidos é um fenômeno compartilhado: tanto o PR quanto o PD movem-se para os extremos do espectro político; no entanto, o movimento que faz o PR é maior e mais rápido o que pode ser entendido como um fator decisivo para a polarização partidária:

¹² O Polarized America possui gráficos atuais e antigos desenvolvidos por McCarthy, Poole e Rosenthal e é administrado pela Universidade da Georgia.

Gráfico 1

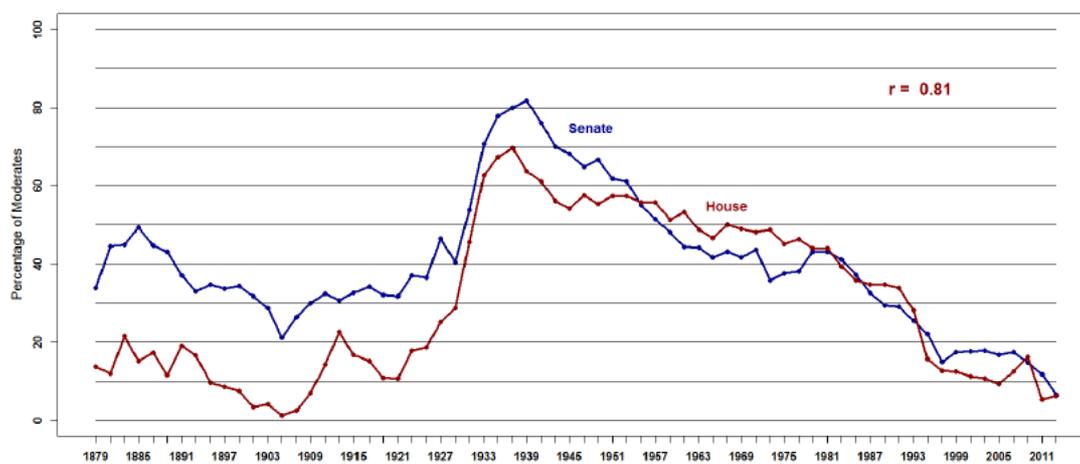
Distância entre os partidos – Senado e Câmara dos Deputados



Fonte: Polarized America, 2014

Gráfico 2

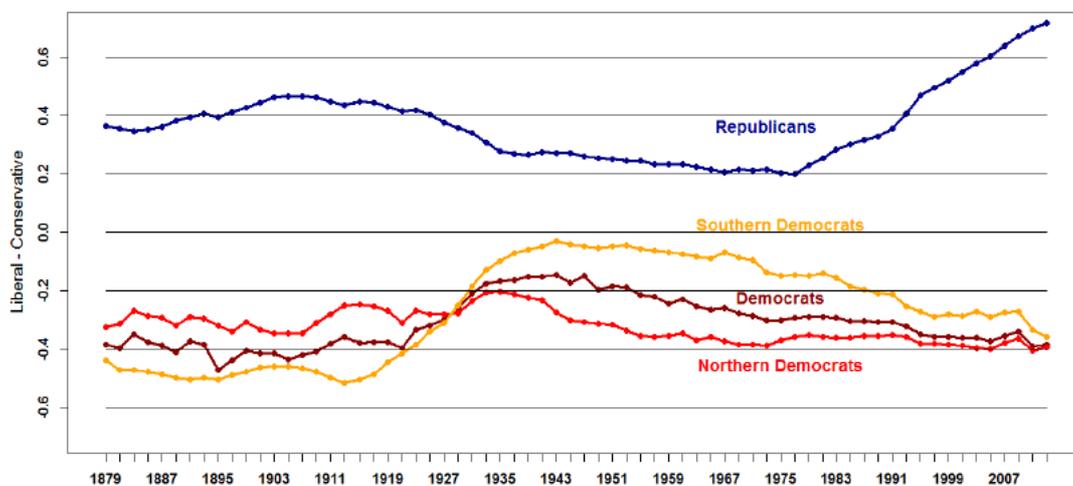
Porcentagem de congressistas “moderados”



Fonte: Polarized America, 2014

Gráfico 3

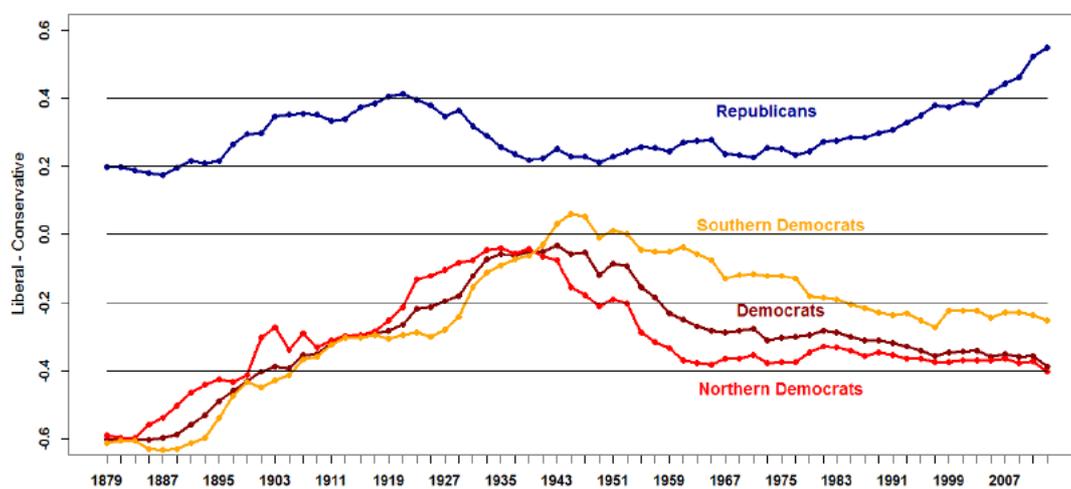
Partidos inseridos na dimensão liberal x conservador (Câmara dos Deputados)



Fonte: Polarized America, 2014

Gráfico 4

Partidos inseridos na dimensão liberal x conservador (Senado)



Fonte: Polarized America, 2014

A polarização partidária, com exceção dos estudos de Poole, Rosenthal e McCarthy é mencionada ainda por outros vários acadêmicos sem, no entanto, apresentarem argumentos sólidos a esse respeito. Na maioria das vezes esses autores

utilizam-se de retórica e indução como se esse fosse um fato dado. Relacionam, ainda, a emergência de determinadas lideranças partidárias supostamente mais extremadas que seus antecessores com a polarização (WOLFE *in* HUNTER e WOLFE, 2006; e FIORINA e ABRAMS, 2008; MANN e ORNSTEIN, 2012). Nessas menções (não são efetivamente, estudos), um espaço desproporcional é dado a lideranças do PR, tais como Pat Robertson, Newt Gingrich, G.W.Bush, entre outros; sugerindo, portanto, que a polarização estaria mais fortemente vinculada a emergência dessas figuras republicanas. Da mesma forma, há autores que utilizam-se de eventos específicos, tais como o *filibuster* orquestrado pelo PR na questão do teto da dívida pública como indícios de um maior conflito entre os partidos e, portanto, de polarização partidária (MANN e ORNSTEIN, 2012). Para Mann e Ornstein, por exemplo, o PR

has become an unsurgent outlier – ideologically extreme, contemptuous of the inherited social and economic policy regime, scornful of compromise, unpersuaded by conventional understanding of facts, evidence, and science, and dismissive of the legitimacy of its political opposition (Ibidem, p.15).

Por fim, há ainda autores que buscam relacionar a emergência de uma mídia partidária, em específico a republicana Fox News e de novos mecanismos midiáticos, tais como *talk shows* e C-SPAN que teriam sido utilizados de maneira mais eficaz por republicanos e conservadores, tal como Rush Limbaugh, e Gingrich,¹³ para divulgar preceitos conservadores e republicanos e, com isso, ampliar a polarização já presente na arena política, contribuindo para uma polarização no eleitorado (PRIOR, 2013 e MANN e ORNSTEIN, 2012).

Por fim, da mesma forma que a polarização partidária é entendida como um fato – possuindo consenso entre os pesquisadores na academia – o extremismo do PR (seja por conta de lideranças, da mídia aliada ao partido, de eventos específicos ou de estudos como o Nominat) é também entendido como uma realidade dada, cuja importância reside no seu poder de amplificação do fenômeno da polarização atual. Essa literatura, no entanto, não está sozinha. De fato, os estudos já mencionados do PRC demonstram a maior vitalidade da “base” do PR em comparação com o seu

¹³ A C-SPAN é um veículo de transmissão ao vivo do Congresso podendo ser acessada gratuitamente tanto pela televisão, como pela internet. Já o Rush Limbaugh show refere-se a um programa de rádio apresentado pelo próprio Limbaugh desde 1988 e que recebe lideranças republicanas tais como G.W.Bush, Dick Cheney, Sarah Palin, etc. É hoje o programa de rádio com maior audiência nos EUA.

oponente tanto no que diz respeito a frequência em eleições gerais, como nas primárias. Conforme Wolfe,

But it has also become clear that since the 1980s liberals and Democrats have not moved nearly as far to the left as Republicans and conservatives have moved to the right. [...] Thus, in the first decade of the twenty-first century, there are two political parties each appealing to their respective bases, but the base of one is much further from the center than the base of the other. The culture war being fought by partisans and ideologues continues because conservatives and Republicans want to see it continue (WOLFE in HUNTER e WOLFE, 2006, p.53).

Assim, tendo em vista esse relativo consenso acerca do papel importante do PR no fenômeno da polarização partidária, uma ampla gama de estudos vem atentando para esse tema, qual seja, a suposta radicalização conservadora por parte do PR.

1.2 A “RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA” DO PR

O conservadorismo norte-americano e o partido Republicano, ou ainda o Partido Democrata e o liberalismo, ao contrário do que senso comum prevalecente atualmente, não são termos intercambiáveis. Ainda que o conservadorismo hoje seja diretamente relacionado ao PR e o liberalismo ao PD, essa é uma situação relativamente nova, consequência do *sorting* verificado nas últimas décadas que retirou a convivência de duas facções distintas em um mesmo partido, conforme mencionado anteriormente. Nesse sentido, é importante desde já pontuar a diferença entre ambos os conceitos, ou seja, entre ideologia e partido.

A noção de “liberalismo” nos Estados Unidos emerge no meio político e está associada diretamente com as políticas do New Deal (1933 e 1936), enquanto a noção de “conservadorismo” é construída e moldada no meio acadêmico no período imediatamente posterior, como tentativa de articular uma frente oposta à essas mesmas políticas. Vale lembrar que até meados do século XX o GOP¹⁴ podia ser considerado um partido relativamente progressista. Urbano e atrelado ao norte do país, esse mesmo partido contribuiu de forma direta para o fim da escravidão. O partido Democrata, ao contrário, aliando-se aos interesses sulistas da oligarquia agrária, opôs-se tanto à abolição da escravatura, como aos primeiros movimentos de emancipação racial. Não cabe agora, nessa breve introdução, refletir sobre os diversos

¹⁴ “Grand Old Party”, utilizado como sinônimo de Partido Republicano.

fatores e inúmeros enfoques atribuídos pela academia para a mudança de posicionamento partidário que ocorreu a partir daí. O que se quer enfatizar aqui é que a dicotomia conservadorismo x liberalismo, hoje tão fortemente enraizadas nos partidos políticos a ponto de serem usadas como sinônimos desses; não foram sempre atreladas a eles da maneira que hoje são.

A troca de posicionamentos de ambos os partidos, que já se delineava desde o New Deal com o democrata F.D.Roosevelt, foi efetivada na década de 1960, não sem antes a política norte-americana passar pelo período de “me too politics” caracterizada por partidos ideologicamente semelhantes. A partir de 1964 com a candidatura de Barry Goldwater à presidência nacional e, em especial, na eleição à presidência de Reagan em 1980, o conservadorismo passaria a ser característica intrínseca desse partido distanciando-se progressivamente, desse modo, do PD.

O partido Republicano passaria, então, a ser caracterizado, crescentemente, como um partido conservador, atrelado ao sul do país, que defende uma menor ingerência federal nas questões econômicas, e que valoriza a comunidade, a família e a moralidade bem como a autonomia estadonidense nos assuntos externos. O partido Democrata, ao contrário, passaria a ser considerado, crescentemente, como o partido progressista e liberal que defende o papel do governo federal na economia através de redes de assistência social, que defende as minorias, e que utiliza-se de meios multilaterais no âmbito externo. Conforme Mann (2014, p.2), “For perhaps the first time in American history, the two dominant ideologies have captured the two dominant political parties”.

O partido Republicano, conforme foi mencionado anteriormente, passou a ser entendido como um importante fator na polarização partidária norte-americana. Nesse sentido, é atribuído a ele um deslocamento mais acentuado para o extremo do espectro político direita x esquerda, no caso, em direção à uma extrema direita ou “radical right” (PIERSON e HACKER, 2005) por conta da defesa de políticas consideradas ultra-conservadoras. Assim, ainda que entenda-se que ambos os partidos possuem responsabilidade no fenômeno da polarização partidária, a literatura especializada sugere que o Partido Republicano, ao distanciar-se mais rapidamente do centro ideológico, seria o principal “culpado” pelo fenômeno da polarização partidária atual.

Conforme dados apresentados pelo Nominat, a partir de meados do século passado, o conservadorismo seria um parceiro fiel do PR e o extremismo ideológico

de lideranças desse mesmo partido tenderia a crescer. De fato, a radicalização conservadora tem sido um tema recorrente na academia e na política norte-americana atual. Pouco se discute acerca de uma “radicalização liberal” do PD, ao contrário, alguns autores inclusive sugerem que esse teria se mantido relativamente centrista, oscilando levemente para o âmbito liberal do espectro político (WOLFE *in* HUNTER e WOLFE, 2006). O tratamento não tem sido o mesmo para o PR.

Segundo Pierson e Hacker,

On a left-right ideological spectrum in which the left champions a strong role for government in protecting the environment, regulating business, and providing economic security and the right supports a more limited role for government in these areas and champions private property rights, they are generally quite far to the right. They are not just far to the right of the Republican leadership of a generation ago. They are also far to the right of the programs and policy ideals established in the past three to four decades of bipartisan public policymaking (PIERSON e HACKER, 2005, p.25).

A maioria dos estudos que se concentram sobre a análise desse fenômeno, qual seja, o aumento do conservadorismo pelo GOP, podem ser divididos em quatro grandes áreas. A primeira delas lida com votações no Congresso, buscando verificar, matematicamente, a proporção de lideranças republicanas e democratas que votam em políticas entendidas como conservadoras ou liberais (JACOBSON, 2005; MANN e ORSTEIN, 2006 e 2012). A partir de técnicas como o Nominat e de contabilização e codificação de votos, esses estudos demonstram um gradual distanciamento do centro do espectro político na qual lideranças republicanas votam crescentemente em políticas consideradas mais conservadoras. Há, nesse sentido, uma simbiose direta entre congressistas republicanos e o Partido Republicano, ou seja, se esses congressistas votam crescentemente em políticas conservadoras (ainda que a definição dada para tais políticas, se liberal ou conservadora, seja na maioria dos casos de ordem arbitrária do autor), automaticamente o partido que eles representam seria considerado mais conservador.

Uma segunda área de estudos lida com o papel das lideranças. Essa área abrange estudos que trabalham tanto a partir do enfoque de lideranças partidárias, como também aqueles que se detém no papel de lideranças próprias do movimento conservador, tipicamente considerados *outsiders* com relação ao partido político. Tais estudos buscam entender a mudança partidária a partir de lideranças, assim, atenta para o papel que determinados líderes do movimento conservador, em sua maioria no

meio intelectual; bem como líderes do próprio GOP, tiveram na organização e na imposição de uma agenda conservadora na política através desse partido (PIERSON e HACKER, 2005; BRENNAN, 1995; CRITCHLOW, 2007; EDWARDS, 2008; FARBER, 2010; PEELE e ABERBACH, 2011; BLACK e BLACK, 2003; MANN, 2012). Através de reconstrução histórica, esses trabalhos atentam, assim, para as lideranças iniciais do movimento conservador na década de 1950, tal como William Buckley, e o papel que esses desempenham na organização do movimento, e, posteriormente, na “captura” conservadora do Partido Republicano por lideranças partidárias, tal como Barry Goldwater em 1964 e Ronald Reagan em 1980. Nesse sentido, há um certo consenso nessa literatura que indicaria uma correspondência direta entre conservadorismo e determinadas lideranças, ou seja, o “ser conservador” significa ser como determinados indivíduos: William Buckley, Goldwater, Reagan, etc. Assim, se as políticas defendidas por lideranças do Partido Republicano atualmente, seja no executivo ou no legislativo assemelham-se aquelas defendidas por esses “ícones conservadores”, ele poderia ser considerado um partido “conservador”.

Uma terceira área de estudos lida com o ativismo social. De maneira mais específica, esse bloco na literatura enfatiza o papel dos ativistas sociais e dos movimentos populares em disseminar e politizar determinados temas na sociedade, sendo encapsulados, posteriormente, pelo Partido Republicano (DIAMOND, 1995; BRENNAN, 1995; SCHOENWALD, 2001; CRITCHLOW, 2007; FARBER, 2010; e ROBIN, 2011). Nesse sentido, verifica-se o papel central que determinados grupos sociais, por vezes orquestrados por lideranças intelectuais conservadoras, tiveram na mobilização popular acerca de temas específicos, como o STOP ERA de Phyllis Schlafly que buscava barrar a retificação do Equal Rights Amendment (ERA); e também acerca de temas mais abrangentes, sensíveis ao movimento conservador, tal como a busca por um governo mínimo na economia e uma atuação mais ativa contra o comunismo, como foi o caso do YMF (Young Americans for Freedom). Ainda a esse respeito, há uma ampla literatura voltada especificamente para os grupos de ativistas sociais considerados como bases do partido republicano: militaristas, atualmente chamados de Neoconservadores, (HALPER e CLARKE, 2007 e 2004; DORRIEN, 2004; FRIEDMAN, 2005); evangélicas, também chamada de direita religiosa, (DIAMOND, 1998 e 1989; GREEN, 2007; GREEN, ROZELL e WILCOX, 2007; WILCOX, 1992; MARTIN, 1996; NOLL, 1990; REICHLEY, 2002); e libertários, hoje compreendidos no movimento do Tea Party (SKOCPOL e WILLIAMSON,

2012; LEPORE, 2010; SAGER, 2006). Em todos os casos, esse tipo de estudo utiliza-se de reconstrução histórica para indicar o papel que desempenham esses grupos populares e que, ao se mobilizarem, acabam por forçar uma determinada atuação por parte de lideranças do Partido Republicano, seja no Congresso ou na Presidência Nacional; seja ainda no legislativo e executivo estadual. A ênfase explicativa de mudança partidária reside fora do partido político.

Por fim, o último bloco na literatura recente acerca da “radicalização” conservadora por parte do Partido Republicano enfatiza os problemas institucionais na política norte americana que facilitaria esse tipo de “extremismo ideológico” (MANN, 2012). Assim, Pierson e Skocpol (2007), por exemplo, atentam para três mudanças que, consideram, são as responsáveis pela emergência, consolidação e radicalização do conservadorismo na política através do GOP: crescimento do “estado ativista” (*activist state*), mudanças institucionais acerca dos partidos políticos e novos modos de participação popular. De maneira similar, Mann (2012), atenta para o sistema norte-americano no Congresso que permite que minorias “extremistas” (os conservadores mais radicais, segundo o autor) atuem de maneira assertiva e proíbam a maioria (supostamente moderada) de atuar de forma coerente. O sistema institucional norte-americano, assim, possui lacunas onde determinadas lideranças conservadoras mais radicais poderiam atuar e impor uma determinada agenda ou, ao menos, barrar a imposição de medidas contrárias a essa agenda.

1.3 LIMITES DA BIBLIOGRAFIA E APRESENTAÇÃO DA TESE

A literatura acerca da polarização partidária, ou da “política partidária extremada” (MASKET, 2012), reflete certos consensos que vão muito além da mera observação e explicação de um fenômeno – questionam as próprias abordagens teóricas então utilizadas e, em especial, as abordagens racionalistas e “bottom-up”. Em primeiro lugar, há consenso de que a polarização partidária originou-se no meio político (se foi posteriormente transferida para o eleitorado é uma questão ainda debatida). Questiona já de início, portanto, a abordagem *bottom-up* que entende que os partidos políticos representam o público eleitor; ou seja, que a política desempenhada pelos seus dirigentes nada mais são do que aquelas defendidas no seio

do eleitorado. Em segundo lugar, há evidências de que a maioria do público eleitor permanece moderado, ao contrário dos partidos políticos – o que leva ao terceiro ponto: o consenso acerca do fato de que os partidos ao invés de direcionarem seus esforços para satisfazer e representar o eleitor mediano (tal como explica a abordagem Downsiana), satisfaz e representa o ativista (a “base”). Por fim, é também consenso que, ainda que a polarização seja um fenômeno verificado em ambos os partidos (ambos direcionam-se para o extremo do espectro político), ela é assimétrica na medida em que o movimento que faz o PR é mais acentuado e mais rápido do que o PD.

Esse fenômeno recente norte-americano apresenta, como se pode perceber, dois paradoxos: de um lado serve para questionar o suposto elo entre partidos e representatividade haja vista que haveria uma crescente lacuna entre as políticas defendidas pelos partidos e aquelas da sociedade norte-americana, ou seja, uma desconexão entre os indivíduos e aqueles que deveriam representá-los (FIORINA e LEVENDUSKY in NIVOLA e BRADY, 2006). Para Masket (2012, p.3), “Democrats, as often as Republicans take positions that are more partisan than the voters they purport to represent”.

Do outro lado, serve para questionar a noção racionalista e estratégica dos partidos políticos. Ou seja, ao invés de angariar votos com um posicionamento mais extremado, o que explicaria o posicionamento radicalizado; há perda de votos. Há estudos que demonstram que, quanto mais extremado o registro de votos de um congressista mais chances de sofrer derrota nas próximas eleições (CANES-WRONE *et al*, 2002). O posicionamento extremado de líderes partidários poderia, ainda, ser entendido como uma tentativa racional de aliar-se com a base eleitoral e distrital, no caso do congressista em específico. De acordo com Ansolabehere, Snyder e Stewart (2001), no entanto, congressistas demonstram, crescentemente, um distanciamento entre a agenda política por eles defendida e aquela do eleitorado médio dos seus distritos, os mesmos resultados que Poole e Rosenthal já em 1984 identificavam. Essa mesma conclusão é empiricamente defendida por Masket (2012, p.8), que argumenta, por fim: “politicians are intentionally pursuing behavior that angers the bulk of their constituents and decrease their chances of electoral success”.

A suposta radicalização conservadora por parte do Partido Republicano, bem como a polarização partidária autônoma, portanto irreflexiva ao posicionamento mais centrista da maioria da população, são fenômenos singulares (além de

contemporâneos) na história dos Estados Unidos e que abrem espaço para questionamentos na academia científica. Esse fenômeno desafia a noção racionalista e Downsiana de que partidos tenderiam a mover-se em direção ao centro do espectro político e concentrar suas propostas e programas partidários nos anseios da maioria do público eleitor. Partidos polarizados e uma radicalização ideológica autônoma questiona não só abordagens partidárias vigentes, no sentido de estratégias e objetivos do partido, por exemplo, já que uma maior radicalização ideológica não é sinônimo de maior número de votos; como significa também questionamentos a respeito da própria relação democracia x partidos, que tipicamente enfatiza o papel positivo dos partidos para o funcionamento da democracia (SCHATTSCHEIDER, 1942 e KEY, 1958, por exemplo). Não por acaso, afloram estudos sobre ativismo e grupos de interesse e as redes de relação desses com os partidos políticos nos últimos anos (DOMINGUEZ, 2005; FEINSTEIN e SCHICKLER, 2008; MASKET, 2007 e 2012; NOEL, 2012a e 2012b). Em específico, emerge na academia norte-americana novos referenciais teóricos que buscam explicar o fenômeno da polarização política, dentre eles, o Partido Expandido (ou Partido Network) que enfatiza justamente a “base” dos partidos nos EUA, sejam eles ativistas, grupos de interesse, *think tanks* ou ideólogos (SCHWARTZ, 1990; BAWN *et al*, 2012; BERNSTEIN, 2005; COHEN *et al*, 2008; HEANEY *et al*, 2012; KOGER *et al*, 2009)¹⁵.

Não há como negar a importância de estudos mais aprofundados a respeito desse fenômeno norte-americano que questiona desde abordagens teóricas então amplamente utilizadas e mesmo de noções de representação e de eleitorado. Talvez pela primeira vez nos deparamos com um cenário político onde ideologia, partidos e ativistas estão intimamente conectados. E talvez também pela primeira vez somos obrigados a buscar explicações que vão mais além da estratégia racional e da representação do eleitor mediano, por exemplo.

Ainda que alguns autores percebam esse fenômeno com “bons olhos”, servindo para “energizar” parte do público eleitor (Abramowitz e Saunders, 2008), a grande maioria possui uma visão bastante pessimista. Para Mann e Ornstein (2012, p.44), “Partisan polarization is undeniably the central and most problematic feature of contemporary American politics”. Esses autores “pessimistas” atentam, por exemplo,

¹⁵ No entanto, é interessante notar que mesmo autores que não fazem parte dessa abordagem teórica propriamente dito, entendem que a política norte-americana hoje necessita de novas abordagens que contemplem o papel e a relação entre lideranças partidárias, grupos de interesse e movimentos sociais (ou ativistas) (MANN, 2014; PIERSON e SKOCPOL, 2007).

para a dificuldade de consenso e de aprovação de leis no Congresso¹⁶ (Pew Research Center, 2014 a; MANN e ORNSTEIN, 2006 e 2012); e para a fragilidade do próprio conceito de democracia na medida em que o que está em jogo não é o bem-estar da maioria da população, mas de um segmento relativamente pequeno dessa – a “base” (FIORINA, 2005; MANN e ORNSTEIN, 2006 e 2012; MANN, 2014). No entanto, conforme atenta Fiorina (2005), talvez o problema da fragilidade democrática seja, paradoxalmente, a consequência de um excesso de democracia na medida em que o eleitor engajado, ao contrário do eleitor mediano, tira proveito dos mecanismos institucionais democráticos em número desproporcionalmente maior que o último.

Como se pode perceber, esse fenômeno contemporâneo estadunidense demonstra mais que uma mera conjuntura doméstica; expõe mesmo os limites de determinadas abordagens e de conceitos. A importância do tema, portanto, não se restringe à compreensão meramente factual da política de um determinado país e, portanto, alheio aos interesses da academia brasileira; significa, ao contrário, uma oportunidade de expor os limites de determinadas abordagens e mesmo de conceitos a partir de um caso concreto e, portanto, de contribuição ao conhecimento científico de forma geral.

O debate acerca desse fenômeno, no entanto, está ainda longe de acabar. Muito provavelmente os estudos acerca da política norte-americana desenvolvidos a partir de agora levarão em conta fatores e abordagens outras que não se restringem a táticas e estratégias racionais, eleitor mediano e instituições; mas que englobam processos mais amplos como o engajamento político, a mídia, grupos de interesse e a ideologia partidária, por exemplo. No que diz respeito a esse trabalho, o interesse reside unicamente na arena partidária; em específico na questão acerca da polarização partidária (o suposto distanciamento ideológico entre os partidos) e o papel do PR nesse fenômeno (a sua suposta radicalização conservadora).

Ainda que a literatura acerca da polarização partidária e da radicalização conservadora tenha trazido para o debate elementos importantes para o estudo do fenômeno, em específico, os resultados do trabalho de McCarthy, Poole e Rosenthal atentando para o crescente distanciamento ideológico entre os congressistas; o assunto está longe de ser analisado em sua profundidade. É interessante notar como em praticamente toda a literatura que versa sobre a polarização política (seja ela no

¹⁶ A votação de 2003 acerca da aprovação do Medicare, por exemplo, foi a mais longa da história do Congresso e uma das mais divididas (220 a 215 votos) (MANN e ORNSTEIN, 2006, p.12).

âmbito do eleitor ou do partido), a polarização partidária é entendida como um fato e, portanto, desnecessário adentrar nela ou questioná-la. É como se fizesse parte do senso comum, não há dissenso entre os acadêmicos. Trabalhos, nesse sentido, tem sido muito mais para reforçar esse fato do que efetivamente para demonstrá-lo. Utiliza-se, portanto, desde menções impressionistas (sem comprovação empírica) até relações com determinadas lideranças (republicanas na sua maioria) e o papel da mídia, por exemplo. Mesmo os únicos trabalhos – de McCarthy, Poole e Rosenthal – que se propuseram a mostrar empiricamente a polarização partidária, o fizeram através de um recorte populacional um tanto reduzido e questionável: afinal, o conjunto de congressistas é o partido? Ou seja, será que o partido norte-americano, tal como uma organização com todas as suas especificidades – inserido em um sistema bipartidário, descentralizado e sem estatuto – e com todas as suas idiosincrasias é melhor representado pelos congressistas? E os líderes partidários outros? E os delegados? E mesmo os ativistas e membros do partido que nos EUA desempenham um papel fundamental nas primárias e nas convenções nacionais? O trabalho aqui proposto parte do pressuposto que os congressistas não só não representam “o partido” como também não representam os melhores indicadores de posicionamento ideológico e, portanto, de polarização partidária e radicalização conservadora – representam tão somente os seus posicionamentos que não necessariamente refletem o do presidente do partido, o do presidente nacional, o dos delegados e etc. Por fim, é desnecessário adentrar nos limites da outra parte da literatura que lida com o assunto já que essa, como foi mencionado anteriormente, trata o fato como dado e busca tão somente indícios que o comprovem através de relações e de eventos específicos e auto-direcionados.

Da mesma forma, há limites e lacunas na literatura acerca da radicalização conservadora. Ao fim, o que os quatro blocos de estudos na academia norte-americana sugerem é uma percepção de que há um consenso acerca do fenômeno, qual seja, de um maior conservadorismo por parte do Partido Republicano. De fato, a grande maioria desses trabalhos entende que a mudança do GOP está diretamente associada com a ascensão do movimento conservador no meio intelectual e social inicialmente e, posteriormente, no meio partidário através de determinadas lideranças, como se essas lideranças fossem sinônimos do partido ou como se Goldwater e Reagan, fossem por si só, indícios de mudança ideológica do partido como um todo.

Ainda que abundantes, essa literatura que engloba diferentes perspectivas e abordagens teóricas tampouco foi capaz de tratar o tema de maneira empírica e abrangente no que diz respeito ao Partido Republicano. Ao focar em determinadas lideranças partidárias, movimentos sociais, grupos partidários e mecanismos institucionais que possibilitam determinadas lideranças de atuarem; a leitura do problema ocorre de forma fragmentada e incompleta, ou seja, concentra-se em certos “fragmentos” seja do movimento conservador, seja do Partido Republicano, geralmente focando em momentos chave: a candidatura de Goldwater, a eleição de Reagan, o governo de G.W.Bush, etc. Iguala ainda, o posicionamento de determinadas lideranças ao posicionamento do partido, como se o indivíduo em questão pudesse ser a personificação do partido.

Por fim, toda a literatura acerca do fenômeno da polarização partidária e da radicalização conservadora carece, ainda, de uma discussão conceitual a respeito do próprio tema em questão: o conservadorismo e o liberalismo. A maioria dos estudos feitos parte de um pressuposto, qual seja, o de que conceitos como “conservadorismo” e “liberalismo” são fixos, assim como “direita” e “esquerda”. Em todos trabalhos supracitados o conceito do que significa “ser conservador” já está dado, ou seja, ou ele é tratado como sinônimo das lideranças conservadoras, portanto o conservadorismo é a personificação em Buckley, Goldwater e Reagan, por exemplo; ou ele é definido brevemente e de maneira arbitrária pelo autor em questão no estilo: “o que eu chamo de conservadorismo nesse trabalho diz respeito aos seguintes posicionamentos...”.

Percebe-se, portanto, dois importantes hiatos na literatura supracitada acerca desse fenômeno político norte americano. Em primeiro lugar, há um problema conceitual. Não é possível distinguir pela literatura se aumentou o conservadorismo no Partido Republicano ou se é outro tipo de conservadorismo simplesmente porque não se trata do tema em questão. Ou seja, há uma necessidade de análise conceitual que possa indicar se essa é uma questão dicotômica (é ou não é conservador) ou de grau (é mais ou menos conservador)? A literatura tem tratado o tema como se a questão fosse de gradação (o partido esta mais conservador que no passado), no entanto, apresenta a definição de conservadorismo (quando o faz), de maneira dicotômica e por vezes retórica: é conservador porque o posicionamento defendido por determinadas lideranças conservadoras é conservador. Daí a ênfase no estudo de lideranças conservadoras no sentido de impor-lhes a própria personificação do

conceito. Para se entender se o partido ficou mais ou menos conservador, é preciso uma definição clara do termo. A literatura não investiu nessa conceituação, tratando o tema como gradação, mas o evidenciando a partir de uma definição dicotômica. Esse trabalho pressupõe, no entanto, que o conservadorismo, bem como o liberalismo, não são conceitos fixos, parados no tempo: eles mudam. Mudam de acordo com o tempo, com a conjuntura, com o local e com os atores envolvidos no processo. São conceitos, assim, que são construídos e moldados por determinados atores em um certo contexto. Como tal, essa construção deve ser analisada prioritariamente buscando certos eixos que caracterizariam o conceito ao longo do tempo (em outras palavras, um “núcleo duro” do conceito).

Em segundo lugar, por fim, a literatura não tem tratado o tema de maneira a abarcar o partido e em evidenciar, efetivamente e empiricamente, uma polarização partidária e uma radicalização conservadora. Parte-se do pressuposto, a ser melhor desenvolvido no capítulo teórico, de que o posicionamento político de um indivíduo, seja através de discursos ou votações no congresso, não reflete o agregado de indivíduos e a complexidade a que diz respeito um partido político. As evidências demonstradas na literatura supracitada, assim, não devem ser consideradas evidências empíricas de mudança de posicionamento de um partido, mas tão somente de posicionamentos políticos supostamente mais conservadores ou liberais de determinados indivíduos. Da mesma forma, no caso do PR em específico, não são dadas evidências a respeito de um maior conservadorismo do partido por conta de mecanismos institucionais. Esses mesmos mecanismos estão presentes em outros momentos da história onde o partido é ainda considerado “moderado”. Como no caso dos estudos acerca do ativismo social, parte-se do pressuposto de que o GOP está, efetivamente, mais conservador do que no passado e, a partir daí busca-se verificar os “culpados” por essa mudança. Ou seja, nesses estudos já está dada a mudança ideológica, limitam-se, portanto, a descobrir o porquê através do estudo de atores-chave e de mecanismos institucionais sem, no entanto, analisar o que se entende por conservadorismo ou mostrar evidências empíricas de uma mudança ideológica do partido em questão.

O trabalho aqui proposto tem como ponto de partida, portanto, o estado da arte acerca da suposta polarização partidária e da radicalização conservadora por parte do Partido Republicano. Está inserido, assim, nessa mesma área de estudos na Ciência Política, qual seja, estudos sobre ideologia partidária; no entanto, busca analisar esses

fenômenos através de uma metodologia e abordagem teórica diferenciadas. Entende-se, inicialmente, que os conceitos de “conservadorismo” e de “liberalismo” não estão dados, nem são fixos. Ou seja, são ideologias historicamente e socialmente construídas por determinados indivíduos com certos interesses e percepção de mundo inseridos em um determinado contexto (POCOCK, 2003; GREEN, 1992; SELINGER, 1976; NOEL, 2012). Da mesma forma, entende-se que o melhor indicativo da ideologia de um partido a nível nacional, seja a plataforma nacional partidária: único documento atribuído ao partido e endossado por todos, tácita ou formalmente, onde os posicionamentos políticos e pressupostos ideológicos do partido estão expostos. Elas são, em última instância, sinalizações do que o partido pretende implementar, uma vez eleito e que em um sistema bipartidário como é o caso dos Estados Unidos geralmente são facilmente implementadas¹⁷.

Esse trabalho, portanto, trata o fenômeno da polarização partidária e da radicalização conservadora por parte do Partido Republicano como hipóteses a serem testadas. Entende-se que a força dessa tese depende, em primeiro lugar, de uma análise mais aprofundada no que diz respeito ao próprio conceito estudado, qual seja, o que se entende por conservadorismo e liberalismo; e, em segundo lugar, de uma análise comparada historicamente nos posicionamentos e ideologias expostas pelos próprios partidos. A contribuição desse trabalho está, portanto, na tentativa de preenchimento dos hiatos deixados pela literatura especializada a partir de enfoques e empirias distintas.

O objetivo desse trabalho é, portanto, duplo: analisar a suposta polarização partidária e a radicalização conservadora do PR através das plataformas nacionais e, como tal, contribuir com o uso de novas técnicas metodológicas.

O recorte temporal feito diz respeito ao momento em que os conceitos de “liberalismo” e “conservadorismo”, tal como o entendemos atualmente, começavam a ser debatido e construídos no meio acadêmico e político: a partir da instauração do primeiro *New Deal* em 1933; até o período mais recente, caracterizado pela última eleição a presidência em 2012. No que diz respeito as plataformas nacionais, esse recorte se dá entre 1936 (primeira eleição presidencial pós *New Deal*) e 2012.

¹⁷ Ou seja, dispensa-se alianças para implementação de agenda própria. Ou se tem maioria, ou minoria no Congresso, caso seja a maioria, o partido tem pouca dificuldade na implementação da sua plataforma política.

A preocupação, assim, reside em verificar mudanças de posicionamentos políticos e, portanto, de ideologias, pelos partidos. Entende-se as dificuldades metodológicas dessa questão, talvez por isso evitadas pela literatura especializada; afinal, como “medir” uma ideologia? No entanto, justamente pela dificuldade que ela apresenta, a sua contribuição para o debate acadêmico, em específico um debate recente e que questiona abordagens teóricas e percepções políticas um tanto arraigadas na academia; torna-se ainda mais importante.

Esse trabalho, assim, é dividido em 6 partes: esse primeiro capítulo, concernente à contextualização e apresentação do problema; o segundo, referente ao enquadramento teórico do trabalho e ao debate conceitual acerca do liberalismo e do conservadorismo; o terceiro capítulo, metodológico; o quarto, quinto e sexto capítulos referentes à análise das plataformas do PR, PD e análise comparativa de ambas as plataformas e partidos; e, por fim, as considerações finais do estudo feito.

2 O PARTIDO NETWORK E A APREENSÃO DE CONCEITOS COMO O LIBERALISMO E O CONSERVADORISMO

2.1 O TRATAMENTO DADO AO PARTIDO POLÍTICO

Partidos políticos têm sido definidos nas mais diversas formas e abordagens: institucionalistas, pluralistas, racionalistas, entre outras. Esse trabalho, ao debruçar-se sobre a questão da polarização partidária e radicalização conservadora, retrata um entendimento bastante específico de partidos políticos. Entende-se, por exemplo, que não há necessariamente um elo representativo entre partidos e sociedade - haja vista a desconexão entre os partidos políticos e a maioria do público eleitor expressados pelas *surveys* recentes do PRC. Tampouco há um interesse meramente eleitoreiro por trás do funcionamento dos partidos políticos – se fosse esse o caso, tanto o PR quanto o PD tenderiam a realinhar-se juntamente com a maioria do seu público eleitor, o que é refutado pelos estudos e *surveys* recentes. Tampouco, por fim, o partido deve ser relacionado unicamente com lideranças partidárias. Estudos já vinham atentando o que as *surveys* recentes comprovam: os partidos nos EUA tendo em vista o seu caráter altamente descentralizado, não hierárquico e crescentemente democratizado, não deve ser tratado em separado da sua “base”, afinal, é ela que está presente nas primárias e nas convenções nacionais responsável pela construção das plataformas – diretrizes e retrato do partido naquele dado momento. Da mesma forma, esse trabalho, ao utilizar-se de uma certa metodologia no estudo da ideologia partidária (a análise das plataformas), se afasta do entendimento “candidate centered” dado ao partido político (que privilegia lideranças partidárias e as equaciona com o todo que é o partido) e se insere no entendimento de “party centered” atentando para o partido como um todo. Afinal, se entendo que as plataformas são os documentos mais importantes quando da caracterização ideológica do partido e essas são construídas não só por lideranças partidárias mas também por membros da base (ativistas, ideólogos, etc.), como não entende-os parte do partido político em questão?

Dessa forma, o enquadramento teórico adotado nesse trabalho refere-se ao Partido Expandido (ou Partido Network). Essa abordagem surge a partir dos anos 1990 em oposição a abordagem racionalista Downsiana e a suposta fragilidade partidária, trazendo ainda inovações à teoria pluralista dos grupos.

De fato, o partido expandido nasce em um momento onde as teorias então vigentes, em especial o neo-institucionalismo da escolha racional, não conseguem explicar adequadamente o crescimento da polarização partidária e da “guerra ideológica” partidária que se segue. Como já foi mencionado, estudos mostram que, além de nociva para a reeleição, a radicalização ideológica não encontra ressonância na sociedade, o que indicaria um paradoxo. Enquanto o postulado racionalista diz que os partidos devem caminhar para o centro buscando, assim, angariar o maior número de votos (DOWNS, 1999) e o candidato, como numa lógica de mercado, deve oferecer ao eleitorado aquilo que se procura para aumentar suas chances de eleição; a realidade norte-americana mostra, atualmente, o contrário: partidos cada vez mais extremados e candidatos postulando agendas políticas inconsistentes com os anseios do público eleitor.

Nesse sentido, é necessário registrar o debate na academia norte-americana que se faz sobre uma suposta “fragilidade” e “enfraquecimento” dos partidos políticos justamente no mesmo período em que a abordagem racionalista ganha espaço (BRODER, 1972; MAYHEW, 1974). É fato que determinadas reformas, como a McGovern no que diz respeito a nomeação de candidatos, bem como a recente BCRA que limita os recursos partidários¹⁸; enfraquece o partido se o considerarmos estritamente a partir de lideranças formais. A abordagem da escolha racional, nesse sentido, casa muito bem com essa relegação do partido para um segundo plano. Ao focar no indivíduo, em especial, nos líderes partidários, relega ao partido um espaço de mero coadjuvante na disputa eleitoral. A visão *candidate centered*, assim, nutre-se diretamente do suposto enfraquecimento dos partidos políticos.

O partido network ganha espaço na academia a partir desse contexto e atua “contra a maré”. Ao contrário da corrente *candidate centered*, postula uma abordagem que visa ser *party centered*. Ao contrário de entender o partido como um reflexo de lideranças formais, o conceitua como um aglomerado de indivíduos e grupos de indivíduos que mantêm relações entre si e inseridos em determinadas regras institucionais, portanto engloba um escopo muito maior de atores partidários: o objetivo é estudar “o partido” e não os “líderes partidários”. Por fim, ao contrário de perceber um certo enfraquecimento dos partidos, os postula como organizações

¹⁸ A reforma McGovern (1972) retirava das mãos dos dirigentes partidários a decisão de nomeação e passava para o eleitorado em lista fechada ou aberta, conforme especificações de cada estado. Já o Bipartisan Campaign Reform Act (2002) proíbe o recebimento e distribuição dos “soft money” por partidos políticos.

“robustas” (SCHWARTZ, 1990, p.283-284) e adaptativas que mesmo em face de novas e restritivas regras, como no caso do BCRA, são capazes de criar “válvulas de escape” a partir das mais variadas formas, inclusive criando “braços” externos, como no caso dos comitês 527’s (SKINNER *et al*, 2013).

Partindo-se do pressuposto de que os partidos políticos não só não são compostos unicamente por indivíduos racionais e *goal oriented*, mas por indivíduos e grupos de indivíduos que possuem determinados interesses e ideologias próprios e que vêem nos partidos políticos o meio pelo qual esses podem ser impostos na política (diretamente ou sob pressão). O partido político serve como um veículo para a promoção de determinados interesses e visões de mundo e não, portanto, como um elo necessariamente democrático entre a política e a sociedade, mas entre a política e “determinados” setores da sociedade (a “base”). Por englobar mais do que meramente lideranças formais, a teoria do partido expandido abre espaço para outros interesses que não meramente eleitorais ou econômicos; essa abordagem abre espaço para que a ideologia também seja contemplada. Por fim, essa mesma abordagem teórica percebe a “ideologia” como um construto humano, na qual determinados indivíduos atuam de forma deliberada na construção de um determinado conceito que é utilizado para explicar, justificar e legitimar uma determinada agenda e visão de mundo.

O partido network nutre-se diretamente da teoria pluralista dos grupos. Com um viés mais científico e empírico que essa última, essa abordagem tem início com o estudo de Schwartz (1990) sobre a composição e organização do Partido Republicano a nível estadual e redefine o significado de partido ao postulá-lo como uma aglomeração de diferentes grupos, dentre os quais fazem parte líderes partidários, grupos de interesse, ativistas, entre outros.

Desse modo, o partido network percebe o partido de maneira abrangente e holística, fazendo parte dele atores outros que não só os *office holders*. Nessa abordagem, o partido é composto tanto por *insiders* - líderes partidários e políticos profissionais, por exemplo; como por *outsideres* (ou *intense policy demanders*) - grupos de interesse, ativistas, *think tanks*, mídia, entre outros. Assim, “Groups of organized policy demanders are the basic units of our theory of parties” (BAWN *et al*, 2012, p.575). E é justamente esse ponto o que diferencia essa abordagem da teoria dos grupos anteriormente difundida. Ao contrário do postulado desenvolvido por Bentley e Truman, “grupos de interesse” não devem ser visto em separado do partido. Como

já atentava, timidamente, Key e Herring, esses grupos por vezes se mesclam com os partidos de tal forma que uma distinção entre eles seria impossível.

Os estudos centrados nessa abordagem já são vários e abarcam diversos acadêmicos (SCHWARTZ,1990; FEINSTEIN e SCHIKLER, 2008; BAYLOR, 2013; NOEL, 2012; BAWN *et al*, 2012; MASKET, 2007 e 2012; COHEN *et al* , 2008; HERRNISON, 2009; HEANEY *et al*, 2012; DOMINGUEZ, 2005; KOGER *et al*, 2009; BERNSTEIN, 2005; SKINNER *et al* 2012, entre outros). Ainda que se enfatizem temas e instâncias diversas, eles partem da mesma concepção, qual seja, o partido político atualmente nos Estados Unidos não pode ser caracterizado em termos de lideranças formais cujo objetivo único é a eleição. Em todos esses estudos, há o entendimento de que o partido deve ser visto de maneira mais abrangente, a abarcar não só líderes partidários, mas também as diversas organizações, associações, ativistas, grupos de interesse e *think tanks*. Considerados *intense policy demanders* (IPD), ou *informal party organization* (IPO) esses grupos não atuam “do lado de fora” do partido, mas são, também, os responsáveis por dar forma a ele. Fazem parte do processo de nomeação, possuem candidatos próprios, participam da construção de plataformas, financiam e divulgam o partido, etc. Para Cohen (et al, 2008, p.30), os IPDs podem ser definidos a partir de três características: “They are (1) animated by a demand or set of demands, (2) politically active on behalf of their demands, and (3) numerous enough to be influential”. Para a abordagem do partido network esses *intense policy demanders* são a base do partido, ainda que os líderes partidários sejam os mais visíveis.

Um estudo desenvolvido na Califórnia por Masket por exemplo, demonstra que, a nível local, a organização e estrutura partidária é composta por uma aliança informal entre líderes partidários, ativistas, candidatos e grupos auto-interessados que atuam desde os processos de nomeação, até a defesa e a rejeição de políticas na arena legislativa. Esses IPDs “are the heart, soul, and backbone of contemporary political parties” (MASKET, 2012, p.9). Da mesma forma, Schwartz (1990), ao analisar o Partido Republicano no estado do Illinois, define 7 atores principais na condução e na caracterização do partido: senador do estado, representantes do estado, senador, governador, conselheiro, grupo de interesse, e contribuinte financeiro: “That is the party core, the actors whose identities and activities define the Republican Party” (SCHWARTZ, 1990, p.75). De fato, conforme estudo desenvolvido por Masket (2007), os IPDs detém um papel importante não só na condução de políticas

partidárias, mas na própria organização e forma do partido. Quando determinadas regras negam acesso a esses “outsiders” (como o caso da *Cross-Filling*¹⁹), o que se verifica são líderes partidários cada vez menos partidários. Ou seja, se os indivíduos e grupos formalmente fora do partido político deixam de atuar nele por vontade própria ou por regras institucionais, os *legislators* vão preferir apartidarismo e a condução de políticas centristas (MASKET, 2007). O estudo, assim, conclui que aqueles que controlam o processo de nomeação dominam e conduzem o partido. “These true party leaders – the activists, the bosses, the interest groups – determine the raw materials out of which chamber leaders assemble legislative parties” (Ibidem, p.495).

São três os pontos que precisam ser considerados aqui para se entender melhor o que a abordagem do partido expandido entende por partidos políticos. Em primeiro lugar, é um grupo, geralmente composto por um conjunto de sub-grupos, que busca utilizar-se do governo para promover seus próprios interesses e objetivos. Em segundo lugar, os indivíduos parte dos “sub-grupos” do partido podem ser definidos por aqueles que controlam o partido tanto no que diz respeito a diretrizes e estratégias, como no processo de nomeação de candidatos. Por fim, o que confere o status de “partido político”, não é a posição ou associação formal, mas as relações que se dão entre diferentes indivíduos e grupos de indivíduos.

O partido network parte do pressuposto de que “partidos” são organizações (SCHWARTZ, 1990). Essas organizações, no entanto, não se definem unicamente por estruturas formais, fixas ou hierárquicas, mas ao contrário, se definem por sua característica descentralizada, não-hierárquica, fluída e cujos limites são bastante porosos²⁰. Mais especificamente, essa organização é composta por diferentes coalizões em diferentes níveis (*multilayered coalitions*) (HERRNSON, 2009, p.1209).

Assim,

[...] parties should not be defined in terms of leadership structures. They should be understood as we have just defined them: a coalition of interest groups, social group leaders, activists, and other policy demanders working to gain control of government on behalf of their own goals (COHEN *et al*, 2008, p.6).

¹⁹ A *Cross-Filling* (1914-1959) limitava o processo de nomeação de candidatos aos líderes partidários formais no que diz respeito a legislatura da Califórnia.

²⁰ Nesse ínterim, é importante mencionar que o sistema partidário norte-americano é bastante diferente do brasileiro. O partido político é uma organização extraconstitucional que não possui estatuto ou associação formal. Além disso, em função do federalismo prevalecente, os partidos são altamente descentralizados.

De fato, esse último ponto merece destaque. Por englobar mais do que meramente lideranças formais, a teoria do partido expandido abre espaço para outros interesses que não meramente eleitorais ou econômicos. Os objetivos dos indivíduos e grupos que fazem parte do partido não se restringem, portanto, a ganhar a eleição ou a construir uma carreira sólida e economicamente estável através do serviço público. Ao englobar ativistas, ideólogos, grupos de interesse, entre outros; essa abordagem abre espaço, portanto, para que a ideologia também seja contemplada e sua agenda utilizada como um objetivo a ser buscado na política através do partido.

O partido network, assim, explica a polarização partidária a partir da seguinte lógica: os partidos estão mais polarizados ideologicamente, ao contrário da população e sob risco de punição eleitoral, porque não é constituído unicamente de profissionais *office seeking*, mas também de *intense policy demanders* cujo objetivo, como o nome sugere, está na exigência e na imposição de determinadas políticas. A polarização ocorre, portanto, por uma lealdade extremada a determinadas ideologias, agendas e interesses.

Estudos feitos nesse âmbito, por exemplo, vêm mostrando que o processo de nomeação é amplamente definido por esses IPDs (COHEN *et al*, 2008; BAWN *et al*, 2012; SCHWARTZ, 1990; NOEL, 2012; COHEN *et al*, 2001). Ao invés de líderes formais partidários, as nomeações são feitas em um processo iniciado na primária “invisível”²¹ e, posteriormente, nas primárias de fato; tendo como expoentes ativistas sociais, grupos de interesse e organizações diversas que incluem, por exemplo, os controversos grupos 527s²². Por participarem do processo de nomeação, esses grupos não só escolhem determinados candidatos, como provêm a eles todos os tipos de recursos possíveis: recursos, propaganda e *expertise*. A retribuição, no entanto, é a lealdade a uma determinada agenda. Por atuarem diretamente no processo de nomeação, os IPDs, assim, escolhem candidatos leais às suas agendas políticas, interesses e ideologias:

In making nominations, the groups that constitute parties go beyond merely pressuring candidates to adopt positions closer to their own that most voters might prefer. They define basic party positions, decide how much

²¹ As primárias invisíveis podem ser definidas como “a long running national conversation among members of each party coalition about who can best unite the party and win the next presidential election” (COHEN *et al*, 2008, p.13-14)

²² Os 527s são considerados braços dos partidos norte-americanos atualmente. Depois da reforma BCRA, essas organizações vieram representar um novo veículo para recebimento e distribuição de recursos para campanhas eleitorais.

electoral risk to take in pursuit of these positions, and choose which candidates to put forward under the party banner. Their purpose is to place reliable agents in government offices. Thus, intense policy demanders expect that their nominees will, if elected, provide loyal service on matters large and small (COHEN *et al*, 2008, p.31).

A lógica na qual a teoria do partido network opera é a seguinte: IPDs, como qualquer grupo, tem interesses próprios (que não são exclusivamente materiais). A melhor maneira de se conseguir alcançá-los é através da política: “they need things from government – changes in social policy, public contracts for sympathetic business, and so on – but can’t get those things by themselves” (MASKET, 2012, p.16). Ao invés de encarnar o papel típico de *outsider* – pressionar ambos os partidos para o cumprimento de suas agendas; os IPDs tomam para si a condução e as rédeas da política através do partido. O partido político é, assim, um veículo para imposição de determinados interesses e agendas.

O postulado da teoria do partido expandido, portanto, não se limita ao partido propriamente, mas à própria concepção de democracia. O que se percebe não são ideologias e posicionamentos políticos que refletem uma maioria na população, mas ao contrário, refletem determinados segmentos da população. De acordo com esses mesmos autores, “across the entire span of American history, parties behave in the same basic way- as vehicles by which the most energized segments of the population attempt to pull government policy toward their own preferences” (COHEN *et al*, 2008, p.7).

A abordagem do partido network postula que os eleitores, longe de reagirem de maneira “racional” e calculada no momento do voto, são constrangidos e influenciados por uma série de fatores e características aleatórias e por um relativo desconhecimento sobre posicionamentos políticos, partidos e líderes partidários. Contrariando o *Median Voter Theorem* (BLACK, 1948 e DOWNS, 1999), o estudo de Bawn (*et al*, 2012) utiliza-se de variadas fontes de dados para demonstrar que o eleitor mediano, na sua maioria os *swing voters*, são influenciados por uma série de fatores aleatórios no momento de eleição e possuem pouca informação relativo as propostas e agenda política defendida. Nessas condições, o partido não precisa, necessariamente, ser responsivo às demandas da população e moderar suas posições já que eventos tão aleatórios como os climáticos e a relativa ignorância acerca da

agenda política são fatores a serem levados em consideração no momento da eleição. Esse é o “electoral blind spot”:

Most studies of parties assume that voters can judge which party offers more of what they want, implying that parties must construct programs with a keen eye to voter satisfaction. We regard this assumption as unrealistic. In its place we theorize an ‘electoral blind spot’ within which voters are unable to reliably ascertain policy positions or evaluate party performance (BAWN *et al*, 2012, p.571).

Cabe aqui colocar que o partido network, apesar de privilegiar “grupos” ao invés de “lideranças partidárias formais” na condução e caracterização do partido, reconhece o importante papel que esses últimos desempenham. No entanto, ao invés de postular uma independência desses no que diz respeito aos seus posicionamentos e objetivos, os líderes partidários são vistos como reflexos dos grupos de IPDs que operam no partido, seja porque foram escolhidos por esses últimos, seja porque fazem parte, eles mesmos dos grupos que lá operam. Ou seja, ainda que sejam os mais visíveis nos partidos (haja vista que são *full time professionals* nesse âmbito), eles raramente agem de maneira independente ou autônoma. A ascensão de Barry Goldwater no Partido Republicano, por exemplo, como vai ser analisado no decorrer desse capítulo; muito se deve a ação deliberada de IPDs que o divulgaram, financiaram e o “elegeram” naquele momento como o porta-voz do movimento conservador no partido.

É importante lembrar que o partido político, nessa abordagem, serve tão somente como um veículo para se atingir um objetivo: “Parties are means to an end, and the end is the group’s own policy agenda”. Diferentes grupos cooperam entre si, desde que a cooperação sirva aos seus interesses. Dificilmente um único grupo vai ter força suficiente para formar um partido ou, se já formado, para comandá-lo sozinho. Essa situação é ainda mais difícil em um sistema bipartidário e altamente descentralizado como o sistema norte-americano. Na maioria dos casos, é preciso coalizões com outros grupos.

Entendamos ou não que os partidos políticos estadonidenses foram criados por grupos de IPDs e que, portanto, não podem ser entendidos ou definidos em separado desses; o fato é que esses estudos são notáveis por trazer a tona elementos tipicamente não considerados no estudo de partidos políticos. A abordagem do partido network inova ao trazer para um patamar mais elevado fatores até então considerados externos

ao partido político. De maneira sucinta, a utilização dessa abordagem implica em uma percepção distinta a respeito de três pontos fundamentais: o papel do político, o papel dos grupos de IPDs e a relação entre partidos e democracia.

A respeito do primeiro ponto, a abordagem do partido expandido não minimiza o papel do político. São eles os responsáveis pela organização das suas campanhas, representam o partido no legislativo e executivo, tomam iniciativas na organização interna do partido, buscam consolidar suas carreiras políticas, etc. Para Cohen (et al, 2008), as lideranças partidárias formais, na abordagem do partido network, desempenham os mesmos papéis que em uma abordagem *candidate centered*. No entanto, a abordagem do partido expandido prevê um número maior de atores parte do partido político que não se limita às lideranças formais partidárias. Além disso, os objetivos eleitorais dos políticos não são a preocupação central do partido: os objetivos dos sub-grupos de IPDs são centrais.

Com relação aos grupos, conforme já foi mencionado, essa abordagem do partido network tem raízes na tradição do pluralismo e, mais especificamente, da teoria dos grupos. No entanto, ao contrário do postulado clássico que separava os grupos do partido político; o partido expandido os incorpora. É importante lembrar, ainda, que essa incorporação não é exclusiva dessa abordagem emergente. Merriam e Gosnell (1929) que apesar de não serem considerados parte da literatura voltada para a teoria dos grupos, já atentavam, no início da década de 1920, para a relação intrínseca entre grupos, interesses e partidos: “The broad basis of the party is the interests, individual or group, usually group interests, which struggle to translate themselves into types of control through government” (MERRIAM e GOSNELL, 1929, p.2). A abordagem do partido expandido, portanto possui raízes antigas ao entender o partido político de maneira mais holística. Inova, no entanto, na busca por maior empiria e cientificidade nos estudos propostos através do uso de uma gama variada de metodologias e técnicas para demonstrar que, de fato, grupos de interesse e ativistas (IPDs, de maneira geral), são atores principais nos partidos políticos já que buscam, através desse veículo, disseminar seus objetivos e interesses.

Referente à relação entre democracia e partidos, a abordagem que o partido expandido postula é bastante pessimista. Inexoravelmente, a percepção de partido atribuída pelo partido expandido, portanto, não prevê uma relação entre partidos e democracia. Esses grupos e indivíduos buscam impor seus próprios interesses e ideologias, conforme já foi mencionado, mesmo que esses sejam alheios a grande

parcela da sociedade. Como sugere Cohen (*et al*, 2008, p.36), “the parties we have theorized are not humble servants of democracy”. Não sendo servos ou “melhores amigos” da democracia (BAWN *et al*, 2012), os partidos políticos teorizados pelo partido expandido servem como um veículo, ou um elo de ligação, entre determinados setores da sociedade (geralmente os mais ativos num determinado momento) e o governo. O entendimento proposto por essa abordagem resulta, portanto, em uma mudança normativa importante já que partidos dominados por IPDs seriam menos responsivos as preferências dos eleitores (BAWN *et al*, 2012, p.571).

A utilização dessa abordagem, ao fim, implica em novos rumos e campos de estudo no que diz respeito a partidos políticos. Dentre eles, um ganha maior proeminência e dialoga diretamente com o trabalho aqui proposto: o posicionamento e a ideologia partidária aliados ao uso de programas partidários. Nessa perspectiva, salienta Bawn (*et al*, 2012, p.590), “students of parties and elections ought to put tremendous energy into understanding the construction of party programs”. Assim, ao utilizar-se do partido expandido, o foco de estudos deixa de ser ancorado em processos, regras, técnicas e “individual psychology of electioneering” (Ibidem), e passa a englobar processos de nomeação, composição partidária, redes de relacionamento, ideologias e interesses.

Assim, o estudo feito nesse trabalho utiliza-se do quadro teórico exposto nesse capítulo no que diz respeito ao entendimento de ideologia e partidos políticos. Entende-se as limitações dessas abordagens, em especial no que diz respeito ao partido expandido, e não se pretende fazer aqui uma defesa “cega” desse último. Uma importante deficiência dessa teoria está na falta de uma linha de demarcação clara entre o que constitui ou não o partido político; afinal o partido expandido se define justamente por fronteiras “porosas” no que diz respeito a composição partidária. No entanto, por apresentar-se a partir de uma forma mais holística e abrangente, (incluindo atores que não meramente os formais) permite um entendimento mais aprofundado das várias dinâmicas que se tem na composição e organização do partido político. Conforme os estudos apresentados mostram, as mudanças de posicionamentos partidários não se definem a partir de um entendimento meramente formal e hierárquico de partido político, mas possuem como forças motrizes, atores outros que não os líderes formais e estratégias outras que não unicamente eleitorais. Entende-se, nesse sentido, que esse tipo de abordagem pode vir a ser uma ferramenta

útil para o entendimento e caracterização das mudanças partidárias que ocorreram nos partidos norte-americanos.

Além disso, a abordagem do partido expandido abre o foco de estudos pra o objetivo principal desse trabalho: a compreensão aprofundada sobre as mudanças na ideologia defendida pelo partido Republicano e a polarização partidária que então foi desencadeada. Além da ênfase no uso de programas partidários (BAWN *et al*, 2012 e FEINSTEIN e SCHICKLER, 2008) como indicativo dos interesses e da composição interna do partido – dialogando, assim, diretamente com os estudos de análise de programas partidários; a abordagem centrada no partido network, ao debruçar-se sobre os IPDs, faz com que a ideologia, os interesses e a agenda política partidária sejam contemplados de maneira mais robusta no estudo de partidos políticos.

Nesse sentido, a perspectiva do partido network atentando para o papel da ideologia, das disputas e competições (inclusive ideológicas) intrapartidárias e para o entendimento mais macro de partido político; justifica a importância de se estudar as plataformas nacionais partidárias – documentos onde estariam presentes de modo mais visível essas lutas ideológicas dentro dos partidos. Da mesma forma, a preocupação com intelectuais, ativistas e grupos de interesses na construção de agendas partidárias, pode ser perceptível na própria construção e divulgação de certas ideologias tal como o conservadorismo no contexto norte-americano.

2.2 O CONSERVADORISMO E O LIBERALISMO NOS ESTADOS UNIDOS

Assim, essa parte do capítulo busca definir o que se entende por ideologias como o conservadorismo e o liberalismo nos Estados Unidos²³. A definição de uma ideologia é, por si só, um trabalho difícil em função da pluralidade de aspectos e de temas, da fluidez com que se essa se transforma e do próprio contexto em que se ela está inserida e abordado. Obviamente, quando se lida com conceitos tão amorfos como conservadorismo e liberalismo, não se tem a intenção de defini-los de forma estanque. Nada mais são do que abstrações por vezes utilizados de forma ambígua e bastante flexível que, no entanto, por conta de processos de reificação, são capazes de

²³ A “ideologia” é entendida aqui de maneira inclusiva, definida como um corpo normativo sobre a natureza do homem e da sociedade, bem como da organização e propósito dessa (Seliger, 1976). No caso específico de partidos políticos, ela funciona como a base normativa das políticas defendidas.

dar às pessoas uma certa coesão e base de pensamento – ou seja, certos adjetivos são dados automaticamente quando se fala em “conservadorismo” ou “liberalismo” (GREEN, 1992).

Assim, pela porosidade e fluidez desse tipo de conceito, o máximo que se pode pretender chegar é a uma definição a mais amparada possível pela literatura especializada, de modo que outros trabalhos que visem fazer esse mesmo tipo de categorização possam encontrar resultados semelhantes. Desse modo, optou-se aqui por uma reconstrução histórica acerca de como esses conceitos surgem e vão sendo moldados ao longo dos anos. O interesse aqui reside, portanto, nos diferentes aportes dados à certos conceitos a partir de determinados atores inseridos em um contexto próprio. É, assim, um estudo da história de um “discurso” político (para parafrasear Pocock) através da sua *langue* (estruturas de linguagem) e da *parole* (atos de fala) que são transmitidos e reiterados sucessivamente (POCOCK, 2003) e cuja evolução é central na formação de uma “consciência política” e da própria evolução política (GREEN 1992, p.2).

É importante, no entanto, apontar as dificuldades desse tipo de abordagem. Em primeiro lugar, esses conceitos não são fixos, ao contrário, são fluídos e amorfos sempre em transformação dependendo da conjuntura e dos seus proponentes, conforme já citado. Em segundo lugar, não há uma coerência necessária entre as várias vertentes dessas ideologias, em específico no que diz respeito ao conservadorismo norte-americano que abrange correntes bastante contraditórias entre si. Em terceiro lugar, tanto o liberalismo como o conservadorismo em um determinado momento se tornam “self-sustaining” (NASH, 2009), não necessariamente refletindo os preceitos mais antigos de seus formuladores (POCOCK 2003). Ou seja, o movimento se auto-direciona fazendo com que expoentes mais antigos já não se sintam incluídos ou contemplados com essas mudanças – esse é o caso de ícones conservadores como Robert Nisbet e Barry Goldwater, por exemplo que criticam o rumo em que o conservadorismo tomou em específico no que diz respeito à emergência dos neoconservadores. E, por fim, a própria dificuldade que esse tipo de estudo nos incita: como mensurar e reproduzir de maneira coerente e o mais fiel possível o que são, como diz Rossiter (1962), um “mosaico de opiniões”? De fato, não se pode buscar uma única, satisfatória e abrangente definição de fenômenos tão complexos como conservadorismo e liberalismo. Entretanto, se pode ao menos buscar certos eixos (um núcleo) que perpassam tempo e espaço e que

seriam responsáveis por dar uma certa forma a essas ideologias. E é esse o intuito dessa parte do trabalho aqui proposto: reproduzir como esses conceitos foram sendo construídos e “costurados” em algo mais ou menos palpável.

Por fim, é importante explicar que, apesar do “conservadorismo” e do “liberalismo” serem conceitos e ideologias relativamente novas nos EUA (datando de meados do século XX), sempre existiram vertentes que poderiam hoje ser caracterizadas como liberais ou conservadoras. O próprio debate acerca da organização federal e constitutiva norte-americana já atentava para dois grupos (federalistas e anti-federalistas): um que preconizava a união federal, portanto, com um certo escopo de atuação, e o outro que defendia a independência dos estados, portanto, um governo federal mínimo. Ao invés de rótulos como “conservadorismo” e “liberalismo”, falava-se em “paternalismo” e “individualismo”: o primeiro seria a dependência de um estado de bem-estar social, enquanto o segundo a rejeição desse.

Assim, esses conceitos não nascem do nada. São continuções de certas visões de mundo e de filosofias políticas que fizeram parte da história norte-americana. No entanto, passam a ser melhor definidas, justificadas e legitimadas a partir de um determinado momento por conta da atuação de certos atores-chave que buscam, através do uso desses rótulos, lhes impor uma certa caracterização ideológica própria e atrelá-los a um partido político. No caso do liberalismo, a partir de meados da década de 1930 com o governo F.D. Roosevelt; no caso do conservadorismo, a partir da década de 1950 com o desenvolvimento de um network composto por intelectuais, ativistas e empresários.

2.2.1 O Liberalismo nos Estados Unidos

O entendimento de liberalismo nos EUA é, em primeiro lugar, distinto do entendimento de liberalismo no Brasil ou mesmo na Europa – onde é associado ao liberalismo clássico, portanto à escola austríaca que privilegia a “mão invisível” do mercado e a não interferência governamental na economia. Nesse país, o liberalismo é a ideologia política atual mais fortemente vinculada com à esquerda do espectro político, portanto, uma ideologia que, ao contrário do *laissez faire* associado ao liberalismo clássico, defende um amplo escopo de atuação federal na construção de

um estado de bem-estar social. Em segundo lugar, a emergência dessa ideologia deve-se ao papel central desenvolvido por lideranças políticas democratas, em específico, F.D.Roosevelt. Em terceiro lugar, o liberalismo está diretamente vinculado a problemas de ordem prática; ou seja, longe de ser uma ideologia que já nasce a partir de certos preceitos e de uma agenda política clara, é o resultado de uma série de tomadas de posições frente a assuntos práticos de ordem política (talvez justamente pelo papel desempenhado, não por ideólogos e acadêmicos, mas por líderes partidários na sua construção). Por fim, ainda que a emergência do liberalismo como uma filosofia política esteja diretamente vinculada com o governo F.D.Roosevelt, ela possui raízes tanto nos movimentos progressistas quanto nos movimentos populistas nos Estados Unidos. Com a presidência de Roosevelt, essas tendências seriam “rebatizadas” com o nome de “liberalismo” sem, no entanto, perder as linhas basilares que definiam esses movimentos, em específico a ênfase na igualdade e no papel do governo para a condução de uma sociedade mais igualitária²⁴.

Na década de 1920, o republicano Herbert Hoover se auto-identificava como “liberal” (GREEN, 1992). Na década seguinte, Robert Taft, filho do ex-presidente pelo Partido Republicano William Taft e futuramente Senador de Ohio (1939-1953) também se auto caracterizou como “liberal” (FARBER, 2010). Defensores do governo mínimo e do *laissez faire*, Hoover e Taft se referiam ao liberalismo clássico, aquele que enfatizava as liberdades individuais (propriedade privada, por exemplo) contra um estado “autoritário”. Em 1932, no entanto, Franklin Delano Roosevelt (FDR), redefiniria o termo.

Para FDR, o Partido Democrata podia ser entendido como “o partido do progresso e do liberalismo” que propunha um “new deal” para a sociedade estadonidense (FDR, 1932). Esse “new deal” em nada se assemelhava com às práticas de *laissez faire* do liberalismo clássico; ao contrário, era o entendimento de que o governo deveria intervir em todos os setores da economia com o objetivo de instaurar uma rede de proteção e de provimento de necessidades básicas à população. Quatro anos depois, FDR explicaria melhor o conceito: Enquanto em 1776 os liberais buscavam a liberdade contra a tirania da autocracia política (culminando na guerra pela independência), agora eles buscavam a liberdade contra a tirania da economia:

²⁴ É importante mencionar que o progressivismo nos Estados Unidos comportava uma dimensão moral; ou seja, dentre as suas prerrogativas, existiam componentes que buscavam impor uma certa moralidade à sociedade norte-americana, diferentemente do liberalismo.

An old Englishmen judge once said 'Necessitous men are not free men'. Liberty requires opportunities to make a living – a living decent according to the standard of the time, a living which gives man not only enough to live by, but something to live for. For too many of us the political equality we once had won was meaningless in the face of economic inequality. A small group had concentrated into their hands an almost complete control over other people's property, other people's money, other people's labor – other people's lives. For too many of us life was no longer free; liberty no longer real. (FDR, 1936).

Esse novo significado dado por Roosevelt nada mais era do que uma tentativa de “modernizar” um conceito externo aos EUA. Ou seja, os princípios liberais da época Iluminista eram insuficientes no mundo atual norte-americano, onde monopólios e corporações interferiam na realização de liberdades individuais. Ao apropriar-se do termo, dando a ele um novo significado, o new deal de FDR passou a representar o berço do liberalismo estadonidense tal como uma filosofia razoavelmente coesa. Se antes esse termo era utilizado de modo corriqueiro, geralmente atrelando-se ao liberalismo europeu, agora ele tinha uma conotação própria e específica dos Estados Unidos: o liberalismo passava a ser tudo aquilo que o New Deal representava. Não por acaso, aqueles que criticavam essa agenda política, passaram a coordenar seus esforços no sentido de instaurar, eles próprios, uma outra agenda política, contrária aos preceitos agora entendidos como “liberais”. O conservadorismo nos Estados Unidos (tal como uma filosofia política) surge, assim, como uma reação contra o liberalismo de FDR. Desse modo, nada mais justo do que começar essa reconstrução histórica pelo período New Deal – o momento de construção desses dois conceitos.

A grande depressão de 1929 fez parte de uma série de crises financeiras a atingir os EUA em um período relativamente curto de tempo. Historicamente e em função da própria organização institucional de caráter altamente federativo, o governo federal era percebido como uma instituição distante da vida cotidiana do estadonidense cujo caráter principal se dava na proteção e na defesa da unidade nacional frente a assuntos internacionais. Mesmo no auge da crise de 1929, a percepção do governo federal era a de que o indivíduo deve ser “self-reliant and not depended on government” (HANES e HANES, 2003, p.15), concepção essa compartilhada pela própria sociedade conforme relata o ex diplomata norte-americano George Kenan: “when times were hard, as they often were, groans and lamentations

went up to God, but never to Washington” (KENNAN *apud* HEALE, 1999, p. 14)²⁵. A crise de 1929, com seus efeitos devastadores sobre a população, no entanto, fez com que esse modelo fosse questionado. Na eleição de 1932, uma população faminta e exausta decidia entre a manutenção de Hoover que buscava a reeleição (e a continuação dos governos republicanos) ou a novidade que representava FDR pelo Partido Democrata. Sendo Hoover identificado com a grande depressão, a escolha foi óbvia.

A ruptura e a inovação que FDR representa, tanto relativo ao papel do governo federal quanto para a própria concepção pouco assistencialista da sociedade norte-americana, não podem ser menosprezados. Pela primeira vez, o governo federal iria intervir em várias esferas antes estaduais, locais ou privadas. Também pela primeira vez, a própria estrutura econômica e as tradições individualistas norte-americanas iriam ser questionadas, conforme discurso de 1932:

We must lay hold of the fact that economic laws are not made by nature. They are made by human beings [...] Today we shall have come through a period of loose thinking, descending morals, an era of selfishness, among individual men and women and among nations. Blame not government alone for this. Blame ourselves in equal share. [...] To return to higher standards we must abandon the false prophets and seek new leaders of our own choosing (FDR, 1932).

Ficava claro, mesmo antes da sua eleição, a mudança basilar que Roosevelt sugeria: não mais os grandes empresários ou o próprio sistema financeiro, definiriam os rumos da economia e, por conseguinte, da própria sociedade estadonidense. O objetivo do governo federal passava a ser ocupar esse vácuo deixado pela falta de instituições de controle, na busca pela preservação da liberdade e da segurança dos indivíduos frente às incertezas do mercado – ou seja, o governo federal passava a ter um papel de árbitro entre o mercado e a sociedade. A mudança que FDR sugeria era ampla: o governo federal passava a não mais ser associado com tirania e pseudo-aristocracia; mas de ser um benfeitor, garantidor das necessidades básicas de uma população fisicamente e psicologicamente exausta. Durante a sua campanha e discursos proferidos entre os seus 12 anos de mandato (1933-1945), seria comum a retórica sobre a necessidade de distribuição de riqueza de maneira mais igualitária,

²⁵ Brocke (1988) faz uma análise detalhada sobre a concepção presente de “to take care for one’s own”.

bem como da necessidade de adaptação da estrutura econômica em favor da população.

Essa ruptura com o modelo de *laissez faire*, dando início ao que passava a ser entendido como “liberalismo” não se restringiu ao discurso unicamente; ao contrário, FDR buscou colocar em prática essas mudanças através de uma série de programas federais, conhecidos como New Deal (ND). Entre março de 1933 e junho de 1934 inúmeras medidas e programas federais de emergência passaram pelo Congresso (o “primeiro” New Deal). Já entre abril de 1935 e junho de 1938 foram aprovadas medidas e programas federais de planejamento e reforma permanente (o “segundo” New Deal). Não cabe aqui elencar todas essas medidas, mas é importante mencionar a que as principais delas se referiam e no que elas foram “turning points” na política norte-americana, responsáveis, inclusive por personificar ideias abstratas e a filosofia que ali nascia – o liberalismo norte-americano.

Os programas do ND buscavam corrigir os problemas gerados com a crise, em específico a espiral deflacionária, através da intervenção massiva do governo em áreas até então “privadas” e da fomentação de instituições que buscariam reverter essas tendências - uma inovação para a época, tipicamente Keynesiana. Antes do final do seu primeiro mês como presidente, FDR aprovava a Civilian Conservation Corps (CCC) que, no intuito emergencial de prover trabalho para uma parcela da população de 30% de desempregados, proporcionava trabalho manual para jovens adultos nas áreas rurais²⁶. Assim, pela primeira vez o governo federal passava não só a não mais se abster no mercado e na relação empregador e empregado, como era ele próprio agora uma espécie de empregador. Logo em seguida veio o Federal Emergency Relief Administration (FERA) com o objetivo de dar auxílio financeiro diretamente para os necessitados ou através dos estados. Ainda que uma medida temporária, representou, conforme Heale (1999), a ruptura com o padrão tradicional que relegava a instituições voluntárias e filantrópicas a proteção à indivíduos em necessidades.

O governo federal passava a controlar a produção agrícola através do Agricultural Adjustment Act (AAA) e o mercado através da National Industrial Recovery Act (NIRA); e passava a criar empregos públicos através do Public Works Administration (PWA) com a contratação de indivíduos para trabalhos desde a construção de esgotos e redes de eletricidade até mesmo prevenção de solo e

²⁶ Mais de 2,5 milhões de indivíduos eventualmente participaria dessa “forestry army”, como ficou conhecida a mobilização.

construção de pontes. Por fim, dentre outros tantos programas e instituições construídos nesse primeiro período emergencial, um merece destaque: a criação do Securities Exchange Act que coibia abusos no setor financeiro de ações da bolsa. Através da criação da Securities and Exchange Commission (SEC), a Wall Street passava a ser regulada por Washington.

A maior parte dessas primeiras medidas aprovadas e aplicadas no primeiro período do New Deal, acabariam sendo suplantadas ou pelo seu próprio caráter temporário (emergencial) ou por decisões da Suprema Corte e/ou do Congresso. No entanto, tiveram duas conseqüências importantes: em primeiro lugar a crise começava a estagnar e os indicadores econômicos passavam a dar sinais positivos. E, em segundo lugar, contribuíram para que uma outra concepção de economia e de representação pública pudesse tomar forma, qual seja, o entendimento de que o governo federal poderia ter um papel importante na condução da sociedade e da economia.

O segundo período do New Deal já não se caracterizava por medidas meramente emergenciais. O objetivo de FDR nesse momento era o de consolidar um sistema de planejamento, de instituições e de programas voltados para o longo prazo. Uma das primeiras medidas centrais desse novo período é a aprovação do National Labor Relation Act (ou Wagner Act) em julho de 1935 que instaurava uma série de mecanismos com vista a promover a organização sindical e a coordenação dos próprios trabalhadores. Como aponta Heale (1999), essa medida foi uma das responsáveis pela identificação do operariado com o Partido Democrata. Uma segunda medida de planejamento (e talvez a mais importante haja vista que é uma das únicas iniciativas iniciadas nessa época a permanecerem até hoje nos Estados Unidos) foi a instauração do Social Security em agosto de 1935, representando as origens do ainda incipiente programa de bem-estar social. Por fim, outras duas medidas importantes do segundo período ND merecem destaque: o Banking Act e o Wealth Tax Act (WTA), ambos aprovados em 1935. O primeiro tinha como objetivo fazer com que o dinheiro norte-americano e o sistema bancário ficassem de alguma maneira mais interligados e dependentes aos desígnios do governo federal; já o WTA é uma medida emblemática que representava a tentativa de compromisso do governo FDR com a redistribuição de renda.

Em retrospecto, o ND significava um “pouporri de iniciativas” (CHAFE, 2003). Sem uma ideologia clara e coerente, esse experimento refletia uma amalgama

de ideias e de impulsos. De fato, conforme atesta Brinkley (in CHAFE, 2003, p.2) a busca por diferentes métodos, por vezes nunca antes testados, refletia uma tentativa pragmática de respostas à problemas imediatos. Roosevelt, efetivamente, não era um ideólogo, no entanto, seria simplista demais imaginar que as suas propostas nasceram em um vácuo ideológico. Conforme Chafe (2003, p.2) “The New Deal may have had no coherence, but it did have foundations”. Ainda que lhe faltasse a justificativa econômica lógica (a que Keynes prontamente faria em 1936)²⁷ e lhe sobrasse argumentos morais, o pensamento de FDR não estava solto ou desconexo. Ao contrário, fazia parte de uma crescente onda progressista que, desde fins do século XIX buscava espaço na política.

De modo sucinto, a tradição progressista incluía intelectuais (sendo o mais importante deles John Dewey) e políticos filiados a ambos os partidos (Theodore Roosevelt e Robert La Follette por parte do Partido Republicano; e Woodrow Wilson por parte do Partido Democrata, por exemplo) cujo objetivo era uma reforma política e econômica que visasse maior “igualdade, oportunidade e liberdade” (HALPIN e TEIXEIRA, 2010). Os progressistas convergiam na idéia de que era preciso mudar o *status quo* tipificado como economicamente e socialmente desigual por conta da multitude de problemas associados com a industrialização norte-americana, e produzir uma sociedade mais justa e igual. Dentre os itens de pauta dos progressistas, verificavam-se a busca por sufrágio universal, eleição direta de senadores, processos de referendo, aumento de impostos para rendas altas e heranças recebidas, a associação à sindicatos, proteção no trabalho, seguro desemprego, pensão para idosos, etc. Líderes e intelectuais progressistas percebiam que esses objetivos não seriam atingidos se não por uma ação federal intrusiva (HALPIN e WILLIAMS, 2010).

A própria percepção da liberdade também era reformulada. Conforme Dewey,

At one time, liberty signified liberation from chattel slavery; at another time, release of a class from serfdom. During the late seventeenth and early eighteenth centuries it meant liberation from despotic dynastic rule. A century later it meant release of industrialists from inherited legal customs that hampered the rise of new forces of production. Today it signifies liberation from material insecurity and from the coercions and repressions that prevent multitudes from the participation in the vast cultural resources that are at hand (DEWEY *apud* HALPIN e WILLIAMS, 2010).

²⁷ A teoria de Keynes estabelecia que em momentos de depressão, a produção econômica era influenciada diretamente pela demanda agregada. Tendo em vista a dificuldade do setor privado, Keynes defendia um papel mais assertivo do governo federal o que convenciou chamar-se de “mixed economy” (tanto o setor privado quanto o público interagem).

Não por acaso, FDR no seu discurso de 1936 faz uma análise praticamente idêntica a de Dewey no que diz respeito ao “novo” entendimento de liberdade em um contexto distinto caracterizado pela industrialização. Também não por acaso os objetivos de uma sociedade mais sócio e economicamente justa e igual, característica dos discursos e das próprias medidas e programas de FDR; assemelha-se em muito aos preceitos que vinham sendo desenvolvidos pelos progressistas. Mesmo a ênfase em um governo ativo e intervencionista de FDR teve precedentes nas presidências de Theodore Roosevelt (primo distante de FDR) e de Woodrow Wilson (a quem FDR serviu como secretário assistente)²⁸.

De fato, o New Deal de Roosevelt foi um sucessor da era progressista e um precursor da Great Society de Lyndon Johnson. Para Teixeira e Halpin (2010, p.10), a era progressista “prefigured the progressive coalition that would come to dominate the country in the New Deal era”. Já para Lawson (2006), o New Deal, sendo o mais amplo programa de reformas sociais e econômica, seria a culminação da tradição progressista nos Estados Unidos.

O governo de Roosevelt e o ND por ele orquestrado possui importância ímpar tanto no que diz respeito a formalização de uma ideologia – o liberalismo; quanto no que se refere a própria reestruturação do PD – agora mais fortemente vinculado a uma determinada agenda política e base eleitoral. Em primeiro lugar, FDR foi o responsável pela consolidação de uma coalizão de eleitores que passariam a associar-se com o Partido Democrata, os chamados “New Dealers”, composto por operários, afro-descendentes e intelectuais liberais. Para Heale (1999), nunca na história dos EUA um partido passaria a ser identificado com o operariado de forma tão concreta quanto o Democrata a partir do governo FDR. É importante mencionar o impacto que essa questão traz e que é refletida até hoje: a partir do governo FDR e da coalizão que se

²⁸ Ted Roosevelt foi o primeiro presidente a criticar frontalmente as práticas corporativistas e monopolistas presentes no mercado econômico e financeiro de então. Já no seu primeiro ano de governo entraria com uma ação judicial contra práticas cometidas pela Northern Securities Company e aprovaria o Hepburn Railroad Regulation Act que dava ao governo federal a possibilidade de verificar livros caixa das empresas férreas operando no país. Além disso, planejou e aprovou medidas de inspeção federal nas áreas fârmaco e alimentícia e buscou instaurar uma série de medidas favoráveis ao operariado e de regulação do mercado financeiro. De certo modo, a série de medidas e programas caracterizados como “New Freedom” de Wilson era uma continuação das políticas anti-trust iniciadas por Ted Roosevelt. Também é da autoria de Wilson o Federal Farm Loan Act, uma forma de assistência federal aos fazendeiros, e o Child Labor que proibia o trabalho infantil. Wilson, no entanto, é mais reconhecido pelo seu papel durante a Primeira Guerra Mundial e, em específico pelo seu empenho na criação da Liga das Nações. Iniciava-se aí uma característica que seria posteriormente refletida nos governos de Roosevelt, Kennedy e Johnson e, por conseguinte, passaria a ser atrelado diretamente a filosofia liberal norte-americana: o intervencionismo multilateral.

forma, inicia-se o “sorting” ideológico partidário, hoje tão fortemente definido entre o PD e o PR. De fato, FDR revolucionou a presidência: lançou as bases de um sistema de bem estar social, introduziu o keynesianismo na economia e trouxe mudanças expressiva no que diz respeito ao papel que o governo federal viria a desempenhar. A partir desse governo, novos conceitos de justiça e igualdade social tomaram proporções maiores inclusive trazendo a público o debate sobre responsabilidades coletivas e individuais.

E, em segundo lugar, FDR lançou as bases para o que seria crescentemente entendido como o liberalismo norte-americano, que não se restringia ao New Deal mas também à política externa e questões raciais. Relativo a esse último ponto, é importante mencionar que o governo de Roosevelt ficou aquém do que se poderia esperar de um governo aos moldes progressistas. No entanto, se FDR não buscou reformas nessa questão (notadamente preocupado com a questão financeira inicialmente e, posteriormente com a Segunda Guerra Mundial), ao menos esboçou certas mudanças que mais tarde seriam ampliadas por Kennedy e Johnson. De fato, no centro de todo discurso proferido por Roosevelt encontrava-se o objetivo de igualdade de oportunidades, ainda que a ênfase em função da própria situação financeira do país, tenha recaído nas questões de desigualdade econômica. Já a direção que o governo Roosevelt tomou relativo a política externa foi uma continuação da política intervencionista com ênfase em mecanismos e acordos multilaterais de Wilson. De fato, ao contrário da tradição isolacionista presente nos Estados Unidos, os últimos anos do governo FDR serviram para passar a imagem de que os liberais norte-americanos tinham responsabilidades internacionais. A ênfase, portanto, passava a recair no multilateralismo e na dependência entre os diferentes atores internacionais. Em 1945, Roosevelt seria emblemático:

We have learned that we cannot live alone, at peace; that our own well-being is dependent on the well-being of other Nations, far away. [...] We have learned to be citizens of the world, membris of the human community. We have learned the simple truth, as Emerson said, that ‘the only way to have a friend is to be one’ (FDR, 1945).

Rompia-se aí o isolacionismo por parte do PD ao mesmo tempo em que o liberalismo, ao associar-se com FDR, passava a ser interpretado como intervencionista, mas enfatizando a interdependência entre diferentes atores e acordos internacionais. Se, no entanto, FDR foi a personificação de uma filosofia política – o

liberalismo; os governos democratas seguintes (Truman, Kennedy e Johnson) serviram para consolidá-la e, em certas esferas, expandi-la; tornando-a assim uma ideologia mais coesa e abrangente.

O governo de Truman (então alçado à presidência quando da morte de FDR) não foi uma releitura de Roosevelt. Não priorizaria, por exemplo, a questão da desigualdade econômica e a crítica às corporações, aos monopólios e ao sistema financeiro norte-americano. A ênfase de Truman entre 1945 e 1953 no que diz respeito ao âmbito doméstico passava de um discurso acerca da desigualdade econômica para um discurso acerca da desigualdade racial. No que tange à política externa, caracterizou-se pela Doutrina Truman (políticas de contenção soviética e de redistribuição financeira e armamentícia à aliados), pela ênfase na interdependência das nações e na valorização de organismos multilaterais como ONU e OTAN.

A igualdade racial foi uma das principais preocupações de Truman, o primeiro presidente a discutir tais questões e propor, efetivamente, medidas que visavam o fim da segregação. Truman foi o responsável por uma ordem executiva que estabelecia já em 1946 um comitê de estudos sobre a questão racial: o President's Committee on Civil Rights, que deveria investigar a questão e propor medidas que visassem solucionar o problema – mais especificamente medidas que visassem, institucionalmente, o fim da segregação racial (WYNN, 2008). A guinada que Truman causou, portanto, é emblemática. De fato, esses eram atos que consolidavam a filosofia do liberalismo norte-americano referente a ênfase na igualdade (seja ela econômica ou racial) e referente ao papel do governo federal – um papel de ativismo em prol de certos temas sociais. Entendendo que o dever do governo é o de promover segurança econômica, saúde e educação (TRUMAN, 1950), Truman buscou durante o seu governo a ampliação do sistema de *social security* e de educação, uma maior compensação ao desempregado, um aumento de salário mínimo e a instauração de um sistema de saúde pública - talvez um dos mais emblemáticos desafios desse governo na tentativa de propor uma rede de proteção equivalente a um estado de bem-estar social.

No que tange à política externa, resgatou o internacionalismo e o apelo ao multilateralismo de Wilson e Roosevelt mas foi além: introduziu o entendimento de que os Estados Unidos tinha um papel de líder nas relações internacionais (SPALDING, 2006). Ou seja, não só os EUA não mais podiam se abster dos assuntos internacionais, mas tinha o dever de liderar em conjunto com outras nações e

organismos multilaterais, uma determinada ordem internacional. Assim, traz ao debate público a necessidade de cooperação internacional em função de uma comunidade de nações interdependente:

The free nations [...] are bound together by more than ideals. They are a real community bound together also by the ties of self-interest and self-preservation. If they should fall apart, the results would be fatal to human freedom. Our own national security is deeply involved with that of the other free nations. While they need our support, we equally need theirs (TRUMAN, 1951).

Obviamente a cooperação internacional é dependente de organismos multilaterais, daí a ênfase constante no fortalecimento das Nações Unidas e da OTAN – esse último, um projeto idealizado e assinado por Truman. Além disso, é importante mencionar que a idéia de contenção soviética (a que Truman priorizava através do diálogo e da concertação) só seria possível na medida em que um país estivesse fortalecido militar e economicamente. O comunismo era entendido como uma ideologia de fácil convencimento para aqueles em uma difícil situação financeira, daí a necessidade de um esforço que não só se baseasse em armamentos, mas na própria estrutura social do país em questão. Nos EUA, Truman aproveitou para fazer essa ligação entre a necessidade de segurança contra a expansão soviética e a necessidade de instituições públicas mais fortes (na área da saúde e educação, por exemplo) e maiores compensações financeiras aos necessitados; ou seja, buscou-se fazer coerente e mais defensável propostas de maior bem-estar social por conta da segurança nacional.

Truman não elegeu seu sucessor, Adlai Stevenson, na eleição de 1952. Pela primeira vez em 20 anos, um Republicano moderado, o general Eisenhower, ganhava a eleição. O partido Democrata e o liberalismo como filosofia política esperariam oito anos para o seu retorno ao executivo nacional, na presidência de John F. Kennedy. Assim como Truman, Kennedy consolidou certas bases liberais, construídas por FDR. Também como no caso de Truman, essa consolidação se dava em função de temas presentes e que exigiam um certo posicionamento factual. Esse próprio posicionamento frente a determinados fatos, no entanto, longe de ser uma opção meramente pragmática, encontrava-se alicerçado em certas diretrizes progressistas que vinham sendo consolidadas através do termo “liberalismo”.

Antes mesmo de ser eleito, Kennedy buscava definir a sua filosofia política em discurso no Partido Liberal de New York. Mais do que explicitar o que se entende

por liberalismo, esse discurso traduz o debate no meio político que começava a ser travado na época entre duas arenas ideológicas que buscavam se distanciar uma da outra:

What do our opponents mean when they apply to us the label "Liberal?" If by "Liberal" they mean, as they want people to believe, someone who is soft in his policies abroad, who is against local government, and who is unconcerned with the taxpayer's dollar, then the record of this party and its members demonstrate that we are not that kind of "Liberal." But if by a "Liberal" they mean someone who looks ahead and not behind, someone who welcomes new ideas without rigid reactions, someone who cares about the welfare of the people -- their health, their housing, their schools, their jobs, their civil rights, and their civil liberties -- someone who believes we can break through the stalemate and suspicions that grip us in our policies abroad, if that is what they mean by a "Liberal," then I'm proud to say I'm a "Liberal." (KENNEDY, 1960a).

Além de expor as matrizes filosófica e mesmo os precursores dessa filosofia política, Kennedy faz ainda uma análise sobre o liberalismo numa tentativa de definir enquanto ideologia e “crença política” e, ao mesmo tempo, se distinguir da filosofia política oposta – o conservadorismo. Assim, explica:

This is my political credo:
I believe in human dignity as the source of national purpose, in human liberty as the source of national action, in the human heart as the source of national compassion, and in the human mind as the source of our invention and our ideas. It is, I believe, the faith in our fellow citizens as individuals and as people that lies at the heart of the liberal faith. For liberalism is not so much a party creed or set of fixed platform promises as it is an attitude of mind and heart, a faith in man's ability through the experiences of his reason and judgment to increase for himself and his fellow men the amount of justice and freedom and brotherhood which all human life deserves. [...] Government is an art and a precious obligation; and when it has a job to do, I believe it should do it. And this requires not only great ends but that we propose concrete means of achieving them (Ibidem).

Assim, Kennedy trazia à tona o debate público que começava a ser travado na década de 1960 a partir de duas “opções” de ideologias políticas: de um lado o liberalismo, atrelado a FDR, Wilson e Truman, portanto atrelado ao PD; e de outro lado o conservadorismo.

O conjunto de medidas e programas desenvolvidos no governo Kennedy, intitulado já no seu Acceptance Speech de “New Frontier”, buscava refletir essa concepção liberal. Durante os dois anos em que governou, muitas de suas propostas e programas versavam sobre 3 áreas: solucionar a questão da Guerra Fria, erradicar

desigualdades baseadas em raça e gênero e, por fim, diminuir bolsões de pobreza. Relativo a esse último ponto, é importante mencionar que Kennedy, apesar de criar uma série de medidas que tinham como objetivo a erradicação da pobreza - aumentou os benefícios dados pelo Social Security e o valor real do salário mínimo; iniciou um sistema de distribuição de *food stamps* para cidadãos de baixa renda; e aumentou a distribuição de comida no país (SCHLESINGER, 2002); não seria de todo bem visto pela facção liberal presente no PD que se ressentia dos corte de impostos feitos (Ibidem). Essa questão demonstra a dificuldade que se tem quando se tenta “mapear” uma determinada ideologia política haja vista que dificilmente ela vai ser completamente uniforme e abarcada em sua totalidade por todos os seus proponentes.

Duas questões, uma nacional e outra internacional, demandaram maior atenção: o escalonamento da GF e a questão racial no sul do país. No que diz respeito à política externa, Kennedy manteve o padrão intervencionista multilateral dos governos de FDR e Truman. Já no que tange a questão racial, o governo Kennedy foi um marco para a institucionalização do fim da segregação. De fato, são emblemáticas as propostas desenvolvidas no governo Kennedy a esse respeito: desde a criação por ordem executiva do Committee on Equal Employment and Opportunity (CEEEO), até legislações e decretos que proibiam a discriminação pública, empregatícia ou escolar (SCHLESINGER, 2002).

Por fim, o governo Kennedy apontaria ainda para duas questões que seriam, a partir da década seguinte, colocadas no debate público de forma mais consistente: a questão ambiental e igualdade de gênero. Em 1963 Kennedy estabelecia o Clean Air Act, uma medida relativamente inovadora que permitia ao governo estabelecer regras no controle da poluição atmosférica; e a instauração, em 1961, do Presidential Commission on the Status of Women (presidido por Eleanor Roosevelt) com o objetivo de traçar um perfil do papel da mulher na sociedade estadonidense e indicar medidas para um tratamento mais igualitário. Esses dois temas seriam, a partir daí, crescentemente politizados e responsáveis por, assim como aconteceu com temas como redistribuição de renda, multilateralismo e igualdade racial; definir os embates ideológicos. O liberalismo passaria a ser associado com a defesa de igualdade de gênero e com a questão ambiental, situação essa que seria mais explicitada a partir dos trabalhos de grupos feministas e ambientalistas.

Se o liberalismo norte-americano tem no New Deal de FDR o seu berço, da mesma forma tem na Great Society de Lydon Johnson a sua mais clara expansão e, de

certa maneira, o ápice dessa filosofia política (DALLEK, 1998). O projeto de uma “Great Society” estipulado já no Acceptance Speech (JOHNSON, 1964) consolidava diretrizes iniciadas com o ND e expandia outras tantas. Conforme Milkis e Mileur (2002, p.2), “the legislation of the 1960’s along with other important reforms, carried out during the late 1960’s and 1970’s, fulfilled much of what was implicit in the ND marking an extension rather than a departure from the ND regime”.

A GS de Johnson se baseava em dois pilares: a “guerra contra a pobreza” e o fim da segregação racial. Em ambas as esferas, o governo Johnson iria além do que outro governo liberal já fora e, com isso, consolidava as bases dessa ideologia. Já no seu primeiro discurso ao Congresso (JOHNSON, 1964), estabelecia um novo entendimento sobre as causas e as obrigações do governo federal frente a pobreza. Nesse sentido, atentava para o fato de que o desemprego seria consequência da inabilidade do governo federal de providenciar estruturas básicas para a população: saúde, educação e moradia, por exemplo. Esse discurso é sintomático pois expunha uma realidade que contrariava a situação financeira do país: apesar do crescimento econômico, bolsões de pobreza mantinham-se inalterados. Com o objetivo não só de “curar” a pobreza, mas também de “preveni-la”, Johnson enumeraria uma série de instâncias onde o governo federal deveria intervir através de programas próprios e de maiores recursos. Assim, estabelecia, entre outras medidas, o Economic Opportunity Act de 1964 com o objetivo de monitorar e supervisionar programas de combate a pobreza; e o Medicare e Medicaid (DALLEK, 1998). Referente ao segundo ponto – a questão racial – a Great Society de Johnson foi sintomática. Se Kennedy já vinha acenando positivamente para os movimentos Civil Rights a partir de fatos e incidentes específicos, Johnson oficialmente proibiu a segregação racial. Em 1964 assinaria o Civil Rights Act que proibia toda e qualquer tipo de segregação e discriminação racial em locais públicos; e em 1965, o Voting Rights Act que suspendia a manutenção de determinados requisitos para votar (tal como o teste de escrita, por exemplo). A partir daí o PD se redefiniria: ao mesmo tempo que ganhava uma base eleitoral afrodescendente, perdia os segregacionistas sulistas²⁹.

Ainda no que se refere a discriminação, Johnson, ao assinar o Immigration e Nationality Services Act de 1965 (que abolia cotas na área da imigração) e o Civil Rights Act de 1968 (que extendia direitos e proteções constitucionais aos índios

²⁹ A partir daí nota-se o realinhamento que ocorre no sul: de solidamente democrata, para solidamente republicano (BLACK e BLACK, 2003).

norte-americanos), sinalizava o seu posicionamento acerca das minorias: discriminação sob nenhum aspecto seria permitida. Obviamente essa questão estava intimamente ligada com a própria concepção de igualdade defendida por progressistas e, posteriormente, por governos liberais. Nada mais era, portanto, do que a consolidação de uma mesma filosofia política que se tornava mais ampla em função da inserção de novos temas.

Por fim, a política externa de Johnson manteve as mesmas diretrizes de Kennedy. Já no seu discurso de posse deixava claro o que viria ser o tom da sua presidência nessa questão: menos armas, mais diálogo: “Weapons do not make peace. Men make peace. And peace comes not through strength alone, but through wisdom and patience and restraint” (JOHNSON, 1964). Com relação a URSS, defendia a abertura de espaços para debates públicos entre as duas lideranças e a construção de maiores laços culturais e econômicos entre ambos, inclusive com a transmissão televisiva de lideranças soviéticas (JOHNSON, 1965). Defendia ainda meios para desarmamento mútuo bem como acordos para o fim da proliferação nuclear argumentando o custo humano e estratégico caso a corrida armamentícia continuasse. Chegou, inclusive, a defender a limitação unilateral de produção de armamentos nos EUA já que o custo de se manter uma corrida armamentícia podia ser contraprodutivo, conforme discurso no Congresso (JOHNSON, 1967).

Por fim, ao mesmo tempo em que o governo de Johnson é considerado o ápice da trajetória liberal nos Estados Unidos, marca também a completa inserção dessa ideologia dentro do PD. Se antes havia uma facção conservadora dentro desse partido, caracterizada pelo “solid south” (majoritariamente democratas e segregacionistas), agora essa base de apoio e mesmo lideranças democratas se transfeririam para o partido opositor. A década de 1960 nos indica, assim, o começo do “sorting” ideológico hoje tão perceptível: o PD passava a ser o partido liberal; e o PR (com a eleição de Goldwater em 1964) migrava para o campo conservador.

No entanto, é importante mencionar que se há um “ápice” do liberalismo na política norte-americana, pressupõe-se que haja um declínio posterior. De fato, alguns estudos atentam para uma “guinada” à direita do PD a partir desse momento, seja na presidência de Carter, seja na presidência de Clinton. Da mesma forma que o PR se deslocou, segundo a literatura especializada, para o centro do espectro político no período áureo do New Deal (dando nome a “me too politics”), o PD também iria alienar-se da esquerda e direcionar-se ao centro/direita por conta da atuação de

“democratas revisionistas” quando da suposta decadência desse projeto e da recessão em meados da década de 1970. De acordo com o estudo de Ferguson e Rogers (1986), esses revisionistas (lideranças partidárias, empresários e grupos de interesse) seriam os responsáveis pela busca de um maior realinhamento entre o PD e as suas antigas bases de apoio (empresários e sulistas agrários)³⁰.

De todo modo, o liberalismo como conceito já havia de tal modo sido caracterizado com o PD que mesmo a atuação desses revisionistas não foi suficiente para afastá-lo do partido que o preconizou. Como se pode perceber, o liberalismo pode ser entendido a partir de certas instâncias. Em primeiro lugar, o liberalismo não surge em um vácuo ideológico a partir de FDR, mas tem origens na tradição progressista que se delineava desde fins do século XIX no meio intelectual e político. Em segundo lugar, o liberalismo é um conceito que foi sendo construído a partir da ênfase no social frente a problemas concretos – portanto foi um trabalho mais fortemente desenvolvido por práticos (políticos) do que efetivamente por intelectuais e, portanto, preocupado com os fins e não, necessariamente com os meios utilizados. Por fim, o liberalismo, assim como qualquer conceito, não é estanque; ao contrário, é constantemente reiventado para abarcar contextos e temas distintos dependendo do período em que se analisa. Assim, novos temas são sobrepostos e, com isso, novos posicionamentos políticos o redefinem. Sem alterar as suas bases, no entanto, essas “camadas” que são sobrepostas ao longo do tempo em função de conjunturas distintas e novos temas abordados nada mais são do que respostas a novos desafios, mas que possuem uma base comum que a justifica e que pode ser encontrada já no governo FDR. A questão da igualdade, por exemplo, sempre foi a linha mestra que norteou a tradição progressista e, obviamente, o liberalismo nomeado por FDR.

Desse modo, feita a reconstrução inicial sobre esse conceito, podemos definir algumas características que dão a ele a forma que atualmente tem: O objetivo está na igualdade (seja ela econômica ou social). Nesse sentido, o governo detém um papel de provedor dessa sociedade – intervém, portanto em áreas até então consideradas “privadas” ou locais sem, no entanto, descaracterizar o capitalismo típico estadunidense. Por exemplo, regula relações de trabalho e atuação de corporações, redistribui recursos para os mais necessitados através de auxílio financeiro, saúde ou

³⁰ Apesar de não fazer parte da literatura recente do Partido Expandido, é interessante notar a semelhança com essa. Para os autores, “What properly defines American party system is not blocs of voters, but patterns of interest group alignment and coalitions among major investors” (FERGUSON e ROGERS, 1986, p.44).

programas de emprego, entre outros; mas não socializa terras ou abole a propriedade privada. Assim, o liberalismo nos EUA é caracterizado por uma “mixed economy” ao estilo Keynesiano – o governo intervém como um árbitro para direcionar o andamento da econômica capitalista e mitigar os efeitos negativos na sociedade. Na área social, o liberalismo defende uma certa concepção multicultural, perceptível na preocupação com os direitos das minorias, sejam elas afro-descendentes, imigrantes, mulheres ou homossexuais, por exemplo. O liberalismo intervém na esfera social (por exemplo na questão racial e de gênero) com o objetivo tão somente de assegurar a igualdade formal e a liberdade de escolha. E, no que diz respeito à política externa, o liberalismo caracteriza-se por um anticomunismo ativo caracterizado por políticas intervencionistas, mas que enfatizam a concertação multilateral.

2.2.2 O Conservadorismo Norte-Americano

Acontrário do liberalismo que emerge na política como resposta à determinadas questões pontuais e cujos proponentes são facilmente identificáveis; o conservadorismo inicia-se no âmbito externo às instituições políticas através do esforço conjunto de intelectuais, empresários e movimentos sociais (BRENNAN, 1995; CRITCHLOW, 2007; ABERBACH e PEELE, 2011; NASH, 1996 e 2009). Longe de comportar uma única e identificável ideologia, esse movimento compõe-se de várias vertentes, por vezes antagônicas, entre elas o tradicionalismo, o libertarianismo e o intervencionismo autônomo; formando uma espécie de “guarda chuva ideológico” (NASH, 2009). Desse modo, devido as suas constantes tensões e contradições, não é possível chegar a uma definição amplamente aceita de conservadorismo, ou mesmo de um “perfeito” conservador (NASH, 1996; ABERBACH e PELLE, 2011).

É importante mencionar que até 1945 não havia uma força intelectual, social ou política conservadora relativamente articulada e coordenada (NASH, 1996). É certo que já haviam vozes dissidentes em relação ao que começava a ser caracterizado como liberalismo, da mesma forma que haviam vozes a favor e contra o “engrandecimento” do estado federal desde a concepção dos EUA. Essas vozes agrupavam-se em 3 grandes grupos: os libertários, os tradicionalistas e os anti-

comunistas intervencionistas (Ibidem). No entanto, eram vozes soltas, faltando-lhes uma ideologia própria ou mesmo uma “cola” que as unisse e as fizesse mais identificável e palatável aos olhos da população e mesmo dos partidos políticos.

Essas vozes pouco adentravam na política norte-americana. Desde a eleição de FDR que proporcionou, pela primeira vez, sucessivas vitórias democratas no âmbito federal, o PD trilhava um caminho liberal – cada um dos presidentes empossados por esse partido buscava dar continuidade às práticas do New Deal. De modo não muito contrário, o PR passou a trilhar o mesmo caminho. De fato, o governo de Eisenhower não se distancia demasiadamente dos governos democratas no que diz respeito a política econômica, as questões sociais e mesmo a política externa, onde ambos os partidos passariam a priorizar o internacionalismo multilateral (THOMPSON, 2007; BRENNAN, 1995; NASH, 1996; GIFFORD e WILLIAMS, 2012)³¹. É justamente esse o período considerado “me too politics” onde afloravam trabalhos sobre o fim da ideologia e o fim dos partidos políticos. Ao que parecia, havia, até a década de 1960, uma única tendência ideológica na política norte-americana: o liberalismo. Não sendo o PR um artifício para desafiá-la, coube a indivíduos fora do sistema político norte-americano, descontentes com o rumo que a política norte-americana traçava, o desenvolvimento de uma alternativa; ou seja, uma resposta que contrabalançasse o crescente peso que a ideologia liberal tomava na política e na sociedade estadonidense.

O conservadorismo nasce, assim, como reação ao liberalismo a partir de fins da década de 1950 (PIERSON e SKOCPOL, 2007; SCHNEIDER, 2009; NASH, 1996 e 2009; BRENNAN, 1995; FARBER, 2010; GIFFORD e WILLIAMS, 2012; THOMPSON, 2007; ABERBACH e PEELE, 2011; HIMMELSTEIN, 1989; PHILIPS-FEIN, 2009). Ainda que tenha raízes antigas datando da própria formação dos Estados Unidos, essa ideologia em conjunto com as vertentes que a definem hoje foi efetivamente “inventada” (GOTTFRIED, 2007) ou “construída” (NASH, 1996) no período imediatamente posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial com dois objetivos muito claros: fazer uma contraposição a ideologia dominante (o liberalismo)

³¹ Segundo Brennan (1995), a ala “liberal” republicana (também chamada de *Eastern Establishment*) passou a dominar o partido a partir da década de 1940, o que contribuía para uma “crise de identidade” desse último, haja vista que passava a não se diferenciar em grande escala do seu oponente, o PD. O *Eastern Establishment* controlava as políticas defendidas pelo partido no Congresso e, posteriormente, na presidência, bem como as nomeações dos candidatos. Phyllis Schlafly em “A choice, not an echo”, ela própria uma liderança republicana, reconta com detalhes como operavam essa ala liberal e como coíbiavam facções dissidentes de adentrar no embate político.

e “capturar” um partido político com esse fim (GIFFORD e WILLIAMS, 2012; THOMPSON, 2007). Assim, há que se notar que não é uma continuação ou uma releitura de Edmund Burke. O conservadorismo norte-americano é bastante diferente do Europeu tanto pela sua origem como pelos seus ideais – não é unicamente reacionário, mas, ao contrário, corresponde por vezes a respostas proativas em um mundo em constante mudança (GIFFORD e WILLIAMS, 2012; THOMPSON, 2007).

Esse movimento tem início fora dos partidos políticos a partir do debate que se trava entre intelectuais e acadêmicos insatisfeitos tanto com a ideologia liberal dominante quanto com a “me too politics”. No entanto, como argumenta Nash (1996), livros, por si só, não criam um movimento intelectual coeso da mesma forma que ideias por si só, não são suficientes para alterar o rumo da política. Daí a necessidade da construção de uma ampla rede de networks de influência (desde a criação de associações, movimentos sociais, revistas e *think tanks*, por exemplo) com impacto político (Ibidem; FARBER, 2010; BRENNAN, 1995). Essa construção de networks, por sua vez, só pode ser efetivada com recursos financeiros. Ideias e recurso financeiro, nesse sentido, tornariam-se crucial para a criação e manutenção do movimento conservador (PHILIPS-FEIN, 2009). O estudo do conservadorismo norte-americano, desse modo, está intimamente associado com intelectuais (bem como com a construção de revistas e *think tanks* por esses desenvolvidos), com ativistas (através de movimentos sociais) e mesmo com empresários (através do “financiamento” desses projetos). Esses indivíduos, assim, construiriam uma ideologia e um movimento baseado, ao fim, em três pilares: na economia, uma aversão ao estado de bem-estar social que representava o New Deal; nas questões sociais a retomada da moralidade, das tradições e da religião; e na política externa, o combate ao comunismo através de uma política intervencionista unilateral. Esses três elementos permanecem até hoje como as bases dessa ideologia: o libertarianismo, o tradicionalismo e o anticomunismo militante (HIMMELSTEIN, 1989).

A década de 1940 serviu como um solo fértil para que o movimento germinasse na década seguinte. Em 1944 o economista austríaco e professor na London School of Economics, Friedrich Hayek, lançava *The Road to Serfdom*. Tendo sido influenciado diretamente por Ludwig von Mises, essa obra expunha as bases de uma filosofia econômica que passaria a ser vinculada diretamente com o conservadorismo: o libertarianismo (ou, liberalismo clássico). Nessa obra, Hayek atentava para a relação entre planejamento econômico e políticas fascistas. Escrito no

fim da Segunda Guerra Mundial, a tese de Hayek era simples: planejamento econômico leva à ditadura já que a tomada da direção da economia por estadistas inevitavelmente acarreta em supressão da liberdade para a sociedade. A preocupação central de Hayek era o crescente estado de bem-estar social tanto na Inglaterra quanto nos EUA que, na concepção do autor, nada mais era do que uma “estrada para a servidão”. A direção tomada, portanto, deveria ser revertida diminuindo-se o espaço de atuação do governo federal na economia e instaurando o livre mercado. Em um momento onde a ideologia dominante era o liberalismo associado às políticas Keynesianas; o trabalho de Hayek não só justificava como legitimava defensores do *laissez faire* na economia.

Já nos EUA, ambos Hayek e Mises associaram-se a Foundation for Economic Education (FEE). Fundada em 1946 pelo empresário Leonard Read, essa fundação era composta por empresários, acadêmicos e economistas que tinham como objetivo divulgar a filosofia libertária. Nem a FEE, nem Hayek ou Mises eram vozes únicas nos EUA na década de 1940. Outras tantas obras, como *The Fountainhead* de Ayn Rand, e instituições como a Mont Pelerin Society e a American Enterprise Association (AEA, posteriormente AEI), faziam parte de uma crescente oposição na década de 1940 às políticas de Roosevelt e à ideologia liberal que passava a imperar nos Eua.

Essa oposição que começava a tomar forma na década de 1940 não se restringia apenas à economia. Começava nesse mesmo momento a segunda ramificação do conservadorismo: o tradicionalismo. A obra de Richard Weaver, é nesse sentido, um marco. Em conjunto com William Buckley, Russel Kirk e Robert Nisbet (que lançariam suas obras na década seguinte), esses quatro autores são considerados peças fundamentais na emergência do conservadorismo norte-americano (BRINKLEY 1994, EDWARDS 2003, NASH, 1996 e 2006, SOFFER 2009, e DOUTHAT *in* NISBET 2010). De fato, *Ideas Have Consequences*, lançado em 1948, é considerado por Nash (2009) um dos três principais livros a definir as bases do movimento intelectual conservador (os outros dois sendo *The Road To Serfdom*, de Hayek, e *The Conservative Mind*, de Kirk) e inspiração para atores importantes no movimento conservador, tal como Frank Meyer responsável (em conjunto com Buckley) pelo fusionismo.

Escrito logo após o fim da SGM, Weaver já afirmava nas primeiras linhas que esse seria um livro sobre a “dissolução do Ocidente” (WEAVER, 2008). Preocupado

com as causas e os efeitos da decadência das crenças, dos princípios e dos valores da sociedade norte-americana, apresenta durante todo o percurso de leitura do texto, a sua insatisfação com a sociedade “racionalista”, “científica” e “secular” que abdicava de preceitos morais e religiosos. Para ele, a ênfase na racionalidade científica significava um método de dominação que contribuía para uma “cultura de idiotas morais”: indivíduos com dificuldades de entender a diferença entre o “correto” e o “errado”; o “bem” e o “mal” (Ibidem, 1.29). A dissolução do Ocidente significaria um abismo moral e religioso, suplantado pelo racionalismo e pela ciência. Essa sociedade “racional” e secular estaria preocupada com os seus direitos, mas não com as suas obrigações; com as partes, mas não com todo; e com o material imediato, mas não com o espiritual de longo prazo. Obviamente, Weaver estava dialogando com o liberalismo de Roosevelt que “provê” sem, supostamente, uma contrapartida daquele que recebe, contribuindo para o que chama da “psicologia da criança malcriada”:

Al niño malcriado no se le ha enseñado a comprender que puede existir alguna relacion entre esfuerzo y recompensa. [...] Se les ha hecho creer que el progreso es algo que sucede de manera automática, lo que no los predispone a afrontar obstáculos, y nada sorprendentemente han interpretado el derecho a alcanzar la felicidad como un derecho a gozar de Ella, como se se tratara del derecho a voto. [...] Nadie le ha dicho que es el producto de al disciplina y la formación, y que debería agradecer el estar sometido a exigências que lo obligan a crecer (Ibidem, 1.1390-1410).

Nesse sentido, a “igualdade”, tão difundida por liberais, é entendida como um conceito desorganizador e injusto já que as relações humanas necessitariam de uma determinada ordem (Ibidem, 1.533). Relacionando e ao mesmo tempo justificando e legitimando as duas vertentes conservadoras (o libertarianismo e o tradicionalismo), Weaver defende a continuação de uma ordem social hierárquica, cuja distinção seria baseada no conhecimento e na virtude moral. Sendo os homens naturalmente diferentes entre si, caberia uma diferença social também. A igualdade “fabricada” entre indivíduos com aptidões e virtudes distintas seria responsável por um caos social na mesma medida em que a igualdade entre pai e filho resultaria em fracasso familiar. Da mesma maneira, o estado de bem-estar social e a distribuição de recursos pelo governo para indivíduos que não necessariamente o “mereciam” (não possuem a virtude ou o conhecimento necessário para uma maior elevação social), os transformaria em homens “mimados”, sem habilidade para pensar ou viver por si próprio, dependentes, portanto, de uma espécie de “bem-feitor” - no caso, o governo

federal (Ibidem, l. 204). A solução proposta por Weaver, assim, é bastante direta: o fim da “cultura da ciência”, da “sociedade racionalista” e do estado que tudo provê; e o retorno dos laços comunitários e familiares, bem como das tradições e da valorização da religião na condução de uma sociedade “moral” na qual cada qual ascende socialmente conforme a meritocracia.

Se ideias tem conseqüências, livros também tem. Em específico, o livro de Buckley que o alçaria ao posto de um dos mais importantes intelectuais nos EUA na segunda metade do século XX (NASH, 2009). Lançado em 1951, *God and Man at Yale* atentava para o ensino “irresponsável” desenvolvido por Yale sob o mantra de “liberdade e abertura acadêmica” e questionava a tendência “coletivista” e “secular” no ensino nessa mesma universidade (BUCKLEY, 2001). São três os argumentos principais de Buckley: a) Yale estava fragilizando a fé Cristã dos seus estudantes; b) Yale estava promovendo uma política econômica coletivista (Keynesiana); e c) ex-alunos deveriam reverter essa tendência negando ajuda financeira até que a universidade passasse a enfatizar novamente o papel da religião Cristã e da “liberdade” na economia (Ibidem). Já na introdução, argumentava:

I had always been taught, and experience had fortified the teachings, that an active faith in God and a rigid adherence to Christian principles are the most powerful influences toward the good life. I also believed, with only a scanty knowledge of economics, that free enterprise and limited government had served this country well and would probably continue to do so in the future (Ibidem, l.740).

A obra de Buckley, assim, está centrada em dois duelos: um primeiro acerca da religião Cristã e do ateísmo e um segundo acerca do individualismo e do coletivismo. No entanto, como argumenta, esses duelos não estão separados entre si: “I myself believe that the duel between Christianity and atheism is the most important in the world. I further believe that the struggle between individualism and collectivism is the same struggle reproduced on another level” (Ibidem, l.786). Tampouco esses duelos fazem parte apenas do universo acadêmico. A “abertura” da universidade era reflexo da “abertura” da sociedade, cada vez mais secular e igualitária. Haveria uma relação intrínseca, assim, entre planejamento econômico e totalitarismo, bem como entre ateísmo e comunismo. Novamente, assim como é caso de praticamente todas as obras conservadoras citadas nesse trabalho; a questão de fundo está centrada nas mudanças (econômica, política e social) na qual passava os

EUA e, ao mesmo tempo, os eventos externos que culminaram com a eclosão da SGM. O trabalho de Buckley, nesse sentido, é um dos primeiros trabalhos conservadores a atentar para o “risco” da propagação comunista nos EUA. Foi um dos primeiros trabalhos, desse modo, a compatibilizar as três principais vertentes do que viria a ser o conservadorismo norte-americano: o tradicionalismo, o libertarianismo e o anticomunismo.

A década de 1950 presenciaria ainda a publicação das obras de dois importantes autores para o movimento conservador: Russel Kirk e Robert Nisbet. Em *The Quest for Community*, lançado em 1953, Nisbet atenta para a relação entre a dissolução de laços comunitários na sociedade moderna norte-americana (sejam eles na família, igreja e vizinhança, por exemplo) e o “agigantamento” do governo federal (NISBET, 2010). A lógica é simples: com o advento da modernidade, as instituições que outrora serviam para satisfazer as necessidades de pertencimento do indivíduo; perdem espaço e, com isso, expõe-se um vácuo de autoridade a ser preenchido pelo Estado. Essa “transferência” da comunidade para o governo se dá, portanto, porque o indivíduo buscava agora no Estado a autoridade moral e a proteção que antes pertencia às comunidades locais.

A idéia de indivíduos “livres”, “iguais” e “emancipados” com suas raízes na tradição progressista, atenta Nisbet, nada mais faz do que fragilizar laços e funções comunitárias e, por conseqüência, agigantar o papel e o escopo do governo federal até que esse se torne um governo totalitário. O totalitarismo presenciado nos regimes nazistas e fascistas e mesmo no comunismo são entendidos, assim, como conseqüências dessa perda no âmbito social dos laços comunitários. O “appeal” de movimentos totalitários, desse modo, estaria na sua capacidade de prover um sentido de pertencimento e uma coerência moral para aqueles que acabaram sendo excluídos dos processos normais de pertencimento na sociedade – a grande massa urbana, por exemplo (Ibidem, 1.976).

Nos EUA, o totalitarismo vestiria-se com a “carapuça” virtuosa do liberalismo. Assim, Nisbet dialoga diretamente com a filosofia liberal de Roosevelt e as suas políticas de bem-estar social que tomava para si funções até então desempenhadas pela comunidade alijando, portanto, o papel da igreja e da família. Fragiliza-se, assim, o elo entre o indivíduo e a comunidade na medida em que o governo agora é quem provê; ao mesmo tempo em que se cria uma nova relação de autoridade, não mais a partir da comunidade, da família ou da igreja, mas a partir do

governo federal. A preocupação de Nisbet está justamente nessa “transferência” de papéis e de autoridade: da comunidade para o governo federal, retomando assim, a tradição norte-americana de governo mínimo.

Por fim, a obra de Russell Kirk, *The Conservative Mind*, lançada também em 1953, possui uma importância singular: pela primeira vez o conceito de conservadorismo é exposto e estudado em profundidade tendo como expoente principal, Edmund Burke. Se em 1945 o conservadorismo não dispunha de uma comunidade intelectual ou de um pensamento filosófico coeso, em 1953 com o trabalho de Kirk, os diferentes trabalhos e pensamentos fragmentados passariam a receber um nome: conservadorismo (NASH, 2009). Kirk relacionava os problemas da modernidade com o descompasso moral e religioso da sociedade norte-americana. Talvez seja justamente essa a maior contribuição de Kirk para o movimento conservador: ancorar essa filosofia política na tradição e na religião Cristã. Ainda que adentre rapidamente na arena econômica e defenda, assim como os outros conservadores, a ideologia libertária; Kirk passou a ser considerado um expoente importante da vertente tradicionalista do conservadorismo, preocupado nitidamente com as questões morais da sociedade estadonidense. Em uma tentativa de elencar princípios conservadores comuns, Kirk formula os seis “pilares do pensamento conservador”:

- 1) Belief that a divine intent rules society as well as conscience, forging an eternal chain of right and duty (...). Political problems, at bottom, are religious and moral problems;
- 2) Affection for the proliferating variety and mystery of traditional life;
- 3) Conviction that civilized society requires orders and classes. The only true equality is moral equality;
- 4) Persuasion that property and freedom are inseparably connected. Separate property from private possession, and liberty is erased;
- 5) Faith in prescription and distrust of “sophisters and calculators”. Tradition and sound prejudice provide checks upon man’s anarchic impulse;
- 6) Recognition that change and reform are not identical, and that innovation is a devouring conflagration more often than it is a torch of progress. Society must alter, for slow changes is the means of its conservation; but Providence is the proper instrument for change, and the test of a statesman is his cognizance of the real tendency of Providential social forces. (Ibidem, p.7-8).

O entendimento de que há uma ordem divina responsável por definir e guiar a vida humana é a base do pensamento de Kirk. Como consequência, o objetivo de vida de cada indivíduo não seria “saciar seus apetites”, mas obedecer a lei divina. A

importância na contribuição de Kirk para o conservadorismo está justamente na sua crítica ao liberalismo, relacionando e legitimando-a na religião. Sendo os indivíduos naturalmente desiguais em todos os aspectos, a hierarquização e a desigualdade social e econômica seria um processo natural e aquele mais próximo das leis divinas. Para ele, é justamente a desigualdade o fator que ordena a sociedade - é ela a responsável por fazer com que indivíduos possam desenvolver seus méritos e suas virtudes e ascender por sua própria conta contribuindo, ao fim, para um progresso econômico e social compartilhado por todos na sociedade. Ou seja, no momento em que se nivela “artificialmente” indivíduos com capacidades e virtudes distintas (através de políticas de bem-estar social, por exemplo), se elimina a possibilidade de sacrifício e, portanto, de meritocracia. Se esse indivíduo, posto em determinado contexto não exercita sua capacidade de elevação moral através de esforço próprio, ele não só vai ter perdido uma oportunidade de adentrar no reino dos céus como um indivíduo melhor, como também contribui para uma estagnação da sociedade na medida em que não há incentivo para ir mais adiante. O que conduz o progresso seria justamente o descompasso entre as “fileiras de trás e as da frente” (Ibidem, p.156).

Como salienta Nash (1996), esses primeiros autores conservadores das décadas de 1940 e 1950, ainda que enfatizando temas distintos, compartilhavam de certos preceitos que formariam justamente a base da doutrina conservadora. Em especial, enfatizavam a necessidade de se repensar os preceitos liberais no que diz respeito a um retorno ao governo mínimo, portanto, restabelecendo a autoridade local, seja ela a comunidade, a igreja ou mesmo a família. Interessante verificar a associação feita entre as práticas liberais e o enfraquecimento da tradição e da religião, numa tentativa de tornar esse tipo de política não só menos palatável aos olhos da sociedade, mas moralmente errada aos olhos da religião. Por fim, nota-se também o constante embate entre, de um lado os governos totalitários (em especial o comunismo) associados a uma maior concentração de poder, planejamento estatal, redistribuição de renda e ateísmo; e do outro, governos democráticos (no caso, a tradição norte-americana) associados a um governo mínimo, à liberdade individual no que diz respeito à propriedade privada, ao livre mercado, e à religião Cristã. Retratando a tradição progressista, em específico o liberalismo de Roosevelt, como personificação do primeiro grupo; restaria aos conservadores a defesa do grupo contrário. O “cimento”, portanto, que une essas várias vertentes conservadores e pensamentos fragmentados nessa época passa a ser justamente a rejeição às práticas

de bem-estar social iniciadas com o New Deal e a aversão a governos totalitários, em específico, ao comunismo.

No entanto, nem só de ideias e de livros o conservadorismo se alimentou na década de 1950. Paralelamente a publicação dessas obras, instaurava-se nessa mesma época, fora do âmbito acadêmico e tendo como público alvo operários e cristãos praticantes, duas frentes conservadoras: uma através da igreja e outra através de empresários. O liberalismo, de fato, ao instaurar políticas de bem-estar social em um momento de crise econômica e social, apresentava-se com uma “aura” virtuosa (afinal, como ser moralmente contra ajuda financeira e redes de proteção social para os necessitados?) que só poderia ser questionado se a ideologia contrária possuísse ela própria justificativas moralmente aceitáveis. A defesa de políticas libertárias na área econômica, assim, devia vir acompanhada de justificativa religiosa. O caso da *Spiritual Mobilization*, nesse sentido, é emblemático.

No início da década de 1950, o empresário e membro da FEE, Howard Pew lança a *Spiritual Mobilization*, numa tentativa de frear a ascensão de pastores “liberais” em igrejas evangélicas (PHILIPS-FEIN, 2009). Pew percebia o agigantamento do governo federal como o indício de um governo totalitário. Assim, passou a arrecadar fundos de colegas, amigos e outros empresários numa tentativa de “ensinar” aos pastores os “perigos” do liberalismo. Nesse sentido, enviaria cópias da principal obra de Hayek para todos os pastores nos Estados Unidos e manteria um diálogo com um grande número deles. O objetivo da *Spiritual Mobilization*, assim como de outras organizações como a *Christian Business Men’s Committees*, nunca fora uma tentativa de revitalizar a religião ou de “salvar almas” efetivamente; mas sim uma tentativa de revitalizar o capitalismo *laissez faire* a partir de princípios religiosos e, portanto, entendidos como morais.

As políticas de bem-estar social iniciadas com o New Deal passavam a ser combatidas também por empresários dentro das próprias empresas. O exemplo da *General Electric (GE)* nesse sentido, é emblemático, seja pelo o que essa empresa representava na economia norte-americana, seja pelo escopo que os seus programas de “ensino” alcançavam, seja pelo papel desempenhado pelo mais importante ator nessa missão: Ronald Reagan.

É importante mencionar que as décadas de 1940 e 1950 testemunhavam mudanças significativas nas vidas dos operários norte-americanos. As políticas liberais desenvolvidas por Roosevelt e Truman nesse período contribuíam para a

ascensão de sindicatos e facilitavam a participação do operariado neles. Aumento de salário, seguro saúde, férias remuneradas e pagamento de hora extra eram adquiridos por esses sindicatos, seja através de negociação, seja através de greve³². Também nesse mesmo período, o salário médio da família aumentava progressivamente em função da maior redistribuição de lucros empresariais e das políticas liberais implementadas nos governos democratas (Ibidem). Obviamente, os sindicatos passaram a ser uma ameaça aos grandes empresários. Fortalecidos, o operariado não só diminuía os lucros desses, como também pressionava o governo para mais gastos com o estado de bem-estar social que, por sua vez, significava mais impostos pagos por esses mesmos empresários.

A luta contra as políticas do New Deal e contra os sindicatos tomava várias formas. A GE, terceira maior empresa empregatícia dos EUA, resolveu “solucionar” o problema a partir de uma ampla campanha de “reeducação política” para os mais de 190 mil empregados (Ibidem, p.87). Esse programa seria amplamente reconhecido pelos empresários norte-americanos (e copiado na maioria dos casos) pela sua resistência contra o poder sindical e contra a política econômica liberal caracterizada pelo New Deal (Ibidem). Lemuel Boulware, responsável pela coordenação do programa de reeducação, fez das fábricas da GE uma verdadeira escola sobre o pensamento e a ideologia libertária na área econômica. A GE distribuía obras de Hayek e Mises, artigos publicados por membros da FEE e da MPS, e uma espécie de “jornal” da empresa onde o pensamento desses autores eram resumidos e escritos em uma linguagem mais acessível. Supervisores recebiam aulas intensivas e um *checklist* de possíveis perguntas e respostas dos operários antes de ministrar eles próprios as “lições” do dia. A qualquer indício de paralisação, ameaçavam transferir a mão de obra para outro país com um custo de produção menor. O programa de reeducação política contava ainda com uma extensa propaganda na TV, rádio e jornais da comunidade atentando para o poder destrutivo dos sindicatos e para os benefícios da indústria para a população. Nessas publicações, por exemplo, se podia perceber a tentativa de retratar as paralisações como prejudiciais ao próprio trabalhador: “If there is a strike, how long would it take the company to regain its market position once it has settled? How many jobs will be lost before the company could regain the business it would lose during a strike? Would my job be one of those that would be lost?” (GE

³² Nesse período, 1/3 da força de trabalho fazia parte de um sindicato, o maior número da história dos EUA até hoje (PHILIPS-FEIN, 2009)

apud Ibidem, p.104). Esse programa representava uma nova maneira de se pensar sobre o operário – um tipo de audiência política; ou seja, um grupo de indivíduos que poderiam ser “ensinados” a opor-se às políticas do New Deal e ao liberalismo através de grupos de estudo, de palestras e da leitura de clássicos do *laissez faire*. “Corporate culture”, assim, “could be used to reinforce a set of conservative political beliefs and middle managers could be turned into organizers” (Ibidem, p.108). O segundo passo seria, portanto, adentrar na arena política, caracterizada pelo liberalismo e pela “me too politics” através da conversão de uma massa de operariado. Para esse fim, Ronald Reagan seria contratado.

Reagan era ator de cinema quando passou a interessar-se pela política. Em 1954 seria contratado pela GE como um “garoto propaganda” da empresa e, em especial, para percorrer as suas fábricas dando palestras aos funcionários acerca dos benefícios do livre mercado e os perigos do liberalismo. Obviamente que essa tática tinha um objetivo: o apelo que só um ator de cinema, conversando diretamente com funcionários, podia oferecer. Reagan, então, passaria a visitar as unidades da GE dando palestras e conversando informalmente com funcionários numa tentativa de “catequizá-los” acerca do funcionamento da economia. Inicialmente as palestras focavam-se nesse único ponto: as vantagens do livre mercado para a economia; no entanto, com o desenvolver do tempo, Reagan passaria a incorporar outros temas como o anti-comunismo. Da mesma forma, passaria a dar essas palestras não só nas fábricas da GE, mas também em associações, escolas, e Câmaras de Comércio. Quando deixou a empresa, sua filosofia política já estava bastante definida e os laços com o PR começavam a ser orquestrados.

Ao mesmo tempo em que o movimento conservador se fortalecia, saindo da arena acadêmica e chegando à Igreja evangélica e ao chão das fábricas; ele se fragmentava. Os proponentes das vertentes libertária e tradicionalista nem sempre dialogavam entre si, contribuindo para um movimento descaracterizado e fragmentado. Tensões profundas existiam entre aqueles que defendiam o livre mercado e aqueles que defendiam um retorno a moralidade e religiosidade perdida. Hayek, Mises e Rand, por exemplo, eram proponentes de um tipo de liberalismo clássico que não se restringia a arena econômica, mas à própria sociedade. Para esses autores, o governo mínimo e a liberdade priorizada na economia (desde a defesa da propriedade privada, menos taxaçaõ de impostos e desregulamentação do mercado) se estendia também na área pessoal, portanto, menos interferência do governo (ou de

instituições como a igreja) e mais liberdade individual. Obviamente esse não era o pensamento de outros tantos autores conservadores como Buckley, Nisbet, Weaver e Kirk que separavam essas esferas: de um lado o governo mínimo para uma maior liberdade individual na arena econômica; do outro, um governo que tem o dever de zelar pela moralidade da sociedade. O movimento conservador se fragmentava ainda mais com o decorrer da Guerra Fria que inibia isolacionistas como Nisbet e Rand, por exemplo enquanto dava maior legitimidade aos militaristas como Buckley e Kirk.

Desse modo, ainda que superficialmente o movimento contava com uma certa coesão, dentro dele, as diferentes vertentes (contraditórias, inclusive) não se comunicavam. Noções de sociedade, de estado e de liberdade eram distintas, assim como o diagnóstico dos problemas modernos. O único ponto que de fato os unia, era a rejeição ao liberalismo. No entanto, as soluções apresentadas por ambos os grupos eram distintas e as disputas e os debates, confinados ao meio intelectual³³. A solução (ao menos temporária) veio com o esforço de Frank Meyer e William Buckley de formular uma síntese dessas vertentes (o fusionismo) e de disseminá-la através de artigos e da construção de uma revista que seria a porta-voz dessa junção: a *National Review* (NR), reconhecida hoje como a mais influente revista política na segunda metade do século (NASH, 2009, p.162).

O ponto central do fusionismo (até hoje característica do conservadorismo norte-americano), é o entendimento de que a preocupação libertária com a liberdade individual e a preocupação tradicionalista com a moralidade e a religião, longe de serem antagônicas, faziam parte de uma mesma filosofia política. Para Meyer,

The historical fact is – and it adds to the complexity of our problems – that the great tradition of the West has come to us through the nineteenth century, split, bifurcated. [...] Conservatives today can reject neither side of nineteenth century heritage; they must draw upon both. Differences of emphasis between liberterian and traditionalist cannot be avoided and should not be regretted. Conservatism has no monolithic party line (MEYER, 1960, p.362)

³³ Hayek, por exemplo, recusava-se a receber o título de “conservador” por atrelar a essa ideologia a vertente tradicionalista, conforme se pode verificar no seu artigo “Why I’m not a Conservative” de 1960. Já Rand que defendia a “virtude do egoísmo” e o interesse próprio, seria expulsa da FEE e promoveria um embate constante com Buckley acerca do papel da religião (PHILIPS-FEIN, 2009). Em 1964 criticaria a construção da NR, percebida como “the worst and most dangerous magazine in America” (RAND, 1960 *apud* NASH, 1996, p.145). Mesmo Meyer já havia criticado o peso dado a religião na obra de Kirk em um artigo na *The Freeman* em 1955 (NASH, 1996).

O fusionismo longe de ser algo inato, é um produto de determinados indivíduos que conscientemente forçavam uma identificação entre as vertentes libertária, tradicionalista e anti-comunista do conservadorismo e as legitimava através de artifícios vários, seja por meio de artigos e de debates publicados, seja pela construção e divulgação da NR. Ao fim, fusionistas defendiam o entendimento de que liberdade e capitalismo necessitavam de uma justificativa moral e religiosa. Ou seja, uma defesa “divina” do capitalismo de livre mercado. A NR, fundada em 1955 por Buckley e tendo auxílio financeiro de grandes empresas norte-americanas³⁴, buscava ser esse “guarda-chuva” a abrigar as diferentes vertentes conservadoras. Assim, propunha-se a publicar artigos fortemente anti-comunistas, tradicionalistas e libertários, defendendo o livre mercado enquanto reconhecia a autoridade divina e a necessidade de combater o comunismo. A própria seleção dos editores refletia essa fusão; dentre eles: Frank Chodorov e John Chamberlain representavam o campo libertário, Russell Kirk e Brent Bozell o tradicionalismo, e Frank Meyer e Richard Weaver uma mescla de ambas as vertentes. Dentre as seis prioridades da revista publicadas nas suas primeiras edições, destacam-se o combate e a crítica 1) ao crescimento do governo; 2) ao comunismo; 3) à ameaça cultural liberal; 4) aos controladores dos dois principais partidos; 5) à sindicalização politicamente orientada; e 6) ao conceito “fashion” de governança mundial, às Nações Unidas e ao internacionalismo (nesse caso, vinculado ao multilateralismo) (NATIONAL REVIEW *apud* DIAMOND, 1995, p.32).

A NR servia ainda, para definir certas instâncias daquilo que fazia parte da filosofia conservadora e aquilo que não fazia. Além de posicionar-se com relação à URSS e ao comunismo, refletindo a vertente intervencionista e unilateral que substituiria a vertente isolacionista; a NR posicionava-se contra o movimento dos *Civil Rights* da década de 1960, ampliando, assim, o leque de temas com que o conservadorismo passava a dialogar. De fato, durante toda a década de 1950 e 1960, a NR publicaria artigos defendendo os segregacionistas com argumentos acerca do limite do papel do governo federal.

A importância da NR não pode ser menosprezada. Ao articular as diferentes vertentes do movimento conservador, ela contribuiu para a própria definição dessa ideologia. Nesse sentido, ela serviu para definir o que é e o que não é

³⁴ Entre eles, Roger Miliken da indústria têxtil, Lemuel Boulware da General Electric e Jeremiah Milbank, financeiro de Nova York (PHILIPS-FEIN, 2009).

conservadorismo, bem como para separar quem é e quem não é conservador - isolacionistas e libertários extremados como era o caso de Rand, não seriam incluídos no “guarda-chuva” conservador. Longe de ser uma ideologia “nata”, o fusionismo era uma tática para reconciliar ideologias distintas. Para Brennan (1995, p.11), “National Review was more than just a chronicler of contemporary events. It played a vital role in articulating conservative grievances and conscioulsy arousing and uniting the various dissatisfied factions”.

Com o sucesso do fusionismo, da NR, e das várias associações, instituições e obras publicadas; a década de 1950 lançava as bases para uma doutrina conservadora relativamente coesa e que podia, então, fazer frente ao liberalismo prevalecente. O próximo passo seria adentrar na política norte-americana. A década de 1960, nesse sentido, se tornaria um marco para o sucesso político do movimento conservador que, emergindo quase que da escuridão na década de 1950, ganharia proeminência no PR com a nomeação de Goldwater em 1964.

A eleição de Godwater, então senador do Arizona pelo Partido Republicano, longe de ser uma tendência lógica de uma liderança republicana dentro do próprio partido (dominado pela ala liberal Rockefeller naquele momento), foi resultado de um esforço conjunto de intelectuais, ativistas, empresários e instituições conservadoras. Segundo Nash (1996), o papel desses indivíduos se mesclou com a política de um modo nunca antes presenciado na história dos EUA: a *National Review* foi responsável pela promoção da candidatura desde o seu início, Kirk ajudou a preparar discursos para Goldwater, Milton Friedman foi seu conselheiro econômico, William Rusher (publisher da *National Review*) envolveu-se profundamente na campanha, e intelectuais como Meyer, Buckley, Bozell e Rand se esforçaram na divulgação e no apoio ao candidato. A eleição de Goldwater, assim, foi um projeto conjunto de indivíduos “de fora” do PR que buscavam colocar o ideário conservador na agenda política através de um veículo para isso, no caso, o PR. A atuação de instiuições como a AEI, YAF e Grupo de Chicago e de indivíduos como Buckley, Bosnell, Schlafly, Baroody, Manion e White seria essencial para a “construção” e para a divulgação da candidatura de Goldwater na eleição presidencial de 1964. Faz-se importante

mencionar também o papel de grandes empresários que, antes mesmo da candidatura ser formalizada, já iniciavam um processo de doação maciça a Goldwater³⁵.

Membro da AEI, Phyllis Schlafly também fora uma figura central nessa candidatura. Vice-presidente da National Federation of Republican Women (NFRW), Schlafly é reconhecida hoje como uma das mais importantes vozes no movimento conservador em função da sua oposição ao movimento feminista e, em específico ao ERA (Equal Rights Amendment)³⁶. Utilizou-se de várias ferramentas para divulgar o ideário conservador (escreveu livros, coordenou manifestações, ministrava palestras e divulgava discursos na rádio e na TV) e concentrava nela própria, todas as vertentes conservadoras: acreditava na economia *laissez faire*, era uma anticomunista ardente que defendia uma política intervencionista autônoma no combate a URSS, e valorizava as tradições e a religião cristã. Foi instrumental na campanha de Goldwater por dois motivos: primeiro, por conta da sua projeção na defesa da “família” e da religião, era responsável por um alto número de seguidoras contrárias às políticas feministas a qual atrelavam o fim da família tradicional; essas mesmas seguidoras se tornariam um “batalhão” *grassroot* na campanha à nomeação de Goldwater (DIAMOND, 1995). E, em segundo lugar, pela divulgação da obra *A Choice not an Echo* (1964), livro que reconta como a facção liberal do PR era de fato majoritária e, ao contrário de apresentar uma opção diferenciada ao público eleitor, era responsável por uma reeleitura das políticas liberais do PD. A divulgação de seu livro alçou números exorbitantes para uma obra que se propunha a questionar a condução de um partido político e foi fundamental na eleição de Goldwater³⁷.

Por fim, a “construção” da candidatura de Goldwater por conservadores contou com uma estratégia ousada e até então pouco utilizada na política: a divulgação de uma espécie de “livro de campanha”. É importante mencionar dois pontos a esse respeito: em primeiro lugar, Goldwater não era uma figura conhecida do público eleitor nem mesmo nas instâncias basilares do PR; e, em segundo lugar, o conservadorismo ainda era uma incógnita para grande parte da sociedade já que

³⁵ Entre eles, a família Du Pont, a família Eli Lilly, Jasper Crane, Walt Disney, Walter Knott, Horace Stoneham, Dan Gayney, Lemuel Boulware, entre outros (PHILIPS-FEIN, 2009).

³⁶ Schlafly foi responsável pelo movimento STOP ERA (Stop Taking Our Privileges ERA), fundamental para a não ratificação da ERA em diversos estados norte-americanos (FARBER, 2010).

³⁷ Em alguns meses, *A Choice not an Echo* vendeu 3.5 milhões de cópias. De acordo com pesquisas feitas nas primárias de 1964, 93% dos delegados da convenção republicana relataram que haviam lido a obra de Schlafly e 26% deles afirmaram que o livro teria sido decisivo para a escolha de Goldwater (FARBER, 2010).

passava a emergir somente naquele momento como uma possível força política – até então a sua força concentrava-se no ambiente intelectual e acadêmico de onde pregava para os já convertidos. *The Conscience of a Conservative*, escrito por Bozell (cunhado de Buckley) em 1960, mas atribuído a Goldwater, venderia 70 mil cópias em poucas semanas depois de lançado (DIAMOND, 1995). De fato, nele, Goldwater (ou Bozell) listava de forma bastante acessível ao leitor as linhas basilares do movimento conservador; dentre elas, a necessidade de vitória sobre o comunismo através de políticas intervencionistas e autônomas (demonstrando descrença a políticas de ajuda humanitária e financeira e a organismos multilaterais como a ONU); uma diminuição do escopo do governo federal e o respeito ao que constitui o espaço e o papel do governo estadual (em específico na questão da segregação racial, defendida no livro por conta desse mesmo argumento); defesa intransigente da “liberdade” econômica (do livre mercado, de políticas *laissez faire* e de defesa da propriedade privada) e a necessidade de ordem, tradição, hierarquia e religião na condução da sociedade norte-americana. O objetivo do livro, descrito já nas primeiras páginas, era justamente o de servir como uma “ponte” entre a teoria conservadora e a prática na política; ou seja, mostrar que existia uma conexão entre os princípios conservadores na arena intelectual e a sua utilização em eventos específicos na arena política.

A nomeação de Goldwater significou um momento decisivo para o movimento conservador norte-americano. A ideologia conservadora que teve sua emergência na atuação de segmentos específicos considerados tipicamente *outsiders* da condução da política, haviam conseguido não só definir e estruturar uma ideologia relativamente coesa com vistas a fazer frente à ideologia dominante, o liberalismo; mas também lograram reestruturar as próprias bases de um partido político. De fato, o “eastern establishment” de Rockefeller nunca apoiou a candidatura de Goldwater nem mesmo depois da nomeação, preferindo fazer parte do coro de críticas perpetuadas pelo PD (CRITCHLOW, 2007).

Relativo ao movimento conservador, a nomeação de Goldwater serviu tanto para “institucionalizar” essa ideologia no PR (GIFFORD e WILLIAMS, 2012, p.263), portanto, institucionalizá-la na política; como também para definir-se em oposição ao liberalismo, levando essa dicotomia ao eleitorado. Conforme atenta Crichlow, a figura de Goldwater colocava fim a “me too politics” e a tendência liberal na política: não mais se poderia definir os partidos como “socialist party A” e “socialist party B”

(ANDERSON *apud* CRICHTLOW, 2007, p.44), contribuindo assim para sair do centro e “empurrar” o partido para a direita do espectro político (THOMPSON, 2007). A nomeação de um “Mr. Conservative” tornou mais claro os preceitos conservadores para o eleitorado: enquanto o liberalismo defendia um maior escopo do governo federal na construção de redes de proteção e de estado de bem estar social, o conservadorismo atentava para o agigantamento do governo e a necessidade de restringir-lo ao seu papel de mero fornecedor de serviços essenciais à manutenção e defesa da nação; enquanto o liberalismo defendia os direitos das minorias (sejam elas as mulheres, afro-descendentes, homossexuais, etc.), o conservadorismo atentava para a necessidade de se valorizar tradições, valores cristãos e a família; por fim, enquanto o liberalismo defendia uma política externa multilateral, levando em conta a necessidade de consertação internacional, o conservadorismo pregava o intervencionismo autônomo que preservaria a soberania nacional nos assuntos externos. Assim, essa dicotomia liberal x conservador em praticamente todas as esferas políticas, teve seu início nessa mesma candidatura marcando tanto um momento de inflexão na “me too politics” como de início da suposta polarização partidária.

Por fim, relativo ao PR, a nomeação de Goldwater foi importante para transferir o caráter populista do movimento conservador para a caracterização do próprio partido³⁸ (Farber, 2010; Diamond, 1995; McGirr, 2001; Thompson, 2007), característica que perdura até hoje – basta lembrar a relação entre o PR e os ativistas parte do Tea Party e do movimento evangélico; para o realinhamento do sul – até então democrata, passaria a ser solidamente republicano (GIFFORD e WILLIAMS, 2012)³⁹; e para a emergência de Reagan no cenário político – foi ele quem, como voluntário da candidatura, discursou na cerimônia de nomeação de Goldwater e alçou reconhecimento na ala conservadora do partido⁴⁰.

O PR foi derrotado nas urnas em 1964, mas não o movimento conservador. Ao contrário, a década de 1960 e 1970 seria fundamental para a reorganização do movimento e para a captura, mais uma vez, da nomeação de um conservador à

³⁸ McGirr (2001) faz uma análise detalhada da atuação desses.

³⁹ Para uma análise mais detalhada do realinhamento do sul, ver Black e Black, 2003.

⁴⁰ O seu discurso, “A time for choosing” foi transmitido pela televisão e o alçou a um papel de proeminência dentro do PR (HIMMELSTEIN, 1989 e FARBER, 2010).

presidência em 1980, dessa vez com sucesso eleitoral⁴¹. É nesse período que Buckley inicia o que viria a ser mais longo programa de debates na história da televisão norte-americana, o *Firing Line*, que visava a exposição da ideologia conservadora e mesmo do embate entre as suas diferentes vertentes em rede nacional. É também nesse período que revistas como a *National Review* ganham proeminência enquanto outras tantas do mesmo estilo conservador passam também a circular e ganhar destaque⁴². E, por fim, é também nesse momento que *think tanks* tal como a AEI tem um crescimento explosivo e passam a trabalhar de forma mais direcionada, buscando influenciar uma determinada formação de opinião pública, condizente com os preceitos conservadores (PHILIPS-FEIN, 2009)⁴³. Esse período seria ainda fundamental para a maturação do movimento conservador e da sua relação com o PR por conta da emergência da direita religiosa e dos neocons.

A direita religiosa cuja origem data de fins da década de 1960⁴⁴, é a denominação dada à grande coalizão de religiosos praticantes que abarca católicos, judeus ortodoxos, protestantes, pentecostais e evangélicos e de organizações como a Moral Majority e a Christian Coalition. Antes avesso a política, esse movimento transformaria a agenda política norte-americana e mesmo o PR. A direita religiosa emerge por conta dos chamados “social issues” das décadas de 1960 e 1970 abarcando temas relacionados com a moralidade, religião, sexualidade, família, educação e questões relacionadas ao gênero; ao contrário do período anterior, caracterizado principalmente pela questão racial. Em específico, temas como aborto, direitos homossexuais e a adoção de certos livros nas escolas seriam a pauta desses grupos nesse período (ROZELL *in* ABERBACH e PEELE, 2011).

A direita religiosa, no entanto, só alcançou uma proeminência nacional e mesmo política graças à infraestrutura desenvolvida por igrejas (as “megachurches”) e veículos de comunicação (os “electronic ministry”). O “religious broadcast” desse

⁴¹ A disputa dentro do PR passaria não mais a ser entre uma ala liberal majoritária e uma conservadora minoritária, mas duas alas conservadoras, uma moderada (relacionada a Nixon) e outra mais extremada (relacionada a Goldwater e Reagan). Assim, era uma batalha por diferentes tipos de conservadorismo (BRENNAN, 1995 e CRITCHLOW, 2007) o que demonstra o quão longe esse movimento havia chegado.

⁴² Em 1970, a *National Review* e a *Human Events* já detinham, cada uma, 100 mil assinaturas (HIMMELSTEIN, 1989).

⁴³ A AEI teve o seu orçamento aumentado em dez vezes nesse período graças a doação de fundações como a Ford Foundation, a Lilly Endowment, a Scaife Foundation, entre outros; e de empresas como a General Motors, US Steel, Mobil, Standard Oil, etc. (CRITCHLOW, 2007 e GIFFORD e WILLIAMS, 2012).

⁴⁴ A sua emergência data de fins da década de 1960 quando da eleição de Richard Nixon (GIFFORD e WILLIAMS, 2012).

movimento inclui redes de televisão e de rádio com amplo alcance e altos *ratings*; a divulgação de livros e de atividades *grassroot*; e de organizações lobbyistas situadas em Washington⁴⁵. Ainda que um movimento relativamente popular, possui importantes lideranças, entre elas Jerry Falwell, Ralph Reed e Pat Robertson.

Em 1979, Falwell formaria a Moral Majority, uma organização “pro-life, pro-family, pro-moral and pro-American” (FALWELL *apud* SCHNEIDER, 2009, p.138) com o objetivo de mobilizar ativistas “morais”, dando-lhes uma voz efetiva e ativa, e desenvolver políticas de lobby no Congresso contra a tendência “esquerdista” de social-welfare “that destroys our precious freedom” (Ibidem)⁴⁶. A Moral Majority seria uma peça fundamental na eleição de Reagan, servindo como uma espécie de exército *grassroot* na divulgação da candidatura e na mobilização de eleitores (SCHNEIDER, 2009 e DIAMOND, 1995)⁴⁷. A influência de Falwell não pode ser negligenciada, ao distanciar-se do papel de espectador preocupado com temas específicos e mover-se em direção a uma organização ampla com implicações políticas, trouxe para essa arena a preocupação moral e religiosa que seria parte contínua da agenda política nacional e modificaria o movimento conservador e mesmo o PR. A religião a partir desse momento passaria a ser uma característica intrínseca tanto no movimento conservador quanto no PR.

Ao contrário da Moral Majority que constituía-se de pastores locais, principalmente; a Christian Coalition, criada por Pat Robertson em 1989 e dirigida por Raflh Reed, concentrava entre suas lideranças empresários e indivíduos pertencentes a grupos de interesse. O objetivo, assim como no caso da Moral Majority, era o de formar uma organização que levaria os preceitos religiosos para a política, mas as técnicas eram outras, mais empresariais e hierárquicas (ROZELL *in* ABERBACH e PEELE, 2011). Robertson, que na década de 1980 possuía um network cristão de canais de televisão (a CBN sendo a mais importante), um programa de TV (700 Show), uma universidade e uma firma de advocacia; resolveu candidatar-se à presidência pelo PR em 1988. Ainda que não tenha recebido a

⁴⁵ Dentre as redes de TV, destacam-se o Family Channel, o Trinity Broadcasting Network, e o Christian Broadcasting Network. Dentre as organizações lobbyistas, destacam-se o National Association of Evangelicals e o National Religious Broadcasters. Dentre as organizações e atividades *grassroots*, destacam-se o Promise Keepers, Focus on the Family, Concerned Women for America, entre outros (DIAMOND *in* ANSELL, 2001).

⁴⁶ A Moral Majority contava com revistas, atividades *grassroots*, *rallies* nacionais e sedes que desenvolviam atividades em várias cidades.

⁴⁷ Em um ano de funcionamento, a Moral Majority dispunha de 400 mil membros, \$1.5 milhões em contribuições e registrava 3 milhões de votos (DIAMOND, 1995).

nomeação pelo partido, foi o candidato que mais recebeu contribuições financeiras e cuja lista de voluntários ativistas era a maior, demonstrando a força política que a coalizão iniciada por Falwell e desenvolvida por Robertson, detinha (ROZELL *in* ABERBACH e PEELE, 2011). De fato, a Christian Coalition de Robertson seria uma ferramenta fundamental na reconquista do Congresso pelos republicanos⁴⁸ (Ibidem).

Ainda que compartilhassem as perspectivas econômicas e de política externa do conservadorismo⁴⁹, a preocupação central da direita religiosa, no entanto, concentrou-se nas questões sociais: aborto, homossexualidade, educação sexual, feminismo, etc. Trazem, assim, a mesma preocupação dos tradicionalistas como Weaver e Kirk que percebiam um declínio moral na sociedade por conta de práticas liberais e seculares; portanto podem ser entendidos como uma continuação desses. No entanto, enquanto esses últimos eram acadêmicos revoltados com uma “massa” secularizada; os primeiros são a própria “massa” revoltada com a secularização da política (NASH, 1996). A direita religiosa ainda diferencia-se dos tradicionalistas por um segundo ponto: enquanto esses últimos enfatizavam aspectos mais macro, relacionados a política e questões nacionais; os primeiros enfatizam aspectos micro, do dia a dia do indivíduo: a angústia da família que vê seus filhos tendo aulas de orientação sexual na escola, de mulheres que por deixar de trabalhar para cuidar dos filhos são taxadas de sexistas, de indivíduos religiosos que percebem críticas a todo o ensinamento refletido na bíblia; enfim, a dimensão torna-se menos “nacional” e mais “pessoal”. Dessa maneira, a direita religiosa, ao mesmo tempo que traz para a política uma agenda própria através do PR, redefine também o significado do conservadorismo, agora intrinsecamente ligado com a religião e com os “social issues”.

Por fim, há outra vertente que desponta na década de 1970 e que será fundamental tanto na condução do PR como na redefinição do movimento conservador: o neoconservadorismo. Trata-se de um grupo de indivíduos que, anteriormente identificados com o Partido Democrata, se desvinculam desse por conta de um conjunto de divergências internas⁵⁰, passando a defender certos princípios relacionados à forma de atuação da política externa no pós Segunda Guerra Mundial.

⁴⁸ Os novos parlamentares prontamente retribuiriam o apoio ao lançarem o “family caucus” no Congresso que buscava lidar com os “social issues” que pautavam a agenda desse movimento.

⁴⁹ Haja vista o livro best seller de Pat Robertson, *The New World Order* (1991), que enfatiza aspectos de política externa e questiona a eficácia e o benefício de organismos multilaterais como a ONU.

⁵⁰ Em específico por conta da nomeação de McGovern pelo PD em 1972 que enfatizava uma política de *appeasement* e diálogo com a URSS.

Esses intelectuais são reconhecidos pelos seus posicionamentos anticomunistas e pela ênfase dada no intervencionismo autônomo, compartilhando das mesmas bases ideológicas do movimento conservador nessa instância. Bastaria o PD indicar uma direção contrária a esses preceitos para que esse grupo migrasse para o PR que, ao contrário, passava progressivamente a abarcar o conservadorismo como a “sua” ideologia”. A partir do governo Reagan e sobretudo no governo G.W.Bush, o neoconservadorismo seria intrinsicamente ligado tanto ao movimento conservador quanto ao PR.

O neonconservadorismo, no entanto, difere-se do movimento conservador por conta de uma questão importante: seus proponentes iniciais, Irving Kristol, Daniell Bell, Nathan Glazer, Seymour Martin Lipset e Daniel Moynihan, vinham da esquerda norte-americana – eram democratas e Trotskistas “socialistas não comunistas” (HALPER e CLARKE, 2004). De fato, o “anticomunismo” era a palavra que melhor os definia. A partir da década de 1950 passariam a questionar o PD por entender que esse estaria desenvolvendo políticas comunistas no âmbito doméstico e de *appeasement* no âmbito externo. A “new left”, tal como esses intelectuais atribuíam o deslocamento do Partido Democrata para a extrema esquerda, era combatida por meio de artigos em revistas próprias neocconservadoras, como era o caso da *Commentary* e da *Public Interest*. A partir de 1960, esses intelectuais formariam laços com importantes *think tanks* conservadores, dentre eles, o American Enterprise Institute (AEI) e a Heritage Foundation, iniciando um processo tanto de conversão ao conservadorismo quanto de inserção no PR.

Durante a década de 1970, a defesa de um engajamento ativo contra a União Soviética e a crítica à política de apaziguamento seria o mote dos neconservadores que atacariam tanto os governos republicanos de Nixon e Ford, como o democrata de Carter. Nesse momento, já era impossível ignorar o movimento que contava com um número crescente de apoiadores (financeiros ou não) e contribuições de intelectuais⁵¹. No entanto, ainda que com uma agenda política específica, esses intelectuais concentravam-se no meio acadêmico. Suas contribuições restringiam-se, ao menos em sua grande maioria, ao debate intelectual que as revistas e *think tanks* lhe permitiam. Com a ascensão de Reagan a presidência, no entanto, esse padrão seria mudado.

⁵¹ Um estudo desenvolvido por Peter Steinfelds em 1979 apontou que 1 em cada 4 “elite intellectuals” considerava-se neoconservador (HALPER e CLARKE, 2004, p.46).

A eleição de Reagan à presidência dos Estados Unidos redefiniu as bases do neoconservadorismo. Com uma agenda de política externa baseada no ativo anti-comunismo e engajamento militar contra a União Soviética, o então presidente passou a representar a causa neoconservadora. Como consequência, a maioria dos neoconservadores aliou-se ao Partido Republicano, ocupando posições nessa administração⁵². Essa segunda geração de neoconservadores se diferenciam da primeira na medida em que, ao contrário dos anteriores, estão intimamente ligados com a direita norte-americana, fazendo parte da política ativamente. Enquanto a primeira geração associava-se com a esquerda democrata, a nova geração “had moved too far to the right to come back to the Democrats. Their political home was now the Republican Party” (DORRIEN, 2004, p.39). Além disso, a academia e o debate intelectual que definia o neoconservadorismo da primeira geração dá espaço para um grupo de neoconservadores que, ainda que se utilizam do meio acadêmico e intelectual, passam a ser definidos não por suas produções textuais, mas por suas contribuições nas administrações republicanas que se seguem. Dois dos principais e mais facilmente reconhecidos neocons da segunda geração, Paul Wolfowitz e Richard Perle, por exemplo; não são reconhecidos por textos acadêmicos, preferindo a administração de *think tanks* e a atuação nos corredores de Washington.

Tendo como expoentes William Kristol, Robert Kagan, John Podhoretz (todos filhos de neocons da primeira geração), além de Perle e Wolfowitz; passariam a dominar a política externa norte-americana na década seguinte durante o governo G.W.Bush. De fato, é na década de 1990 que o movimento muda por completo. A URSS passa a ser substituída pelo Oriente Médio e o comunismo pelo terrorismo.

É importante mencionar, por fim, que o componente Trotskista que os definia no início do movimento nunca foi de fato abandonado, nem tampouco um certo caráter liberal. O conservadorismo antes da emergência dos neocons compartilhava do anticomunismo e da necessidade de uma política externa ativa, intervencionista e autônoma, tal como os neocons; no entanto, o inimigo era muito claro: a URSS, bem como o contexto: a Guerra Fria. O neoconservadorismo, no entanto, possui uma agenda política que vai além: mesmo com o fim da URSS, outros inimigos e guerras (imaginárias ou não) são trazidas para o debate num processo sem fim de “revolução

⁵² Dentre eles, Richard Perle, Jeane Kirkpatrick, Mak Kampelman, Elliott Abrams, Paul Wolfowitz, Richard Allen, Fred Ikle, Kenneth Adelman, William Bennett, Linda Chavez, Chester Finn, Robert Kagan, William Kristol e Richard Pipes (DORRIEN, 2004, p.10).

mundial” e de agigantamento do governo (afinal, é preciso manter um efetivo militar em constante expansão). Não por acaso, após a inserção dos Neocons no PR e da vinculação desse grupo com o movimento conservador, iniciaria-se um embate constante entre conservadores isolacionistas, tal como Pat Buchanan, e conservadores intervencionistas, tal como os neocons; provando que, de fato, o conservadorismo ainda hoje possui ramificações que continuam debatendo entre si.

A eleição de Reagan é considerada o ápice para o conservadorismo norte-americano. Se antes o movimento havia fracassado na eleição de Goldwater, agora obtinha êxito. Pela primeira vez um presidente representaria o conservadorismo em todas as suas vertentes. De fato, essa presidência unifica as diferentes vertentes conservadoras ao mesmo tempo que as redefine em certos aspectos (NASH, 1996 e ABERBACH *in* ABERBACH e PELLE, 2011). Com a eleição de Reagan, as forças intelectuais típicas do movimento conservador alcançariam um *breakthrough* decisivo na sua busca por influência política e cultural (NASH, 1996). Tanto a sua campanha como a sua presidência contemplariam todas as três principais vertentes conservadoras as quais Buckley e Meyer já articulavam com o fusionismo: o libertarianismo na economia, o tradicionalismo de caráter religioso nas questões sociais; e o intervencionismo autônomo na política externa. O que se entende hoje por conservadorismo é, de fato, a união dessas três vertentes as quais Reagan soube unificá-las. A eleição de Reagan ainda teria uma outra consequência: marcava, ao fim, a completa fusão entre um partido e um movimento ideológico: “in nominating Reagan, the Republican party continued its transformation into a party of conservatism” (CRITCHLOW, 2007, p.173).

O conservadorismo hoje mantém essa mesma fusão, ainda que com novas estratégias, lideranças e movimentos. Figuras como Rush Limbaugh e Newt Gingrich são hoje conhecidos porta vozes desse movimento que se utiliza cada vez mais de veículos de comunicação em massa, como é o caso da Fox News, por exemplo, e de movimentos aparentemente *grassroots* como é o caso do Tea Party, cuja agenda política nada mais é do que uma reiteração das três principais vertentes conservadoras⁵³. No entanto, divisões permanecem. Nacionalistas isolacionistas, ou “paleoconservadores”, como Buchanan e tradicionalistas como Nisbet permanecem em constante disputa com internacionalistas intervencionistas com relação à agenda

⁵³ Sobre o Tea Party, ver Skocpol e Williamson 2012 e 2011, Lepore 2010 e O’Hara 2010.

de política externa do partido bem como a própria definição do ideário conservador (SCHNEIDER, 2009); “conservadores reformistas” (um grupo recente de lideranças republicanas) que passariam a questionar as bases libertárias na economia propondo um estado de bem estar social mínimo (BASSETS, 2015); e libertários como Mickey Edwards e Ron Paul que questionam tanto o tradicionalismo da direita religiosa como o intervencionismo dos neoconservadores. O que se quer deixar claro é que o conservadorismo nunca foi uma ideologia de uma única “voz”, mas um amálgama de ideologias, visões de mundo, agendas políticas e proponentes que nem sempre dialogam entre si. Ainda assim, foi sendo construído de modo a abarcar ao menos no seu exterior, uma certa coesão, ainda que ilusória.

O conservadorismo é, em primeiro lugar, uma reação contra o liberalismo. Para os libertários, o liberalismo significa um governo federal cada vez maior, associando-se a um estado totalitário, que retira parte da propriedade privada do indivíduo para redistribuição e para manutenção do seu aparato burocrático. Para os tradicionalistas, o liberalismo significa a erosão dos valores Cristãos e da tradição norte-americana. É a desintegração da família tradicional, é a erosão do papel dos pais como educadores, a desestruturação das funções tradicionais desenvolvidas por homens e mulheres, o comportamento “libertino”, etc. Já para os intervencionistas militaristas, o liberalismo é a capitulação dos Estados Unidos frente ao mundo externo. É o enfraquecimento da sua soberania frente a acordos e organismos internacionais e do próprio território nacional frente a políticas de *appeasement*.

Em resumo, na área econômica o conservadorismo é, sobretudo, libertário. Valoriza o *laissez faire*, a iniciativa privada e um governo federal com escopo de atuação mínimo. Defende o “mérito” e a propriedade privada como um bem supremo, portanto, acredita que impostos devem ser mínimos e não progressivos. Essa é a sua concepção de justiça. Essa característica está muito visível na área social. O conservadorismo valoriza uma certa hierarquia em todos os sentidos: familiar, social, econômica, etc. Como já atentava Kirk, é a diferença entre o escalão da frente e o de trás a força motriz do progresso. Essa hierarquia obviamente tem raízes nas tradições, assim, depreende-se a não interferência em questões raciais; bem como a hierarquia do empregador referente ao empregado ou mesmo do pai frente ao filho. A utilização da religião como forma de justificativa e legitimação dessas questões é facilmente verificada nessa área. Em praticamente todos os aspectos, há uma menção implícita ou explícita a uma certa ordem divina: o homem e a mulher são diferentes porque

detém funções distintas; ao pobre foram colocados percalços para que obtenha por ele próprio uma redenção futura; a vida é uma dádiva divina; enfim, a religião e a tradição são as diretrizes conservadoras no que diz respeito às questões sociais. Por fim, na arena externa, o conservadorismo defende uma idéia de defesa nacional através de expansão militar e intervencionismo autônomo. Valoriza a sua soberania, o seu território e os seus nacionais. Essa questão ficou bem clara na continua transferência de “inimigos externos”: antes relegado a URSS, agora encompassando diferentes movimentos internacionais (entendidos como “terroristas” ou não), países e ameaças, em especial o Oriente Médio. A condução da política externa é, assim, intervencionista e unilateral – não só não há necessidade de aliados na tomada de uma decisão, como qualquer tipo de organização ou tratado internacional que limite de alguma forma a atuação norte-americana é severamente condenada.

Quadro 1

Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente à economia

	Conservadorismo	Liberalismo
Política adotada	Escola Austríaca - Hayek	Escola Inglesa - Keynes
Condução da Economia	Mercado a conduz	Governo a conduz
Regulação da economia	Feita pelo próprio mercado	Feita pelo governo
Papel do governo federal	Escopo de atuação mínimo, reservado a serviços essenciais de preservação na nação	Ampla escopo de atuação no fomento de um estado de bem-estar social
Ênfases	Ênfase no privado: liberdade individual e propriedade privada	Ênfase no coletivo: redes de proteção social
Impostos	Impostos mínimos e iguais	Impostos progressivos
Redistribuição de renda e nivelamento econômico	Contra redistribuição de renda e programas de nivelamento econômico	A favor da redistribuição de renda e de programas de nivelamento econômico
Progresso econômico	Responsabilidade individual: meritocracia	Responsabilidade individual e governamental
Concepção de justiça	Preservação da propriedade privada (seja ela na condição de renda, impostos ou bens tangíveis), adquirida por “mérito e esforço próprio”	Manutenção de uma rede de proteção onde as oportunidades sejam oferecidas de maneira igualitária

Lógica sequencial	Liberdade – oportunidade – crescimento econômico	Oportunidade – crescimento econômico - liberdade
-------------------	--	--

Quadro 2

Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente às questões sociais (*social issues*)

	Conservadorismo	Liberalismo
Ênfases	Hierarquia Família e comunidade Religião e moralidade Cristã (inclusive na esfera pública) Tradição	Igualdade Indivíduo Não faz menção a religião ou a moralidade Cristã – (circunscrito à esfera privada) Inovação
Papel do governo federal	Deve refletir a religião e a moralidade cristã e impor-la na sociedade: o governo, assim, tem o dever de conduzir a sociedade	É laico - Deve servir de rede de proteção à sociedade mas não tem o papel de condutor dessa nas questões de ordem pessoal
Cultura	Enfatiza o nacionalismo	Enfatiza o multiculturalismo
Temas mais enfatizados	-Movimento Civil rights: contra: segregação é permitida -Pro-life (contra a legalização do aborto) -Contra a legalização de direitos homossexuais (casamento, por ex.) -Contra orientação sexual nas escolas -Contra políticas emancipatórias e feministas (ênfase está na manutenção da família)	-Movimento Civil rights: a favor: defesa da igualdade de direitos -Pro-choice (a favor da legalização do aborto) -A favor da legalização de direitos homossexuais (casamento, por ex.) -A favor de orientação sexual nas escolas -A favor de políticas emancipatórias e feministas (ênfase está na liberdade individual)

Quadro 3

Oposição entre liberalismo e conservadorismo norte-americano referente à política externa

	Conservadorismo	Liberalismo
Ênfases	Ênfase no exército Valorização das forças armadas	Ênfase na diplomacia Valorização dos organismos multilaterais
Defesa e segurança	Defesa e segurança é projeto autônomo	Defesa e segurança é projeto coletivo
Intervencionismo	Intervencionismo autônomo e independente	Intervencionismo multilateral e dependente
Escopo de atuação	Questões estratégicas de segurança e interesse nacional	Questões de segurança, interesse nacional e humanitária
Organizações multilaterais e tratados internacionais	Contra: Limitam a autonomia e a soberania dos EUA	A favor: Responsáveis por maior ordem e segurança mundial

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 O USO DE PROGRAMAS PARTIDÁRIOS

A primeira frase escrita na plataforma nacional do Partido Republicano de 2012 diz o seguinte: “The 2012 Republican Platform is a statement of who we are and what we believe as a Party” (Partido Republicano, 2012). Esse estudo parte exatamente desse pressuposto: a plataforma partidária é um documento que retrata tanto a composição quanto a ideologia política de um partido.

Esse entendimento, no entanto, não é prerrogativa do Partido Republicano - está amplamente ancorado na literatura concernente. Para Laver e Garry (2000, p.619), programas partidários “represent a core source of information about the policy positions of political actors”. Para Pomper (1967, p.319), “A national party’s policy commitments are found in its platform. Adopted by its only meaningful organ, the nominating convention, and presented to the voters as the Presidential election approaches, it most fully represent the party’s intentions”. Para Robertson (1976 *apud* BUDGE *et al*, 1987), “they are the only direct and clear statements of party policy available to the electorate and directly attributable to the party as such”. E, por fim, para D’Alessandro (2013, p.109), “son los unicos enunciados politicos que posuen la entidad legal de ser la voz del partido considerado como un todo” constituindo-se, assim, em manifestações institucionais das concepeções filosófico-políticas dos mesmos”. Os programas partidários apresentam-se, assim, como o mais importante e sólido documento que um partido produz em relação aos seus posicionamentos políticos e visões normativas de mundo. Um programa partidário significa o retrato ideológico do partido num dado momento. Se o interesse reside, como é o caso do trabalho aqui exposto, na maior compreensão sobre uma suposta mudança ideológica ao longo dos anos, é necessário possuir algum tipo de base sólida em termos de fonte e que possa ser medida ao longo do tempo de forma comparada. As plataformas representam essa fonte. Em se tratando de um fenômeno nacional (a suposta polarização partidária e radicalização conservadora por parte do GOP), a utilização das plataformas nacionais passam a ser consideradas as mais apropriadas. Realizadas a cada 4 anos, elas são o único documento oficial do partido (endossado por todos,

tácita ou formalmente) e, portanto, podem ser consideradas o retrato do partido como um todo no momento em que foram compostas.

Programas partidários, no entanto, não existem no vácuo: são o produto de indivíduos. Assim, refletem tanto a ideologia do partido e a orientação partidária naquele dado momento como também os ganhos internos de lideranças e grupos. Para Mickey Edwards, ele próprio uma liderança republicana, “the platforms do reflect the positions of the party activists who dominate the conventions. Here, in the platform, is what they believe the party and they themselves are all about” (EDWARDS, 2008, p.47).

Por expor determinados posicionamentos políticos e, como isso, uma ou mais ideologias; os programas partidários refletem, assim, a composição do partido no momento em que foram escritos. Por serem o único documento oficial exposto pelo partido a cada eleição; podem ser caracterizados como documentos singulares na caracterização ideológica do partido, mas também na caracterização da autoridade e representatividade dele naquele momento (BUDGE *et al*, 1987, p.18). Herring e Truman, ambos inseridos na abordagem pluralista da teoria dos grupos, já atentavam para a relação entre disputas internas em um partido político e programas partidários. Para eles, as plataformas refletem o resultado entre as disputas de diferentes lideranças e grupos dentro do partido: quem ganha, quem perde, quem se fortalece ou enfraquece; a partir do sucesso na imposição de determinada agenda política. Para Herring,

An analysis of party platforms reveals planks reflecting the views of various candidates and sections. The process of drawing up a platform is one of appeasement rather than of initiation. Planks reflect the views dominant among various segments within the party. [...] The platform is a compromise of sectional views, group interests, and the ideas of dominant leaders instead of the program of the candidate who is yet to be chosen (HERRING, 1968, p.234-235).

Para Truman (1968, p.284), é justamente a interdependência entre posicionamentos políticos e indivíduos que demonstra a importância das plataformas nacionais partidárias. Para ele,

[...] writing a platform is part of the process of forging a coalition of leaders and factions that can nominate a candidate and carry on a nationwide election campaign. [...] The platform is thus an outward sign, visible to those who can see below its manifest ambiguities, of the elements constituting the faction dominating that stage of the nominating process (TRUMAN, 1968, p.285).

Esse último ponto, no entanto, deve ser observado com cautela, haja vista que há certos limites nessa compreensão. As plataformas não explicitam de forma categórica uma composição partidária ou ganhos internos de lideranças; as plataformas tão somente indicariam, a partir da ideologia que expõe, uma determinada coalizão baseada nos posicionamentos e ideologias expostas. Ou seja, se há uma mudança de posicionamentos na área de política externa – da defesa de posicionamentos isolacionistas para intervencionistas, por exemplo – se poderia inferir que houve uma mudança também na reorganização de forças na qual os intervencionistas ganharam espaço e força dentro do partido. No entanto, entende-se que essa é uma dimensão bastante frágil no estudo dos programas partidários justamente pela falta de consistência empírica, afinal, depende de uma interpretação e de uma suposição abstrata: quem são os intervencionistas e como se deu esse maior espaço dentro do partido, por exemplo. O que se quer deixar claro aqui, no entanto, é que, de acordo com os autores supracitados, as plataformas podem indicar, ainda que de uma maneira mais macro, as lutas internas em partidos tão descentralizados como é o caso nos Estados Unidos - que por sua natureza dificultam uma compreensão abrangente de quem e quais grupos fazem parte do partido político em questão conforme atenta a abordagem do Partido Network, já exposto no capítulo anterior.

De fato, é impossível analisar a atuação interna de grupos e indivíduos parte de um partido político norte-americano ao longo de um período histórico. No entanto, no momento em que se recorre a literatura especializada (como foi o caso do capítulo anterior) em conjunto com uma análise das plataformas partidárias, torna-se possível realizarmos algumas inferências acerca da composição partidária em determinados momentos. Se torna possível ainda verificar como a emergência e a mudança de certos posicionamentos relaciona-se com a ascensão (ou a decadência) de certas forças e coalizões dentro dos partidos.

A maior parte dos estudos feitos a respeito de programas partidários, no entanto, foge dessa dimensão interna de composição partidária talvez justamente pelos seus limites empíricos. Mesmo as que se focaram no processo de construção de plataformas (MAISEL, 1993-1994 e WEINBERG, 1977-1978), partiram de uma abordagem estritamente organizacional buscando expor o processo formal de construção, pouco ou nada atentando para os diferentes posicionamentos políticos, ideologias ou disputas de espaço. De fato, a grande parte dos estudos já feitos sobre

análise de plataformas partidárias o faz a partir de diferentes técnicas de análise de conteúdo, tentando extrair uma identidade partidária e/ou posicioná-lo no espectro político. De qualquer maneira, a relação entre ideologia e programas partidários parece estar bastante estruturada nos trabalhos que utilizam-se desses documentos, ou seja, percebe-se um relativo consenso no sentido de que as plataformas partidárias são considerados documentos importantes (se não o mais importante) na caracterização ideológica de um partido político.

O estudo de programas partidários, no entanto, não faz parte do *mainstream* na Ciência Política, nem mesmo na área de partidos políticos. Ainda assim, são o único documento oficial do partido onde os seus posicionamentos, objetivos e visões de mundo num dado momento, estão expostos⁵⁴. Segundo Budge (*in* LAYER, 2001, p.51), “If one wants to study *party* policy, and not the policies advocated by internal factions or individuals inside the party, one has to study the party manifesto”. De fato, são várias as vantagens de se estudar a ideologia de um partido a partir desse tipo de programa: é confiável por ser um documento oficial do partido; é acessível, geralmente divulgado pelo próprio partido nas eleições; e é passível de fazer comparações a partir de programas do mesmo partido, ou de outros. É, ao fim, um indicativo das posições e ideologias mantidas pelo partido num dado momento que reflete tanto uma posição “estática” (uma fotografia do momento) quanto uma posição “dinâmica” (a partir do rastreamento da sua evolução) (OLIVEIRA e ONUKI, 2010).

Entende-se, entretanto, que esse tipo de documento é por vezes percebido como vago, repleto de expressões retóricas, cujo comprometimento é pouco explicitado. Afinal, para uma vertente bastante importante na Ciência Política o partido é visto por vezes como um “catch all party” (KIRCHHEIMER, *in* LA PALOMBARA e WEINER, 1966), portanto sem distinção ideológica clara; ou como “goal oriented” (DOWNS, 1999), cujo objetivo central é a eleição. A tendência, nesses casos, seria a exposição de um programa político vago e central, consoante com a maioria do público eleitor, fugindo de questões delicadas ou polarizadas. No entanto, esse não parece ser o caso das plataformas norte-americanas. Talvez pelo fato desse país possuir um sistema bipartidário (ao menos em termos nacionais, de real competição), as plataformas partidárias expõem posicionamentos claros e firmes,

⁵⁴ Entende-se que os documentos e pronunciamentos de líderes partidários e candidatos não refletem a posição do partido, ao menos oficialmente. As plataformas nacionais, nesse sentido, são os únicos documentos endossados por todos no partido –tácita ou formalmente.

mesmo nas questões polarizadas; um artifício, talvez, de se caracterizar e, ao mesmo tempo, se distinguir do outro. A abordagem do partido network, por sua vez, faz sentido nessa percepção, haja vista que corrobora com os dados eleitorais divulgados pelo PRC ao argumentar que os partidos políticos norte-americanos contemporâneos tendem a privilegiar não o eleitor mediano (e, portanto, políticas centristas), mas a “base” – justamente o setor mais ativo politicamente e ideologicamente extremado.

O trabalho aqui proposto, desse modo, busca analisar a polarização partidária e a radicalização conservadora por parte do Partido Republicano em perspectiva histórica a partir de uma análise comparada das plataformas nacionais de ambos os partidos. Para tanto, trata o tema de maneira holística e processual no que se refere a dimensão epistemológica da metodologia empregada e utiliza-se de variadas técnicas e métodos derivados da análise de conteúdo.

De maneira geral, a análise de plataformas e manifestos partidários está inserida em uma metodologia ampla de análise de conteúdo; no entanto, vem sendo progressivamente estruturada de maneira a abarcar diferentes métodos no estudo específico de textos partidários. A evolução pela qual a análise de plataformas passa pode ser resumida da seguinte maneira: Desconstrução do texto de maneira estrutural através de parágrafos, temas, ou frases buscando perceber a sua estruturação, ênfases e a linguagem; desconstrução do texto de maneira mais sistemática e em menores fragmentos, buscando-se correlações com categorias pré-definidas em um processo de *handcoding*; e, recentemente, o uso de palavras como dados através de programas de computação desenvolvidos com esse fim. Na maioria dos casos, a análise de plataforma é feita de maneira comparada, buscando correlações, ou a falta delas, com outras plataformas ou manifestos partidários. O trabalho aqui proposto, visa utilizar-se dessas técnicas na análise das plataformas nacionais Republicanas, utilizando-se, para isso, de programas e softwares como o R, NVivo e ManyEyes/IBM. Busca-se comparar as plataformas republicanas e democratas entre 1936 e 2012, atentando para a linguagem, ênfases e estrutura (a “forma” da plataforma); bem como para o posicionamento do partido referente a determinados princípios que o caracterizam no dado momento (a “substância” da plataforma). Assim, caso de fato a hipótese difundida na literatura recente norte-americana seja verdadeira, a mudança ideológica por parte dos partidos poderia ser verificada nas suas plataformas através da ênfase em determinadas palavras, pela escolha da linguagem, pelas prioridades expostas e pelo posicionamento explicitado frente a determinadas questões.

A análise de programas partidários não é uma abordagem nova nos estudos de partidos e ideologias partidárias. Gerald Pomper, por exemplo, já atentava, na década de 1960, para a importância de estudos aprofundados com base nesses documentos e as várias possibilidades de se compreender as mudanças intra e interpartidárias a partir deles (POMPER, 1967). No entanto, apesar de relativamente antiga, ainda pode ser considerada marginal no âmbito da Ciência Política; em especial (e paradoxalmente) nos Estados Unidos em comparação com estudos europeus. Os estudos de plataformas ali desenvolvidos tendem a ser esporádicos e bastante factuais. Em sua maioria seguem uma abordagem *candidate centered* e racionalista, como é o caso dos estudos de Pomper (1967), Fishel (1985) e Maisel (1993-1994).

No âmbito norte-americano, esses estudos podem ser resumidos a trabalhos de dois tipos: aqueles que versam sobre a construção de determinadas plataformas (no sentido de como são produzidas pelos líderes partidários) (WEINBERG, 1977-1978 e MAISEL, 1993-1994) e aqueles que a analisam a partir de uma metodologia típica de análise de conteúdo, em sua maioria buscando verificar a frequência de frases, parágrafos ou argumentos e a sua posterior categorização, seja para verificar uma relação com opinião pública (MONROE, 1983 e GINSBERG, 1976), seja para relacionar promessas com políticas postas em prática pelos eleitos (POMPER, 1967; FISHEL, 1985). Na maioria desses trabalhos, as plataformas são codificadas manualmente (em um processo de *handcoding*), atentando para determinadas frases ou argumentos; ou ainda computadas em termos de ênfases a determinados temas e palavras (quantas vezes o partido X mencionou a economia na sua plataforma em relação ao partido Y, por exemplo) e *pledges* (quantas promessas o partido X fez com relação a política externa em comparação com a educação, por exemplo).

A análise de programas partidários, atualmente, parece ser mais estudada e divulgada no âmbito europeu. É lá que teve início o *Comparative Manifesto Project* (CMP) desenvolvido por Michael Laver e Ian Budge, entre outros, e que visa posicionar os programas partidários de diversos países em uma escala direita x esquerda através de técnicas de *handcoding*. A codificação manual utilizada pelo *Manifesto Research Group* (MRG), hoje *Manifesto Research on Political Representation* (MARPOR) é feita de maneira sistemática a partir de um único padrão

de códigos. Assim, toda a plataforma é manualmente dividida em *quasi-sentences*⁵⁵ que serão posteriormente categorizadas de acordo com um determinado tema e a menção feita a ele (se positivo ou negativo). É importante mencionar que o MRG expõe a chamada “saliency theory”, que assume que os partidos competem entre si e se caracterizam pela ênfase dada em diferentes pontos, ou seja, nas diferentes prioridades que expõem nos seus programas políticos (LAVÉR e BUDGE, 1992). Assim, um partido enfatizaria determinados temas em detrimento de outros e a sua caracterização se daria, segundo essa abordagem, justamente nesses temas prioritários.

Ainda que a codificação manual continue tendo espaço nas análises de conteúdo no que diz respeito aos programas partidários (o MRP sendo a maior prova disso), outros métodos vem sendo disponibilizados com esse mesmo fim, entre eles determinados programas computacionais, tais como os desenvolvidos por Laver, Benoit e Garry (2003) e Slapin e Proksch (2008). Em ambos os casos, utiliza-se de determinadas técnicas que contabilizam e codificam palavras, frases, parágrafos e argumentos com o objetivo de posicionar o programa partidário no espectro político direita x esquerda. Assim, alguns temas e a menção feita a eles (se positiva ou negativa) são pré-definidos como de “esquerda” ou de “direita” e, dependendo da frequência e categorização dos dados escolhidos na plataforma, o partido passa a ser situado em uma parte desse espectro político.

Se faz necessário, aqui, uma breve digressão sobre o estado da arte atualmente no que diz respeito a esses estudos. Em primeiro lugar, há duas concepções distintas nos trabalhos sobre ideologia partidária que utilizam-se de plataformas: uma que privilegia o “exterior” e a outra que privilegia o “interior” do texto. A primeira vertente, está preocupada com a “forma” da plataforma, ou seja, a “embalagem” em que ela esta envolta. Trabalha, assim, com a estrutura formal (no sentido de como o texto esta construído em questão de parágrafos, páginas, e palavras) através de uma metodologia preferencialmente quantitativa. A segunda vertente está preocupada com o “conteúdo”, com a “substância”, da plataforma. Privilegia, assim, uma dimensão mais qualitativa através da leitura e interpretação do texto. Para Budge (et all, 2001), essa separação não é só metodológica, mas refere-se `a diferentes abordagens

⁵⁵ São argumentos que podem ser computados a partir de uma frase ou, no caso de mais de um argumento na mesma frase, parte dela.

teóricas: enquanto a primeira privilegia a abordagem da “saliência”, a segunda privilegiaria a do “confronto”.

A “saliency theory” (BUDGE *et al*, 2001 e 1987; e LAVER, 2001) diz respeito ao entendimento de que os partidos competem entre si através da prioridade (ênfases) de determinados temas. Ao invés de tomar posicionamentos específicos e diferentes entre si, os partidos enfatizariam diferentes assuntos. Esse argumento está ancorado na abordagem racionalista da ciência política que prevê que os indivíduos agem de maneira estratégica e racional, percebendo o programa partidário como uma estratégia para alcançar o maior número de votos. Os partidos, assim, convergiam no posicionamento da maioria dos temas, posicionando-se de maneira central e se opondo a confrontos diretos com outros partidos:

Mostly, ideas about what to do on each issue are shared (cut taxes, extend welfare, etc.), what differs is the degree to which taxes or welfare are mentioned by the different documents. [...] Election programmes therefore try to promote a party’s proprietary issues and polarities and downgrade other issues and priorities (BUDGE *et al*, 2001, p.7-8).

O argumento é simples: o objetivo do programa partidário é angariar votos, assim, é simples e claro (para incorporar o maior número de leitores), sendo a repetição o seu maior trunfo: “making policy points involves highlighting them, repeating them in slightly varied form and coming back to them in a variety of contexts” (BUDGE *in* LAVER, 2001). Nesse sentido, a frequência das palavras e mesmo de posicionamentos acerca de um determinado tema, indicaria as prioridades do partido e a sua caracterização ideológica a partir disso. Ou seja, entende-se que as palavras e os temas expostos em uma plataforma são dados e, mais do que isso, são escolhas. Essas escolhas demonstram certas prioridades; e essas prioridades tendem a refletir uma certa visão de mundo e ideologia do partido naquele dado momento. Os programas e softwares computacionais, nessa abordagem, são as opções mais utilizadas.

Por outro lado, o “confrontational approach” se caracterizaria por um entendimento de que os partidos competem entre si a partir de posicionamentos explícitos e contrários em diversos temas; desde totalmente contra até totalmente a favor de tal política e, portanto, se afastando do centro do espectro político. Assim, “party policy differences on individual issues are separated from and independent of

relative emphases on them and must be measured from direct statements of support or opposition to specific policy proposals” (BUDGE *et al*, 2001, p.86). São poucos os trabalhos que se orientam a partir dessa abordagem unicamente, na maioria dos casos, ela é utilizada em conjunto com a abordagem da saliência em processo de codificação.

De certo modo, a maioria dos estudos feitos sobre ideologia partidária a partir da análise de plataformas, tendem a concentrar-se no primeiro enfoque. A quantidade de vezes que o texto expõe determinadas palavras passa a ser indicativo de determinado posicionamento e prioridades. No entanto, esse enfoque não se restringe à mera quantificação de palavras. A abordagem da saliência tomou forma, ao contrário, nos estudos do CMP que se utilizava não de computação ou frequência de palavras, mas de codificação manual. A codificação de sentenças em categorias amplas no estilo “a favor/contra”, baseia-se no entendimento de que determinadas questões são próprias de um certo partido (ainda que se possa perceber, também, um resquício da abordagem “confrontacionista” dos autores supracitados). A caracterização ideológica, nesse sentido, baseia-se no entendimento de que, se o partido expressar a valorização da paz (portanto, “a favor da paz”), ele receberia um ponto que o atrelaria a esquerda do espectro político. Quanto mais menções feitas a esse respeito, mais pontos são computados para a “esquerda”. Se, por outro lado, expressar o descontentamento com práticas de *welfare*, receberia uma pontuação que o colocaria na direita do espectro político – conforme codificação feita no CMP. Ao fim, todas as sentenças (e *quasi-sentences*) estariam codificadas e se faria uma conta simples: tantos pontos de direita menos tantos pontos de esquerda. O resultado significaria o seu posicionamento ideológico. Os problemas e insuficiências a respeito desse método serão abordados nos próximos parágrafos; por ora, basta entender a que se propõe o maior projeto de codificação e posicionamento ideológico de partidos políticos, atualmente.

O MRG não são os únicos a utilizarem-se de codificação nas análises de plataforma, obviamente. São vários os trabalhos que utilizam-se dessa técnica ao buscar caracterizar o partido político. Ginsberg (1976), por exemplo, categorizou as plataformas dos partidos norte-americanos a partir de 7 grandes categorias (capitalismo, redistribuição, universalismo, etc.); já Pomper (1967) utilizou-se de 3 grandes categorias subdivididas em outras, enfatizando os temas expostos e a

estrutura (parágrafos, número de retóricas, valorizações, etc.), também referente as plataformas nos Estados Unidos.

A codificação e uso de frequências (portanto, saliências) são bastante difundidas nesse tipo de estudo. Foram também usadas no trabalho de Lasswell e Namenwirth (1970), considerado o único exemplo de estudo que contou com plataformas de períodos tão distantes (6 plataformas do Partido Republicano e 6 do Democrata durante a metade do século XIX e mais 6 de cada durante a metade do século XX). Através da codificação e da frequência de determinadas palavras e frases, o trabalho buscava verificar certos valores presentes nas plataformas e que poderiam vir a indicar mudanças de valores na sociedade. O trabalho de Lasswell e Namenwirth tem uma importância singular no projeto de tese aqui proposto. É um dos poucos trabalhos a entender o texto partidário não somente em termos de estratégia de eleição, mas em termos de identidade e de valores por parte de quem os escreve. Os “valores”, para esses autores, são metas e orientações defendidas, que podem estar explícita ou implícita no texto em questão. Os indivíduos e grupos de indivíduos que dão nome ao partido não são entendidos meramente como estratégicos e reflexivos da sociedade; mas possuem eles próprios determinados valores e orientações normativas e, ao contrário, podem ser responsáveis por impor seus próprios valores e interesses através de comunicação persuasiva (LASSWELL e NAMENWIRTH, 1970, p.8). O trabalho aqui proposto possui mais proximidade, assim, com a abordagem de Lasswell e Namenwirth no entendimento do que a plataforma partidária produz; do que, efetivamente, com a abordagem racionalista de estratégia eleitoral, bastante difundida por Laver e Budge. Ou seja, entende-se que um programa partidário serve um propósito: explicitar a posição do partido frente a determinadas questões; no entanto, essa exposição não é necessariamente ou unicamente estratégica e reflexiva da sociedade (do ponto de vista a angariar o maior número de votos), mas é, também a expressão de determinadas aspirações e valores individuais que podem, ou não, relacionar-se com a maior parte do público eleitor.

Em um trabalho centrado na análise de plataformas versando sobre a relação entre promessas partidárias em eleição nacional e a opinião pública nos Estados Unidos, por exemplo, Monroe (1983) conclui que os partidos políticos tendem a adotar posicionamentos por vezes contrários aos da maioria do público eleitor. Para ele, as análises feitas a partir da relação entre promessas expressas nas plataformas partidárias e pesquisas de opinião pública evidencia que os partidos não se

posicionam necessariamente em favor da maioria do público eleitor; mas, sim, em favor da sua constituinte e grupos de base – consistente com os recentes estudos de Fiorina e os dados do PRC, conforme já mencionado.

Em um estudo mais recente, Janda, Harmel, Edens e Goff (1995) buscaram verificar a relação entre mudança de “identidade partidária” (no sentido de posicionamentos e ideologias expostas) e derrota eleitoral a partir da análise de plataformas partidárias nacionais em três países; Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha. A hipótese dos autores se baseia no entendimento de que os partidos são instituições conservadoras e que seus dirigentes são racionais e “goal oriented”; assim, a identidade partidária mudaria se, e somente se, o partido sofresse derrota eleitoral. A conclusão do estudo, no entanto, nega a hipótese inicial: a não eleição não significa uma mudança de posicionamento ou de ideologia partidária, necessariamente. O estudo conclui que um resultado fraco nas eleições não é uma condição suficiente para produzir uma mudança de identidade partidária. Mudanças de posicionamentos e ideologias, perceptíveis em plataformas nacionais ocorrem mesmo com sucesso eleitoral; além disso, continuidades ideológicas permanecem mesmo em face de derrotas eleitorais. Ou seja, não haveria uma relação de causa-efeito entre mudança de identidade partidária e sucesso ou fracasso eleitoral. Para esses autores, os efeitos externos (a performance eleitoral) possuem algum efeito nas mudanças de identidade partidária, mas não podem ser considerados a causa dessa mudança. Em especial, apontam para a necessidade de novos estudos que contemplem a ação da “sub-party” nessas mudanças: “Our search for complementary factors led us to posit an important role for change in organizational actors (leaders and dominant factions) in explaining some of the residuals. And indeed, our data provide evidence for such a role” (JANDA *et al*, 1995, p.173).

De fato, as abordagens e técnicas usadas na análise de documentos partidários mostram-se em ascensão, o que não impede que mesmo as mais recentes demonstrem certas insuficiências⁵⁶. Em primeiro lugar, ao contrário do que postula os formuladores da “saliency theory”, os partidos políticos nos Estados Unidos não parecem “converger” sobre posicionamentos políticos. Ao contrário do centro, os estudos mostram que há uma polarização partidária crescente. Longe de manter posicionamentos similares, os dois partidos que ali operam a nível nacional

⁵⁶ Geminis (2012) demonstra empiricamente certas insuficiências das análises handcoding utilizadas pelo CMP.

demonstram posicionamentos políticos completamente antagônicos. Longe de se diferenciarem unicamente por prioridades distintas, se diferenciam por posicionamentos distintos. Por fim, longe de serem programas vagos e superficiais, preocupando-se, assim, com a repetição de determinados temas e palavras; as plataformas nos Estados Unidos são hoje documentos extensos, complexos e bastante detalhados no que diz respeito à agenda política defendida.

Em segundo lugar, em relação ao difundido processo de codificação manual (ou computacional), tal como o CMP, a formulação de categorias parece ser bastante questionável⁵⁷. Por exemplo, parte-se do pressuposto que a “direita” e a “esquerda” são as mesmas em todos os países e sistemas partidários, sendo que a “direita” valorizaria (segundo a codificação do CMP), conceitos como “liberdade” e “direitos humanos” enquanto a “esquerda” valorizaria a “paz” e a “democracia”, por exemplo. Sem maiores digressões no assunto, é muito frágil a afirmação de que a “direita” prioriza a “liberdade”, como sendo esse o “seu” tema, por exemplo. De que “direita” estamos falando e de que tipo de “liberdade”? No caso do Partido Republicano, tipicamente caracterizado como um partido de “direita” nos Estados Unidos, a situação fica ainda mais crítica. No que se refere a plataforma de 2012, por exemplo, o partido é claramente a favor da liberdade econômica (portanto, liberdade para a iniciativa privada) e contra a liberdade no sentido de comportamento pessoal (é contra o aborto, e o casamento homossexual, por exemplo). Como, ainda, afirmar que “paz” e “democracia” são conceitos de “esquerda”? Basta lembrar que um dos pontos do programa da Front National francesa, um partido considerado de “extrema direita”, é justamente a busca por um sistema político mais democrático e participativo. Talvez pela pretensão de se exportar determinadas ideologias partidárias para regiões tão distintas, se corre o risco de generalizar conceitos e ideologias que possuem diferentes aportes e definições dependendo de onde estão localizadas. Por fim, como verificar a mudança ideológica de um mesmo partido baseando-se unicamente em uma dicotomia “a favor/contra”? E se o partido segue sendo a favor de uma redução de programas de *welfare* em mais de uma plataforma, mas a gradação muda, defendendo posicionamentos cada vez mais extremados? Não seria possível, a partir da abordagem da saliência e mesmo da codificação manual, perceber essa mudança; que

⁵⁷ Madeira e Taurouco (2011) versam sobre esse tipo de deficiência argumentando que conceitos como direita e esquerda variam conforme a história e o contexto cultural de cada país devendo, assim, ser analisada a partir de um padrão de códigos distinto.

poderia ser um bom indicador de radicalização ideológica no partido. Além disso, como argumentar que o PR (representando o campo de direita) seria favorável a diminuição de impostos enquanto o PD (o campo de esquerda) seria contra - portanto, a favor do aumento de impostos? Provavelmente nenhum partido vá fazer apologia a aumento de impostos em sua plataforma, portanto não vai ser “a favor” dessa política – o que ocorre é que no caso do último, há uma prevalência maior dos programas sociais, o que significaria manutenção ou aumento de impostos; no entanto, isso não significa que o partido seja “a favor” de maiores impostos, significa apenas que a manutenção de uma rede de programas sociais é prioridade.

Em terceiro e último lugar, na maior parte dos estudos feitos, os programas partidários são analisados de maneira quantitativa (utilizando palavras, parágrafos e *quasi-sentences* como dados empíricos a serem quantificados e medidos em termos de frequência) e de maneira comparativa (buscando assim verificar um maior ou menor distanciamento entre programas nas ênfases e prioridades propostas). Assim, esses trabalhos tendem a concentrar seus estudos na “embalagem” onde as plataformas estão envoltas: sua estrutura formal, palavras e temas mais frequentes. Direta ou indiretamente utilizam-se da *saliency theory*, já que suas abordagens se concentram na ênfase dada pelos programas partidários a determinadas palavras e temas. Mesmo a categorização e o posicionamento no espectro político direita x esquerda desenvolvido manualmente ou por computação, está baseado nessas características: utiliza-se da quantificação e da codificação de dados expostos na plataforma *vis-a-vis* o programa de um outro partido, conforme a frequência e prioridade apresentada. Ainda que esse tipo de técnica seja um pilar importante do estudo de programas partidários; ela não deveria ser a única. Por vezes, uma única frase, imersa em outras tantas é capaz de produzir uma melhor caracterização ideológica de um partido do que o número de vezes que a palavra ou o tema “x” ou “y” foi empregado.

A “embalagem” na qual uma plataforma partidária vem envolta merece, sim, atenção e pode ser um bom indicador de caracterização ideológica e mesmo de posicionamento no espectro político; no entanto, deveria ser tratada em conjunto com a “substância” da plataforma, ou seja, o conteúdo efetivo que dá origem a ela e que só pode ser compreendido a partir de uma análise qualitativa que leve em conta posições e princípios ideológicos apresentados. O trabalho aqui proposto, portanto, ao buscar analisar uma suposta mudança ideológica intrapartidária, está inserido em uma abordagem que privilegia tanto as ênfases e prioridades exaltadas pelas plataformas

analisadas (a forma), como os posicionamentos e princípios ideológicos apresentados no “conteúdo” dessas mesmas plataformas (a substância). Utilizar uma única técnica, nesse caso, significaria um estudo incompleto, pois perderia parte de sua sustentação. O estudo aqui proposto busca analisar, portanto, tanto a parte “externa”, quanto a parte “interna” das plataformas selecionadas. No que diz respeito ao primeiro ponto, o estudo se utilizará de programas informacionais como ManyEyes/IBM e R para expor mudanças de ênfases, estruturas e linguagens (portanto, maior ou menor número de palavras de cunho religioso, por exemplo). Com relação ao segundo ponto, o estudo utilizará programas como NVivo e a própria leitura e interpretação dos documentos na tentativa de expor mudanças de posicionamento frente a diversos temas e categorias (a partir de categorização e de quantificação).

Se, de fato houve uma “guinada `a direita” pelo Partido Republicano, no sentido de expor uma ideologia mais conservadora ao longo dos anos, essa mudança deve estar presente nas suas plataformas nacionais; verificada tanto na linguagem usada quanto nos posicionamentos tomados frente a diferentes questões. A ênfase desse trabalho, portanto, está claramente nos posicionamentos expostos pelos partidos Republicano e Democrata nas suas plataformas nacionais, e não na dimensão mais subjetiva de composição interna, ainda que seja possível, a partir do estudo da primeira parte desse trabalho (a construção do conservadorismo e o desenvolvimento do liberalismo), fazer relações entre mudanças ideológicas e maior ou menor espaço de atuação de determinados grupos e atores chave relacionados com uma determinada ideologia partidária.

3.2 APRESENTAÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE A SER ADOTADO: VARIÁVEIS, CATEGORIAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO

A análise das plataformas será feita de duas formas: uma lidando com a “forma” e a outra com a “substância” dessas.

No entanto, antes de adentrar nas questões metodológicas envolvendo essas análises, é importante mencionar aqui a crescente complexificação das plataformas norte americanas. Como se pode verificar nos quadros abaixo, seja pelo tamanho desses documentos, seja pelos temas nele inseridos, nota-se uma crescente

complexificação. No caso da linha do tempo referente à emergência de novos temas nas plataformas, pode ser constatado, ainda, que não existem “temas” próprios desse ou daquele partido, conforme postulado pelo MRG – na maioria das vezes os temas surgem nas plataformas de maneira mais ou menos sincrônica e são igualmente enfatizados. Muito provavelmente são temas que surgem no âmbito social e na qual os partidos buscam se posicionar através dos seus documentos partidários.

Quadro 4

Linha do Tempo – temas e partidos

	Partido Republicano	Partido Democrata
1936	Social Security Questão Racial Corte Internacional de Justiça	Social Security Comunismo
1940	Segunda Guerra Mundial Feminismo e Gênero – ERA Imigração	Segunda Guerra Mundial Questão Racial – Civil Rights
1944	ONU	ONU Feminismo e Gênero – ERA Corte Internacional de Justiça
1948	Comunismo	Imigração Meio Ambiente Armas nucleares
1952	Civil Rights Armas nucleares URSS/Russia Child Care	URSS/Russia Child Care OTAN
1956	OTAN OEA Poluição meio ambiente	OEA Food Stamps Poluição meio ambiente
1960		
1964	Religião	
1968	Armas de Fogo Drogas Medicare e Medicaid	Armas de Fogo Drogas Medicare e Medicaid Educação – currículo
1972	Food Stamps	
1976	Aborto Terrorismo Família (valores, comunidade)	Aborto
1980	Energia renovável	Terrorismo Energia renovável
1984	Educação – currículo e valores	Homossexualismo

	Gravidez na adolescência Entretenimento	Entretenimento
1988	AIDS	AIDS
1992	Homossexualismo Camada Ozônio/ Efeito Estufa	Camada Ozônio/ Efeito Estufa Gravidez na adolescência Família (valores, comunidade)
1996	DOMA	Religião Educação - valores
2000		
2004	Guerra ao terror	Guerra ao terror
2008		
2012		

Quadro 5

Tamanho das plataformas a partir da contabilização de palavras

	PD	PR
1936	2310	3030
1940	4667	3284
1944	1366	4216
1948	4256	2739
1952	8878	5988
1956	12839	11390
1960	16098	10680
1964	20126	8740
1968	16791	10013
1972	25615	24407
1976	21202	20463
1980	38180	34558
1984	37231	27408
1988	4838	36250
1992	8555	28536
1996	18098	27817
2000	24220	34679
2004	17751	41414
2008	25997	23650
2012	26555	30562

Feita essa elucidação, adentra-se agora nas questões metodológicas das análises feitas nesse trabalho. No que concerne à linguagem das plataformas, o estudo atentar-se-á para o aporte feito pelos partidos a partir de determinadas palavras-chave em uma espécie de “rede de palavras”. Nesse sentido, é importante mencionar que o Software da IBM - Many Eyes, disponibiliza uma ferramenta para esse tipo de

análise: a *wordtree*. Com essa ferramenta em mãos, seleciona-se palavras com o objetivo de entender a que geralmente (ou mais consistentemente) se referem. O software, dessa maneira, mostra uma espécie de rede de palavras apontando as palavras adjacentes mais citadas no documento. Nesse trabalho, serão selecionadas em todas as plataformas palavras que aparentemente apresentam propriedades distintas dependendo do viés ideológico – se liberalismo ou conservadorismo tal como “liberdade” e “justiça”: *liberty, freedom, fairness* e *justice*, por exemplo. Busca-se nesse sentido, uma análise acerca da linguagem utilizada pelos partidos no que se refere à esses termos com o objetivo de compreender como a apropriação do termo é feita pelos partidos e como pode ou não ser relacionado a uma determinada corrente ideológica, no caso o liberalismo ou o conservadorismo. Como se percebe ao longo do capítulo referente à construção dessas ideologias, o conservadorismo possui uma certa concepção de liberdade, de igualdade e de justiça que é distinta do liberalismo. Enquanto o primeiro relaciona conceitos como a justiça à responsabilidade individual e meritocracia, ou seja, ao entendimento de que cada um possui o que merece; o liberalismo entende a justiça a partir de um viés redistributivo, de diminuição arbitrária das disparidades sejam econômicas ou sociais.

Muito recorrente em análises de plataformas a partir de codificação manual, principalmente no que tange à abordagem da saliência, é a menção a esse tipo de conceito como uma forma de categorizar os partidos: se valoriza a justiça então é liberal; se valoriza a liberdade, é conservador. O que se pretende mostrar aqui com essa ferramenta é que esse tipo de dicotomia e de caracterização é bastante simplista já que pode haver (conforme vai ser analisado posteriormente) aportes distintos desses conceitos; ou seja, o conservadorismo pode, sim, enfatizar um certo tipo de justiça (provavelmente distinta do liberalismo) assim como o liberalismo pode enfatizar um certo tipo de liberdade (provavelmente distinta do conservadorismo). Busca-se, nesse sentido, evidenciar se os partidos de fato possuem entendimentos diferentes de conceitos iguais a partir de uma determinada linha ideológica.

Cabe salientar que essa análise é bastante valorizada na obra de Green (1992) no sentido de verificar como palavras iguais acabam recebendo definições e aportes distintos com o objetivo de valorizar, justificar e legitimar uma certa ideia com um viés político próprio. A pobreza, por exemplo, pode ser constantemente relacionada com a insuficiência do estado em prover um mínimo de proteção (um aporte tradicionalmente utilizado pelo liberalismo para justificar e/ou legitimar as políticas

de bem-estar social) ou com a insuficiência de um mercado, constrangido por regulamentações, de prover trabalho (aporte típico conservador que justifica/legitima o *laissez faire*).

Ainda no que tange à linguagem, será quantificada a presença de determinadas palavras que poderiam indicar uma maior presença conservadora ou liberal a partir do software NVivo. Por exemplo, a frequência de palavras de cunho religioso como “Deus”, “religião”, etc. são possíveis indicativos de plataformas mais conservadoras. Ou seja, se entendemos que o conservadorismo enfatiza a moralidade e a religião, podemos verificar a presença de determinadas palavras nas plataformas bem como de maior ou menor polarização.

É importante mencionar que essa parte não está priorizando o posicionamento dos partidos em si, mas a ênfase dada por eles a determinados conceitos e palavras e a linguagem utilizada que, por sua vez, podem vir a ser um indicativo de maior ou menor polarização e de maior ou menor radicalização conservadora. Essa parte da análise busca tão somente apresentar um “retrato” das plataformas como um todo e das ênfases e conceitos nela abordados, bem como a linguagem utilizada e seus aportes. Da mesma forma que a teoria da saliência expõe que os partidos se diferenciam pela exposição dos “seus” temas em detrimento de outros, entende-se aqui também, que os partidos expõem uma determinada linguagem concernente às “suas” palavras em detrimento de outras. Esse exercício, por fim, nos revelará possivelmente mudanças na linguagem e na ênfase a certos temas servindo como possíveis indicadores de polarização e radicalização ideológica.

Uma análise centrada unicamente na “forma” da plataforma (JANDA, 1995), ainda que importante no que diz respeito a verificação de diferentes ênfases e linguagens; não é capaz de mostrar determinadas questões mais factuais. Por exemplo, pouco ou nada se pode inferir a respeito da condução de políticas econômicas – não tem como se depreender se o partido passou a valorizar a iniciativa privada ou a regulamentação econômica simplesmente a partir da frequência de certas palavras ou do seu aporte feito. Da mesma forma, é difícil verificar uma proposta de atuação real do partido referente a moralidade. A maior utilização de palavras que denotam componentes religiosos e morais, nesse sentido, demonstraria uma mudança importante de linguagem, mas não necessariamente de posicionamento. Assim, buscase, nessa parte da análise, comparar determinadas instâncias que nos indicam, de maneira mais assertiva, a suposta “radicalização” conservadora por parte do GOP e a

polarização partidária a partir do posicionamento dos partidos frente a 3 categorias: política externa⁵⁸, política econômica⁵⁹, políticas de *welfare* (rede de proteção)⁶⁰ e questões sociais⁶¹.

Nessa parte, dá-se ênfase a “substância” das plataformas (JANDA, 1995); ou seja, ao que explicitamente defendem e se posicionam os partidos acerca de categorias e subcategorias previamente definidas a partir de *scores* de quantificação. Assim, as categorias analisadas podem ser agrupadas da seguinte forma:

1- Política econômica (Liberalismo x Conservadorismo)

- a) Modelo adotado: Keynesianismo x livre mercado (Hayekianismo)
- b) Mercado: regulamentação x desregulamentação
- c) Impostos: progressivos x igualitários
- d) Orçamento federal: Rede de proteção x equilíbrio de contas
- e) Trabalho (sindicato, salário mínimo, auxílio desemprego, etc.): Regulação federal x desregulação
- f) Infra-estrutura: papel do governo federal x papel da iniciativa privada
- g) Agricultura, produção e corporações: governo federal é árbitro x mercado é árbitro

2- Welfare (programas, recursos e rede de proteção – estado de bem-estar social)

- a) Função e escopo do governo federal: rede de proteção social e econômica x serviços essenciais de defesa nacional
- b) Indivíduo: proteção x liberdade
- c) Rede de proteção econômica e social (saúde, labor, educação, *food stamps*, etc.): governo federal x iniciativa privada
- d) Meio ambiente: regulação x desregulação

3- Questões sociais

⁵⁸ Abrange temas de política externa (diplomacia, comércio exterior e exército) e defesa.

⁵⁹ Abrange temas como impostos, inflação, regulação do mercado, crédito, emprego e desemprego, salário mínimo, despesas do governo, iniciativa privada, agricultura, *labor*, mercado, *small business*, consumidores, produção, corporações, sindicatos e infra-estrutura (ferrovia e rodovia).

⁶⁰ Abrange temas e funções do governo como Social Security, Medicare e Medicaid, educação (aporte financeiro), pobreza, *postal services*, regulação e proteção trabalhista (OSHA), regulamentação armamentícia, regulamentação do meio ambiente, distribuição de *food stamps* e controle e rede de proteção relativo AIDS e drogas, por exemplo

⁶¹ Abrange questões morais como gênero, imigração, negros (civil rights), família, religião, aborto, homossexualismo, regulação de entretenimento (pornografia, por exemplo) e educação (currículo e valores, por exemplo).

a) Minorias: extensão de direitos civis x manutenção de direitos civis

Questão racial: *civil rights* x segregação

Imigração: multiculturalismo x nacionalismo

Gênero: feminismo x tradicionalismo

Homossexualismo: extensão de direitos x manutenção ou redução de direitos

b) Aborto: *pro-choice* x *pro-life*

c) Ingerência federal na escola pública (educação – currículo): Multilateralismo x nacionalismo

d) Religião na esfera pública: estado e sua extensão é laico x estado e sua extensão é Cristão

e) Gravidez adolescência: orientação sexual x abstinência

f) *Child care* (relacionado à questão de Gênero): papel governo federal x voluntarismo

g) Armas de fogo: regulação (proteção federal) x desregulação (liberdade individual)

4- Política externa

a) Modelo adotado: intervencionismo multilateral x intervencionismo unilateral

b) Modo de atuação frente a conflitos e/ou ameaças externas: diplomacia x forças armadas

c) Relacionamento com o inimigo externo: diplomacia x força (ou *appeasement* x *deterrence*)

d) Questão nuclear: diminuição de *stockpiles* x aumento de *stockpiles*

e) Organizações Internacionais (OIs): multilateralismo x soberania

f) Ajuda humanitária: governo federal x voluntarismo

Referente aos *scores* de quantificação, a abordagem aqui feita assemelha-se aos moldes da escala desenvolvida por Feinstein e Schickler (2008), Koster (*et al*, 2012) e Lange (2007). Nesse sentido, serão pontuados posicionamentos explicitados na plataforma de acordo duas escalas: uma primeira que visa verificar a presença do conservadorismo e liberalismo (indicador 1) e uma segunda que busca analisar a inflexão desses posicionamentos ao longo do tempo – uma espécie de escala de gradação (indicador 2). É importante mencionar que essa análise possui uma certa semelhança com o método de codificação manual desenvolvido pelo MRG (em específico no que tange a categorização); no entanto não é uma releitura ou

continuação dessa, ao contrário, a abordagem aqui escolhida possui importantes diferenças com o MRG que se fazem mister explicitá-las.

Em primeiro lugar, o foco não está na saliência, mas no confronto. Ou seja, ao contrário do MRG, não se parte do pressuposto de que partidos possuem os “seus temas” e que vão explorá-los em detrimento dos temas do seu adversário. Ao contrário, o debate político e os temas relevantes trazidos para as plataformas são universais fazendo com que ambos os partidos se posicionem acerca desses. Ou seja, entende-se que os partidos não possuem temas “próprios” e com isso os exploram em detrimento de outros. O que esse estudo feito nos mostra é que os temas de maior repercussão e de maior polarização ideológica nascem de eventos na sociedade – como é o caso do aborto (Roe x Wade) e *Civil Rights* (Brown x Board of education), por exemplo – ao qual os partidos acabam por se posicionarem sem, no entanto, manter a “propriedade” do tema em questão.

Desse modo, a metodologia aqui empregada dispensa a codificação manual de toda a plataforma já que essa técnica visa enfatizar a saliência - os temas mais salientes explicitados. Não há interesse aqui em quantificar o número de quasisentences destinadas à diminuição de impostos, por exemplo – uma plataforma pode reservar grande parte de seu espaço sem que com isso se note um “aumento” ou “diminuição” do fator conservador. Ao contrário, pode ser que na plataforma seguinte o partido se limite a uma única frase a esse respeito, mas que nela esteja expresso o ápice do conservadorismo: impostos reduzidos E iguais. Pelo método do MRG, o resultado obtido seria questionável justamente porque a primeira plataforma pontuaria mais conservadora que a segunda pelo fato único de que o partido mencionou mais vezes a redução de impostos, mas não a sua igualdade. A abordagem aqui feita, portanto, busca quantificar o posicionamento partidário expresso na plataforma a partir das categorias específicas e da presença dessas ou não na plataforma. Pouco importa quantas vezes foi mencionada opção *pro-choice* no que diz respeito ao aborto, por exemplo; o interesse reside SE e COMO ela foi mencionada (retórica, mudanças legislativas, procedimento público, etc.).

Em segundo lugar, foge-se do uso “a favor” e “contra” tal como exposto no MRG. São poucos os temas em que se poderia definir o liberalismo e o conservadorismo a partir dessa dicotomia. Não se pode supor, por exemplo, que por contar com o apoio liberal, o conservadorismo seja “contra” o movimento Civil Rights. O conservadorismo, tal como uma ideologia composta de certos preceitos,

diz-se contrário a ingerência federal nesse assunto, mas isso não pressupõe que seja contrário ao movimento como um todo. Daí a opção nesse trabalho por desenvolver categorias mais específicas e consoantes com o liberalismo e o conservadorismo norte-americano saindo da dicotomia simplista “a favor/contra”.

Em terceiro lugar, buscou-se categorizar também a abstenção do partido acerca de um tema já pautado no debate político atribuindo-lhe um posicionamento centrista e o “0” na sua quantificação por entender que a recusa em posicionar-se acerca de um tema é, também uma escolha – nesse caso centrista.

Buscou-se ainda fazer uma análise que levasse em conta o momento em que a plataforma foi escrita. Ou seja, utilizar-se das categorias e quantificá-las a partir de uma seleção prévia que contemple os temas naquele cenário político. O tema do aborto, por exemplo, só passa a fazer parte do debate político recentemente de modo que seria incorreto contabilizá-lo na análise das primeiras plataformas. A linha do tempo desenvolvida nesse trabalho e já apresentada nesse mesmo capítulo busca esclarecer justamente quando determinados temas surgiram no debate político e poderiam então passar a ser analisados e quantificados nas plataformas. Assim, faz-se o seguinte cálculo: P/T , onde P é a somatória dos pontos em uma dada plataforma e T é a somatória dos temas parte do debate político na época (justamente os que foram selecionados previamente) perfazendo, desse modo uma média aritmética.

Por fim, buscou-se fazer dois tipos de análise nas plataformas: um primeiro, como já mencionado, que privilegia a presença ou a ausência de princípios conservadores e liberais de maneira bastante ampla a abranger diversos temas e subtemas através de quantificação entre +1 (conservador) e -1 (liberal) (indicador 1). E, um segundo que privilegia a evolução (a gradação) de temas e categorias mais específicas através de quantificação entre +3 (mais conservador) e -3 (mais liberal) (indicador 2). Essa ferramenta metodológica nos permite, ao fim, adentrar na questão do quanto o partido supostamente se radicalizou e do quanto os partidos se polarizaram.

Indicador 1:

Indicadores de presença/ausência de preceitos C/L: Quantificação através de escalas entre +1 e -1

1 Política econômica

1.1 Modelo adotado (Keynesianismo x Hayekianismo)

- 1.1.1 A plataforma de forma geral valoriza (ou privilegia) o livre mercado, a iniciativa privada e/ou a não interferência federal na economia (+1)
- 1.1.2 A plataforma não faz menção (0)
- 1.1.3 A plataforma de forma geral valoriza (ou privilegia) o papel do governo federal na economia como uma espécie de árbitro dessa (-1)
- 1.2 Regulação do mercado
 - 1.2.1 A plataforma mostra-se contrária à regulação e a favor do *laissez faire* (+1)
 - 1.2.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.2.3 A plataforma mostra-se a favor de regulação (-1)
- 1.3 Orçamento federal
 - 1.3.1 A plataforma dá prioridade ao orçamento equilibrado através da diminuição de gastos federais (+1)
 - 1.3.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.3.3 A plataforma dá prioridade à manutenção da rede de proteção social. O equilíbrio orçamentário se dá, portanto, por meio de maior arrecadação através de impostos progressivos e não pela diminuição de gastos federais (-1)
- 1.4 Impostos
 - 1.4.1 A plataforma enfatiza impostos mínimos e/ou iguais (+1)
 - 1.4.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.4.3 A plataforma enfatiza impostos progressivos (-1)
- 1.5 Sindicatos
 - 1.5.1 A plataforma abstém-se de envolvimento federal e/ou valoriza um diálogo entre empregador e empregado para maiores conquistas trabalhistas (+1)
 - 1.5.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.5.3 A plataforma valoriza o papel dos sindicatos e/ou busca fortalecê-los para o alcance de maiores conquistas trabalhistas (-1)
- 1.6 Salário Mínimo
 - 1.6.1 A plataforma desvaloriza ou mostra-se contrária à legislação federal (a favor de legislações estaduais, por ex.) (+1)
 - 1.6.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.6.3 A plataforma valoriza ou mostra-se a favor de legislação federal (-1)
- 1.7 Proteção ao consumidor
 - 1.7.1 A plataforma abstém-se de uma atuação direta do governo federal (+1)
 - 1.7.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.7.3 A plataforma mostra-se favorável ao envolvimento do governo federal (-1)
- 1.8 Desemprego
 - 1.8.1 A plataforma enfatiza o papel da iniciativa privada no seu combate (desoneração para a iniciativa privada, por exemplo), e/ou dos estados ou instituições voluntárias na assistência aos desempregados (+1)
 - 1.8.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 1.8.3 A plataforma enfatiza o papel do governo no combate ao desemprego através de programas federais, por exemplo, e/ou na assistência financeira aos desempregados (-1)
- 1.9 Infra-estrutura nacional (estradas, ferrovias, etc.)

1.9.1 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pela iniciativa privada e/ou pelos estados como uma espécie de “parceria” com o governo federal – divisão de custos (+1)

1.9.2 A plataforma não faz menção (0)

1.9.3 A plataforma enfatiza o desenvolvimento pelo governo federal nessa área - é papel prioritariamente federal (-1)

1.10 Transportes ferroviários públicos (Amtrak, por ex)

1.10.1 Fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)

1.10.2 A plataforma não faz menção (0)

1.10.3 Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (maiores recursos, por exemplo) (-1)

1.11 Corporações, monopólio e oligopólio

1.11.1 A plataforma mostra-se contrária a regulamentações e/ou legislações federais (+1)

1.11.2 A plataforma não faz menção (0)

1.11.3 A plataforma defende legislação federal com vistas a regulamentação ou coibição (-1)

1.12 Produção

1.12.1 A plataforma mostra-se favorável à abstenção do governo federal – ênfase na iniciativa privada (+1)

1.12.2 A plataforma não faz menção (0)

1.12.3 A plataforma mostra-se favorável ao envolvimento do governo federal no gerenciamento e/ou na construção de programas e incentivos (-1)

1.13 Iniciativa privada e governo federal referente à programas e serviços públicos

1.13.1 A plataforma dá ênfase à iniciativa privada (+1)

1.13.2 A plataforma não faz menção (0)

1.13.3 A plataforma dá ênfase ao papel do governo federal (-1)

1.14 Geração de empregos

1.14.1 Ênfase na desregulamentação e/ou desoneração da iniciativa privada para geração de empregos e/ ou em capacitação através de instituições voluntárias ou privadas (+1)

1.14.2 A plataforma não faz menção (0)

1.14.3 Ênfase em programas federais para geração de empregos e/ou em capacitação através de programas ou incentivos federais (-1)

1.15 Agricultura

1.15.1 Pouco ou nenhum envolvimento direto no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos (produção, emprego, capacitação, por exemplo) – Ênfase recai na iniciativa privada (+1)

1.15.2 A plataforma não faz menção (0)

1.15.3 Amplo envolvimento do governo federal no que diz respeito a incentivos, crédito e/ou programas específicos (produção, emprego, capacitação, por exemplo) (-1)

2 *Welfare* –Programas, recursos e rede de proteção federal

2.1 Papel do governo

2.1.1 A plataforma dá ênfase à prestação de serviços essenciais previstos pela constituição (+1)

- 2.1.2 A plataforma não faz menção (0)
- 2.1.3 A plataforma dá ênfase à uma ampla rede de proteção econômica e social (-1)
- 2.2 Indivíduo
 - 2.2.1 Ênfase na “liberdade” – direito de fazer por si e responsabilizar-se sem interferência federal (+1)
 - 2.2.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.2.3 Ênfase na proteção dada pelo governo- governo federal tem o dever de “proteger” (-1)
- 2.3 Rede de proteção econômica e social – assistência
 - 2.3.1 A plataforma dá ênfase à iniciativa privada, aos estados e/ou a responsabilidade individual (+1)
 - 2.3.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.3.3 A plataforma dá ênfase ao governo federal (-1)
- 2.4 Pobreza
 - 2.4.1 A ser combatida principalmente pelo crescimento econômico através da iniciativa privada e/ou pelo fortalecimento da família e instituições voluntárias (+1)
 - 2.4.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.4.3 A ser combatida pelo esforço do governo federal, através de programas e recursos financeiros (-1)
- 2.5 Social Security
 - 2.5.1 Relativa desvalorização tal como um programa federal – seu fortalecimento através de uma maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semi-privatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)
 - 2.5.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.5.3 Valorização – seu fortalecimento através do papel do governo federal - vinculado diretamente ao governo federal (-1)
- 2.6 Medicare
 - 2.6.1 Relativa desvalorização tal como um programa federal – seu fortalecimento através de uma maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semi-privatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)
 - 2.6.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.6.3 Valorização – seu fortalecimento através do papel do governo federal - vinculado diretamente ao governo federal (-1)
- 2.7 Medicaid
 - 2.7.1 Relativa desvalorização tal como um programa federal – seu fortalecimento através de uma maior abertura por meio de competição com a iniciativa privada (total ou semi-privatização) ou por conta do crescimento econômico (+1)
 - 2.7.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.7.3 Valorização – seu fortalecimento através do papel do governo federal - vinculado diretamente ao governo federal (-1)
- 2.8 Educação pública (ensino fundamental e médio)
 - 2.8.1 Repasse federal diretamente aos estados (*block grants*) – papel mínimo do governo federal e/ou valorização através de incentivos econômicos de outras modalidades de ensino: *home schooling*, escolas particulares, instituições religiosas, etc (+1)

- 2.8.2 A plataforma não faz menção (0)
- 2.8.3 Amplo papel do governo federal que não se restringe a repasse federal às escolas, mas ao aumento de recursos seja através da distribuição de maiores aportes financeiros, construção de escolas, empréstimos para infra estrutura, etc. (-1)
- 2.9 Educação universitária
 - 2.9.1 Manutenção e/ou diminuição de repasses e/ou incentivos federais – ênfase no crescimento econômico e na iniciativa privada (+1)
 - 2.9.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.9.3 Aumento de repasses e/ou incentivos federais (podendo culminar inclusive na criação de universidades públicas) - ênfase está no papel direto do governo federal que não se restringe às escolas, mas ao auxílio direto aos estudantes através de bolsas de estudo e doações (-1)
- 2.10 Serviço Postal - *Postal Service*⁶²
 - 2.10.1 Relativa desvalorização – seu fortalecimento através de maior competição com a iniciativa privada e/ou privatização (+1)
 - 2.10.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.10.3 Valorização - Fortalecimento através do papel desempenhado pelo governo federal (maiores recursos, por exemplo) (-1)
- 2.11 *Labor*⁶³ – rede de proteção (ex. OSHA)
 - 2.11.1 A plataforma valoriza uma menor regulação federal (+1)
 - 2.11.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.11.3 A plataforma valoriza a regulação federal (-1)
- 2.12 Meio ambiente
 - 2.12.1 Ênfase no “equilíbrio” entre crescimento econômico e preservação – a economia não pode ser prejudicada, e/ou ênfase em uma relativa desregulamentação federal (+1)
 - 2.12.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.12.3 Ênfase na preservação do meio ambiente através de regulamentação federal (-1)
- 2.13 Food Stamps
 - 2.13.1 Desvalorização: Menores recursos federais e/ ou transferência de responsabilidade para outros entes (+1)
 - 2.13.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.13.3 Valorização e/ou fortalecimento através de expansão (-1)
- 2.14 Combate à AIDS
 - 2.14.1 Ênfase dada no comportamento (questão moral) (+1)
 - 2.14.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 2.14.3 Ênfase dada na manutenção e/ou na expansão de programas federais de saúde (-1)
- 2.15 Combate às drogas – usuário
 - 2.15.1 A plataforma enfatiza o papel da família e do comportamento pessoal priorizando o seu combate pela polícia (+1)
 - 2.15.2 A plataforma não faz menção (0)

⁶² Optou-se por incluir esse serviço porque foi um dos primeiros programas financiado e administrado pelo governo federal na história dos Estados Unidos - é um tema relativamente recorrente nas plataformas.

⁶³ Refere-se ao trabalho operário (manual). Optou-se por manter esse conceito em inglês pela falta de um sinônimo em português.

2.15.3 A plataforma enfatiza o papel do governo federal – assistência federal ao usuário através de programas e/ou recursos priorizando uma visão mais social do problema (pobreza, por ex.) (-1)

2.16 Sistema de saúde público (“universal health insurance”)

2.16.1 A plataforma menciona ser contrária (+1)

2.16.2 A plataforma não faz menção

2.16.3 A plataforma menciona ser a favor (-1)

3 Questões Sociais

3.1 Gênero e feminismo (ERA⁶⁴, por ex.)

3.1.1 Abstenção do governo federal – assunto a ser tratado pelos estados; ou menção favorável ao EPEW⁶⁵ tão somente, bem como ao crescimento econômico para maiores conquistas (+1)

3.1.2 A plataforma não faz menção (0)

3.1.3 Defesa de uma rede de proteção e de extensão de direitos pelo governo federal que não se restringe ao EPEW, mas que abarca legislações como o ERA (-1)

3.2 Aborto

3.2.1 A plataforma mostra-se *Pro-life* (ou contra Roe vs. Wade) (+1)

3.2.2 A plataforma não faz menção (0)

3.2.3 A plataforma mostra-se *Pro-choice* (ou a favor de Roe vs. Wade)

(-1)

3.3 Homossexualismo

3.3.1 Relativa segregação de direitos civis - A plataforma defende a diminuição de direitos civis já conquistados ou advoga pela ingerência estadual e local sobre o assunto (+1)

3.3.2 A plataforma não faz menção (0)

3.3.3 Inclusão de direitos civis - A plataforma defende a não discriminação e/ou manifesta-se a favor da inclusão de direitos civis (-1)

3.4 Imigração

3.4.1 A plataforma enfatiza a diminuição de direitos a imigrantes legais e/ou deportação dos ilegais. Relativo às fronteiras, a plataforma advoga pela restrição da entrada (contra a política de reunificação da família, por ex.) (+1)

3.4.2 A plataforma não faz menção (0)

3.4.3 A plataforma enfatiza a extensão de direitos à imigrantes legais ou ilegais já vivendo nos EUA (política de acolhimento). Relativo às fronteiras, aceita um certo fluxo, como por exemplo, no que concerne a reunificação familiar (-1)

3.5 Família

3.5.1 Ênfase nos valores tradicionais e na moralidade - Fortalecimento através da ação direta do governo federal (legislações mais severas relativo ao divórcio e DOMA, por ex.) ou de instituições *faith based* na manutenção da família e do casamento tradicional (homem e mulher) (+1)

3.5.2 A plataforma não faz menção (0)

3.5.3 Ênfase nas condições práticas de manutenção – Fortalecimento através de programas federais (*Day care*, por ex.) para a manutenção da família; e ou da valorização de uma definição de família que inclua casais homossexuais (-1)

3.6 Educação - currículo

⁶⁴ Equal Rights Amendment.

⁶⁵ Equal Pay for Equal Work.

3.6.1 Ênfase na educação cívica, na disciplina, na ordem e/ou na história dos Estados Unidos, constituição, símbolos, etc. (hino, bandeira, *pledge of allegiance*, etc.) - nacionalismo (+1)

3.6.2 A plataforma não faz menção (0)

3.6.3 Ênfase em temas como homossexualismo e orientação sexual e/ou na discussão sobre minorias (latinos, negros, etc.) - multiculturalismo (-1)

3.7 Gravidez na adolescência – orientação sexual

3.7.1 A plataforma mostra-se contrária à orientação sexual e/ou defende a abstinência até o casamento (+1)

3.7.2 A plataforma não faz menção (0)

3.7.3 A plataforma mostra-se a favor de orientação sexual seja através da escola ou de programas e recursos federais (-1)

3.8 Entretenimento (pornografia e conteúdo de TV para crianças, por exemplo)

3.8.1 Regulação do governo federal (+1)

3.8.2 A plataforma não faz menção (0)

3.8.3 Abstenção do governo federal (-1)

3.9 Religião

3.9.1 É expressada como uma extensão do governo federal e como característica da sociedade – seu fortalecimento dá-se através da defesa e valorização dos seus símbolos e rituais nas dependências e extensões do governo federal (instituições públicas, inclusive escola e cortes de justiça) (+3)

3.9.2 A plataforma não faz menção (0)

3.9.3 É expressada de maneira a situar-se em separado do governo federal – respeito ao multiculturalismo e às diversas religiões (-1)

3.10 Religião e instituições voluntárias (*faith based institutions*)

3.10.1 A plataforma defende a atuação dessas como um “braço” do governo federal podendo vir a substituir-lhe funções humanitárias e sociais (+1)

3.10.2 A plataforma não faz menção (0)

3.10.3 A plataforma entende que essas trabalham em conjunto com e/ou são orientadas pelo governo federal, mas não substituem o papel desse (-1)

3.11 Questão racial - *Civil Rights*

3.11.1 Maiores direitos através de legislação estadual e/ou do crescimento econômico - sem envolvimento do governo federal (+1)

3.11.2 A plataforma não faz menção (0)

3.11.3 Legislação deve ser feita pelo governo federal (-1)

3.12 Minorias – índios, negros, mulheres, homossexuais e imigrantes, por exemplo

3.12.1 A plataforma desqualifica ou mostra-se descrente à ações afirmativas (+1)

3.12.2 A plataforma não faz menção (0)

3.12.3 A plataforma valoriza ações afirmativas (-1)

3.13 Armas de fogo

3.13.1 Ênfase na desregulamentação federal – é direito individual (+1)

3.13.2 A plataforma não faz menção (0)

3.13.3 Ênfase na regulamentação federal – é dever do governo federal

3.14 *Child Care*⁶⁶ (relativo ao debate de gênero)

⁶⁶ Refere-se à instituições educacionais voltadas para crianças e bebês.

3.14.1 A plataforma enfatiza o papel do estado, município, instituições religiosas, privadas ou voluntárias (+1)

3.14.2 A plataforma não faz menção (0)

3.14.3 A plataforma enfatiza o papel do governo federal na construção e/ou na distribuição de recursos (-1)

4 Política Externa

4.1 Atuação externa

4.1.1 A plataforma enfatiza a soberania e/ou os interesses norte-americanos – relativo unilateralismo. A prioridade está na liderança norte-americana (+1)

4.1.2 A plataforma não faz menção (0)

4.1.3 A plataforma enfatiza parcerias e/ou tratados multilaterais – multilateralismo. A prioridade está na cooperação (-1)

4.2 Defesa e segurança

4.2.1 Projeto unilateral (individual). Segurança interna está baseada prioritariamente em armamentos (+1)

4.2.2 A plataforma não faz menção (0)

4.2.3 Projeto coletivo. Segurança interna está baseada em alianças externas e/ou em fatores estruturais internos (pobreza, educação, etc.) (-1)

4.3 Paz mundial

4.3.1 Projeto unilateral através de liderança norte-americana (+1)

4.3.2 A plataforma não faz menção (0)

4.3.3 Projeto coletivo através de cooperação internacional (-1)

4.4 Relacionamento com o inimigo

4.4.1 A plataforma enfatiza (ou prioriza) armamentos e efetivos. Foco está na dissuasão através da punição. A abordagem é unilateral (+1)

4.4.2 A plataforma não faz menção (0)

4.4.3 A plataforma enfatiza (ou prioriza) a diplomacia. Foco está na dissuasão através do diálogo. A abordagem é multilateral (-1)

4.5 *Stockpiles* – armamentos nucleares

4.5.1 A plataforma enfatiza a manutenção ou aumento desses de modo unilateral, ou seja, desarmamento para os outros, manutenção ou aumento para os Eua. Entendimento de que essa é a melhor forma de dissuasão (+1)

4.5.2 A plataforma não faz menção (0)

4.5.3 A plataforma enfatiza a diminuição desses de modo multilateral, ou seja, desarmamento para todos incluso Eua. Entendimento de que armamentos nucleares não são indicativo único de segurança (-1)

4.6 OIs e tratados multilaterais (exceto NATO)

4.6.1 A plataforma mostra-se reticente – ênfase recai no custo-benefício e/ou na soberania norte-americana (+1)

4.6.2 A plataforma não faz menção (0)

4.6.3 A plataforma as valoriza – fortalecimento através de recursos financeiros e/ou efetivo pessoal, por exemplo, mesmo que sem interesse norte-americano direto (-1)

4.7 ONU

4.7.1 A plataforma mostra-se reticente – enfatiza os problemas da instituição e/ou a primazia da soberania norte-americana. Pode, assim, evocar a diminuição de recursos e/ou a não participação em certos programas ou unidades da ONU (+1)

- 4.7.2 A plataforma não faz menção (0)
- 4.7.3 A plataforma a valoriza – enfatiza os benefícios da instituição. Pode assim, evocar a manutenção e/ou aumento de recursos e participação norte-americana (-1)
- 4.8 Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)
 - 4.8.1 Fortalecimento através de liderança norte-americana - Ênfase recai no custo-benefício para a defesa norte-americana (+1)
 - 4.8.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 4.8.3 Fortalecimento através do multilateralismo - Ênfase recai na defesa multilateral que a organização propicia (-1)
- 4.9 Corte Internacional de Justiça (CIJ)
 - 4.9.1 A plataforma mostra-se reticente quanto à participação dos EUA (+1)
 - 4.9.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 4.9.3 A plataforma a valoriza a participação dos EUA (-1)
- 4.10 Ajuda humanitária
 - 4.10.1 A plataforma mostra-se reticente - Não é papel do governo, salvo em casos de interesse nacional direto. Enfatiza as “private entities” (iniciativa privada e instituições voluntárias) (+1)
 - 4.10.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 4.10.3 A plataforma a valoriza - É papel do governo, através de ajuda financeira e/ou efetivo pessoal direta ou por meio de instituições multilaterais (-1)
- 4.11 Relacionamento com a URSS/Rússia
 - 4.11.1 A plataforma enfatiza *deterrence* – prioridade está na questão armamentícia (+1)
 - 4.11.2 A plataforma não faz menção (0)
 - 4.11.3 A plataforma enfatiza *appeasement* – prioridade está no diálogo (-1)

Indicador 2:

Indicadores de evolução de preceitos C/L : Gradação através de escalas +3 a -3

1. Política Doméstica

1.1 Política econômica:

1.1.1 Modelo adotado: Keynesianismo x livre mercado (Hayekianismo)

+3 A plataforma apresenta propostas para o recuo do papel e da ingerência do governo federal em duas ou mais áreas específicas;

+2 A plataforma apresenta propostas para o recuo do papel e da ingerência do governo federal em uma área específica (agricultura, emprego, *small business*, etc.);

+1 A plataforma, de forma retórica, valoriza ou privilegia o livre mercado e a não intervenção federal na economia;

0: A plataforma não faz menção;

-1 A plataforma, de forma retórica, valoriza a condução federal na economia como uma espécie de “árbitro” entre sociedade e mercado;

-2 A plataforma apresenta propostas para uma maior interferência federal em uma área específica (agricultura, emprego, *small business*, etc.);

-3 A plataforma apresenta propostas para uma maior interferência federal em duas ou mais áreas específicas.

1.1.2 Mercado: regulamentação x desregulamentação

+3: A plataforma apresenta propostas de desregulamentação de duas ou mais áreas em específico;

+2: A plataforma apresenta propostas de desregulamentação de uma área em específico (financeiro, comercial, monetário, etc.);

+1: A plataforma faz menção retórica a necessidade de desregulamentação do mercado;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma faz menção retórica a necessidade de regulamentação do mercado;

-2: A plataforma apresenta propostas de regulação de uma área em específico (financeiro, comercial, monetário, etc.);

-3: A plataforma apresenta propostas de regulação de duas ou mais áreas em específico.

1.1.3 Impostos e redistribuição de renda: regressivos x igualitários

+3: A plataforma apresenta propostas que visam a implementação de um sistema baseado na cobrança de impostos mínimos e universais (“flat” ou “across the board”);

+2: A plataforma expõe propostas de redução de impostos pagos e de redução entre as margens;

+1: A plataforma menciona de forma retórica a igualdade e/ou a diminuição de impostos - descontentamento com políticas de redistribuição de renda e de nivelamento econômico e social;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma menciona de forma retórica um sistema de cobrança de impostos baseado na “habilidade de pagamento” (impostos progressivos) – a favor da redistribuição de renda para um maior nivelamento econômico e social;

-2: A plataforma expõe propostas a partir de impostos progressivos para maior redistribuição de renda e/ou de manutenção de programas;

-3: A plataforma expõe propostas que visam um teto relativo a isenção de impostos pagos pela camada mais baixa da população ao mesmo tempo em que aumentam a taxação de impostos progressivos para maior nivelamento (aumento entre as margens).

1.1.4 Orçamento federal

+3: A plataforma apresenta medidas para maior equilíbrio orçamentário tal como uma legislação federal que limite o gasto orçamentário ou diminua esse limite;

+2: A plataforma apresenta medidas para maior equilíbrio orçamentário que envolvem a diminuição de recursos para programas e financiamentos e/ou a privatização de programas federais;

+1: A plataforma valoriza (ou privilegia) um orçamento equilibrado mesmo que com a diminuição de recursos destinados aos programas e financiamentos de assistência econômica e social;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma valoriza (ou privilegia) a manutenção da rede de proteção econômica e social mesmo que em detrimento de um déficit no orçamento público;

-2: A plataforma apresenta medidas para maior equilíbrio orçamentário que não envolvem a diminuição do estado de bem-estar social focando, principalmente, na arrecadação de impostos progressivos;

-3: A plataforma menciona ser contra uma legislação federal (tal como um teto orçamentário) que acarretaria em dificuldade para a manutenção da rede de proteção econômica e social.

1.1.5 Sindicatos

+3: A plataforma apresenta propostas que fragilizam a atuação de sindicatos;

+2: A plataforma menciona ser contrária a um envolvimento federal na proteção e/ou na manutenção de sindicatos, alegando, por exemplo, o alto custo para empregado e empregador.

+1: A plataforma abstém-se de envolvimento federal valorizando, por exemplo, o diálogo entre empregado e empregador na conquista de direitos trabalhistas;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma valoriza o papel dos sindicatos na conquista de direitos trabalhistas;

-2: A plataforma incentiva a manutenção (a proteção) de sindicatos através de legislação federal;

-3: A plataforma incentiva a expansão de sindicatos e de sindicalistas através de legislação federal.

1.1.6 Infra-estrutura e transportes ferroviários públicos (Amtrak, por exemplo)

+3: A plataforma menciona a necessidade de privatização de certos setores;

+2: A plataforma menciona a necessidade de cortes orçamentários para essa área e/ou valoriza a divisão de recursos com iniciativa privada (semi-privatização) ou estados;

+1: A plataforma enfatiza o alto custo de tais serviços para o governo federal (e/ou o mal funcionamento desses) - desvalorização;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma enfatiza a necessidade de tais serviços por meio do governo federal – valorização;

-2: A plataforma menciona a necessidade de manutenção de tais serviços nas mãos do governo federal;

-3: A plataforma menciona a necessidade de fortalecimento e/ou expansão de tais serviços através de maiores recursos do governo federal.

1.2 Welfare

1.2.1 Função e escopo do governo federal: rede de proteção social e econômica x serviços essenciais de defesa nacional

+3: A plataforma apresenta propostas para a diminuição e/ou a extinção da ingerência federal em duas ou mais áreas específicas no que diz respeito a rede de proteção social;

+2: A plataforma apresenta propostas para a diminuição e/ou a extinção da ingerência federal em uma área específica no que diz respeito a rede de proteção social (saúde, aposentadoria, educação, relief, etc.);

+1: A plataforma, de forma retórica, critica a manutenção ou a criação de uma rede de proteção social e/ou menciona o papel do governo federal como mero fornecedor de serviços essenciais de defesa nacional;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma, de forma retórica, valoriza uma maior rede de proteção social;

-2: A plataforma apresenta propostas em uma área específica com vistas a uma maior ingerência federal na criação ou na manutenção de uma rede de proteção social (saúde, aposentadoria, educação, relief, etc.);

-3: A plataforma apresenta propostas em duas ou mais áreas específicas com vistas a uma maior ingerência federal na criação ou na manutenção de uma rede de proteção social.

1.2.2 Programas, serviços e empresas públicas: nacionalização x privatização (saúde pública – Med/Med, aposentadorias, educação, etc.).

+3: A plataforma apresenta propostas de diminuição ou de extinção de programas, serviços e empresas públicas em duas ou mais áreas específicas;

+2: A plataforma apresenta propostas de diminuição ou de extinção de programas, serviços e empresas públicas em uma área específica;

+1: A plataforma, de forma retórica, valoriza a competição da iniciativa privada em relação a programas, serviços e empresas públicas;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma, de forma retórica, valoriza programas, serviços e empresas públicas;

-2: A plataforma apresenta propostas para fortalecimento ou a criação de empresas, serviços e programas públicos em uma área específica;

-3: A plataforma, de forma categórica, apresenta propostas para o fortalecimento ou a criação de empresas, serviços e programas públicos em duas ou mais áreas específicas.

1.2.3 Meio ambiente: regulação x desregulamentação

+3: A plataforma apresenta propostas de desregulamentação federal em duas ou mais áreas específicas;

+2: A plataforma apresenta propostas de desregulamentação federal em uma área específica (industrial, automotivo, etc.);

+1: A plataforma faz menção retórica a necessidade de maior desregulamentação federal no que diz respeito ao meio ambiente - a prioridade está no crescimento econômico ou no “equilíbrio” entre eles);

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma faz menção retórica a necessidade de maior regulação federal e de estímulos no que diz respeito ao meio ambiente – prioridade está no meio ambiente;

-2: A plataforma apresenta propostas de regulação federal em uma área específica (setor industrial, automotivo, etc.);

-3: A plataforma apresenta propostas de regulação federal em duas ou mais áreas específicas.

1.2.4 Programas sociais – Social Security

+3: A plataforma menciona a necessidade de privatização;

+2: A plataforma menciona a necessidade de dividir custos com a iniciativa privada (semi-privatização);

+1: Relativa desvalorização – A plataforma dá ênfase no custo para o governo federal e contribuintes;

0: A plataforma não faz menção;

-1: Valorização – A plataforma dá ênfase na necessidade de tal programa para a sociedade em geral;

-2: A plataforma mostra-se a favor da manutenção de tal programa por meio de aporte financeiro contínuo do governo federal;

-3: A plataforma mostra-se a favor da expansão de tal programa com o aporte financeiro do governo federal.

1.2.5 Programas sociais – Medicare

+3: A plataforma menciona a necessidade de privatização ou transferência total para estados;

+2: A plataforma menciona a necessidade de dividir custos com a iniciativa privada (semi-privatização) e/ou com estados;

+1: Relativa desvalorização – A plataforma dá ênfase no custo para o governo federal e contribuintes;

0: A plataforma não faz menção;

-1: Valorização – A plataforma dá ênfase na necessidade de tal programa para a sociedade em geral;

-2: A plataforma mostra-se a favor da manutenção de tal programa por meio de aporte financeiro contínuo do governo federal;

-3: A plataforma mostra-se a favor da expansão de tal programa com o aporte financeiro do governo federal.

1.2.6 Programas sociais – Medicaid

+3: A plataforma menciona a necessidade de privatização ou transferência para estados;

+2: A plataforma menciona a necessidade de dividir custos com a iniciativa privada (semi-privatização) ou com os estados;

+1: Relativa desvalorização – A plataforma dá ênfase no custo para o governo federal e contribuintes;

0: A plataforma não faz menção;

-1: Valorização – A plataforma dá ênfase na necessidade de tal programa para a sociedade em geral;

-2: A plataforma mostra-se a favor da manutenção de tal programa por meio de aporte financeiro contínuo do governo federal;

-3: A plataforma mostra-se a favor da expansão de tal programa com o aporte financeiro do governo federal.

1.3 Questões sociais

1.3.1 Questão racial: *civil rights* x segregação

+3: A plataforma apresenta propostas que desqualificam e/ou que visam a proibição da ingerência federal acerca da questão racial. Se relativo a legislação de *Civil Rights* já vigente, apresenta propostas que visam a contestação dessa em fóruns específicos, tais como a Suprema Corte;

+2: A plataforma apresenta propostas que visam a manutenção do *status quo*, ou seja, da independência estadual e municipal relativo a questões raciais;

+1: A plataforma faz menção contrária ao movimento *Civil Rights* e/ou a ingerência federal nesse âmbito e/ou utiliza-se do crescimento econômico para extensão de direitos;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma faz menção favorável ao movimento *Civil Rights*;

-2: A plataforma apresenta propostas para extensão de direitos a nível federal (o que concerne ao seu tradicional escopo de atuação sem, portanto, ingerir em assuntos

tipicamente estaduais ou locais, tal como a educação ou o processo eleitoral, por exemplo);

-3: A plataforma apresenta propostas para extensão de direitos a nível federal, estadual e/ou municipal; e/ou advoga a criminalização de práticas entendidas como segregacionistas.

1.3.2 Imigração: multiculturalismo x nacionalismo

+3: A plataforma apresenta propostas para maior controle interno acerca da imigração, por exemplo, propostas que visam maiores deportações e quesitos mais rígidos para obtenção de direitos – família deve responsabilizar-se, não o governo;

+2: A plataforma apresenta propostas para limitação do fluxo imigratório (ênfase nas fronteiras);

+1: A plataforma faz menção contra o processo imigratório e/ou contra a extensão de direitos à imigrantes e/ou a extensão de cidadania a imigrantes ilegais;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma faz menção a favor dos imigrantes e da extensão de direitos;

-2: A plataforma apresenta propostas de maior inclusão econômica e social e/ou expansão do número de imigrantes (family reunification, por ex);

-3: A plataforma apresenta propostas de maior legalização (cidadania, por exemplo) e extensão de direitos e/ou defende ajuda financeira a países emigrantes (lógica da paz e segurança compartilhada).

1.3.3 Gênero: feminismo x tradicionalismo

+3: A plataforma apresenta propostas que visam erradicar legislações já aprovadas referentes a esse tópico;

+2: A plataforma apresenta propostas que visam enfraquecer a pauta de gênero sem, no entanto, erradicá-la;

+1: A plataforma, de forma retórica, valoriza o EPEW tão somente e/ou o crescimento econômico para maiores direitos;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma menciona ser favorável a busca por maior equidade e extensão de direitos no que diz respeito às mulheres;

-2: A plataforma apresenta propostas para maior inclusão e extensão de direitos;

-3: A plataforma apresenta propostas de legislação igualitária (ERA, por ex) e/ou criminalização contra práticas consideradas discriminatórias.

1.3.4 Homossexualismo: extensão de direitos x manutenção ou redução de direitos já adquiridos

+3: A plataforma apresenta propostas que visam erradicar legislações já aprovadas ou prevenir novas legislações favoráveis referentes a esse tópico (DOMA, por ex);

+2: A plataforma diz-se contrária a legislações vigentes a favor da pauta;

+1: A plataforma, de forma retórica, mostra-se contrária a extensão de direitos aos homossexuais;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma menciona ser favorável a busca por maior equidade e extensão de direitos no que diz respeito aos homossexuais;

-2: A plataforma apresenta propostas para maior inclusão e extensão de direitos;

-3: A plataforma apresenta propostas de legislação igualitária e/ou criminalização contra práticas consideradas discriminatórias.

1.3.5 Aborto: *pro-choice* x *pro-life*

- +3: A plataforma apresenta propostas que visam erradicar legislações já aprovadas referentes a esse tópico e/ou defende uma emenda constitucional que proíba a prática;
- +2: A plataforma apresenta propostas que visam restringir essa prática (uso de *counseling*, por exemplo) e/ou apresenta propostas que visam fortalecer instituições *pro-life* (igreja, por exemplo) e de acolho a gestantes;
- +1: A plataforma posiciona-se *pro-life* e/ou menciona ser contra o aborto (contra *Roe vs. Wade*);
- 0: A plataforma não faz menção;
- 1: A plataforma posiciona-se *pro-choice* e/ou menciona ser favorável a liberdade de escolha da mulher frente a esse tópico (a favor de *Roe vs. Wade*);
- 2: A plataforma apresenta propostas de legislação – direito constitucional ou reconhecimento pelo governo federal da escolha e da prática;
- 3: A plataforma apresenta propostas de legislação “*regardless of ability to pay*” – direito constitucional ou reconhecimento pelo governo federal da prática pago pelo governo federal (rede pública de saúde);

1.3.6 Gravidez na adolescência e gravidez indesejada – papel da escola e da rede de saúde pública

- +3: A plataforma apresenta propostas para erradicar esse tipo de abordagem das escolas ou saúde pública valorizando a responsabilidade individual e/ou a abstinência sexual até o casamento;
- +2: A plataforma apresenta propostas para fortalecer o envolvimento dos pais enfatizando a responsabilidade individual;
- +1: A plataforma faz menção contrária a essa intromissão federal enquanto enfatiza a responsabilidade individual;
- 0: A plataforma não faz menção;
- 1: A plataforma faz menção a favor desse tipo de abordagem e de programas públicos (papel de proteção do governo federal – a responsabilidade é compartilhada);
- 2: A plataforma apresenta propostas de caráter “*facultativo*” para as escolas e saúde pública e/ou de manutenção desses programas;
- 3: A plataforma apresenta propostas de caráter obrigatório para as escolas e rede pública de saúde e/ou defende a expansão desses programas.

1.3.7 Religião na esfera pública: estado e sua extensão é laico x estado e sua extensão é Cristão

- +3: A plataforma apresenta propostas e legislações que visam trazer a religião para o âmbito federal substituindo o papel desse (novas atuações como na área diplomática e humanitária, por exemplo) e suas extensões (a obrigatoriedade de uma cruz em cada sala de aula).
- +2: A plataforma apresenta propostas e legislações federais para fortalecimento da instituição religiosa e suas extensões (educação, *child care*, drogas, por ex) como uma espécie de mediadora entre governo e sociedade;
- +1: A plataforma de forma retórica valoriza uma maior atuação e entende que o governo é uma extensão da religião Cristã;
- 0: A plataforma não faz menção;
- 1: A plataforma menciona ser favorável a separação entre religião e governo e/ou suas extensões, ainda que possam trabalhar em conjunto;

- 2: A plataforma enfatiza propostas que visam separar o caráter religioso do governo e instituições federais bem como suas extensões por valorizar o multiculturalismo e, portanto, as inúmeras religiões parte do “melting pot” norte-americano;
- 3: A plataforma apresenta propostas que limitam a relação entre governo e instituições religiosas Cristas mesmo em instâncias tipicamente de fora do controle federal (retira bíblia e cruz das cortes, por exemplo).

2 Política externa

2.1 Modelo adotado: intervencionismo multilateral (cooperação internacional) x intervencionismo unilateral (liderança norte-americana)

- +3: A plataforma apresenta propostas para a saída norte-americana de uma ou mais OING’s, tratados internacionais, ou fórum de diálogo e concertação entre nações (substituição do papel da OING pela liderança norte-americana, por exemplo).
- +2: A plataforma apresenta propostas para o enfraquecimento de uma ou mais OING’s e tratados internacionais já existentes, e/ou fórum de diálogo e concertação entre nações (diminuição de recursos destinados pelos EUA, propostas de liderança norte-americana, por exemplo);
- +1: A plataforma, de maneira retórica, valoriza o intervencionismo unilateral (liderança norte-americana) e/ou faz menções desfavoráveis a OING’s, tratados internacionais ou fórum de diálogos e concertação entre as nações;
- 0: A plataforma não faz menção;
- 1: A plataforma, de maneira retórica, valoriza o intervencionismo multilateral e/ou faz menções favoráveis a OING’s, tratados internacionais, ou fórum de diálogo e concertação entre nações;
- 2: A plataforma apresenta propostas para fortalecimento de OING’s e tratados internacionais já existentes, e/ou fórum de diálogo e concertação entre nações;
- 3: A plataforma apresenta propostas para a criação de OING’s, tratados internacionais e/ou de um fórum de diálogo e concertação entre nações;

2.2 Modo de atuação frente a conflitos e/ou ameaças externas: diplomacia e cooperação x forças armadas e liderança

- +3: A plataforma enfatiza propostas de aumento das forças armadas frente a conflitos externos, priorizando-o em detrimento da diplomacia numa espécie de corrida armamentícia onde o objetivo é a liderança norte-americana no cenário internacional;
- +2: A plataforma enfatiza propostas de aumento das forças armadas frente a conflitos externos, priorizando-o em detrimento da diplomacia;
- +1: A plataforma de forma retórica prioriza a liderança e a defesa (questão armamentícia) sobre a diplomacia e cooperação internacional (faz menção retórica a necessidade de fortalecimento das forças armadas com ou sem conflitos externos em curso, priorizando-o em detrimento da diplomacia, por exemplo). Abordagem unilateral;
- 0: A plataforma não faz menção;
- 1: A plataforma faz menção retórica a necessidade de diálogo e concertação internacional com ou sem conflitos externos em curso, priorizando-o em detrimento das forças armadas. Abordagem multilateral;
- 2: A plataforma apresenta propostas de diálogo e concertação internacional entre aliados, priorizando-o em detrimento das forças armadas – combate multilateral à ameaças externas;

-3: A plataforma apresenta propostas de diálogo e concertação internacional entre aliados e/ou com inimigo(s) externo(s), priorizando-o em detrimento das forças armadas.

2.3 Relacionamento com a URSS/Rússia: *appeasement* x *deterrence*

+3: A plataforma apresenta propostas de detenção através de corrida armamentícia e de rompimento de relações (extinção das relações diplomáticas, por exemplo);

+2: A plataforma apresenta propostas de detenção através de corrida armamentícia;

+1: A plataforma de forma retórica menciona a necessidade de detenção;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma de forma retórica menciona a necessidade de maior aproximação e/ou de disposição para negociação;

-2: A plataforma apresenta propostas de maior aproximação através de fóruns de diálogo, tratados internacionais e/ou OING's;

-3: A plataforma apresenta propostas de maior aproximação unilateral e/ou direta.

2.4 Questão nuclear e armamentícia: diminuição de *stockpiles* de modo multilateral x aumento de *stockpiles* de modo unilateral

+3: A plataforma apresenta propostas de aumento de *stockpiles* de modo unilateral (diminuição para os outros, aumento para os Eua, por exemplo) - a ênfase está no papel de liderança a ser desenvolvido pelos Eua numa espécie de corrida armamentícia que privilegia armamentos para os Eua em contraposição a diminuição de armamentos para outros atores sem o uso de concertação internacional para esse fim;

+2: A plataforma apresenta propostas de manutenção de *stockpiles* por parte dos EUA de modo unilateral e de diminuição por parte dos outros atores de modo multilateral (através de concertação internacional, por exemplo);

+1: A plataforma menciona de forma retórica a necessidade de manutenção ou aumento de *stockpiles* por parte dos EUA de modo unilateral (diminuição para os outros atores, manutenção ou aumento para os Eua);

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma menciona de forma retórica a necessidade de diminuição ou manutenção de *stockpiles* no âmbito mundial através de uma concertação multilateral;

-2: A plataforma apresenta propostas de tratados multilaterais para diminuição de *stockpiles*;

-3: A plataforma apresenta propostas de diminuição de *stockpiles* unilateralmente mesmo que a um nível "seguro" para dissuasão.

2.5 Questão humanitária: intervencionismo x isolacionismo do governo federal

+3: A plataforma menciona a necessidade de substituição do papel do governo federal pelas *private entities* (ONGS, instituições filantrópicas, iniciativa privada, etc.) nas questões humanitárias internacionais (saída de engajamentos já existentes e/ou não participação em engajamentos futuros);

+2: A plataforma menciona a necessidade de participação de *private entities* (ONGs, instituições filantrópicas, iniciativa privada, etc.) nas questões humanitárias internacionais em conjunto com o governo federal (ou seja, com vistas a dividir o "peso" do governo federal);

+1: A plataforma mostra-se, de forma retórica, ser contrária a um envolvimento federal em questões humanitárias no âmbito internacional – Há uma relativa desvalorização – ênfase está no custo-benefício;

0: A plataforma não faz menção;

-1: A plataforma mostra-se, de forma retórica, a favor de um envolvimento federal em questões humanitárias no âmbito internacional – Há uma relativa valorização – ênfase humanista;

-2: A plataforma apresenta proposta(s) para um maior engajamento humanitário internacional através de maior financiamento para OIs, como a ONU, por exemplo, e/ou países diretamente afetados;

-3: A plataforma apresenta proposta(s) para um maior engajamento humanitário internacional através de maior financiamento para OIs e países afetados, bem como de envio de efetivo pessoal.

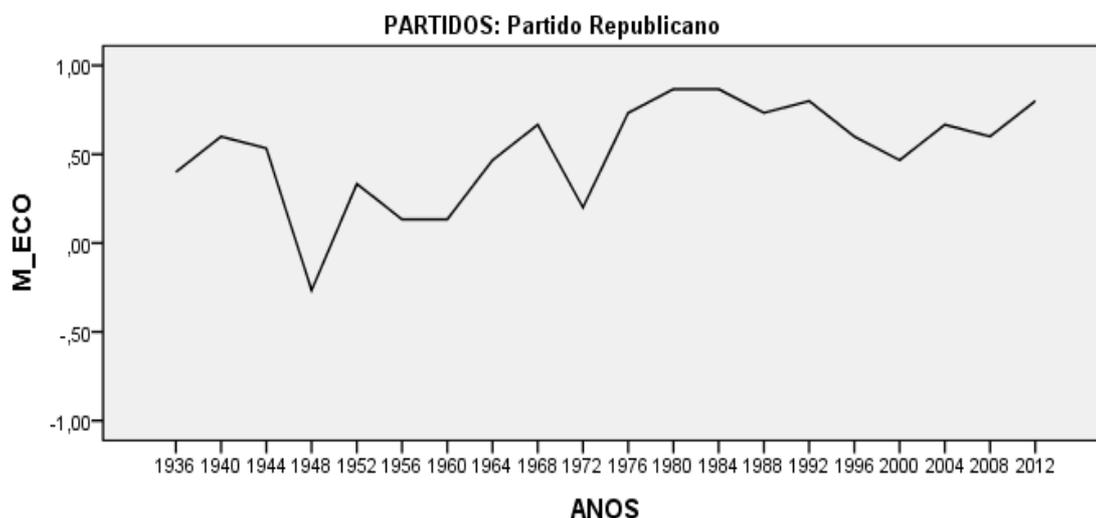
4 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS – PARTIDO REPUBLICANO

4.1 ECONOMIA

A política econômica defendida nas plataformas republicanas durante o período estudado demonstra uma relativa predominância de posicionamentos conservadores. Como se pode verificar no gráfico abaixo, ela oscila inicialmente até o ano de 1972, passando inclusive para o campo liberal em 1948; no entanto, a partir de 1976, há uma tendência a manutenção conservadora. De modo geral, as plataformas analisadas podem ser divididas em três momentos: um primeiro momento de 1936 a 1944; um segundo momento de 1948 a 1972 e, por fim, um terceiro momento de 1976 até 2012.

Gráfico 5

Média política econômica – Partido Republicano (indicador 1)



Relativo ao primeiro momento, a política econômica defendida pelo Partido Republicano enfatiza, de modo geral, o livre comércio, a livre iniciativa e o setor privado. É valorizada, nesse sentido, uma política econômica de cunho Hayekiana caracterizada por *laissez faire* com pouca interferência do governo federal. Há a defesa, assim, de uma menor atuação do governo federal na economia, seja a partir de

menos burocracia, seja a partir de menos regulação do mercado. Há uma valorização, ainda, de um orçamento federal equilibrado por conta de menos gastos federais; e do retorno de um maior federalismo onde as instâncias estaduais possam elas próprias regular o mercado ou manterem programas públicos, desafogando, assim, a esfera federal. As plataformas nesse período, caracterizam-se ainda por uma dura crítica ao New Deal argumentando ser essa uma política nociva para a economia norte-americana e mesmo para os pilares da sociedade estadonidense já que supostamente substituiu a liberdade de mercado e da iniciativa privada por regulações e autocracia. É importante mencionar que, ainda que em 1936 a plataforma valoriza de modo genérico o papel dos sindicatos e de uma espécie de regulação trabalhista pelo governo federal; em 1944, portanto no ápice da Segunda Guerra Mundial, a plataforma republicana relaciona de forma direta as políticas do New Deal com as políticas defendidas por estado totalitários: o amplo escopo de atuação do governo na economia e nas relações de trabalho (com fixação de salário mínimo, benefícios, segurança, etc.), seriam indícios de totalitarismo.

Nesse primeiro momento, assim, ainda que se verifique a presença de certos indicadores liberais nas plataformas (a valorização da regulação federal do mercado de trabalho na plataforma de 1936, por exemplo), os indicadores conservadores de política econômica, portanto, atrelados a uma política Hayekiana que enfatiza o livre mercado, a livre iniciativa e um governo de atuação mínima; são prevaletentes podendo o Partido Republicano ser caracterizado como um partido conservador no que tange à política econômica.

Já o segundo momento analisado não demonstra ser tão linear, ao contrário. O período de 1948 a 1972 é caracterizado por uma relativa oscilação entre preceitos liberais e conservadores. Em 1948, por exemplo, a plataforma apresentada poderia ser claramente identificada como uma plataforma liberal que enfatiza práticas Keynesianas seja no papel do governo federal para manutenção e ampliação de programas e serviços públicos, seja no papel do governo federal na definição de metas de produção, ou mesmo na valorização dos sindicatos e na proteção dos trabalhadores. Mesmo que essa plataforma continue defendendo o orçamento equilibrado e a diminuição de impostos; a ênfase recai na valorização e na manutenção dos programas federais. Durante todo o documento, não há menção, por exemplo, ao livre mercado ou à livre iniciativa. Na plataforma seguinte, no entanto, volta-se a enfatizar as políticas Hayekianas de *laissez faire*, de orçamento equilibrado

através de menores gastos e de diminuição de impostos. Nesse documento, por exemplo, o Partido Democrata é criticado por ser supostamente “hostil” ao livre mercado e por fixar salários e controle de preços como uma espécie de recompensa a amigos e líderes partidários. O período que se segue é caracterizado pela defesa de políticas econômicas de caráter bastante ambíguo: ainda que se valorize o livre mercado e a iniciativa privada, há também a valorização de uma ampla atuação do governo federal no setor. A plataforma de 1956 é emblemática a esse respeito: “In all those things which deal with people, be liberal, be human. In all those things which deal with people’s money, or their economy, or their form of government, be conservative”. Na plataforma seguinte, em 1960, ainda que se valorize de forma geral uma certa diminuição do governo federal na área econômica e uma defesa do livre mercado e da iniciativa privada; há uma valorização explícita de programas federais mantidos ou expandidos durante a administração republicana (Governo Eisenhower). Há, assim, uma valorização das proteções, dos benefícios e dos programas que esse governo desenvolveu nos anos anteriores. A crítica ao New Deal, por fim, deixa de ser feita.

O livro de Phyllis Schlafly, “A Choice, not an Echo”, conforme foi mencionado em capítulo anterior; é emblemático desse segundo período: um momento em que o Partido Republicano não se caracteriza por políticas econômicas diferenciadas do seu oponente, o Partido Democrata. É um momento de ambiguidade nas políticas econômicas defendidas pelo partido e que iria culminar na ascensão de Goldwater, o “Mr. Conservative”, na próxima eleição. De fato, nas duas plataformas seguintes, 1964 e 1968, há uma breve retomada de uma política econômica notadamente caracterizada por preceitos conservadores. A crítica contra a ampla atuação do governo na economia e nos gastos com programas federais passa a ser reiterada diversas vezes, ao mesmo tempo em que se valoriza o federalismo, a livre iniciativa e o livre mercado. Prega-se maior “fé” no sistema competitivo e uma menor atuação federal em questões de regulação e burocracia. Ainda que em 1964 a plataforma defenda uma espécie de rede de proteção ao desempregado e em 1968 defenda a manutenção de um salário mínimo (último ano em que o Partido Republicano iria defender tal política); essas duas plataformas são nitidamente mais conservadoras do que as anteriores no que tange à economia. Ao que parece, o esforço de grupos *outsiders* na promoção de um ideal conservador a partir do Partido Republicano e que se insurgiria contra a política liberal desempenhada pelos então

líderes partidários (em especial, a facção Rockefeller, como foi analisado anteriormente), foi transferido para essas duas plataformas.

Entretanto, na plataforma seguinte, em 1972, o ideal conservador preconizado por Goldwater e por conservadores, não seria retomado. Há o retorno a uma política econômica bastante ambígua que valoriza o livre mercado e a iniciativa privada ao mesmo tempo em que se defende uma série de programas e benefícios federais de estado bem-estar social. Há a defesa, por exemplo, de maior proteção ao consumidor, de programas federais de geração de emprego e da ampliação de infra-estrutura e transportes públicos. Ainda assim, a retórica acerca de menores gastos para um orçamento equilibrado e de menos impostos, segue sendo defendida.

Por fim, o terceiro e último período que a análise das plataformas nos permite verificar, é um momento de fim da ambiguidade e de ascensão do conservadorismo no que diz respeito a política econômica. Entre 1976 e 2012, há praticamente uma ausência de preceitos liberais⁶⁷. A política econômica defendida pelo Partido Republicano, assim, passa a ser nitidamente uma política conservadora que se caracteriza pela linearidade e estabilidade ao longo dos anos. Há, assim, uma defesa contínua do livre mercado e da iniciativa privada em contraposição ao papel do governo federal na economia. Começa a ser delineado nesse período a crítica ao “big government” e a necessidade de orçamento equilibrado através de menores gastos e, portanto, de diminuição de programas federais. Também nesse período, há uma maior ênfase na necessidade de diminuição de impostos e da relação desse com justiça e com meritocracia. Por fim, há uma constante defesa da necessidade de menos regulação do mercado e de maior envolvimento privado no que concerne à programas e serviços públicos.

Nesse período, as plataformas apresentam uma postura mais firme com relação aos sindicatos. Na plataforma de 1976, por exemplo, advoga-se a não interferência do governo nas relações trabalhador-empregado ao mesmo tempo em que defende-se a supressão do direito de greve. Na plataforma seguinte, em 1980, há, pela primeira vez, um subtítulo destinado unicamente à “justiça ao empregador” onde advoga-se as dificuldades advindas com regulação e sindicalização na relação de trabalho, bem como com o controle de preços e de salários.

⁶⁷ A plataforma de 1980, por exemplo, é a primeira plataforma republicana que, na área econômica, não consta nenhum indicador liberal. Das 10 plataformas que compõem o período, somente 3 delas apresentam algum tipo de indicador liberal.

Também se nota uma postura mais afirmativa ao envolvimento federal no que diz respeito a proteção do consumidor. A plataforma de 1980, por exemplo, é a primeira que passa a advogar o não envolvimento federal nesse âmbito justificando que o consumidor deve ser ele próprio o árbitro no sistema de livre mercado – o consumidor é quem vai regular o mercado, não precisa de proteção federal.

Relativo aos impostos, esses passam a ser constantemente relacionados com a propriedade privada. Em 1980, a plataforma advoga, pela primeira vez, a redução “across the board” a partir de uma noção de justiça e meritocracia. A cobrança de impostos, o partido Republicano advoga nessa plataforma, aumentaria a distância entre o esforço próprio e a recompensa – uma lógica bastante semelhante aos conservadores libertários analisados em capítulo anterior. Também retomando os conservadores que buscavam relacionar e justificar a adoção de certas medidas econômicas, essa mesma plataforma defende a propriedade privada como uma espécie de pilar da sociedade norte-americana, baseada na liberdade – um confisco da propriedade privada (mesmo em forma de impostos) fragilizaria diretamente o conceito de liberdade. A relação entre impostos, propriedade privada e liberdade é ainda justificada nesse documento como um direito dado por Deus – argumento esse verificado nos conservadores libertários e religiosos tal como Russel Kirk, por exemplo. Por fim, o discurso meritocrático está bastante visível na última plataforma analisada (2012). Nela, o Partido Republicano argumenta que a propriedade privada é produto de autodisciplina, de trabalho e de investimento feito pelo indivíduo – o papel do governo, assim, deveria ser mínimo para que a relação trabalho-recompensa fosse a mais justa possível.

Também nesse terceiro período passa a ser desenvolvido o argumento conservador do “poverty trap”; ou seja, uma suposta perpetuação de dependência ao governo federal, já que um emprego “penalizaria” esses indivíduos que não mais contariam com os recursos federais. A plataforma de 1984, por exemplo, advoga pelo fim dos incentivos aos desempregados e pela privatização de todos serviços e programas federais “quando possível”. A plataforma de 1992 faz, também, uma clara valorização da privatização de serviços e programas federais, entendido como uma “importante alternativa” para conter os altos impostos: “If private enterprise can perform better and more cheaply than government, let it do so”. Assim, advoga-se a privatização de aeroportos, redes de rádio e televisão, prédios públicos, etc.

Por fim, o livre mercado e a iniciativa privada passam a ser incessantemente defendidos e justificados como a melhor maneira de se obter maiores emprego, transparência governamental, progresso econômico e justiça social. Na plataforma de 1984, por exemplo, o livre mercado é relacionado com o “american way of life” – inseparável das instituições sociais, religiosas e políticas que compõem a sociedade norte-americana. Por fim, a plataforma de 1988 retoma uma lógica clássica dos conservadores estudados nesse trabalho: a relação entre liberdade, oportunidade, crescimento e progresso. Assim, justifica o livre mercado (e a liberdade que vem com ele) como uma causa do crescimento e do progresso econômico e social. Da mesma forma, a plataforma de 2012 defende a relação entre livre mercado, liberdade e meritocracia e argumenta: “We offer you a Republican vision of a free people rising their God given talents combined with hard work, self reliance, ethical conduct”. De fato, a justificativa ética e mesmo religiosa para a adoção do modelo econômico do livre mercado é cada vez mais recorrente nesse último período analisado. Não só esse modelo é enfaticamente defendido, como é também, minuciosamente justificado a partir da religião, da meritocracia, da tradição e da ética.

Assim, verifica-se que esse terceiro e último período é bastante estável - caracterizado por uma ascensão do discurso conservador. Se antes as plataformas apresentavam indicadores tanto conservadores, como liberais; nesse período mais recente, há uma prevalência de indicadores conservadores e a quase nulidade de indicadores liberais – o que suscita uma certa homogeneidade ideológica nessa área. A defesa do livre mercado e a retórica contra políticas de amplo escopo do governo federal torna-se mais visível. Se antes tolerava-se um certo envolvimento federal seja na fixação de salário mínimo, seja na valorização de sindicatos ou mesmo na manutenção de programas sociais; agora já não mais. O livre mercado passa a ser constantemente evocado como o melhor remédio para todos os males econômicos e, com ele, a relação entre justiça e meritocracia – um importante elo traçado já pelos conservadores estudados. Ao menos no que diz respeito à política econômica, portanto, a hipótese de que houve uma ascendência conservadora por parte do PR parece verdadeira.

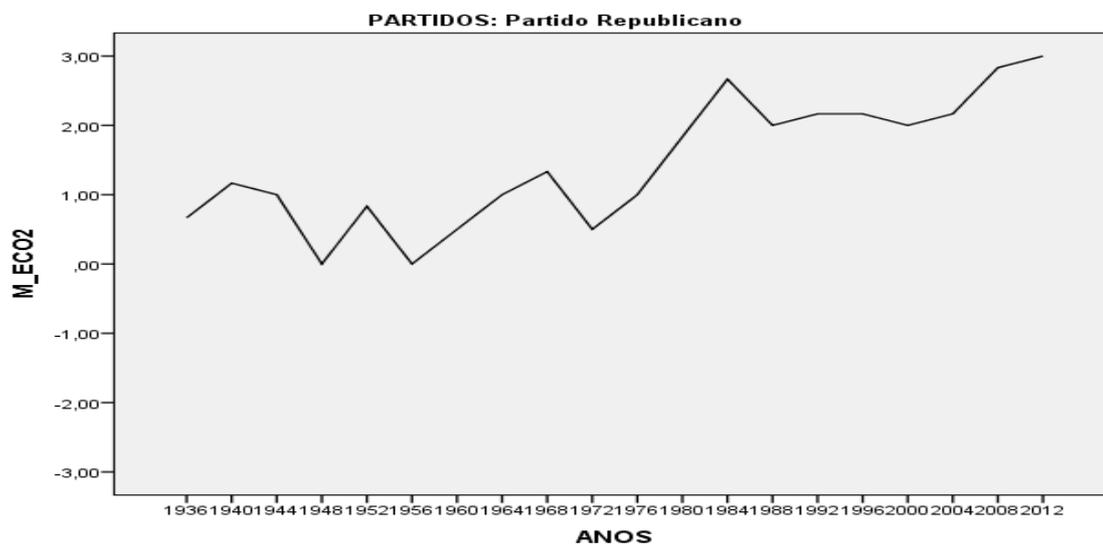
Essa hipótese é também confirmada se analisarmos a evolução dos indicadores econômicos. Conforme se pode observar nos gráficos por variável econômica (em anexo), tanto o modelo adotado quanto a regulação do mercado segue uma mesma constante. Com exceção do ano de 1948, todas as plataformas analisadas defendem

um modelo Hayekiano de livre mercado e a primazia da desregulamentação. Relativo ao orçamento federal, com exceção de 1956, quando a plataforma prioriza os programas sociais, todas as outras plataformas defendem um orçamento equilibrado, demonstrando, também, uma certa constância conservadora. Relativo aos impostos, todas as plataformas (exceto os anos de 1956 quando se privilegia impostos progressivos e de 1960 quando não se faz menção), valorizam a diminuição de impostos e a defesa de impostos mínimos e/ou iguais. No entanto, no que tange aos sindicatos, nota-se uma oscilação importante. Inicialmente há a valorização de um envolvimento federal (1936), posteriormente, a abstenção desse envolvimento (1940) e, novamente a valorização da intervenção federal (1948 e 1952). Somente a partir de 1956 haveria uma linearidade que se traduz pela defesa da não intervenção federal até o ano 2012. O indicador referente ao salário mínimo é um dos que mais oscila, pendendo, inclusive, para o liberalismo. Com exceção de 1936, há uma tendência à valorização desse até o ano de 1972. A partir de então, as plataformas passam a não mais mencionar a variável, ou colocam-se contrária a ela (1984 e 1992). O indicador referente ao desemprego também oscila. Inicialmente as plataformas enfatizam o papel da iniciativa privada (1936, 1940 e 1944) e em seguida troca-se de posicionamento ao defendendo o papel do governo na condução de programas e geração de empregos (1956, 1960, 1964). A partir de 1968, no entanto, há uma certa inflexão. Relativo a infra-estrutura, as plataformas de 1956, 1960 e 1972, argumentam ser a favor do envolvimento federal na ampliação e manutenção da infraestrutura nacional. A partir de 1976, no entanto, passa-se a valorizar o papel da iniciativa privada. Relativo aos transportes (por exemplo, transportes ferroviários públicos), a condução é bastante semelhante a anterior: as plataformas de 1956 e 1968 mostram-se conservadoras. Em 1972 e 1976 trocam de posicionamento. A partir de 1980, no entanto, há a defesa de uma menor ingerência e menores recursos pelo governo federal na área. Como se pode perceber, ao fim, há uma certa oscilação de alguns indicadores, apresentando por vezes posicionamentos liberais e por vezes, conservadores. No entanto, em geral, essa oscilação se extingue a partir de meados da década de 1970 quando há uma ascensão e uma manutenção do pensamento conservador. Essa ascensão, no entanto, não é completamente linear, há gradações importantes, especialmente na década de 1980 e a partir de meados dos anos 2000 quando se verifica posicionamentos concernentes ao grau máximo de conservadorismo, conforme os indicadores 2 nos demonstram.

Como se pode verificar no gráfico referente à gradação (abaixo), apesar do hiato de 1948, tanto o modelo adotado (Keynesianismo x Hayekianismo) quanto o indicador relativo ao mercado (regulação x desregulação) demonstram uma certa linearidade: até 1980 os indicadores variam entre 1 e 2, portanto, apresentando uma espécie de “conservadorismo brando”. Entretanto, a partir de 1984 passam a apresentar posicionamentos conservadores no seu grau máximo. Referente aos impostos, até 1976, há uma tendência a retórica e ao descontentamento com políticas de redistribuição de renda, mas sem apresentar propostas. A partir de 1980, entretanto, as plataformas passam a apresentar propostas consoantes com o grau máximo conservador. Relativo ao orçamento federal, até 1976, há uma certa uniformização que valoriza o orçamento equilibrado de forma retórica ou apresentando propostas de diminuição de recursos para determinados programas. Novamente, a partir da década de 1980, há uma ascendência conservadora que passa a advogar uma legislação federal para limitar os gastos e manter (legalmente) um orçamento equilibrado. O indicador relativo aos sindicatos é um que oscila bastante. Até 1956 há uma certa tendência a uma valorização desses e do papel do governo na sua manutenção. A partir de 1956 haveria uma guinada conservadora – inicialmente a partir da abstenção do governo federal (portanto, um “conservadorismo brando”) e, recentemente, uma tentativa de fragilizar os sindicatos (portanto, atrelando-se ao grau máximo conservador). Por fim, o último indicador – infraestrutura e transportes ferroviários públicos – demonstra uma certa oscilação até 1976 que se caracteriza pela valorização pelo governo federal e a não menção. A partir de 1980, no entanto, há uma inversão: uma tendência ao pensamento conservador que se acirra no período mais recente.

Gráfico 6

Média gradação política econômica– Partido Republicano (indicador 2)



Assim, os indicadores de gradação nos evidenciam dois pontos importantes: em primeiro lugar, há um importante marco representado pelo ano de 1980 – eleição de Ronald Reagan, um importante ator na “construção” do conservadorismo e na tradução dele para o PR. A partir dessa data, os posicionamentos que até então podiam oscilar entre liberalismo e conservadorismo passam a ser majoritariamente posicionamentos conservadores. E, em segundo lugar, não só a manutenção de posicionamentos conservadores, mas posicionamentos conservadores mais extremados, ou seja, posicionamentos cada vez “mais conservadores”.

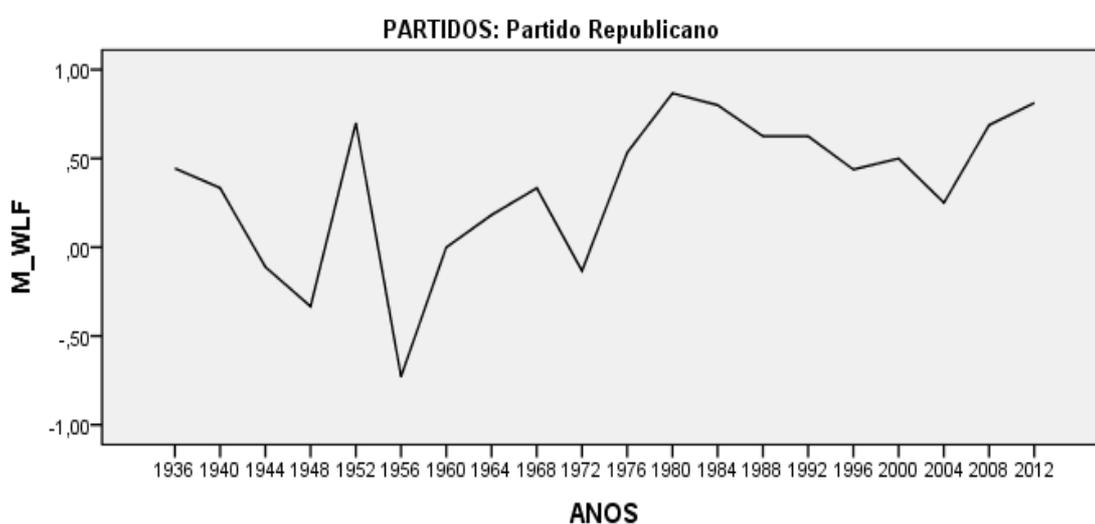
4.2 WELFARE

No que tange as políticas de Welfare defendidas pelo PR, podemos verificar dois momentos distintos, conforme o gráfico abaixo: um primeiro momento entre 1936 e 1972; e um segundo momento entre 1976 e 2012. O primeiro período caracteriza-se pela oscilação entre posicionamentos por vezes liberais e por vezes

conservadores; e a ambiguidade das plataformas que compactuam em um mesmo documento com posicionamentos antagônicos. Inicialmente, esse período é caracterizado pela crítica ao New Deal (assim como no caso da política econômica) e por debates acerca de políticas de “relief” para a população. Os principais temas, nesse sentido, passam a ser o Social Security, o desemprego, a saúde e a proteção relativo ao operariado (*labor*).

Gráfico 7

Média política de welfare – Partido Republicano (Indicador 1)



O PR nesse primeiro momento produz documentos bastante contraditórios e distintos entre uma e outra eleição. As plataformas de 1936, 1940 e 1952, por exemplo, privilegiam o papel dos estados, das agências locais e da iniciativa privada no que concerne as políticas de “relief”. Valorizam ainda o papel do indivíduo que, com determinação e esforço próprio poderia alcançar sucesso econômico. Em 1936, por exemplo, uma maior prosperidade e sucesso individual é equalizado com “energy, self-reliance and character of our people, and to our system of free enterprise” - uma tentativa de relacionar sucesso econômico com meritocracia, tal como defendido por conservadores como Kirk e Buckley. Desse modo, ainda que possam defender posicionamentos liberais em determinadas instâncias (como é o caso do Social Security em 1940 e a questão do *labor* em 1936 – quando há uma valorização do

programa e do papel do governo federal), essas três plataformas privilegiam posicionamentos conservadores.

Ao contrário dessas, no entanto, os documentos expressos pelo PR em 1944, 1948, 1956 e 1960 tendem a defender uma visão liberal. Nesses momentos, enfatiza-se os “human needs” e o papel do governo federal em prover segurança e estabilidade para a sociedade. Entende-se que o governo tem o dever de estabelecer uma rede de proteção aos necessitados seja através da expansão do Social Security, seja através da expansão do seguro desemprego ou mesmo de melhoria da saúde pública. Há, assim, uma maior valorização dos programas e dos recursos federais na construção dessa rede de proteção. Em 1956, por exemplo, contrariando a plataforma imediatamente anterior, defende-se que o governo federal detenha um papel de responsabilidade às necessidades econômicas e sociais da população: “We are determined that our government remain warmly responsive to the urgent social and economic problems of our people”. De fato, esse caráter “liberal” do PR que estende-se desde 1944 até 1960 (salvo o hiato representado pelo ano de 1952), vai ao encontro dos argumentos enfatizados por importantes conservadores na década de 1950 e início de 1960 (Buckley, Schlafly, entre outros) que atentavam para o caráter liberal do PR, uma espécie de releitura do PD. O próprio movimento conservador tem início, como um movimento relativamente articulado, a partir desse momento e tendo como objetivo principal levar os preceitos conservadores ao PR – dar a ele uma “roupagem” conservadora. De certo modo, esse movimento teve um relativo sucesso se analisarmos a plataforma de 1964, ano em que Goldwater disputa a eleição.

A plataforma de 1964 rompe com o caráter ambíguo e/ou liberal do PR e defende uma das plataformas mais conservadoras desse primeiro período. Há uma maior ênfase na liberdade individual, na responsabilidade individual e no papel mínimo do governo federal. Assim, argumenta-se: “Every person has the right to govern himself, to fix his own goals and to make his own way with a minimum of government interference”. Há ainda uma maior crítica às políticas de bem-estar social desempenhadas pelo PD que passam a ser relacionadas com políticas totalitárias. Trazendo à tona um dos argumentos dos conservadores analisados no capítulo anterior, essa plataforma expõe pela primeira o entendimento de que o governo federal deve atuar somente nas áreas expostas pela constituição federal em “respeito” a primazia do indivíduo, do estado e da comunidade. Também pela primeira vez expõe-se a relação bastante difundida entre os conservadores que vincula liberdade,

oportunidade e meritocracia: um indivíduo livre (portanto sem interferência do governo federal) com oportunidades a eles estendidas (a partir da livre iniciativa) e com esforço próprio, tende a ascender social e economicamente. De fato, essa relação seria retomada na década seguinte e se manteria nas plataformas do PR até o período atual. Por fim, essa plataforma traduz um outro “cânone” conservador: a idéia do “poverty trap” e da dependência.

A análise das plataformas republicanas, ao menos no que diz respeito as políticas de *welfare*, nos permite perceber que, de fato, a tentativa de imposição de uma ideologia conservadora no PR não ocorreu sem dificuldades ou sem atrito com as outras facções ideológicas do partido. Apesar da guinada conservadora em 1964, o PR não “permaneceu” conservador, mas retornaria à uma política centrista e mesmo liberal nos anos seguintes. Em 1972, por exemplo, a plataforma, ainda que defendendo um governo mínimo, a responsabilidade individual e o papel da iniciativa privada; valoriza a quase totalidade dos programas sociais.

Por fim, o segundo período que se inicia em 1976 demonstra uma certa predominância do posicionamento conservador. Assim como no caso da economia, um marco importante é a plataforma de 1980 – a primeira plataforma desde a década de 1950 cujos indicadores analisados são todos conservadores. Ao contrário da década de 1950, no entanto, não haveriam, posteriormente, momentos de tamanha oscilação ou ambiguidade ideológica. A partir da década de 1980, o PR pode ser identificado predominantemente com o conservadorismo em todas as plataformas seguintes. Esses documentos passam então a defender a liberdade individual, a iniciativa privada e a diminuição de escopo do governo federal no que diz respeito as políticas de bem-estar social. A partir desse momento, valoriza-se o repasse de programas e responsabilidades para os estados e localidades ao mesmo tempo em que se busca “emancipar” o indivíduo do governo. A tônica passa a ser: “descentralized national government wherever possible” (1976) seja com menor regulação federal (como no caso do meio ambiente), seja com menor ingerência ou recurso federal (como no caso de programas como Social Security, Medicare e Medicaid; e áreas com educação e saúde). Relativo a esse último ponto, é defendido uma maior privatização de programas e agências federais, bem como avaliações de empréstimos e financiamentos federais com vistas a diminuição de gastos federais. A plataforma de 1988 resume de forma bastante clara o posicionamento do partido que se manteria nos

anos seguintes: a ênfase está em um estado de oportunidades, e não em um estado de bem-estar social.

Nesse sentido, as plataformas desse segundo período passam a ser bastante coerentes com relação aos seus posicionamentos. Diferentemente do período anterior onde se advogava a defesa de um menor escopo de atuação do governo ao mesmo tempo que se defendia a expansão de programas federais; esse segundo período pode ser caracterizado por um discurso a favor da iniciativa privada e do governo mínimo que se reflete nas propostas e posicionamentos relativo as mais diversas áreas. Podemos perceber, assim uma espécie de “homogeneização ideológica” (FIORINA, 2014) por parte do PR: posicionamentos relativamente constantes e coerentes entre si.

Também nesse segundo período podemos perceber a relação traçada pelos conservadores já analisados, entre *welfare* e o papel da família, da comunidade e da religião. As plataformas na sua grande maioria iriam, a partir de 1976, enfatizar instituições voluntárias e religiosas, o papel da família e da comunidade e as vantagens de um sistema de livre mercado para o fim do “ciclo da pobreza” e do “poverty trap”. Também nesse segundo momento pode ser percebida uma maior ênfase na religião e em uma tentativa de moralização da sociedade; ainda que essa não seja a área por excelência a tratar desses assuntos. De todo modo, seja na defesa da abstinência sexual e fidelidade no matrimônio para prevenção da AIDS (discurso presente nas plataformas republicanas a partir de 1988); seja na tentativa de maior disciplina de alunos e mesmo do papel da religião nas escolas; seja na relação feita entre pobreza e estrutura familiar fragilizada (divórcio); ou seja ainda no discurso recorrente que relaciona esforço próprio, caráter e sucesso econômico; nota-se uma inflexão moralizante nas plataformas desse período mais recente, praticamente ausente no primeiro período analisado.

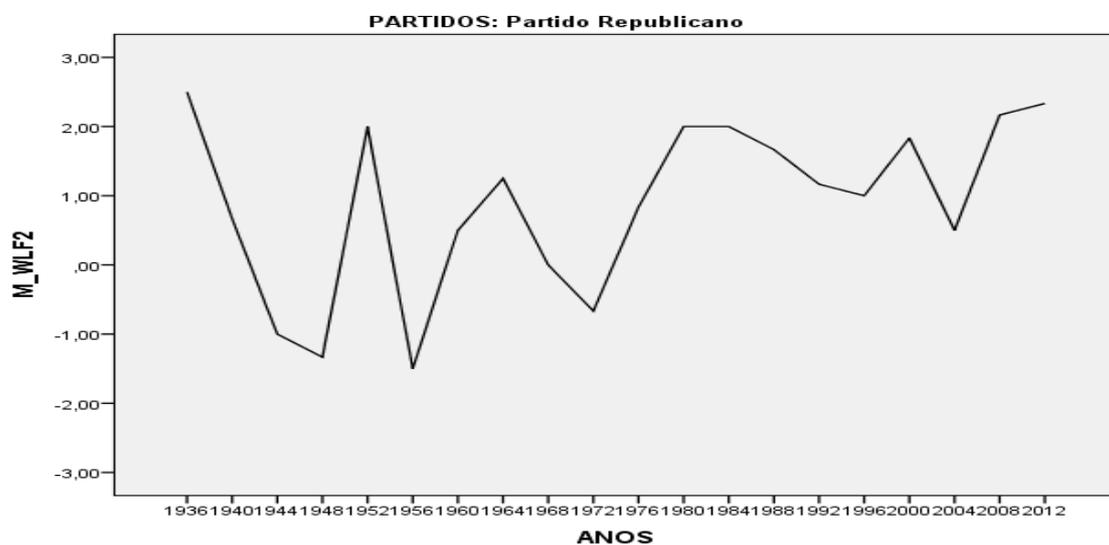
Por fim, analisando-se os indicadores em separado (tabela em anexo), percebemos essa mesma tendência separadas em dois períodos distintos. Com exceção do indicador n. 2.5 (Social Security.), majoritariamente pertencente ao campo liberal; o posicionamento do PR frente aos outros indicadores tende a oscilar até 1976. Em certos momentos valoriza uma ampla gama de serviços e programas federais, em outros enfatiza um papel mínimo do governo federal. Até 1976, nota-se ainda a quase prevalência do liberalismo em indicadores como meio ambiente (há uma primazia desse e do papel regulatório do governo federal frente à economia), *labor* (defesa de regulações federais para proteção do operariado), educação

universitária (valorização de financiamentos federais para estudantes, por exemplo) e o Social Security, como já foi mencionado. A partir de fins da década de 1970, no entanto, esses mesmos indicadores passariam a fazer parte do campo conservador. A partir desse momento, portanto, há uma maior predominância de posicionamentos conservadores em todos os indicadores e em todas as plataformas analisadas.

Essa mesma percepção é refletida nos indicadores de gradação (abaixo). A partir da década de 1980 há uma prevalência conservadora, inclusive com pontuações máximas atreladas ao conservadorismo. Essas se verificam principalmente nas plataformas de 1980, 1984, 2000, 2008 e 2012 – culminando com uma maior ascensão conservadora na plataforma de 2012. O PR, assim, relaciona-se invariavelmente com o conservadorismo no período mais recente, tanto no que diz respeito à presença ou ausência de preceitos conservadores, como no que diz respeito à gradação desses preceitos.

Gráfico 8

Média gradação welfare– Partido Republicano (Indicador 2)



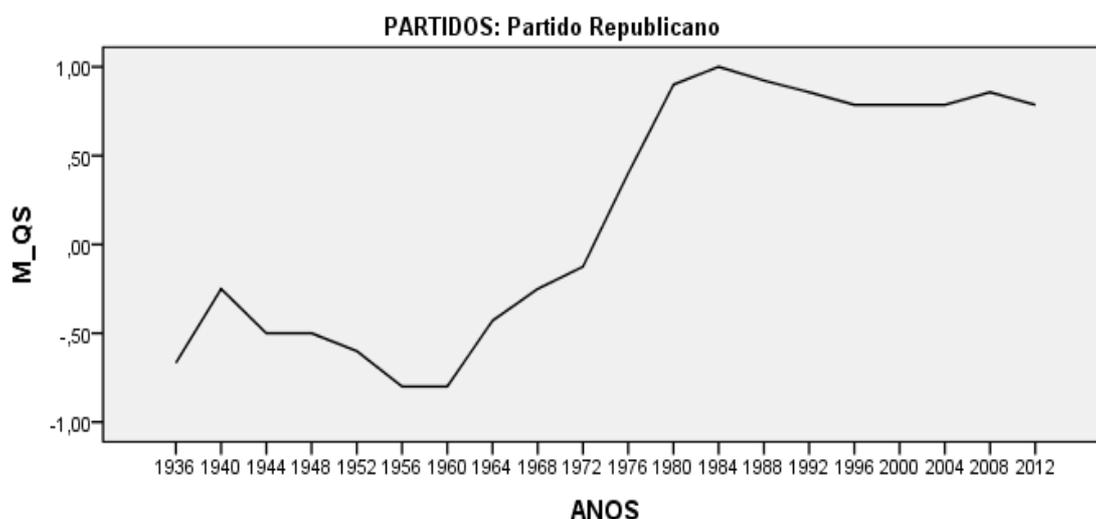
4.3 QUESTÕES SOCIAIS

Assim, como no caso das áreas analisadas anteriormente, os posicionamentos republicanos relativos às questões sociais possuem dois momentos distintos. Diferentemente das duas áreas analisadas, no entanto, os posicionamentos mostram-se

relativamente constantes dentro do período analisado. Como se pode verificar no gráfico abaixo, o PR possui dois ápices invertidos: em um primeiro momento que estende-se entre 1936 e 1972 o PR está consistentemente posicionado no campo liberal; enquanto entre 1976 e 2012 ele move-se para o campo conservador onde lá permanece. Antes de adentrar na análise descritiva sobre esses dois períodos convém ressaltar dois pontos. Em primeiro lugar, há um aumento de temas e posicionamentos defendidos pelo partido ao longo dos anos – inicialmente o debate dentro das questões sociais restringia-se à questão de discriminação seja no debate sobre negros, mulheres ou imigrantes. Posteriormente, novos temas surgem e demandam um posicionamento do partido, tal como aborto, homossexualismo, pornografia e entretenimento. Por fim, um segundo ponto a mencionar e, relacionado a esse primeiro, é a percepção de que os temas podem ser divididos (eles também) em dois momentos: um primeiro momento até a década de 1980 onde a ênfase está nas questões de discriminação e extensão de direitos relativo a mulheres e negros, por exemplo; e um segundo, a partir da década de 1980 onde novos temas com um tom mais moralizante passam a pautar o debate. Nota-se, nesse segundo momento, a perda de espaço nas plataformas das temáticas iniciais até serem completamente desprezadas como é o caso da questão racial e de gênero.

Gráfico 9

Média questões sociais – Partido Republicano (indicador 1)



Entre 1936 e 1972 pode-se dizer que o PR, no que concerne às questões sociais, podia ser caracterizado como um partido majoritariamente liberal. O PR, até a década de 1960 se concentraria em temas relativos ao movimento *civil rights*, emancipação feminina, imigração e minorias (debate relativo a cotas). Nesse momento, há uma certa manutenção no posicionamento do partido que privilegia noções de igualdade. De fato, o discurso feito nesse momento remete à não discriminação e à igualdade. No caso de gênero, valoriza-se não só a extensão de direitos às mulheres e a defesa do EPEW, mas também de emenda na constituição garantido direitos iguais entre homens e mulheres (ERA) demonstrando, assim, uma prevalência de um posicionamento liberal que defende o papel do governo federal na instauração de certos direitos. Do mesmo modo, no que tange à questão racial, o partido defende uma ampla interferência federal para garantia de direitos e na legalização desses direitos, tal como sufrágio universal; a criminalização de práticas de discriminação e de linchamento; e mesmo a não segregação nas escolas públicas – entidade de responsabilidade estadual. A plataforma de 1960, por exemplo, destina grande parte do seu espaço para a questão racial reiterando o caráter “injusto e imoral” da discriminação racial e intensifica a crítica à discriminação e à segregação. O partido demonstra, assim, não só a defesa de um amplo papel do governo federal na extensão de direitos a afro descendentes, mas também de interferência em legislações estaduais e locais – contrariando, assim, um importante preceito conservador atrelado ao federalismo. Em 1952, por exemplo, a plataforma argumenta: “We believe that it is the primary responsibility of each state to order and control its own domestic institutions, and this power, reserved to the states, is essential to the maintenance of our federal republic. However, we believe that the federal government should take supplemental action within its constitutional jurisdiction to oppose discrimination against race, religion our national origin”; ou seja, há o entendimento de que, ainda que se valorize o federalismo, há certas questões que se não respeitadas pelas entidades locais, gera uma necessidade de intervenção federal – uma noção liberal. Nesse momento, há ainda um entendimento de que cotas e tratamento preferencial são instrumentos necessários para maior igualdade. No que tange à imigração, o discurso feito baseia-se majoritariamente na valorização dos imigrantes como os responsáveis pela “grandeza” estadonidense, enfatizando-se a necessidade de igualdade de tratamento e de asilo à refugiados. Em 1960 defende-se, por exemplo, a duplicação do

número de imigrantes aceitos no país e uma maior “solidarização” com refugiados e com os “oprimidos”.

A partir de 1964, novos temas surgem nas plataformas republicanas. Nessa mesma plataforma, verifica-se pela primeira vez a relação entre a religião e os espaços públicos. Ao defender o direito do exercício da religião em locais públicos, mas reiterando e enfatizando a necessidade de se manter a separação entre estado e religião, o partido posiciona-se, nesse primeiro momento próximo ao espectro liberal. Nessa plataforma, há ainda a manutenção dos posicionamentos relativos à questão racial e imigração (pela primeira vez defende-se a idéia de reunificação familiar para imigrantes). Já em 1968, a plataforma apresenta o debate sobre a posse de armas de fogo defendendo um posicionamento tipicamente liberal – a defesa de controle a partir de regulações federais. Esse ponto é interessante porque essa é a primeira vez que o debate sobre o tema aparece nas plataformas republicanas e também a única vez em que o partido iria se posicionar de modo relativamente liberal.

De fato, a partir da plataforma de 1972, nota-se o início da inflexão conservadora. Nessa plataforma, por exemplo, há a primeira inversão de posicionamentos no que diz respeito as questões raciais: o partido argumenta ser contrário a transposição de “crianças negras” para “escolas brancas” (“racial balance”) em “respeito” a vizinhança e a localidade onde a criança está inserida. Também pela primeira vez se critica a política de cotas ou de tratamento preferencial para minorias em universidades: “We believe the imposition of arbitrary quotas in the hiring of faculties or the enrollment of students has no place in our universities; we believe quotas strike at the excellence of the universities”. Também há uma mudança de posicionamento no que diz respeito ao porte de armas, agora um posicionamento conservador que defende o direito de “responsible citizens” de possuir, colecionar e usar armas de fogo. É importante mencionar que esses posicionamentos conservadores no que diz respeito à posse de armas, minorias e questão racial, irão ser mantidos até a plataforma de 2012. Ainda assim, a plataforma de 1972 mantém importantes posicionamentos liberais como na questão de gênero (inclusive sendo exaustiva na defesa da criação de *child care facilities* financiadas pelo governo federal), da religião (atentando para a separação entre religião e estado) e da imigração (defendendo a prática do “open doors” para entrada de imigrantes e financiamento de projetos bilingues que obrigue departamentos públicos a atenderem em inglês ou espanhol).

Enquanto a plataforma de 1972 pode ainda ser considerada relativamente ambígua ideologicamente, contemplando posicionamentos conservadores e liberais ao mesmo tempo; a plataforma de 1976 e todas as outras que iriam seguir demonstram a prevalência do conservadorismo. Esse segundo momento define-se por uma variedade de temas relativos a questões sociais e uma maior preocupação com aspectos “morais”. A plataforma de 1976 traz, por exemplo, a preocupação republicana com uma suposta ruptura da estrutura familiar na sociedade e uma preocupação com práticas de aborto. Relativo a esse último ponto, é importante mencionar que, ainda que o partido defenda uma posição pró vida, portanto conservadora, é possível verificar as diferentes facções ideológicas que naquele momento ainda permeavam dentro do partido: “There are those in our party who favor complete support for the Supreme Court decision which permits abortion on demand. There are others who share sincere convictions that the Supreme Court’s decision must be changed by a constitutional amendment prohibiting all abortions. Others have yet to take a position, or they have assumed a stance somewhere in between polar positions”. Longe de ser um partido ideologicamente homogêneo, há uma ambiguidade onde alguns temas recebem um posicionamento conservador e outros, liberal. De fato, é só a partir de 1980 que as plataformas republicanas iriam posicionar-se consistentemente no campo conservador no que diz respeito às questões sociais suscitando uma mudança intrapartidária – agora mais homogênea ideologicamente.

Nesse segundo período, as questões raciais e de gênero vão perdendo espaço nas plataformas até serem eliminadas do debate. A partir de 1980, o partido passa a defender a igualdade de direitos sem interferência federal, valorizando, para isso, legislações estaduais e o papel do livre mercado que supostamente propiciaria oportunidades iguais. O partido mantém-se contrário às cotas e tratamentos preferenciais: “Merit, ability, aptitude and results should be the factors that determine advancement in our society”. A questão do *child care* a partir de financiamento federal que foi bastante valorizada em plataformas anteriores passa a ser rejeitada, dando ênfase a um maior leque de “oportunidades” aos pais – “opções” que incluam cuidado de crianças pelos vizinhos, familiares, igrejas, empregados e setor privado.

No que diz respeito à imigração, ao aborto e ao homossexualismo, nota-se posicionamentos cada vez mais críticos. Relativo ao primeiro ponto, as plataformas passam a defender a necessidade de proficiência em inglês (invertendo o posicionamento de antes, quando se defendia tratamento bilingue em departamentos

públicos) e de controle das fronteiras. A plataforma de 1996 é uma das que mais enfatiza a questão da imigração. Nela, argumenta-se a necessidade de deportações mais rápidas, de diminuição da entrada de imigrantes em “manageable levels”, de penalidades mais severas para quem estender seu visto, do fim de benefícios dados a ilegais e imigrantes legais (que devem depender dos seus *sponsors*) e legislação que proíba a cidadania para crianças nascidas nos Estados Unidos de pais ilegais. De modo geral, essas políticas seriam mantidas em todas as outras plataformas. Por fim, em 2004, a imigração passa a ser um assunto tratado a partir de um viés de segurança nacional. A plataforma de 2012, por exemplo, relaciona um alto número de imigrantes ilegais com um maior risco de atentados terroristas, tráfico de drogas e crimes.

Relativo ao aborto, passa-se a defender desde uma emenda à constituição que garanta os direitos do feto (a partir de 1980) e o fim do financiamento federal para aborto ou para organizações que defendem aborto (a partir de 1984); até a valorização do papel das instituições privadas e religiosas que oferecem outras alternativas, como adoção (a partir de 1984).

Com relação ao homossexualismo, o partido passa a defender o fim dos “direitos especiais” (tal como casamento e adoção) a partir da plataforma de 1992 defendendo, já em 2004, uma emenda constitucional que “proteja” o casamento como uma união entre um homem e uma mulher.

Ha uma crescente ênfase na manutenção da família tradicional e na defesa do casamento entre homem e mulher, seja através de projetos como o DOMA (Defense of Marriage Act), seja na defesa de legislações mais duras que dificultariam o divórcio. A partir da plataforma de 1992, as plataformas passam a reiterar a valorização de estruturas familiares com um pai e uma mãe como o melhor ambiente para a criação de crianças.

A partir da plataforma de 1980, o partido passaria, também, a criticar constantemente o papel da Suprema Corte em questões como aborto, homossexualismo, família, etc. Passa-se a defender a indicação de juízes comprometidos com ideais conservadores (ênfase na família tradicional, posição pró vida e a favor de governo descentralizado).

Nesse segundo momento, há também a preocupação com um retorno à educação “back to basics”, bem como com a disciplina e moralidade nas escolas. A partir de 1988, as plataformas passariam ainda a defender que a Pledge of Alliance fosse recitada diariamente nas escolas públicas. A escola passa a ser o ambiente,

assim como a família, onde se ensina “right from wrong” (1992). A plataforma de 1996 defende ainda a obrigação das escolas de ensino fundamental e médio de dedicarem um dia por ano para o estudo da Constituição Federal e da Declaração da Independência, uma tentativa de valorização da nação e da tradição, preceitos tipicamente conservadores.

Temas como gravidez na adolescência e o papel da escola na educação sexual passam a ser enfatizados a partir de uma lógica também bastante conservadora. Se privilegia programas federais que “ensinem” a abstinência sexual até o casamento e a fidelidade matrimonial “as the expected standard of behavior” (1996). A partir da plataforma de 1988, o partido passa a defender a necessidade de consentimento dos pais para o uso de contraceptivos e a valorização de programas como Adolescent Family Life que “ensina” os jovens os “valores tradicionais da castidade e da santidade do casamento” (1988). Em 2004, defende-se, inclusive a duplicação de recursos federais enviados à programas educacionais que “ensinem” a abstinência para jovens; e, em 2012 defende-se a proibição da venda de remédios que impeçam a gravidez indesejada, tal como a pílula do dia seguinte.

Há também uma preocupação com a “imoralidade” na mídia, seja por conta de pornografia, seja por conta da “glorificação da violência” e “glamourização das drogas” através da televisão e do cinema (2000). Em 1988, a plataforma argumenta a necessidade de legislação federal que garanta um “nível de decência” nas telecomunicações. Na plataforma seguinte, em 1992, iria propor uma “national crusade” contra a pornografia defendendo, inclusive, legislação federal que proíba a venda de material pornográfico.

Nesse segundo momento, a religião e as instituições religiosas desempenham um maior protagonismo nas plataformas republicanas. Há uma tentativa de reverter a suposta “war on religion” (2012) perpetuada por liberais democratas. A religião (e a moralidade), assim, passam a ser tratada não mais em separado do Estado e da política, mas fundamentalmente como o mais importante pilar que sustenta ambos. As plataformas passam não só a defender o direito da prática da religião em público, como também passam a posicionar-se contra o banimento de símbolos religiosos em espaços públicos (a partir da plataforma de 1996). A partir da plataforma de 2000, seria defendido ainda a obrigação da exposição dos Dez Mandamentos em prédios e lugares públicos. Nesse momento, o partido passaria a defender, também, a independência de instituições religiosas, tal como hospitais e escola, por exemplo; que

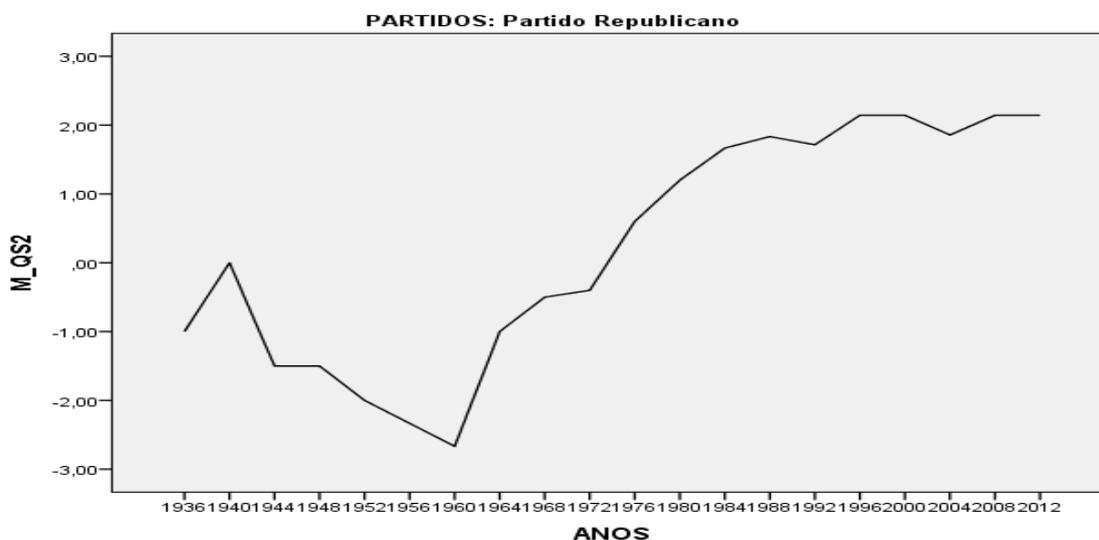
se recusam a atender ou admitir membros não religiosos posicionando-se, assim, contrário ao julgamento da Suprema Corte.

Desse modo, ao contrário de abstenção federal e governo mínimo, tal como valorizado na área econômica, o partido Republicano, no que tange às questões sociais, acaba por valorizar uma crescente interferência e papel de amplo escopo na sociedade. Ao contrário da ênfase no *laissez faire* econômico, as questões sociais são permeadas pela ênfase na moralidade nacional e no dever do estado de promovê-la. A plataforma de 1992 é enfática nesse ponto: “Government has a responsibility to ensure that it promotes the common moral values that bind us together as a nation”. Por fim, 2012, afirmaria: “democracy presupposes a moral people”.

A ascendência conservadora a partir de meados da década de 1970 no que tange às questões sociais é também perceptível no gráfico de gradação (abaixo). Até a década de 1970, temas como imigração e questões de gênero podiam ser facilmente identificadas com o grau máximo liberal proposto na escala. Já a partir dos anos 1980, há uma gradação ascendente no campo conservador, em específico na área da imigração, homossexualismo, aborto, gravidez na adolescência e religião – todos pontuando grau máximos ligados ao conservadorismo.

Gráfico 10

Média gradação questões sociais– Partido Republicano (indicador 2)

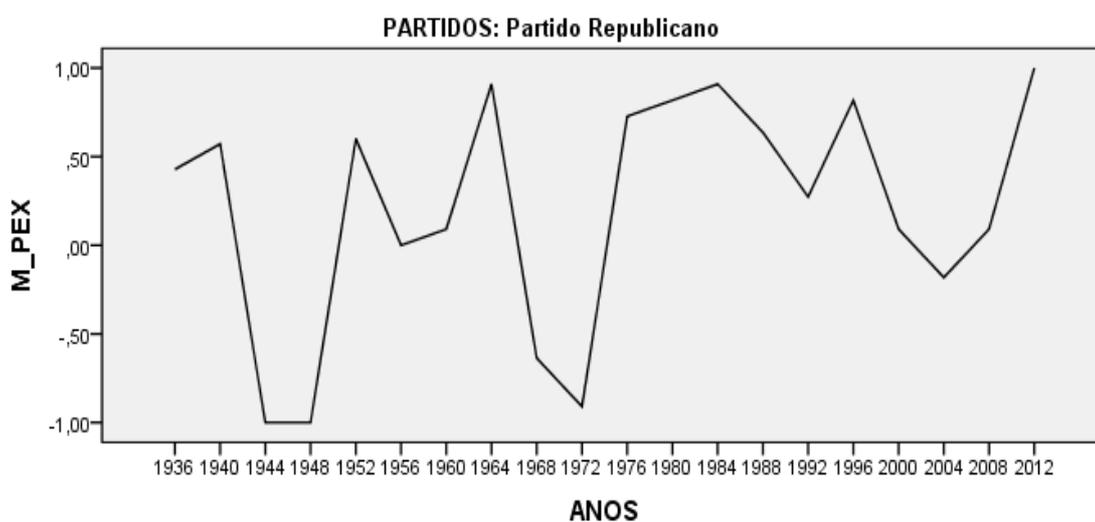


4.4 POLÍTICA EXTERNA

Diferentemente das outras áreas já analisadas, a política externa defendida pelo PR oscila ao longo de todo o período analisado. Ainda assim, é possível notar três períodos relativamente distintos. Um primeiro período entre 1936 e 1940; um segundo entre 1944 e 1972; e um terceiro a partir de 1976, conforme se pode perceber no gráfico abaixo.

Gráfico 11

Média Política Externa – Partido Republicano (indicador 1)



O primeiro período, caracterizado pelas plataformas de 1940 e 1944 é um momento onde se pode verificar uma maior presença de posicionamentos conservadores - em específico no que diz respeito às OIs, projetos de defesa e atuação externa. É um momento, no entanto, que foge do internacionalismo caracterizado tanto pelo liberalismo quanto pelo conservadorismo e que seria característica do partido a partir da plataforma de 1944. O partido, nesse primeiro período, é isolacionista – defende a não atuação norte-americana no cenário internacional; seja relativo às instituições internacionais, seja relativo à um envolvimento internacional no que tange a Segunda Guerra Mundial.

Já o segundo momento é um período de grande oscilação que conjuga plataformas tipicamente liberais (1944, 1948, 1968 e 1972), conservadoras (1952 e 1964) e “mistas” - onde as duas filosofias políticas estão igualmente apresentadas - (1956 e 1960). As plataformas da década de 1940, tipicamente liberais, defendem um maior engajamento do país no cenário internacional e uma valorização de instituições e arranjos internacionais multilaterais. Estão ainda inseridas na lógica da Segunda Guerra Mundial e o inimigo ainda é caracterizado pelo nazismo, ou de maneira mais abrangente, pela ameaça de “governos totalitários”. O discurso centra-se no fortalecimento da ONU e na valorização de organismos jurídicos internacionais, como a CIJ – ambos os casos entendidos como instrumentos para se alcançar a paz mundial. Nesse sentido, valoriza-se arranjos, tratados e cooperação internacional. A paz mundial, assim, é entendida como um projeto multilateral onde efetivos militares são menos relevantes. Em 1944, por exemplo, a plataforma argumenta: “We believe [...] that peace and security do not depend upon the sanction of force alone, but should prevail by virtue of reciprocal interests and spiritual values”. Nesse momento, o discurso passa a ser a partir de uma ênfase na segurança coletiva para lidar com ameaças externas.

As próximas três plataformas se caracterizam pela defesa de posicionamentos tanto liberais, quanto conservadores e, por conta disso, de uma certa ambiguidade: defendem ao mesmo tempo políticas e propostas contrárias entre si – se valoriza, por exemplo, uma ação externa unilateral de liderança norte-americana e de efetivos militares como tentativa de manutenção da paz ao mesmo tempo em que se defende o fortalecimento de organismos internacionais, tal como a ONU, justamente para a manutenção da paz. Esse é o momento de início do contencioso com a URSS, portanto está pautado na lógica da Guerra Fria. De modo geral, verifica-se nas plataformas de 1952, 1956 e 1960 uma inflexão conservadora no que diz respeito à atuação externa e aos projetos de defesa e segurança. Há, nesse sentido, uma ênfase em um papel de liderança a ser desempenhado pelos Estados Unidos de forma relativamente unilateral no cenário externo. Conforme argumenta o partido em 1960, “the fate of the world will be deeply affected, perhaps determined by the quality of American leadership”. Faz-se, ainda, referência constante à necessidade de maiores recursos militares para garantia da segurança e da paz mundial. A plataforma de 1956 é bastante evidente: “The military strength has been a key factor in the preservation of world peace”. O relacionamento com a URSS, nesse sentido, tende a ser mais

confrontacionista nesse período, pautado pela defesa de armamentos e de um discurso que privilegia a liderança norte-americana. Ainda assim, defende-se um fortalecimento de organismos internacionais como a ONU e de alianças estilo “collective security” como a OTAN. Nota-se, também, uma preocupação com a assistência internacional humanitária, econômica e militar. Nesse sentido, valoriza-se o envio de recursos financeiros ou de efetivo para países aliados. Por fim, essa ambiguidade nas plataformas – caracterizada por posicionamentos tanto liberais quanto conservadores e, de certo modo, contrários entre si – remete ao discurso proferido por conservadores tal como Schlafly, Buckley, entre outros que argumentavam a tendência do PR de defender posicionamentos centristas e/ou liberais nessa época, associando-se ideologicamente ao seu único concorrente, o PD. A busca por uma “opção” ideológica e todo o esforço feito por conservadores para levar o conservadorismo para dentro do PR seria, ao fim, evidenciada na plataforma de 1964. Essa, no entanto, seria mais um “experimento” conservador do que efetivamente uma tendência ao conservadorismo. Assim como ocorreu nas outras áreas já analisadas, a plataforma de 1964 situa-se como um “hiato” entre plataformas liberais. De fato, os próximos dois documentos partidários seriam pautados pelo liberalismo como corrente ideológica, atestando para a grande oscilação ideológica e mesmo lutas intrapartidárias que caracterizavam o período.

Relativo a plataforma de 1964, nota-se a manutenção de princípios conservadores já esboçados nas plataformas anteriores – em específico, a atuação externa norte-americana caracterizada pela defesa do unilateralismo e liderança norte-americana nos assuntos externos, o caráter confrontacionista com a URSS, e a ênfase em armamentos e efetivo militar para manutenção da paz mundial e segurança interna. Há, no entanto, importantes inflexões no que diz respeito às questões humanitárias e às organizações internacionais. Relativo ao primeiro ponto, a plataforma, passa a enfatizar o custo-benefício em termos de interesse nacional. Nesse sentido, passa a defender a assistência a partir de contrapartidas e cujo resultado seja de interesse dos Estados Unidos. Da mesma forma, relativo às OIs, há uma desvalorização, em específico no que concerne à ONU. Antes entendida como um instrumento de paz, agora a instituição passa a ser caracterizada como um instrumento autoritário, não necessariamente favorável aos interesses norte-americanos. Defende-se, assim, a revisão de certas instâncias na organização ao mesmo tempo em que se preconiza a soberania e os interesses norte-americanos: “Republicans will never

surrender to any international group the responsibility of the United States for its sovereignty, its own security, and the leadership of the free world” (1964). Por fim, a plataforma traz, pela primeira vez, a religião ao relacionar comunismo com ateísmo e a partir de constantes menções à Deus. Como se argumentou inicialmente, essa seria uma plataforma tipicamente conservadora, mas cujos posicionamentos não se sustentariam nos anos seguintes. De certo modo foi um “preview” do que seria a política externa do partido a partir da década de 1980 – um período de “maturação” do conservadorismo dentro do PR.

Após o hiato conservador caracterizado pela plataforma de 1964, o PR retornaria à defesa de uma política externa tipicamente liberal nas duas próximas plataformas (1968 e 1972) por conta da valorização do multilateralismo, da cooperação entre países e dos organismos internacionais. Conforme a plataforma de 1968, “Our best hope for enduring peace lies in comprehensive international cooperation”. A ONU, que nas últimas plataformas vinha sendo alvo de críticas, passa a ser valorizada como um importante instrumento para a paz. Da mesma forma, a CIJ que contava com uma constante oposição republicana nas plataformas anteriores, passa a ser defendida. Nessas plataformas, há pouca menção à armamentos, exército e defesa – ao contrário, há menção a necessidade de acabar com a corrida armamentícia através da ONU. A ameaça internacional, ao contrário das plataformas anteriores que enfatizavam o comunismo, passa a ser relacionada de modo mais amplo, a abarcar aspectos sociais e econômicos de diversos países tal como a pobreza, a fome, o aumento da população, etc. Essas questões gerariam uma insegurança mundial a ser combatida através de cooperação entre países. Também nessas duas plataformas, a ênfase na liderança e na atuação unilateral norte-americana dá espaço a uma valorização da cooperação e da multilateralidade. Conforme a plataforma de 1968: “We will return to one of the cardinal principles of the last Republican administration: that American interests are best served by cooperative multilateral action with our allies rather than by unilateral United States action”. Ao contrário de uma postura confrontiva com a URSS, há uma valorização do diálogo baseado em novas relações mais construtivas, de maiores intercâmbios de ideias e pessoal, e mesmo de cooperação econômica e militar que não se restringe à URSS, mas abarca também países com a China. Por fim, condizente com a postura liberal, há ainda a defesa de redução de armamentos nucleares, incluso de armamentos norte-americanos. A

plataforma de 1972 se referiria a essa nova atuação republicana com o “golden age of american diplomacy”.

As plataformas de 1968 e 1972, no entanto, foram as últimas genuinamente liberais produzidas pelo PR até 2012 na área de política externa. A partir de 1976 começaria um terceiro e último período que se caracteriza pela ascensão e manutenção de políticas conservadoras no que diz respeito - ainda que nos anos 2000 haveria um retorno ao liberalismo em alguns indicadores, retornando rapidamente ao padrão anterior, conservador.

Consoante com os preceitos conservadores já expostos anteriormente nesse trabalho, esse terceiro período nas plataformas republicanas seria caracterizado por uma ênfase na defesa nacional através de maiores armamentos (inclusive nucleares); a busca por um papel de liderança na arena internacional e um discurso que privilegia o unilateralismo; a desvalorização de organizações e tratados multilaterais – de modo geral, a desvalorização do multilateralismo (salvo os anos 2000, quando há uma inflexão nesse padrão); um caráter mais moralista e religioso nas relações internacionais; e uma postura confrontiva caracterizada pela valorização da força e da desvalorização da diplomacia no que tange aos inimigos e ameaças externas.

Durante esse período, faz-se um discurso recorrente à necessidade de ampliação das forças armadas. A paz mundial, nesse sentido, está relacionada com a segurança dos Estados Unidos por conta de mecanismos de defesa e de força militar; ou seja, a segurança norte-americana é ela própria indicativo de paz mundial. Segundo a plataforma de 1976, “A superior national defense is the fundamental condition for a secure America and for peace and freedom in the world”. A partir de 1980 esse discurso e a relação entre paz, armamentos e força militar norte-americana seria resumido no seguinte conceito: “peace through strength”, presente em todas as plataformas analisadas, até 2012. Mesmo o discurso acerca da redução de armamentos nucleares esta inserido nessa lógica: modernizar e ampliar as forças e armamentos militares por parte dos Estados Unidos como garantia de desarmamento nuclear futuro dos outros países. Conforme a plataforma de 1984, “our military strength not only provides the deterrent necessary for a more peaceful world, but is also the best incentive for the soviets to agree to arms reduction”. Da mesma forma, diálogo e engajamento cooperativo com possíveis inimigos só seria possível a partir de uma posição de força norte-americana.

Mesmo após o fim da Guerra Fria e a produção de uma plataforma relativamente menos combativa e mais otimista em 1992, há um retorno ao caráter pessimista, repleto de ameaças e inimigos já na plataforma seguinte. Retorna-se ao padrão iniciado em 1976 que enfatiza a liderança e armamentos para segurança norte-americana e obtenção da paz mundial. Em 1996, esse retorno ao caráter conservador que marcaria o PR é resumido da seguinte forma:

Because this is a difficult and dangerous world, we believe that peace can be assured only through strength, that a strong national defense is necessary to protect America at home and secure its interests abroad, and that we must restore leadership and character to the presidency as the best way to restore America's leadership and credibility throughout the world (PR, 1996).

Ao contrário de diminuição de armamentos nucleares, as plataformas em sua maioria defendem a modernização e a criação de novas armas nucleares em uma espécie de corrida armamentícia contra a URSS até a década de 2000 e, em 2012, contra grupos terroristas. Busca-se uma posição de força através de uma ampla capacidade nuclear, mesmo quando se defende negociações com adversários. Conforme a plataforma de 1988: “Even as we engage in dialogue with our adversaries to reduce the risk of war, we must continue to rely on nuclear weapons as our chief form of deterrence”

A partir década de 1980, o PR passaria ainda a defender consistentemente em todas as plataformas seguintes a necessidade da exportação dos ideais estadonidenses - em específico, a democracia, a liberdade e o livre mercado - como condição para a paz e para o desenvolvimento nacional dos países. Há um entendimento de que democracias são pacíficas - não fazem guerras entre si e de que o livre mercado é condição necessária para crescimento econômico. Desse modo, o partido passa a criticar a assistência humanitária nas relações internacionais através de efetivo pessoal ou de recursos financeiros. Defende-se, nesse sentido, reformas políticas e econômicas que garantiriam o livre mercado como condição de desenvolvimento. Além disso, há uma maior preocupação com todo o tipo de assistência norte-americana, agora mais crítico e pragmático: deve servir aos interesses norte-americanos de maneira direta. Conforme salienta a plataforma de 1980, assistência humanitária não é caridade, precisa de contrapartidas e de retornos garantidos para os Estados Unidos.

Tipicamente conservadora é, também, a inflexão republicana referente às organizações internacionais e, em específico, à ONU. Nesse terceiro período, nota-se constantes críticas a arranjos internacionais que supostamente entrariam em conflito com a soberania norte-americana. Em 1984, por exemplo, defende-se a diminuição de recursos à OIs (principalmente para a ONU) – postura que seria mantida nas próximas plataformas; a saída norte-americana de OIs vinculadas à ONU, tal como a UNESCO; e a não ratificação de tratados internacionais que supostamente violariam direitos constitucionais, tal como a Convenção sobre leis marítimas. A partir de 1984 o Partido Republicano passaria a desvalorizar a ONU por conta de uma suposta influência soviética (1984), má direção (1996) e discriminação contra Israel (2000). Além disso, durante esse período há a constante recusa no envio de tropas sob comando das forças de paz da ONU. Há, por fim, o entendimento de que OIs não são garantias de segurança ou mesmo de promoção dos interesses norte-americanos. Conforme a plataforma de 1984, “America cannot count on the international organizations to guarantee our security or adequately protect our interests” – daí a valorização em atuações unilaterais.

A partir da década de 1980, é possível notar, também, um caráter mais moralista nas plataformas republicanas na área da política externa. Defende-se, por exemplo, o fim de financiamentos às organizações ou à países que de alguma maneira defendem ou fazem pesquisa sobre aborto; a não entrada (e a não permanência dos que lá estão) de homossexuais no exército – supostamente incompatível com o serviço militar; e uma maior ênfase na liberdade religiosa (entenda-se por “Cristã”) no âmbito externo.

Por fim, no que diz respeito às ameaças e inimigos externos, as plataformas entre 1976 e 2000 definem-se por uma postura confrontiva com URSS/Rússia. Enfatiza-se *deterrence* a partir de maiores efetivos militares e armas nucleares. A plataforma de 1976, por exemplo, argumenta a impossibilidade de um relacionamento mais construtivo ou mesmo de paz com a URSS – são “ideological competitors”. Já em 1988, o partido republicano redige uma lista de condições a ser seguidas pela URSS como condição para um futuro relacionamento, dentre eles, o respeito aos direitos humanos e religiosos, a reforma na economia, o fim do apoio à regimes comunistas, e a redução da capacidade ofensiva e convencional. A partir dos anos 2000, com o fim da Guerra Fria e, em específico, após o atentado de 11 de setembro;

há um novo inimigo - o terrorismo – que substitui o papel da URSS/Rússia. Nesse sentido, a “Guerra ao Comunismo” é substituída pela “Guerra ao Terrorismo”.

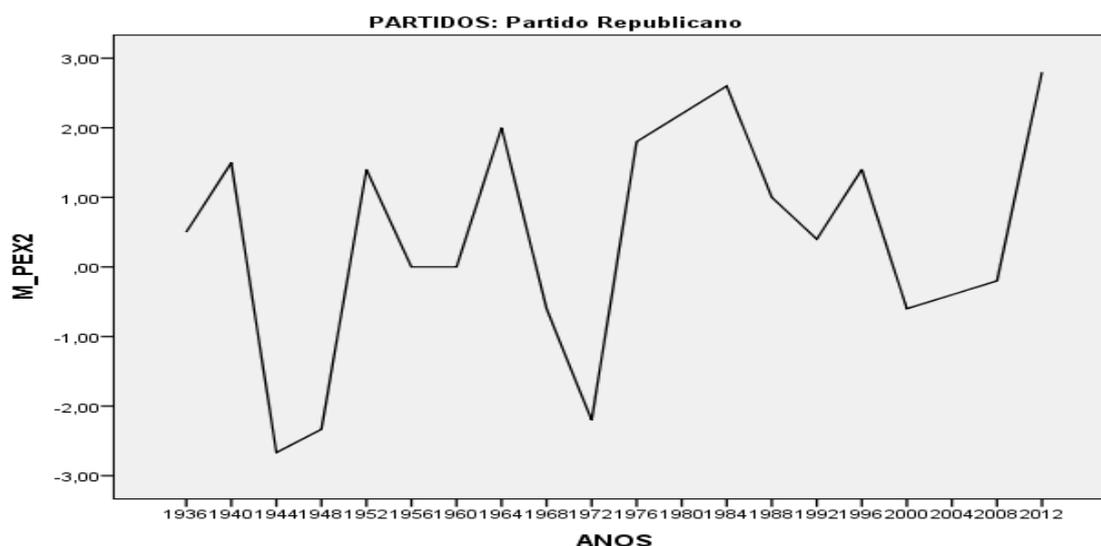
As plataformas de 2000, 2004 e 2008 fazem uma certa inflexão ao liberalismo ao valorizar maiores arranjos institucionais internacionais e cooperação internacional. É importante mencionar que a Rússia deixa de ser tratada como ameaça para ser caracterizada como um país que compartilha os mesmos interesses norte-americanos. A plataforma de 2000, por exemplo, expõe a necessidade de não ditar regras ou tentar refazer a Rússia aos moldes norte-americanos - uma clara oposição à década de 1980. Nesse período, as plataformas trazem novos inimigos – Coreia do Norte, Irã, Iraque e, a partir de 2004, o terrorismo. De fato, a partir de 2004, a principal ameaça à segurança norte-americana passa a ser o terrorismo nuclear. Aliado a isso, o cyberterrorismo e o bioterrorismo. Frente a essas novas ameaças e novos inimigos, as plataformas de 2004 e 2008 iriam valorizar uma ampla consertação internacional. Há o entendimento de que essas são questões difíceis de serem resolvidas unilateralmente – há a necessidade de apoio externo por serem temas globais, que não respeitam fronteiras. Com isso, as plataformas exibem uma grande valorização de alianças, tratados e cooperação entre países. Nessas duas plataformas, valoriza-se sanções para países “ameaça” e coordenação internacional para o combate ao terrorismo através, principalmente, da inteligência. A questão armamentícia, nesse sentido, é relativamente desvalorizada. Defende-se, inclusive, a redução de arsenal nuclear (inclusive os norte-americanos) como meio de proteção – quanto menos armas nucleares no mundo, menor a possibilidade de um ataque terrorista internacional.

Entretanto, essa leve inflexão liberal nos anos 2000 não seria repetida na última plataforma analisada – a plataforma de 2012, tipicamente conservadora. Nesse ano, há um discurso recorrente sobre o “american exceptionalism” e a valorização da defesa e de armamentos como garantia para a paz mundial e segurança nacional. Novamente a ênfase está na liderança norte-americana e na atuação relativamente unilateral através da rejeição a alianças ou OIs que supostamente coíbem a soberania norte-americana. Valoriza-se maiores recursos para defesa (em contraposição a diminuição de recursos proposto pelas duas plataformas anteriores) e para modernização de armamentos nucleares. Ao contrário de redução de armamentos nucleares, entende-se que a única forma de dissuadir a ameaça de um ataque terrorista seria justamente com maior capacidade nuclear dos Estados Unidos.

De fato, a plataforma de 2012, conforme se pode verificar no gráfico de gradação (abaixo), é a que apresenta mais indicadores com grau máximo conservador suscitando a percepção de que não só o conservadorismo nunca deixou de existir na política externa republicana (apesar de uma leve inflexão liberal nos anos 2000), como também é um conservadorismo mais “extremado” que privilegia atuação unilateral, a saída de OIs e de tratados internacionais, o fim da assistência humanitária, o aumento de efetivo militar e nuclear e uma postura confrontiva relativo à ameaças e países inimigos aos Estados Unidos.

Gráfico 12

Média gradação política externa– Partido Republicano (indicador 2)



4.5 UM BALANÇO DAS QUATRO ÁREAS ANALISADAS

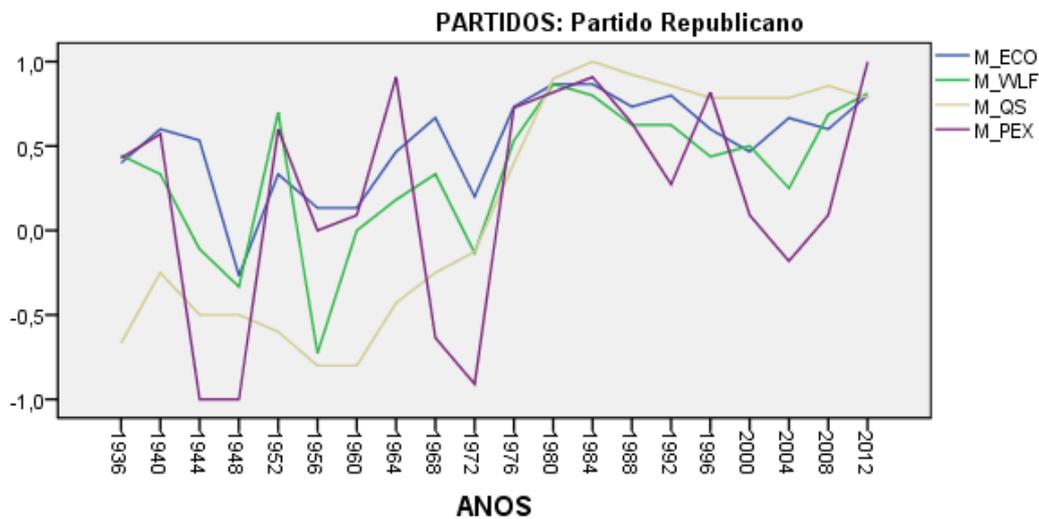
Como se pode perceber nos gráficos apresentados e na exposição descritiva dos posicionamentos republicanos; há uma certa divisão entre dois períodos que a análise das plataformas nos suscita. Inicialmente, há um período de grande oscilação ideológica até meados da década de 1970. Esse período seria caracterizado pela presença de posicionamentos tanto liberais quanto conservadores em uma mesma plataforma demonstrando uma certa contradição e ambiguidade; bem como pela

oscilação entre plataformas tipicamente liberais em um momento e conservadoras em um próximo momento (e vice-versa). Posteriormente, há um segundo momento que se caracteriza pelas plataformas apresentadas a partir de 1976. Esse período demonstra a ascensão e a manutenção do conservadorismo no PR. Se em um primeiro momento há uma certa ambiguidade e contradição nos posicionamentos defendidos pelo partido; nesse segundo há uma relativa homogeneização ideológica representada pela manutenção de posicionamentos conservadores nas quatro áreas analisadas.

Nesse sentido, percebe-se que as plataformas de fato refletem uma certa disputa ideológica por diferentes facções. Conforme foi mencionado no capítulo sobre o conservadorismo, a crítica feita pelos conservadores e o que suscitou a atuação de vários expoentes conservadores *outsiders* ao partido foi justamente a percepção de que não havia opções ideológicas distintas na política norte-americana nas décadas de 1940 e 1950. Havia a percepção, como foi mencionado, de que o PR havia sido “tomado” por facções liberais – daí a necessidade de se formar uma “frente conservadora” e exportá-la para o partido a partir da candidatura de Goldwater em 1964. Essa frente foi vitoriosa, como se pode perceber na plataforma de 1964. Esse, no entanto, foi mais um experimento do que efetivamente a consolidação do conservadorismo no PR – as duas próximas plataformas voltariam ao seu caráter liberal. De fato, a plataforma de 1980 atesta para o que a literatura concernente vinha atentando: se 1964 foi um experimento, 1980 foi a maturação conservadora.

Gráfico 13

Média em conjunto das políticas econômica, welfare, questões sociais e política externa (indicador 1) – Partido Republicano



Assim, conforme se pode verificar no gráfico 13 todas as quatro áreas analisadas seguem relativamente o mesmo padrão e possuem duas inversões: primeiramente dentro do campo liberal e posteriormente no campo conservador onde permanecem até a última plataforma. Consoante com o padrão conservador, a partir desse segundo momento há uma maior inserção da religião em praticamente todas as áreas analisadas e uma maior tentativa moralizante da sociedade. Consoante ao conservadorismo apresentado no capítulo anterior, as plataformas evidenciam de forma geral dois posicionamentos: na economia, defende-se um governo mínimo, sem interferência no setor do mercado; e, nas questões sociais, um governo de amplo escopo, com grande interferência na sociedade. Posicionamentos contraditórios entre si, mas característicos do conservadorismo norte-americano, também contraditório caracterizado por libertários, moralistas, religiosos e neoconservadores.

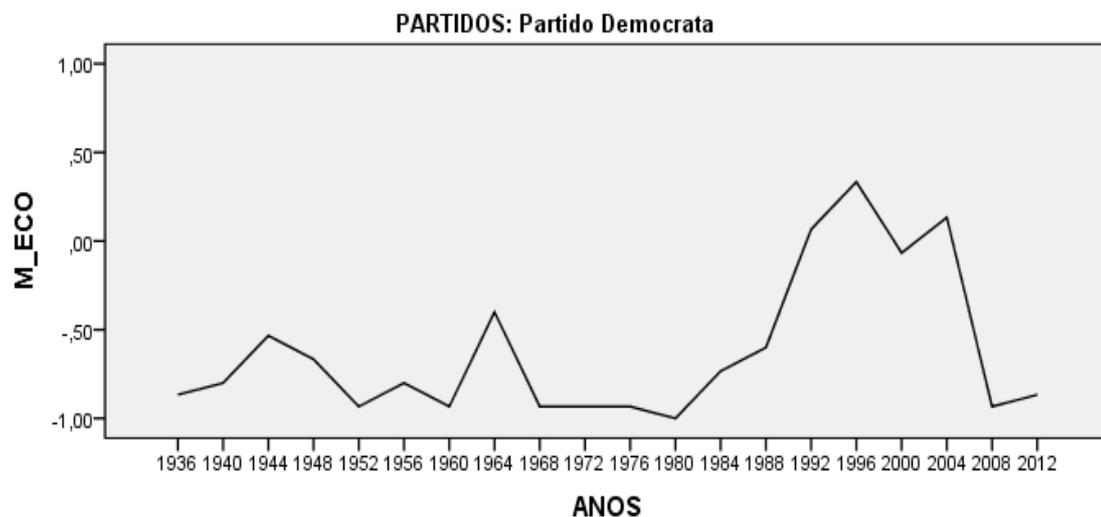
5 ANÁLISE DAS PLATAFORMAS – PARTIDO DEMOCRATA

5.1 ECONOMIA

A política econômica do PD, como se pode verificar no gráfico abaixo, pode ser dividida em três períodos: um primeiro momento tipicamente liberal entre 1936 e 1988; um segundo momento caracterizado por posicionamentos tanto conservadores como liberais entre 1992 e 2004; e, por fim, um terceiro momento de retomada do liberalismo entre 2008 e 2012.

Gráfico 14

Média Política Econômica – Partido Democrata (indicador 1)



O primeiro período, e o mais longo (1936-1988), pode ser caracterizado por um período genuinamente liberal. Conforme foi argumentado no capítulo três desse trabalho, a própria construção da ideologia liberal nos EUA teve forte influência de líderes partidários democratas. Assim, de certo modo, esse primeiro momento é tanto um reflexo, como uma construção do liberalismo – no caso, perceptível na política econômica então defendida.

É importante lembrar o contexto doméstico em que as primeiras plataformas estão inseridas: um contexto ainda marcado pelas consequências da Grande

Depressão onde a política econômica desenhada pelo PD para mitigar os efeitos da crise é uma tipicamente Keynesiana. O governo federal, ao contrário do *laissez faire* Hayekiano, possui um papel importante. É o governo quem planeja, regula e orienta a política econômica. É ele que cria empregos, injeta recursos em indústrias e estimula diretamente o setor privado. Além disso, é uma espécie de árbitro entre o mercado e a sociedade para a promoção do bem comum. As políticas do New Deal, nesse sentido, são a tradução desse primeiro momento liberal democrata.

De fato, nota-se nas plataformas desse período, uma constante valorização dessas políticas e do papel do governo federal como uma espécie de “protetor” de todos – consumidores, trabalhadores, desempregados, pobres, etc. Nota-se, ainda, uma constante crítica ao *laissez faire* que, supostamente, privilegia alguns em detrimento de outros. Nesse primeiro momento (e, principalmente nas primeiras plataformas analisadas), o PD critica a desregulamentação de Wall Street (vale lembrar a quebra da bolsa como o estopim para a Grande Depressão), associando políticas de *laissez faire* e a desregulamentação de Wall Street como fatores decisivos para a eclosão da crise econômica dos anos 1930. O papel do governo federal, nesse sentido, passa a ser um de planejar e regular o mercado; minimizar a distância entre os privilégios de uns e as necessidades dos outros e incentivar o crescimento econômico. Conforme a plataforma de 1944: “We favor Federal legislation to assure stability of products, employment, distribution and prices”.

Esse primeiro momento é caracterizado pela valorização de programas e incentivos federais. No que se refere à geração de empregos, por exemplo, as plataformas valorizam programas federais de treinamento, de postos públicos e mesmo de iniciativas federais que visam prioritariamente a geração de emprego através da contratação para melhorias da infraestrutura nacional, por exemplo. Conforme a plataforma de 1940 argumenta, é “dever” do governo federal providenciar trabalho: “We shall continue to recognize the obligation of government to provide work for serving workers who cannot be absorbed by private industry”. Em 1952, a plataforma democrata defende, por exemplo, uma legislação federal que obrigue o governo a manter o desemprego sob controle. Assim, em momentos de crise, o governo federal seria obrigado por lei a providenciar trabalho aos níveis estimados. Já, em 1960, defenderia uma ampla gama de incentivos federais para “depressed areas” com o intuito de maior geração de empregos e, conseqüentemente, crescimento econômico em áreas estagnadas.

Nesse primeiro momento, as plataformas democratas valorizam o papel do governo federal como uma espécie de “protetor dos trabalhadores”. De fato, uma grande ênfase é dada nessa questão – grande parte das plataformas destinam um amplo espaço para esse tópico e o tratam como prioridade na sua política econômica. Desse modo, defendem maiores proteções contra o desemprego; maior segurança física no desempenhar das funções; maiores benefícios; e maiores conquistas trabalhistas através de sindicatos. Longe de se abster, as plataformas defendem o posicionamento ativo do governo federal. Em 1936, por exemplo, o PD afirma a primazia do governo federal em relação aos estados no que diz respeito ao estabelecimento de salário mínimo, da proibição do trabalho infantil e da supervisão de condições de segurança no trabalho – supostamente difíceis de serem controladas por estados em separados. A partir da plataforma seguinte, o PD passaria a valorizar uma ampla gama de proteções aos trabalhadores (desde benefícios, segurança, remuneração e regulações) através da defesa de uma legislação que visa “Fair Labor Standards”: “We pledge to continue to enforce fair labor Standards [...] and to work always for a just distribution of our national income”. De fato, durante a totalidade das plataformas desse primeiro período, há uma prioridade na defesa do trabalhador a partir de uma posição ativa do governo federal. Defende-se, assim, a manutenção de legislação federal para salário mínimo (e o aumento desse em praticamente todas as plataformas desse período); a proibição a nível federal de trabalho infantil; regulações de segurança a serem observadas através de organismos e agências reguladoras federais como a OSHA; a extensão de benefícios como férias, hora extra, direito à greve e licença maternidade; e a valorização de sindicatos. Há, por fim, o entendimento de que a segurança econômica é direito dos trabalhadores: “We are determined to make economic security a matter of right. This means a job with decent pay and good working conditions for everyone willing and able to work and an adequate income for those unable to work” (PD 1972).

Relativo aos sindicatos, as plataformas são bastante favoráveis a um envolvimento federal que não só garanta o direito do trabalhador de filiação, mas a expansão da atuação desses sindicatos e das suas conquistas. Os sindicatos, nesse sentido, são entendidos como uma importante ferramenta para maiores conquistas trabalhistas frente a empregadores. A plataforma de 1968 argumenta, inclusive, que os sindicatos seriam instrumentos essenciais para a manutenção do sistema de livre comércio e para a democracia nos Estados Unidos.

Nesse primeiro momento, as plataformas democratas se caracterizariam também pela defesa de maior proteção ao consumidor a partir do papel do governo federal. De acordo com a plataforma de 1960, “In an age of mass production, distribution and advertising, consumers require effective government representation and protection”. Nessa mesma plataforma, defende-se, por exemplo, uma agência federal para representar consumidores em processos administrativos por conta de lesões sofridas na compra de produtos, da solicitação de empréstimos, no recebimento de um serviço, entre outros. Também nessa mesma plataforma defende-se uma legislação federal que obrigue credores a divulgarem aos seus consumidores as taxas cobradas e o lucro obtido. A partir de 1964, as plataformas passariam a defender um programa federal de “educação” para consumidores que se dedique a explicar os seus direitos e os possíveis meios legais para reparação de danos. Na plataforma seguinte, defende-se o estabelecimento de um “Office of Consumer Affairs”, com recursos federais, como um órgão de representação dos interesses do consumidor nas cortes e agências reguladoras. Por fim, em 1976, passa-se a defender o conceito de “soberania do consumidor”: “the ability of consumers to exercise free choice, to demand satisfaction, and to obtain direct redress of grievances”.

Desse modo, a partir de uma ampla defesa dos consumidores, dos trabalhadores e dos desempregados através de um papel ativo do governo federal no estabelecimento de leis, proteções e regulações; o PD nesse primeiro momento caracteriza-se como “protetor” de certos grupos da sociedade. Condizente com os preceitos liberais, ele atua como um árbitro entre o mercado e a sociedade no sentido de proteger esses grupos contra os possíveis danos causados pelo livre mercado e iniciativa privada.

Defendendo uma política Keynesiana, a política econômica do PD nesse primeiro momento valoriza o orçamento equilibrado. No entanto, conforme a análise das plataformas nos demonstra, esse passa a ser defendido através de duas formas principais: impostos progressivos e geração de empregos. Ao contrário do conservadorismo, não se defende a diminuição de gastos por conta do enfraquecimento ou da extinção de programas federais. Há a constante valorização do papel do governo federal e dos seus programas para a expansão econômica e segurança financeira da sociedade.

Como foi mencionado, nesse momento, defende-se impostos progressivos baseadas na “habilidade de pagamento”, ou seja, quanto mais se recebe, mais se paga.

O PD, condizente com o liberalismo, expõe nas suas plataformas nesse período a percepção de que impostos “desiguais” são os mais “iguais”. Ou seja, impostos justos e igualitários seriam aqueles literalmente “desiguais” – quem tem menos paga menos; quem tem mais paga mais. Conforme a plataforma de 1956: “We pledge ourselves to equitable tax revisions and monetary policies to combine economic progress with economic justice”. Em 1964 o PD defenderia uma revisão para fechar os “loopholes” que beneficiam a camada de maior poder aquisitivo e, na plataforma seguinte, uma legislação que extinguiria a cobrança de qualquer tipo de imposto para indivíduos abaixo da linha de pobreza.

Durante toda a análise das plataformas democratas nesse primeiro momento, nota-se a constante menção à concentração econômica e à concentração de poder – conceitos praticamente nulos nas plataformas conservadoras Republicanas. Há, nesse sentido, a reiteração constante da dicotomia entre os que tem muito e os que nada tem, como uma espécie de justificativa para a “correção” dessa lacuna através de um maior papel do governo federal na economia. É também notável, o esforço democrata em caracterizar o PR como o partido dos “ricos” e um instrumento para manutenção de privilégios especiais; e o PD como o partido dos “pobres” e um instrumento para ascensão econômica do povo. Em 1944, por exemplo, o PD argumentaria:

We reject the principle – which we have always rejected, but which the Republican 80th Congress enthusiastically accepted – that government exists for the benefit of privileged few. To serve the interests of all, and not the few; to assure a world in which peace and justice can prevail; to achieve security, full production, and full employment (PD, 1944).

Em 1956, retoma Jefferson: “Equal rights for all and special privileges for none”; e em 1972, afirma: “The Democratic Party deplors the increasing concentration of economic power in fewer and fewer hands”.

Por fim, esse primeiro momento é um período onde o PD, tipicamente liberal, caracteriza-se como um partido que valoriza um governo “ativista” na proposição de programas, de regulações, de proteções e de incentivos à economia. Longe de abster-se dessa, ele é um ator principal. Conforme argumenta o partido em 1976, “Government must not shrink its responsibility to impose and rigorously enforce regulation where necessary to ensure health, safety, and fairness”. Argumentação

semelhante é feita também em 1984: “We have a proud legacy to build upon the democratic tradition of caring, and the democratic commitment to an activist gov that understands and accepts its responsibilities”.

Desse modo, o PD defende a primazia do governo federal frente a determinadas questões que supostamente não podem ser solucionadas adequadamente nem pelos estados (primazia do federalismo), nem pela livre iniciativa (primazia do livre mercado). Há o entendimento, assim, de que o governo atua de maneira a incentivar o progresso econômico e a transferência desses frutos para a sociedade. Essa questão nos leva a última observação da análise das plataformas democratas nesse período: a percepção reiterada pelo PD de que o crescimento econômico relaciona-se também com outros aspectos. O partido, assim, refletindo um dos mais importantes preceitos liberais, entende que o progresso econômico pode ser alcançado através da valorização de áreas outras como a saúde, educação, e qualidade de vida, por exemplo. O tratamento dado à política econômica, assim, é holístico.

O segundo momento da política econômica democrata (1992-2004) caracteriza-se por plataformas que possuem tanto elementos liberais, quanto conservadores. Diferentemente do primeiro período, bastante homogêneo ideologicamente, esse segundo momento apresenta plataformas ideologicamente relativamente ambíguas e cujos posicionamentos parecem por vezes ser contraditórios.

Resgatando elementos conservadores, as plataformas desse período priorizam a “oportunidade”, o livre comércio e a iniciativa privada na economia. Em uma tentativa, talvez, de se distanciar do antigo padrão liberal do partido democrata nessa área, as plataformas desse período mencionam constantemente o “novo partido democrata” ou “esse partido democrata” em contraposição ao “antigo”. Além disso, há também menções constantes ao “fim da era” do governo de amplo escopo, como se pode verificar na plataforma de 1996: “That’s what today’s Democratic Party offers: the end of the era of big government” e em 2000: “We have ended the era of big government”.

Refletindo preceitos conservadores, as plataformas enfatizam a disciplina fiscal através de menores gastos federais seja na eliminação de programas, seja no corte de custos administrativos. O documento de 1996 defenderia, por exemplo, impostos mínimos e iguais contrariando, assim, o posicionamento liberal que privilegia impostos progressivos. Defende-se, ainda uma menor regulação (2004 e

2008) e criação de empregos através da iniciativa privada, caracterizada como o “motor” do crescimento econômico (2000).

Por fim, esse período traz um importante cânone do conservadorismo: a descentralização federal a partir da ênfase no federalismo e na responsabilidade individual como justificativas para a defesa de um governo mínimo. Em 2000, por exemplo, o PD argumenta: “We must also continue to decentralize our government, to make it more flexible and responsive towards communities and individuals, and to turn its focus towards empowering Americans to take charge of their own lives”.

No entanto, ainda que hajam posicionamentos tipicamente conservadores nessas plataformas, há, também, a presença de posicionamentos tipicamente liberais. Em específico, as plataformas de 1992, 2000 e 2004; seguem defendendo a cobrança de impostos progressivos. Além disso, há a defesa de programas para treinamento e capacitação profissional financiados pelo governo federal, a ênfase na necessidade de regulações federais para segurança e proteção no trabalho e a valorização dos sindicatos (1992 e 2000).

Se, no entanto, o segundo momento foi um de inflexão conservadora; o terceiro e último momento perceptível na análise das plataformas democratas (2008 a 2012) é um de retorno e manutenção do liberalismo. Nesse momento, há o retorno da primazia do governo na política econômica através da regulação do mercado e da construção de ampla gama de programas e proteções.

É importante mencionar que, assim como ocorreu com as primeiras plataformas analisadas, as plataformas desse terceiro período também se caracterizam por uma tentativa de romper com a crise econômica através do amplo papel do governo federal – a crise de 2008, afinal, foi a maior desde a Grande Depressão. Da mesma forma, há também um retorno as críticas à desregulamentação de Wall Street e à necessidade de “relief” para os mais atingidos pela crise – tal como nas primeiras plataformas democratas analisadas nesse trabalho.

O PD nesse terceiro momento defende a injeção de recursos na economia, um claro retorno à política Keynesianam, e à assistência aos estados e localidades com objetivo de manutenção dos programas e benefícios sociais. Consoante com o liberalismo, há, novamente, a preocupação com a proteção ao trabalhador através da defesa de fortalecimento de agências regulatórias como a OSHA; com a promoção de medidas que visam maior segurança financeira aos desempregados; a manutenção federal do salário mínimo; e a defesa de uma legislação federal que proíba a

substituição do trabalhador grevista. Retorna-se, assim, ao princípio liberal de defesa dos direitos trabalhistas. Novamente, há a valorização dos sindicatos. Há ainda a defesa dos direitos do consumidor e da cobrança de impostos progressivos, responsáveis pelo equilíbrio no orçamento.

Em um retorno à primazia do governo ativista, de amplo escopo; essas plataformas passam a defender o fim das privatizações de postos públicos e o fim da “panacea” do governo mínimo. Retomando o discurso do primeiro período, há uma constante menção à concentração de riqueza e de poder e ao papel do governo em minimizar os danos do livre comércio e de reduzir a disparidade econômica. Sobre o livre comércio, a plataforma de 2008 justifica a necessidade de se regular o mercado justamente para garantir prosperidade econômica e justiça social:

Free market was never meant to be a free license to take whatever you can get, however you can get. That is why we have put in place rules of the road to make competition fair, open and honest. We have done this not to stifle – but rather to advance – prosperity and liberty (PD, 2008).

Por fim, esse período conta, também, com o entendimento mais holístico no que tange ao progresso econômico. Em 2008, por exemplo, o PD argumenta a necessidade de se rever aspectos sociais básicos como o custo da saúde e da educação. Tipicamente liberal, há o entendimento de que o crescimento econômico não está desassociado à qualidade de vida e ao estado de bem-estar social. Segundo a plataforma de 2008, “Generating truly shared prosperity is only possible if we also address our most significant long-run challenges like the rising cost of health care, energy and education”.

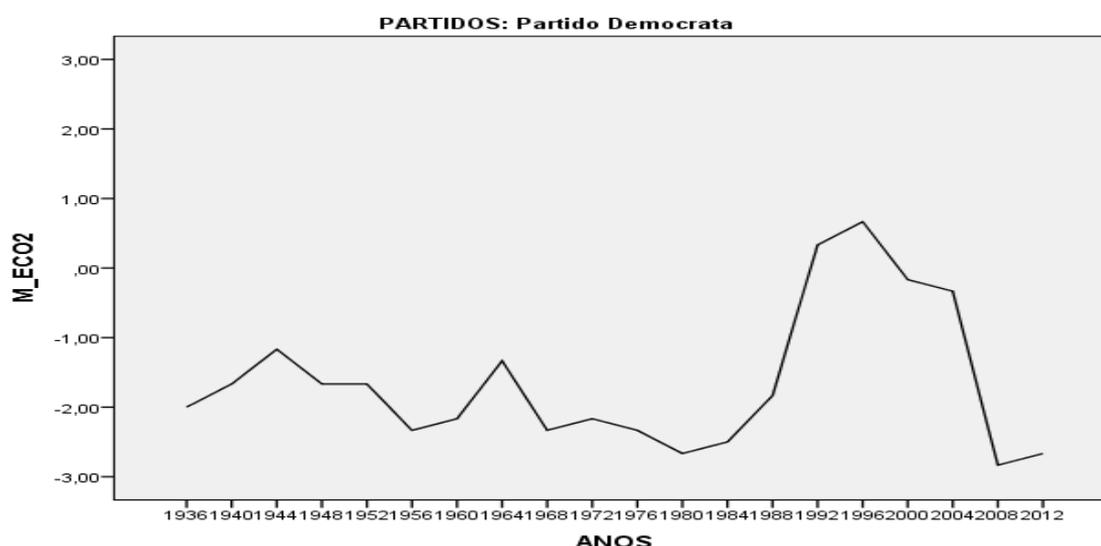
De fato, a análise das plataformas democratas nos demonstra que o partido sempre defendeu o livre mercado; no entanto, é uma defesa aos moldes liberais – um mercado “parcialmente” livre – com regras. Em nenhuma plataforma se nota a valorização de uma economia de base socialista ou completamente *laissez faire* (nem mesmo na inflexão conservadora do segundo período analisado). Há uma constante preocupação com a segurança econômica e o bem-estar da sociedade. O sistema de livre mercado, caracterizado nessas plataformas e, ao contrário do que prega o conservadorismo; supostamente poderia causar danos a certos grupos sociais – daí o papel do governo de proteção e de uma espécie de “árbitro” que regula as ações do

mercado em benefício do bem-estar desses grupos – trabalhadores, consumidores, economicamente desfavorecidos, etc.

Por fim, como se pode analisar no gráfico de gradação (abaixo), com exceção do segundo período (caracterizado por uma inflexão conservadora); praticamente todas as plataformas analisadas possuem indicadores máximos liberais o que sugere que as plataformas democratas, longe de serem “parcialmente liberais” ou “relativamente centristas”, são majoritariamente liberais no seu sentido pleno. Se posicionam, assim, ideologicamente homogêneas e constantes ao longo do tempo.

Gráfico 15

Média gradação economia – Partido Democrata (indicador 2)

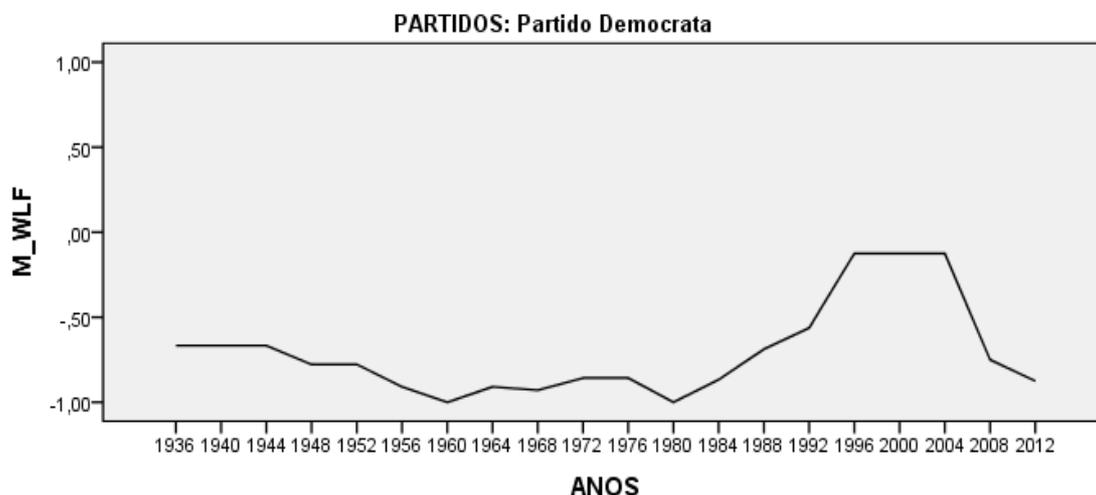


5.2 WELFARE

Assim como no caso da política econômica democrata, as políticas de welfare podem ser divididas em três momentos. Como se pode verificar no gráfico abaixo, o primeiro momento estende-se de 1936 até 1992 caracterizando-se por um período genuinamente liberal; já o segundo momento, entre 1996 a 2004, define-se por plataformas também liberais mas que passam a apresentar alguns aspectos conservadores nos posicionamentos defendidos; por fim, o terceiro momento, entre 2008 e 2012 retoma o liberalismo dos anos anteriores.

Gráfico 16

Média Política de Welfare – Partido Democrata (indicador 1)



Entre 1936 e 1992, as plataformas democratas valorizam um ativo papel do governo federal na instauração de uma ampla gama de programas e serviços que visam a construção de um estado de bem-estar social. Nesse sentido, valoriza uma certa “proteção” de setores da sociedade, sejam minorias, trabalhadores, indivíduos em dificuldades financeiras, etc. A plataforma de 1936 é explícita quanto ao papel que o governo federal deve desempenhar: “We hold this truth to be self-evident – that the test of a representative government is its ability to promote the safety and happiness of the people”.

Refletindo de modo integral princípios liberais, as plataformas desse período caracterizam-se por defender a atuação de um governo que tem obrigações com seus cidadãos: seja no estabelecimento de oportunidades para todos, seja na ajuda para aqueles necessitados que não podem ajudar a si mesmos, seja na diminuição das disparidades sociais e econômicas. É importante mencionar que a própria interpretação da constituição é diferente da visão conservadora (minimalista). Há, nas plataformas desse período, a percepção de que, constitucionalmente, o governo tem a obrigação de lidar tanto com a defesa quanto com o bem-estar social.

Ainda que haja uma preocupação com o custo de programas e serviços para o estabelecimento de um estado de bem-estar social e uma preocupação com um orçamento federal equilibrado; a prioridade mantém-se sempre na manutenção ou na

expansão desses programas e serviços como uma resposta às necessidades da sociedade. Em 1980, por exemplo, argumenta-se:

We democrats believe in making gov responsive to the needs of the people... making it work for the people [...] While we recognize the need for fiscal restraint – and have proposed specific steps toward that goal – we pledge as democrats that for the sole and primary purpose of fiscal restraint alone, we will not support reductions in the funding of any program whose purpose is to serve the basic human needs of the most needy in our society (PD, 1980).

A defesa de um estado de bem-estar social é ainda justificada a partir de uma visão holística da democracia. A democracia, desse modo, não é definida de maneira minimalista ou processual, mas abrange aspectos como a qualidade de vida das pessoas. A plataforma de 1940, afirmava, por exemplo, a necessidade de se fortalecer a democracia a partir da melhoria da qualidade de vida da sociedade. Em um momento de clara tensão mundial em função da Segunda Guerra Mundial, essa mesma plataforma afirmava ainda o projeto de bem-estar social defendido pelo PD como “the true first line of defense”,

Nesse período, há uma constante ênfase aos “menos privilegiados” e às “políticas humanas”. Lembrando o discurso acerca da concentração de poder na política econômica, o PD, no que tange ao welfare, mantém a dicotomia entre os que tem muito e os que nada tem (os privilegiados e os não privilegiados) através da contínua oposição entre esses grupos e a tentativa de uma diminuição das disparidades entre eles. Para o PD, o governo federal deve estar comprometido com uma distribuição de riqueza, renda e poder de maneira mais justa e igual. Como consta na plataforma de 1948, a própria democracia, quando dedicada ao serviço de todos, e não de “privileged few”, apresenta-se como a melhor forma de governo. A própria noção de igualdade é uma em que há uma combinação entre oportunidade individual e programas de justiça social (1948).

Nesse primeiro momento, há a constante menção à F.D.Roosevelt, Truman e as políticas do New Deal. Valoriza-se, desse modo, uma atuação ativa do governo federal através de políticas de amplo escopo e de programas de bem-estar social. O Social Security, por exemplo, é constantemente lembrado nas plataformas desse período como um programa “do partido democrata” – estabelecido pelo governo democrata “a partir de um compromisso com a segurança dos idosos e trabalhadores”.

Valoriza-se a sua manutenção, extensão, ou maiores benefícios através do governo federal em todas as plataformas desse primeiro momento.

Esse período é também caracterizado por uma constante preocupação democrata com moradia. Defende-se, nas plataformas, o direito à moradia e o papel do governo federal em provê-la, seja através de recursos para construção, juros subsidiados, longos períodos de pagamento ou menores entradas. Enfatiza-se, na maioria das plataformas desse período, a necessidade de se acabar com “slum dwellings” (espécie de cortiços) e substituí-los por projetos de baixo custo de moradia financiados pelo governo.

Relativo à saúde, defende-se a manutenção e a extensão de programas como Medicare e Medicaid a partir do momento em que são instaurados. Defende-se, ainda, a construção de hospitais e a melhorias dos já construídos além de recursos para educação médica e para serviços de saúde, entre outras propostas. A saúde, como se pode perceber nessas plataformas, faz parte de um entendimento mais holístico da nação e da sociedade. Ou seja, a força (ou o poder) da nação não seria medido através de armamentos, mas de uma certa sociedade “saudável”. A plataforma de 1956 é emblemática nesse sentido: “the strength of our nation depends on the health of our people”. A partir de 1972, por fim, o partido passaria a defender o estabelecimento de uma “universal health insurance”, administrado e financiado pelo governo federal.

Nesse primeiro momento, inicia-se o debate acerca das drogas e, já na década de 1980, acerca da AIDS. Nesse sentido, as plataformas, reproduzindo princípios tipicamente liberais, tratam os temas de forma holística, como um problema social e de saúde pública que se traduz em custos para toda a sociedade. Esses temas requerem, portanto, um papel ativo do governo federal seja na prevenção, seja no tratamento. No que tange ao combate as drogas há a defesa de maiores recursos para pesquisa, tratamento de reabilitação e prevenção nas escolas. Por fim, no que tange exclusivamente à AIDS, longe de evidenciar um caráter moralista, as plataformas passam a advogar campanhas federais que visam a não discriminação.

Esse período é também caracterizado pela defesa de um amplo papel do governo federal no que tange à educação. Assim, valoriza-se maiores recursos para escolas públicas (ensino médio e fundamental), a expansão de programas para estudantes, cursos para professores e construção de escolas. Relativo à graduação, tipicamente reservada à instituições privadas; o PD defende a manutenção ou a expansão de bolsas de estudo e de empréstimos a partir de recursos federais. Segundo

a plataforma de 1968, “Every citizen has a basic right to as much education and training as he desires and can master – from preschool to graduate studies – even if his family cannot pay for this education”. Por fim, é importante mencionar que, nesse período, as plataformas apresentam uma constante preocupação com minorias e com condições de educação distintas. O objetivo do governo federal passa a ser, assim, diminuir a disparidade entre escolas e entre estudantes, através de maiores recursos federais. Há, nesse sentido, a valorização de maiores recursos para “Black Colleges”, por exemplo, e para instituições latinas. Além disso, conforme a plataforma de 1980, defende-se maiores bolsas de graduação para minorias e mulheres (1980).

Nessas plataformas, o PD defende uma ampla gama de regulamentações concernentes ao setor trabalhista, mercado, saúde, entre outras áreas. Na área de welfare, deve ser mencionado o interesse democrata na regulação do meio ambiente como uma condição de bem-estar social. Há, nesse sentido, o entendimento de que a iniciativa privada e de que os estados, por si só, não teriam condições de lidar com um problema que atravessa fronteiras – daí a necessidade de regulação a nível federal. Assim, o governo federal tem o dever de planejar, coordenar, regular, controlar e estimular o setor. Segundo a plataforma de 1960, “Federal action is needed in planning, coordinating and helping to finance pollution control. The states and communities cannot go it alone”. Já nessa plataforma ficaria evidente a preocupação com os automóveis e indústrias por conta da poluição atmosférica. Na plataforma de 1968 advoga-se uma ampla legislação anti-poluição e, em 1972 a ênfase em legislações mais severas com maior número de pessoal e de recursos para agências regulatórias. Em 1976, a plataforma afirma a necessidade de um papel ativo do governo federal na pesquisa e no desenvolvimento de novas tecnologias. Por fim, em 1980 advoga-se maiores incentivos à transportes alternativos.

Por fim, um tema que recebe grande e contínuo destaque nas plataformas desse período é a pobreza. O PD, nesse sentido, defende um papel ativo do governo federal na eliminação da pobreza através de programas e serviços públicos. Em 1956 já há a menção à instauração do programa de food stamps “to insure that no needy family shall be denied an adequate and wholesome diet because of low income”. Em 1968, o PD declararia “Guerra à pobreza”. De acordo com a plataforma, “The time has come when we should make a national commitment that no American should have to go hungry or undernourished”. De fato, há uma constante preocupação com fome:

A gov pledged to a fairer distribution wealth, income and power, and to holding as a guiding concern the needs and aspirations of all, must also be a government which seeks to alleviate the hunger that results from economic conditions or personal circumstances (PD, 1968).

O papel do governo, nesse sentido, passa a ser um de protetor e de incentivador do “empoderamento do pobre” (1992) com a defesa de maiores e mais amplos programas e serviços. Em 1980, por exemplo, a plataforma busca desonerar as localidades e, no futuro os estados, trazendo para si toda a responsabilidade na resolução de um problema nacional.

Desse modo, esse primeiro período analisado nas plataformas democratas no que tange à welfare, é um período tipicamente liberal. É importante mencionar que esse momento se caracteriza por ser ele tanto de construção, como de tradução do liberalismo através das plataformas. Convém lembrar mais uma vez, que o liberalismo norte-americano contemporâneo foi sendo construído justamente pelos líderes democratas e, as plataformas, nesse sentido, acabaram por ser, elas próprias, documentos de construção do conceito, mas também de tradução desse.

Já o segundo momento (entre 1996 e 2004) apresenta, assim como na política econômica, plataformas ambíguas e posicionamentos contraditórios: ao mesmo tempo em que se defende uma redução do escopo do governo e uma maior atuação dos estados na manutenção de programas federais; há a continuação da valorização desses programas através do papel do governo. Ao mesmo tempo que se privilegia a noção de responsabilidade individual, se valoriza uma certa rede de proteção aos necessitados, como um dever do estado de proteção. Ou seja, as plataformas parecem estar pregando uma certa lógica conservadora de modo geral (no discurso), mas nas ações práticas seguem com os mesmos posicionamentos liberais de manutenção dos programas e serviços federais.

Esse segundo momento caracteriza-se, assim, pela valorização de um governo mínimo. Defende-se o fim do governo ativista (do “big government”) ao mesmo tempo em que se defende menos gastos e menos regulações pelo governo federal. Enfatiza-se, também, uma maior responsabilidade individual. De acordo com a plataforma de 1996, “Americans must take the responsibilities to use them, to build good levels for themselves and their families. [...] Personal responsibility is the most

powerful force we have to meet our challenges and shape the future we want for ourselves”. Há uma desvalorização de programas de welfare e crítica ao sistema de bem-estar social que supostamente enfraquece a família, o trabalho e a responsabilidade individual (1996).

No entanto, no diz respeito à educação, por exemplo, o PD segue mantendo posicionamentos semelhantes ao período anterior. Valoriza-se maiores recursos para escolas, empréstimos para universidades e expansão de bolsas de estudo para graduação.

O programa do Social Security, ainda que valorizado nessas plataformas, reflete uma reflexão relativamente conservadora ao defender, por exemplo, maiores estímulos de pensões privadas na plataforma. Da mesma forma, as plataformas ainda demonstram a manutenção da defesa da regulação federal no que tange à preservação do meio ambiente; no entanto, nota-se praticamente a ausência da defesa de novas regulações ou de um papel mais ativo do governo federal, seja através de recursos para pesquisas ou para agências reguladoras. A iniciativa privada é enfatizada, nesse sentido, para que produza, ela própria energia limpa (2000).

Por fim, o posicionamento democrata nesse segundo momento relativo às drogas faz uma inflexão conservadora. Essa questão deixa de ser tratada como um problema social e de saúde pública; para ser tratada como um problema de segurança. A plataforma de 1996, por exemplo, declara “guerra às drogas” a partir da defesa de pena de morte para grandes traficantes, teste de drogas para quem comete crime federal (1996) e maior policiamento nas ruas (2000).

De todo modo, no que tange a maioria dos programas sociais, tal como Medicaid e Medicare, auxílio desemprego, moradia, etc., o partido segue mantendo posicionamentos liberais. Assim, esse período pode ser entendido como uma tentativa de inflexão conservadora, no sentido de valorizar um governo de menor escopo de atuação com menos regulação federal e menos gastos; mas, ao mesmo tempo, o partido democrata não pode ir contra os programas que ele próprio criou e que foram, até então, uma espécie de “pilar” próprio, onde todo o resto se sustentava. Se passasse a desvalorizar ou permitir o enfraquecimento desses programas e do papel do governo federal na construção de uma rede de bem-estar social; o partido estaria indo contra a história e constituição dele próprio. Daí a defesa de uma lógica mais conservadora de maneira retórica e, ao mesmo tempo, a manutenção de posicionamentos liberais na defesa de programas e serviços de welfare.

Por fim, o terceiro momento perceptível nas plataformas democratas refere-se ao período 2008-2012 quando há um retorno ao liberalismo genuíno – sem inflexões conservadoras. Esse período busca retomar uma espécie de “liberalismo mítico” (ou “genuíno”) através de constantes menções à F.D. Roosevelt e ao New Deal, bem como à J.F. Kennedy e à New Frontier – responsáveis, em grande parte, pela própria construção do liberalismo enquanto ideologia política. É bom lembrar que, assim como na década de 1930, esse período também é marcado por uma importante depressão econômica; desse modo, retoma-se a ênfase nas políticas de assistência emergencial (“relief”).

Uma das prioridades dessas plataformas é a questão da saúde. Há uma ênfase na necessidade de saúde universal como direito individual e “imperativo moral” (2008) devendo o governo federal, providenciá-la e financiá-la. Assim como no primeiro período analisado, quando a saúde era relacionada com questões mais holísticas, como a própria segurança nacional; a saúde aqui é relacionada com progresso econômico; ou seja, um bom sistema de saúde seria um pilar fundamental para a realização individual e crescimento econômico. O governo federal, deve financiar, segundo essas plataformas, pesquisas em inúmeras doenças (câncer, diabetes, problemas cardíacos, etc.) e deve priorizar as necessidades das minorias sejam elas imigrantes, negros, mulheres, entre outros.

Nesse momento, as plataformas democratas retomam a ênfase nos mais e menos privilegiados (praticamente ausente no momento anterior). Desse modo, seria papel do governo diminuir a lacuna entre os que tem muito e os que nada tem através de um papel federal ativo. A pobreza, nesse sentido, é tratada como prioridade em ambas as plataformas. Em 2008, se afirma, “The DP believes that the fight against poverty must be a national priority”. E, em 2012, “We must make ending poverty a national priority”. A preocupação com a pobreza e com as minorias reflete-se, ainda, em uma área amplamente explorada pelo partido nessas plataformas: a questão da moradia. Vale lembrar que esses documentos estão inseridos em um contexto de crise econômica causada, sobretudo, pela crise imobiliária. Desse modo, há uma constante ênfase na necessidade de maiores regulações federais à bancos e credores e programas federais para obtenção de moradia própria que privilegiam, sobretudo, os economicamente necessitados e as minorias.

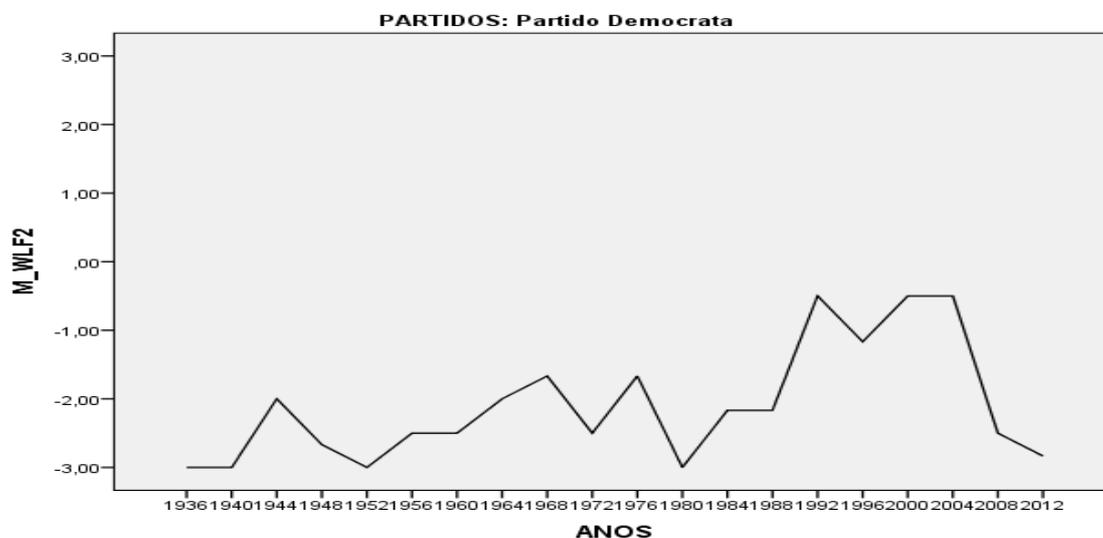
Por fim, no que tange à educação, essas talvez sejam as plataformas que mais avançaram em direção a um papel mais ativo do governo federal. Há, novamente, a

preocupação com as minorias e com o “gap educacional”; ou seja, a distância existente entre “minorities” e “white students” (2008). Nesse sentido, as plataformas expõem a defesa de maiores recursos federais com o objetivo de redução da disparidade entre escolas e entre os estudantes. Além disso, na falta de educação pública de ensino superior, o partido passa a defender o pagamento de colleges através de uma espécie de crédito estudantil - doação federal que tem como contrapartida o envolvimento do estudante beneficiado em trabalhos comunitários. Na plataforma de 2012, seria defendido o fim do financiamento federal através de bancos – os empréstimos passariam a ser repassados diretamente ao estudante, sem o intermédio bancário desonerando ambos os lados. Além disso, as plataformas desse período enfatizam a necessidade de maior auxílio federal a “Black colleges” e para “non traditional students”, geralmente minorias (imigrantes, indígenas, negros, etc.).

Desse modo, podemos perceber que o Partido Democrata sempre foi liberal (ainda que em um determinado período houvesse uma leve inflexão, já que não resultou em manutenção dessa inflexão ou em aumento dela). Da mesma forma, o liberalismo expressado - conforme gráfico de gradação abaixo, foi sempre um mais “extremado”, um liberalismo “máximo” – foram poucos os indicadores que receberiam pontuações menores que o grau máximo liberal. Isso talvez se justifique justamente porque o PD foi tanto o resultado, quanto a causa da construção do liberalismo nos Estados Unidos no século passado. O liberalismo passa a ser a própria expressão do PD e, em grande medida, refletido nas suas plataformas.

Gráfico 17

Média gradação welfare – Partido Democrata (indicador 2)

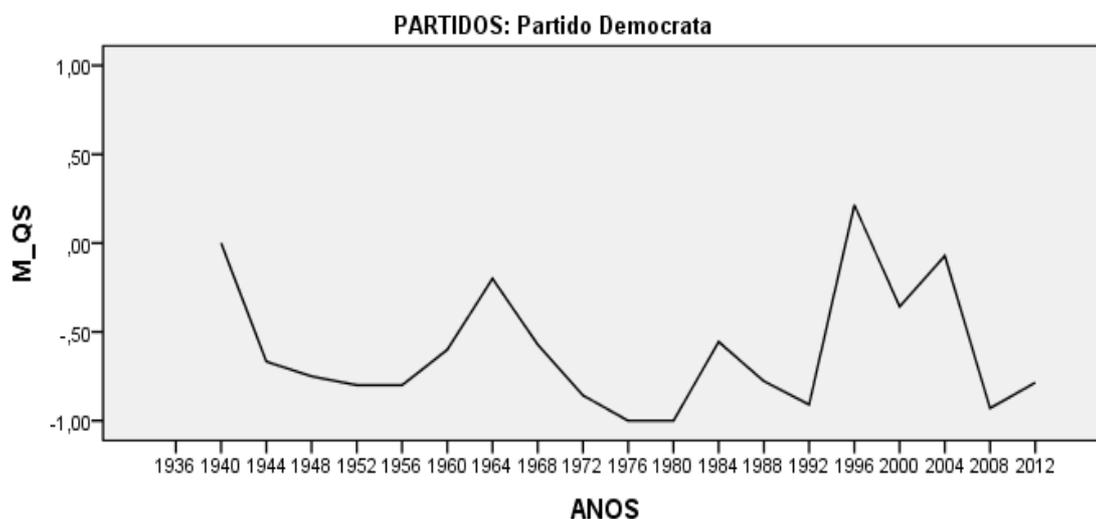


5.3 QUESTÕES SOCIAIS

Assim como no caso da política econômica e das políticas de welfare, as plataformas democratas, no que se refere as questões sociais, podem ser divididas em três períodos. Como se pode perceber a partir do gráfico abaixo há um primeiro momento entre 1936 a 1992 que pode ser caracterizado como um período genuinamente liberal – salvo o hiato de 1964; um segundo, entre 1996 e 2004, definindo-se a partir de uma inflexão conservadora; e, por fim, o último período entre 2008 e 2012 caracterizado pelo retorno ao liberalismo.

Gráfico 18

Média Questões Sociais – Partido Democrata (indicador 1)



O primeiro momento apresenta como temas mais recorrentes no período mais inicial, a questão de gênero, imigração e questões raciais. Posteriormente, incluiria-se temas como aborto, homossexualismo, posse de armas de fogo, entre outros. Com exceção da plataforma de 1964 que faz uma leve inflexão conservadora, as plataformas nesse período se caracterizam pela defesa de posicionamentos típicos liberais.

O debate acerca do gênero, mais especificamente acerca da emancipação feminina, inicia-se a partir de 1940 quando essa plataforma advoga direitos iguais, particularmente no que diz respeito ao direito de trabalho (EPEW). Nesse primeiro momento ainda não há menção à ERA. Em 1944, no entanto, o partido passaria a defender, consistentemente em suas plataformas, a submissão ao congresso de uma emenda constitucional de direitos iguais para mulheres (ERA). Em 1972 passaria também a defender benefícios para a maternidade (como licença maternidade, entre outros) e maiores direitos nas forças armadas. A questão acerca do *child care*, por fim, insere-se a partir dessa mesma lógica acerca da emancipação feminina. A partir de 1952, as plataformas (com exceção de 1964) passariam a defender um papel ativo do governo federal no cuidado de crianças, através de instituições próprias, para que as mães pudessem trabalhar fora e, assim, exercer seus direitos.

Já o debate acerca da questão racial e dos civil rights inicia-se em 1940 quando o partido defende salvaguardas legislativas contra a discriminação no âmbito federal. De fato, grande parte desse período caracteriza-se pela preocupação com a discriminação. A partir de 1944, o partido passaria a defender o direito de voto dos afrodescendentes - uma questão sensível já que interfere em leis locais e estaduais. Já em 1956, a plataforma defenderia a decisão da Suprema Corte contra a segregação racial nas escolas. É importante mencionar que o debate acerca dos *civil rights* nem sempre foi genuinamente liberal. Em 1964 há uma crítica à política de cotas para afrodescendentes como meio de reparar danos causados pela segregação. O partido, nesse sentido, posiciona-se contra o que chama de “discriminação reversa”. É bom lembrar que nesse momento o partido democrata ainda detinha uma posição privilegiada no sul dos Estados Unidos (composto de estados segregacionistas) - o chamado “democratic south”. Daí a defesa de legislações que buscassem estender direitos iguais, mas não “mais” direitos aos afro-descendentes. Assim, nesse momento inicial, a ênfase feita refere-se basicamente à não discriminação e ao direito de voto. O posicionamento contrário às cotas iria ser revertido nas plataformas seguintes. Em 1976, por exemplo, o partido afirma: “We pledge vigorous federal programs and policies of compensatory opportunity to remedy for many Americans the generation of injustice and depravation”. O objetivo do partido democrata nessa questão, passa a ser maior integração social e econômica. Nessa mesma plataforma, por exemplo, ele enumera várias estratégias para maiores oportunidades e maior diversidade na educação, dentre elas, a redefinição das linhas de presença, escolas de emparelhamento e “magnet schools”.

Relativo ao debate acerca das cotas e tratamento preferencial para minorias, é preciso enfatizar que, na primeira vez em que o partido se posiciona acerca do tema (em 1964), ele posiciona-se de modo contrário à política de cotas para minorias. Refletindo um posicionamento tipicamente conservador, afirma: “True democracy of opportunity will not be served by establishing quotas based on the same false distinctions we seek to erase, nor can the effects of prejudice be neutralized by the expedient of preferential practices”. Esse, no entanto, seria o primeiro e o único momento desse primeiro período em que o partido se oporia a política de cotas. A partir da plataforma seguinte, há a defesa constante de tratamento preferencial e de cotas para minorias. A partir de 1972 o partido passaria a defender, também, maiores oportunidades para educação de mulheres, minorias e “grupos subrepresentados”. Em

1976, defende a promoção de minorias para cargos diplomáticos e de juízes federais; e, em 1980, incentivos federais a maior aquisição de negócios e empreendimentos por minorias através de empréstimos, treinamento e regulações favoráveis. Nessa mesma plataforma, o PD argumenta: “Equality of opportunity must sometimes translate to compensatory efforts”.

No que tange à imigração, o PD defende nesse primeiro momento a entrada de maiores números de imigrantes. Na plataforma de 1948, defende-se uma admissão de 400 mil refugiados pela guerra e a distribuição de cidadania automática. Na plataforma seguinte, mantém-se esse posicionamento mas inclui-se os refugiados soviéticos alegando o caráter positivo da imigração: “The Gates must be left open for practical numbers of desirable persons from abroad whose immigration to this country provides an invigorating infusion into the stream of American life”. A partir de 1956, as plataformas passariam, também, a defender a reunificação familiar. Há, nesse período, uma preocupação constante com a divisão entre imigrantes (e cidadãos naturalizados) e norte-americanos nativos: “We want no second class citizens in America” (1952). Nesse sentido, defende-se serviços federais bilíngues como tentativa de facilitar a ascensão dos imigrantes na sociedade norte-americana (1968), além de programas educacionais “biculturais”, educação adulta bilíngüe (1972) e uma maior facilidade de aquisição de cidadania (1976). Por fim, há a constante ênfase na valorização da diversidade e dos benefícios sociais que uma política de acolhimento de imigrantes traria aos Estados Unidos.

Essa defesa da diversidade é também percebida nos posicionamentos democratas acerca da educação. A partir da década de 1970, quando o tema começa a ser colocado em pauta nas plataformas, o PD passa a posicionar-se a favor de maiores políticas e programas educacionais de valorização da diversidade e da integração. A plataforma de 1972, por exemplo, advoga maiores recursos para estudos étnicos através do desenvolvimento de um currículo que reflita o “mosaico” étnico norte-americano. Em 1972 argumenta que a escola tem o papel de criar um sentimento de unidade nacional e de reconciliar conflitos étnicos, religiosos e raciais. A partir dessa mesma plataforma, iria ser recorrente a defesa de maiores programas educacionais bilíngues e “biculturais” em escolas públicas. Por fim, em 1980, defende-se uma maior prática educacional que valorize diferentes culturas, línguas e países.

De fato, durante todo esse primeiro momento, há uma valorização da diversidade étnico cultural. Palavras como “mosaico” e “melting pot” são recorrentes.

Há ainda a valorização de uma unidade nacional através do reconhecimento da diversidade. O partido posiciona-se, assim, de maneira contrária à uniformização ou padronização. Valoriza, nesse sentido, o multiculturalismo – ingrediente tipicamente liberal. A plataforma de 1980, por fim, resume o posicionamento democrata nesse primeiro momento: “America is a pluralist society. Each of us must learn to live, communicate, and cooperate with persons of other cultures. Our public policies and programs must reflect this pluralism”.

Na plataforma de 1976, surge a questão do aborto. Nesse momento não haveria uma defesa ao direito de abortar, propriamente dita, há tão somente uma aceitação da decisão da SC: “We fully recognize the religious and ethical nature of the concerns which many Americans have on the subject of abortion. We feel, however, that it is undesirable to attempt to amend the US constitution to overturn the SC decision in this area”. No entanto, na plataforma seguinte, o posicionamento do partido acerca do tema passa a ser mais decisivo: “The DP supports the 1973 Supreme Court decision on abortion rights as the law of the land and opposes any constitutional ammendment to restrict or overturn that decision”. Já em 1992, o partido passa a valorizar a “escolha” como uma questão de direito. Pela primeira vez, defende uma lei federal para garantir o direito ao aborto independente de condições financeiras para realizá-lo. A ênfase recai no direito pessoal, ou seja, não seria papel do governo intervir, mas tão somente proteger esse direito: “It is a fundamental constitutinal liberty that individual americans – not government – can best take responsibility for making the most difficult and intensely personal decisions regarding reproduction”. Por fim, nessa mesma plataforma, o partido se posicionaria, ainda, a favor de educação sexual, aconselhamento, acesso à contraceptivos e direito ao aborto para gravidez indesejada na adolescência.

O debate acerca de extensão de direitos à homossexuais surge inicialmente na plataforma de 1984 ainda que de maneira quase despercebida. Defendendo a responsabilidade do governo com a obtenção de direitos de minorias, o partido inclui indivíduos que foram historicamente impedidos do pleno exercício da cidadania por conta da sua orientação sexual.

Por fim, esse primeiro período caracteriza-se, também, pela inserção da questão da posse de armas de fogo. A plataforma de 1968 defende um controle federal “toward putting the weapons of wantom violence beyond the reach of criminal and irresonsible hands”. Em 1976, o posicionamento do partido seria mais explícito:

“Handguns simplify and intensify violent crime. Ways must be found to curtail the availability of these weapons”.

Assim, nota-se que esse primeiro momento nas plataformas democratas no que tange às questões sociais, é caracterizado por posicionamentos notadamente liberais. Inicialmente o debate está marcado pelas questões das minorias: mulheres, afrodescendentes e imigrantes. Apesar do hiato representado pela plataforma de 1964 - com a recusa democrata a políticas de cota - todas as plataformas democratas do período valorizariam um amplo papel do governo para ascensão dessas minorias, seja através de tratamento preferencial, seja através de legislações protecionistas, ou seja, ainda através de maiores oportunidades. Há uma constante valorização da diversidade que constitui a sociedade norte-americana e uma preocupação com a unidade nacional que deveria ser realizada através do reconhecimento desse multiculturalismo. O respeito a essa diversidade fica evidente não só na retórica, mas em propostas e programas concretos, como currículos escolares, programas de educação, atendimento bilíngue, entre outros.

O segundo momento (1996-2004) define-se por um período de inflexão conservadora. Há uma maior preocupação com valores morais e com uma espécie de uniformização da sociedade norte-americana através da disciplina e do “caráter”. Isso se traduz nas áreas da imigração, educação e gravidez, entre outras. Pela primeira vez há a defesa recorrente do papel da religião cristã na sociedade norte-americana. Também pela primeira vez o partido iria enfatizar a necessidade de regulação de certos veículos de entretenimento com objetivo de maior moralização.

A área da educação passa a ser enfatizada a partir da necessidade de disciplina, respeito e ordem. Nesse sentido, valoriza-se uma relativa uniformização – não há espaço para individualismos. As plataformas privilegiariam conceitos como valores, caráter e responsabilidade individual como papel da escola, ao invés da valorização da diversidade e do multiculturalismo como nas plataformas anteriores. A plataforma de 1996 é emblemática a respeito desse viés conservador: “Teaching good values, strong character, and the responsibilities of citizenship must be an essential part of American education”. A mesma plataforma acrescenta ainda: “We must help schools set the highest standards for good behavior and discipline in our schools. Children cannot learn – and teachers cannot teach without order in the classroom”. Em 2000, o partido defenderia um “renewed focus” em disciplina e caráter nas escolas onde cada uma deveria instaurar “strict, firm, and fair discipline policies”. Ao

contrário de programas sobre estudos étnicos como defendidos no período anterior, a plataforma de 2000 defenderiam um currículo que contemplasse educação democrática e cívica. Por fim, em 2004, defenderia como ensinamentos fundamentais das escolas, a cidadania, a responsabilidade e “good values” acrescentando que o PD deveria continuar comprometido com as dimensões morais e cívicas da educação.

Esse segundo período é marcado, também, por posicionamentos mais conservadores acerca da imigração. Ainda que, se valorize o papel dos imigrantes como “backbone” da sociedade norte-americana, privilegia-se, a questão da segurança. A imigração, assim, passa a ser tratada como uma questão de segurança e não mais como uma questão social. Em 1996 o partido defende o maior fechamento das fronteiras, maiores deportações, o fim do trabalho ilegal, o fim de benefícios para imigrantes ilegais e legais (*sponsors* devem financiar esses últimos) e a diminuição da entrada de imigrantes ilegais aos quais relaciona com tráfico de drogas e crimes. Ao mesmo tempo, essa mesma plataforma advoga para que não se sejam feitas divisões étnicas e culturais: “However, as we work to stop illegal immigration, we call on all Americans to avoid the temptation to use this issue to divide people from each other”. No entanto, coloca-se contra programas bilíngües – a ênfase recai no aprendizado do inglês pelos imigrantes. Assim, se antes a sociedade deveria se moldar para se adequar a diversidade étnica e cultural através de programas e serviços bilíngües; agora o indivíduo é quem deve se moldar para se adequar ao “padrão” *american way of life*.

No que tange à gravidez na adolescência, o partido passa a traduzir uma concepção mais moralista. Em 1996, por exemplo, defende uma campanha nacional de prevenção a partir do papel do governo, da comunidade e de líderes religiosos que enfatizariam a abstinência e demandaria responsabilidade a esses adolescentes. Além disso, afirmaria a necessidade de se “ensinar” o “erro” de se engravidar antes do casamento, uma postura, novamente, tipicamente conservadora. Nessa mesma plataforma, por exemplo, afirmaria: “We must send the strongest possible signal to young people that it is wrong to get pregnant or father a child until they are married and ready to support that child and raise that child”.

Esse período conta ainda com a primazia da religião nas plataformas. A própria linguagem, utilizando-se recorrentemente de palavras como Deus, fé e religião demonstram essa inflexão. A plataforma de 1996, por exemplo, defende o direito de expressar religião em público e enfatiza a relação entre religião, fé e a

história dos Estados Unidos como sendo um constitutivo do outro. Nesse sentido, há ainda uma valorização das instituições religiosas e de caridade e o papel dessas no combate a problemas sociais como drogas, violência e pobreza, um tema sempre valorizado pelo conservadorismo.

Por fim, relativo a posse de armas de fogo, pela primeira e única vez na análise das plataformas, o partido democrata defende a posse de armas sem mencionar controles legislativos: “We will protect American’s Second Amendment right to own firearms and we will keep guns out of the hands of criminals and terrorists by fighting gun crime”. Essa afirmação, ao fim, denota dois princípios tipicamente conservadores: em primeiro lugar a defesa do porte de armas para a sociedade e, em segundo, a valorização da questão da segurança e de policiamento para coibir crimes relacionados justamente a posse dessas armas.

Assim, nota-se que esse é um período cujas plataformas fazem uma inflexão conservadora seguindo o mesmo padrão da política econômica e de welfare. Essas plataformas enfatizam a moralidade, a disciplina e a responsabilidade individual. Trazem temas novos como a questão da religião, das instituições de caridade e de entretenimento. Trocam de posicionamentos em diversas áreas como armas de fogo, imigração, educação e gravidez. Ainda assim, mantém alguns posicionamentos liberais - não são plataformas completamente conservadoras. Há a valorização de posicionamentos liberais no que diz respeito às questões raciais, ao aborto, à família, homossexuais e minorias.

É importante mencionar, desse modo, que essas plataformas representam a disputa entre diferentes grupos ideológicos no partido. Conforme o Partido Democrata argumenta na plataforma de 2004: “Members of our party have deeply held and differing views on some matters of conscience and faith. We view diversity as a source of strenght”. Essa inflexão, portando, pode indicar justamente essa diversidade ideológica dentro do partido.

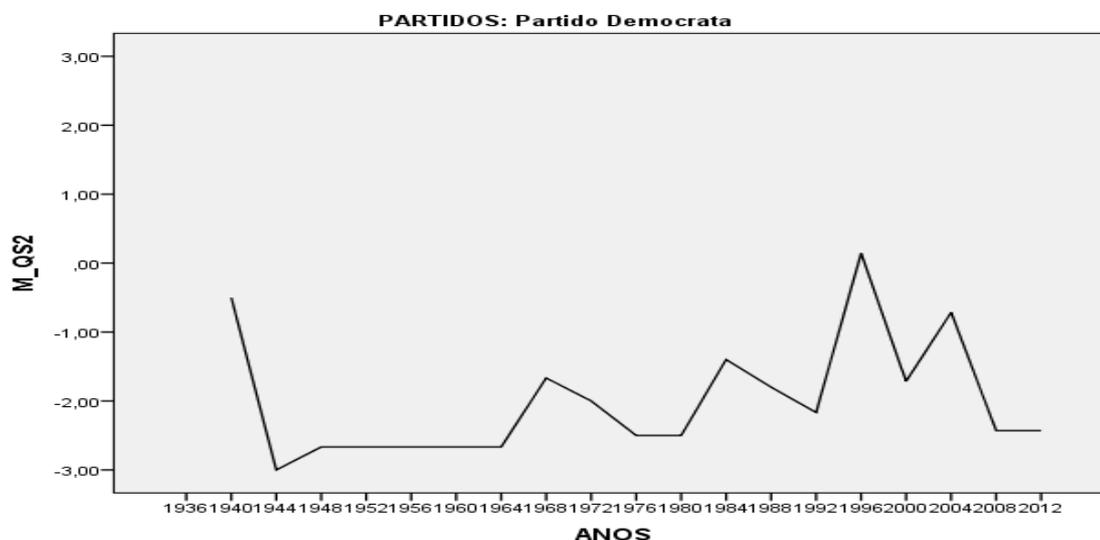
Por fim, o terceiro período (2008-2012) caracteriza-se pelo retorno ao liberalismo. No que tange à educação, retorna-se à valorização da diversidade e do multiculturalismo através da defesa de posicionamentos como a revitalização de línguas indígenas, programas bilíngües e ensino de uma segunda língua obrigatório nas escolas públicas. Referente ao homossexualismo, nota-se uma postura mais afirmativa e concreta a partir de um posicionamento contrário a política do “don’t ask, don’t tell” nas forças armadas e ao DOMA, alegando proteções, benefícios e

responsabilidades de “todas as famílias”, incluso as de mesmo sexo. Relativo à imigração, o partido defende uma reforma imigratória mais “humana” que valorize benefícios e proteções à imigrantes, um processo de naturalização mais fácil e acessíveis e um projeto de cidadania automática para imigrantes ilegais. A plataforma de 2008, ainda que valorize a segurança e proteção das fronteiras, defende o fim das divisões e dos “medos infundados” na sociedade norte-americana. Por fim, defende ajuda para maior desenvolvimento de países que enviam imigrantes; ou seja, o tratamento da imigração passa a ser mais holístico – entende-se que é um problema global e que as responsabilidades devem ser compartilhadas. Por fim, o partido retornaria a defender uma ampla gama de serviços e programas para adolescentes com ênfase a redução de gravidez indesejada, incluindo orientação sexual e aborto.

De modo geral, assim como ocorre na política de welfare e nas questões econômicas, as plataformas do partido democrata tendem a refletir posicionamentos liberais, salvo o hiato caracterizado pelo segundo momento de análise. Esse liberalismo, como se pode perceber no gráfico de gradação (abaixo) se caracteriza por apresentar graus máximos liberais em praticamente todas as variáveis analisadas. Assim, não se pode afirmar que houve uma “ascensão liberal” no PD justamente porque esse partido, desde 1936, já apresentava indicadores liberais em grau máximo. Houve, sim, um aumento de temas e, portanto, de posicionamentos partidários. No entanto, o liberalismo foi uma constante no que tange a área das questões sociais.

Gráfico 19

Média gradação questões sociais – Partido Democrata (indicador 2)

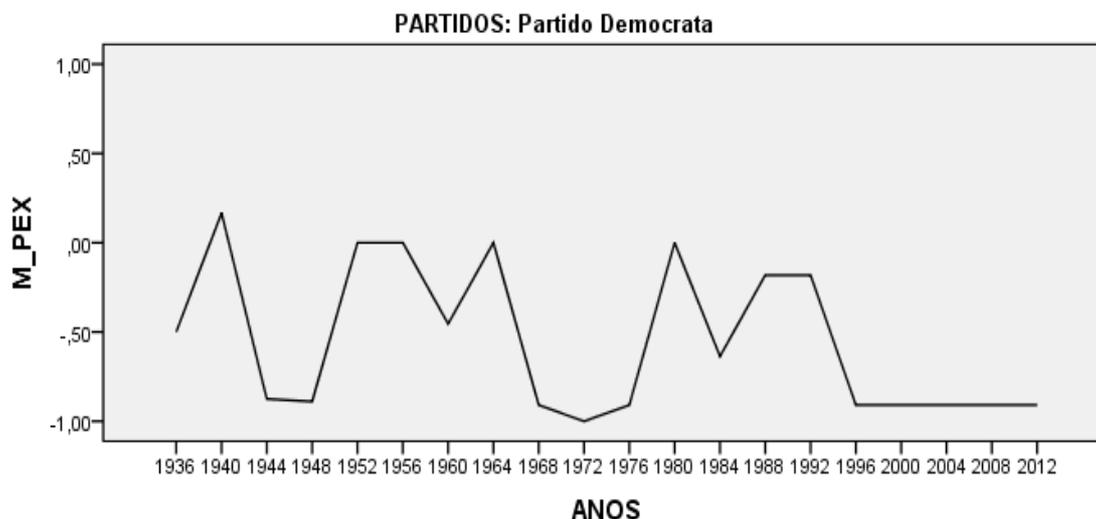


5.4 POLÍTICA EXTERNA

Diferentemente das políticas domésticas (econômica, welfare e questões sociais), a política externa do PD caracteriza-se por constantes oscilações entre períodos cujos posicionamentos podem ser definidos como genuinamente liberais e outros onde convivem tanto posicionamentos liberais quanto conservadores – conforme gráfico abaixo. Podemos, assim, perceber cinco períodos na análise das plataformas: um primeiro, entre 1936 e 1948, predominantemente liberal (ainda que o ano de 1940 apresente alguns indicadores conservadores); um segundo período entre 1952 e 1964, caracterizado pela exposição de posicionamentos “mistos” – liberais e conservadores; um terceiro entre 1968 e 1976, tipicamente liberal; um quarto entre 1980 e 1992, caracterizado por posicionamentos “mistos”; e, por fim, um quinto momento entre 1996 e 2012, onde há um retorno ao liberalismo.

Gráfico 20

Média Política Externa – Partido Democrata (indicador 1)



É importante mencionar que, no primeiro momento, as duas primeiras plataformas caracterizam-se por posicionamentos isolacionistas em um contexto de emergência da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, valoriza-se o multilateralismo para solução dos conflitos (1936) e o entendimento mais holístico de defesa que contempla não só o meio militar, mas também o econômico e social (1940). As plataformas seguintes (1944 e 1948), por fim, passam a valorizar o intervencionismo multilateral – característica típica do liberalismo no que concerne a atuação internacional.

Em 1944, o PD defende a cooperação entre nações aliadas como meio para se estabelecer a paz mundial. A paz seria um resultado conjunto de diversas nações e organizações internacionais. De fato, há grande ênfase e valorização das OIs. Praticamente não há menção à armamentos ou à defesa. A política externa democrata nesse momento preocupa-se com a necessidade de se instaurar uma nova ordem mundial “mais pacífica” quando a guerra acabar. Daí a valorização de uma ampla gama de OIs e mesmo da defesa do estabelecimento de uma OI para “prevenção da guerra e manutenção da paz e segurança”.

A plataforma seguinte (1948) caracteriza-se pela defesa de um papel de liderança dos Estados Unidos nas relações internacionais, mas de modo multilateral – mais especificamente, uma liderança através da ONU. A valorização desse tipo de liderança é, como foi mencionado no capítulo três do trabalho, tipicamente liberal.

Defende-se o apoio e o fortalecimento da ONU para garantia da paz mundial. A preocupação com armamentos nucleares aparece pela primeira vez nas plataformas democratas. Nesse momento, defende-se um maior controle de armas nucleares através de organismos internacionais. Por fim, a preocupação humanitária reflete-se na criação do Marshall Plan para países europeus e no estabelecimento de planos de ajuda com países que foram inimigos norte-americanos durante a guerra.

A partir de 1952 (até 1964), há uma leve inflexão conservadora. Nesse segundo momento, o partido passa a valorizar a questão armamentícia e um engajamento internacional um pouco mais unilateral. Além disso, a paz mundial é constantemente enfatizada a partir da liderança desempenhada pelos Estados Unidos. Conforme a plataforma de 1956 argumenta, “The world’s best hopes for lasting peace depend upon the conduct of our foreign policy”. Inicia-se aqui o discurso acerca do papel dos Estados Unidos na instauração da liberdade e da democracia no mundo. Enfatiza-se arranjos de segurança coletiva, tal como OTAN e OAS ao mesmo tempo em que se defende maiores recursos para a defesa. Esse período, no entanto, apresenta também posicionamentos liberais. Há a valorização do desarmamento nuclear e do papel de organizações internacionais no estabelecimento de uma ordem mundial mais segura. Além disso, há uma certa valorização do papel da diplomacia no trato com inimigos, em específico com a União Soviética. A plataforma de 1960 argumenta a necessidade de se abrir todas as “linhas de comunicação” entre Estados Unidos e comunistas defendendo, inclusive, um maior intercâmbio de pessoas e ideias entre norte-americanos e soviéticos. Por fim, há a valorização do papel dos Estados Unidos no estabelecimento de programas humanitários. A plataforma de 1960, por exemplo, defende que a ênfase dada na ajuda humanitária seja menos militar e mais econômica e técnica. A plataforma seguinte valorizaria o papel de programas como a Aliança pelo Progresso na América Latina e o estabelecimento de uma agência de desenvolvimento internacional. Desse modo, nota-se que esse período mescla aspectos tanto conservadores quanto liberais em uma mesma plataforma, aproximando-se do centro do espectro político. As políticas defendidas, nesse sentido, são por vezes ambíguas ou ideologicamente contraditórias – ao mesmo tempo em que se relaciona a paz mundial com a política externa desempenhada pelos Estados Unidos, se defende a manutenção de OIs justamente para o estabelecimento da paz.

Entre 1968 e 1976, no entanto, as plataformas passam a ser ideologicamente homogêneas, caracterizadas por posicionamentos tipicamente liberais. Ainda que se

valorize uma certa liderança norte-americana (de fato, a ênfase na liderança e no engajamento mundial norte-americano é uma constante nas plataformas democratas); há a preocupação com a coletividade. Ou seja, as plataformas valorizam uma liderança tão somente na organização de arranjos coletivos, tratados, convenções internacionais, etc. Em 1968 defenderia um cuidado na atuação norte-americana que contemplasse a multitude de nações e de idiosincrasias no contexto internacional. Assim, afirma: “Resist the temptation to try to mold the world, or any part of it, in our own image, or to become the self-appointed policeman of the world”. Há uma percepção de coletividade e valorização de tratados, OIs e cooperação entre países. Longe de postular uma atuação unilateral, o partido nesse momento defende ampla concertação com “amigos e aliados” no que se refere a ordem internacional.

No que diz respeito a União Soviética, valoriza-se os pontos de comum interesse entre ambos – comunistas e norte-americanos – inclusive no que diz respeito a redução do custo da defesa nacional. Nesse sentido, a União Soviética não é tratada como um “inimigo” (nem como aliado), mas como uma espécie de possível parceiro em diversas questões internacionais. Nesse período (nas plataformas de 1968 e 1972, especificamente) defende-se ainda a saída militar e política do Vietnã: “We want no bases in South Vietnam; no continued military presence and no political role in Vietnam affairs”. Mantém-se a valorização de OIs, principalmente da ONU, e de ajuda humanitária. A partir de 1968 defende-se o projeto Food for Peace e o fortalecimento de programas de ajuda para desenvolvimento financiados pelos Estados Unidos e administrados pela ONU.

Consoante com o liberalismo, o partido defenderia ainda, nesse período, uma percepção holística relativa à defesa nacional. Nesse sentido, advoga uma transferência de recursos advindos da defesa para áreas outras como educação, habitação, desemprego, etc. Conforme a plataforma de 1972, “Military defense cannot be treated in isolation from other vital national concerns. Spending for military purposes is greater by far than federal spending for education, housing, environmental protection, unemployment insurance or welfare”. Há a primazia, nesse sentido, de uma certa rede de proteção social e econômica, a ser atingida antes do envio de maiores recursos para defesa. Essa mesma plataforma enfatizaria ainda o dilema da segurança a partir de maiores investimentos em defesa: “Moreover, too much that is now spent on defense not only adds nothing to our strength but makes us less secure by stimulating other countries to respond”.

Esse período caracteriza-se ainda por um discurso crítico acerca da pobreza no mundo e da necessidade de ajuda humanitária por parte dos Estados Unidos. Além disso, traz novos temas a ser tratado pela coletividade das nações, como questões ambientais e escassez de alimentos, por exemplo. Nesses casos, atenta para os limites de uma política externa baseada na defesa armamentícia. Conforme a plataforma de 1976, “Experience has taught us not to rely solely on military strength or economic power, as necessary as they are, in pursuit of international objectives”. Esse posicionamento é refletido, também, no trato com a URSS. Nesse sentido, há a valorização de um relacionamento mais profícuo a partir de interesses em comum. Valoriza-se ainda uma maior troca comercial e aproximação política. Conforme atenta a plataforma de 1976, a “detente” não deve ser unicamente militar, mas política também. Por fim, no que tange à redução de armamentos, o PD defende uma ampla gama de negociações e acordos, dentre eles, a ratificação do SALT, o banimento de testes nucleares, a aderência ao TNP e a ratificação do Protocolo sobre armas químicas.

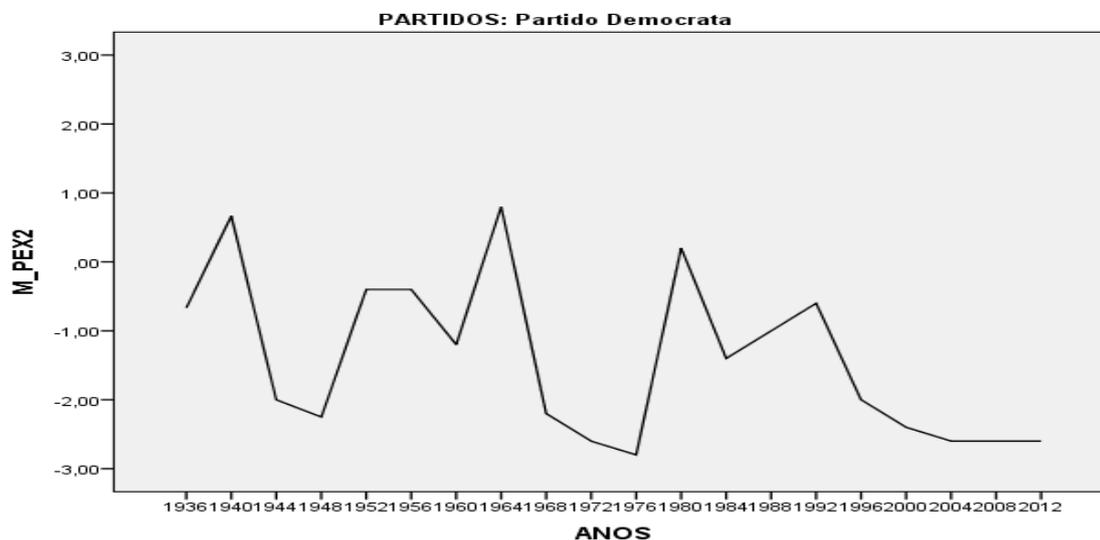
A plataforma seguinte, no entanto, retornaria ao padrão “misto” das plataformas anteriores. Entre 1980 e 1992, as plataformas democratas compartilham, novamente, de posicionamentos tanto conservadores quanto liberais. O objetivo principal passa a ser o fortalecimento das forças armadas através de maiores recursos. Ao contrário de valorizar os aspectos em comum entre União Soviética e Estados Unidos, as plataformas desse período valorizam, sobretudo, as diferenças. Em 1980, por exemplo, o PD afirma: “We must reject the easy mythology that the Soviets see the world as we do”. Nesse momento, ao contrário da expansão de trocas comerciais, como defendido pelo mesmo partido no período anterior, agora há a defesa da suspensão dessas trocas com a União Soviética. Ainda que esses sejam posicionamentos tipicamente conservadores, há uma manutenção de posicionamentos liberais no que tange ao desarmamento – defendendo a redução de armamentos nucleares através de concertação multilateral – e ajuda humanitária, por exemplo. Além disso, o entendimento holístico no que tange a segurança é, também, mantido. Na plataforma de 1984, o partido evidencia uma série de problemas internacionais, entre eles a pobreza e a repressão que não podem ser combatidos através de força militar, mas que requer um esforço multilateral para maior desenvolvimento econômico e social.

Por fim, o último período, entre 1996 e 2012, representa um retorno ao liberalismo. É importante lembrar que esse momento é caracterizado pelo fim da Guerra Fria. Há, nesse sentido, uma percepção mais “otimista” das relações internacionais e mesmo da Rússia. Mantém-se ainda a ênfase na redução de armamentos nucleares através de meios multilaterais e de ajuda humanitária à nações necessitadas. Há uma maior valorização do papel da diplomacia e da coletividade de nações na busca por soluções a novas ameaças, dentre elas, terrorismo, crimes internacionais, tráfico de drogas, entre outros. A segurança e a paz mundial, nesse sentido, passam a ser valorizadas a partir de um engajamento multilateral que privilegia aspectos outros que não só militares. Há a percepção de que essas novas ameaças não só necessitam de um combate multilateral justamente pela sua natureza global, mas também de que aspectos militares já não dão conta da solução desses problemas. Há a percepção de que essas ameaças (e conseqüentemente a solução para eliminá-las) são globais e interdependentes. Conforma a plataforma de 2000, “Today, for both good and ill, our destiny and the destinies of billions of people around the world are increasingly intertwined, and our domestic and international challenges are bound together as never before”. Desse modo, o PD defende um conceito de “forward engagement” como diretriz de sua política externa, ou seja, o entendimento de que, para conter as ameaças atuais, há a necessidade de se agir de modo mais “profundo” – na origem do problema, seja ele econômico, social ou político. Esse engajamento internacional - e que inclui uma maior aproximação com inimigos da Guerra Fria – pressupõe, por fim, a necessidade de colaboração de outras nações.

A política externa defendida pelo PD ao longo de todas as plataformas analisadas expõe certas conclusões: em primeiro lugar, o partido destoa da análise das plataformas anteriores – há uma maior oscilação entre posicionamentos conservadores e liberais ao longo dos anos. No entanto, (e em segundo lugar) não se pode afirmar que o partido apresentou em um determinado momento plataformas com predominância do conservadorismo. Como se pode visualizar no gráfico de gradação (abaixo), a maioria das plataformas que expunham uma homogeneidade ideológica liberal, apresentam gradações máximas do liberalismo, no entanto, no que tange aos posicionamentos conservadores apresentados, esses aproximam-se do grau mais baixo conservador. Desse modo, a inflexão democrata para o conservadorismo não é uma inflexão de “ampla envergadura”, predominando, na média apresentada, posicionamentos liberais.

Gráfico 21

Média gradação política externa – Partido Democrata (indicador 2)

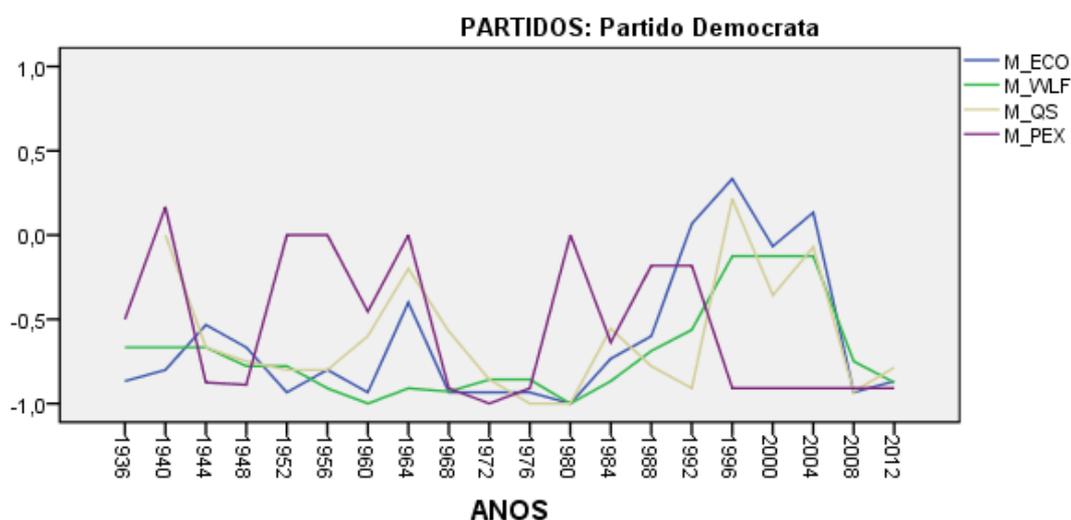


5.5 UM BALANÇO DAS QUATRO ÁREAS ANALISADAS

Ao contrário da política externa que demonstra importantes oscilações entre preceitos conservadores e liberais, os posicionamentos democratas acerca da política doméstica (economia, welfare e questões sociais) possuem uma mesma caracterização quando da natureza ideológica que expõem. Conforme se pode analisar no gráfico abaixo, são três os períodos sobressalentes: um primeiro período – o mais longo, entre 1936 e fins da década de 1980 e início da década de 1990 refletindo um posicionamento tipicamente liberal; um segundo período – relativamente curto, caracterizado pela década de 1990 e início dos anos 2000 caracterizado por uma inflexão conservadora; e, por fim, o terceiro e último momento, de retorno ao liberalismo.

Gráfico 22

Média em conjunto das políticas econômica, welfare, questões sociais e política externa (indicador 1)



No primeiro momento há uma clara preocupação com as “minorias” sejam eles os financeiramente desfavorecidos, os negros, as mulheres ou os imigrantes em um momento de necessidade de recuperação econômica e de tensões sociais por conta da emergência de novos temas e novos movimentos tal como o Civil Rights e o ERA. Há a defesa de um envolvimento ativo do governo federal no sentido de minimizar as distâncias entre os “menos favorecidos” e os “mais favorecidos” seja através de regulações econômicas, seja através de programas sociais, seja através de proteções legislativas.

Já no segundo momento há uma inflexão conservadora caracterizada pela tentativa de menor ingerência federal e de uma certa moralização da sociedade. Há um certo recuo nas políticas de bem-estar social e ênfase passa a ser uma que privilegia a responsabilidade individual bem como a ordem e a disciplina.

Por fim, as últimas plataformas analisadas caracterizam-se por um retorno ao primeiro momento numa espécie de defesa de um “liberalismo mítico” através da constante ênfase à F.D.Roosevelt e Kennedy, bem como ao New Deal e a New Frontier, respectivamente.

De todo modo, quando se verifica essas áreas em conjunto, se nota que o período da década de 1990 caracterizado por uma inflexão conservadora passa a ser uma espécie de “hiato” na trajetória do PD, tipicamente liberal. Ao contrário de um

partido que oscila entre ideologias ou que permanece no centro do espectro político, o PD expõe em praticamente todo o período analisado uma ideologia genuinamente liberal onde os fatores conservadores desse segundo período representam mais uma exceção do que efetivamente uma mudança.

Com efeito, sendo o liberalismo uma ideologia que nasce e se solidifica a partir de certas políticas e atores relacionados ao PD, as plataformas tendem a explicitá-lo. Desse modo, se percebe nas plataformas a presença quase que constante desse “liberalismo genuíno” norte-americano – ao mesmo tempo em que influenciava os posicionamentos democratas, era uma ideologia que se solidificava a partir desses mesmos posicionamentos. De fato, o período relativamente conservador representado pela década de 1990 representa não uma ruptura, mais uma exceção a essa trajetória.

6 ANÁLISE COMPARATIVA DAS PLATAFORMAS REPUBLICANAS E DEMOCRATAS

Sendo um dos objetivos do trabalho a tratativa acerca de uma suposta polarização partidária atual, essa última parte do trabalho (e ao contrário dos dois capítulos anteriores que buscava tão somente retratar a permanência, a ascensão ou o recuo de posicionamentos liberais e conservadores nos partidos), esse capítulo se dedica à análise conjunta dos dois partidos buscando, assim, verificar maiores distanciamentos entre eles bem como maiores proximidades. Desse modo, conta com gráficos separados por áreas (economia, welfare, questões sociais e política externa) contando com as médias presentes nos indicadores 1 e com as médias presentes nos indicadores 2 (gráficos de gradação); além de um gráfico final que conjuga as médias de todas as áreas. Acerca desse último gráfico, é importante mencionar que, ainda que metodologicamente seja possível a sua contestação por abarcar numa mesma medida 4 áreas distintas entre si; optou-se ainda assim por apresentá-lo trabalho por entender que, ainda que sejam áreas distintas, a junção delas seria metodologicamente permitida justamente por representarem elas posicionamentos conservadores e/ou liberais. Ou seja, ainda que se reportem a variáveis distintas, todas dizem respeito a presença ou ausência de fatores conservadores ou liberais. Nesse sentido, busca-se ter uma visão geral (a partir do conjunto das médias obtidas) de polarização ou aproximação partidária.

Por fim, esse capítulo consta ainda de uma análise acerca da linguagem das plataformas a partir de dois momentos: um primeiro que lida com o aporte de certos conceitos, ou seja, como os partidos utilizam certas palavras nas suas plataformas e, portanto, indício de maior ou menor aproximação com o liberalismo ou o conservadorismo; e um segundo que lida com a frequência de determinadas palavras, como as de cunho religioso por exemplo, e que demonstraria uma certa caracterização ideológica – se mais liberal ou conservador.

6.1 COMPARAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS – POSICIONAMENTOS

6.1.1 Economia

Conforme foi mencionado no capítulo 4 desse trabalho, a política econômica defendida pelo PD através das suas plataformas é uma caracterizada por uma relativa oscilação entre preceitos liberais e conservadores até a década de 1970 e posterior manutenção de preceitos consistentemente conservadores. De fato, variáveis como modelo adotado, regulação do mercado, orçamento federal, impostos e geração de empregos, por exemplo, apresentaram posicionamentos consistentemente conservadores ao longo de todo o período analisado. Já as variáveis relativas aos sindicatos, salário mínimo e desemprego, por exemplo, foram as que mais apresentaram variações, oscilando entre posicionamentos liberais e conservadores.

Já o PD, demonstra uma maior linearidade no que diz respeito a sua política econômica. Salvo o hiato conservador representado pela década de 1990 e início dos anos 2000, o partido consistentemente se posiciona no âmbito liberal. Variáveis como modelo adotado, regulação, orçamento e impostos refletem posicionamentos liberais salvo o período de exceção. Ainda assim, mesmo nesse período de relativa inflexão conservadora, certos posicionamentos seguem liberais tal como os posicionamentos acerca dos sindicatos, do salário mínimo e da proteção ao consumidor o que demonstra que certos preceitos mesmo em face de relativa mudança ideológica, permanecem no âmbito liberal.

Nesse sentido, conforme o gráfico abaixo nos indica, podemos perceber períodos de maior e menor aproximação entre os partidos durante os anos analisados. Inicialmente há uma certa polarização partidária seguido por uma aproximação na plataforma de 1948 resultado, principalmente, da inflexão liberal representada pelo PR. Novamente há um certo distanciamento a partir da década de 1950, culminando com uma importante polarização entre os anos de 1976 e 1984. O período marcado pela década de 1990 e início dos anos 2000 marca o período de mais longa aproximação entre os partidos por conta, principalmente, da importante inflexão conservadora feita pelo PD. Por fim, nas duas últimas plataformas, nota-se uma importante polarização. Desse modo, se pode perceber que: em primeiro lugar, ao contrário de um gradual e linear distanciamento entre os partidos, o que ocorre são

aproximações e distanciamentos ao longo dos anos por conta de inflexões conservadoras ou liberais perpetuadas pelos partidos. E, em segundo lugar, a recente polarização que se verifica não é inédita – houveram outros momentos de distanciamento, incluso a importante polarização caracterizada pela década de 1980 – tanto pela sua amplitude nos níveis de gradação quanto pelo seu peso temporal se extendendo por mais de 10 anos.

Gráfico 23

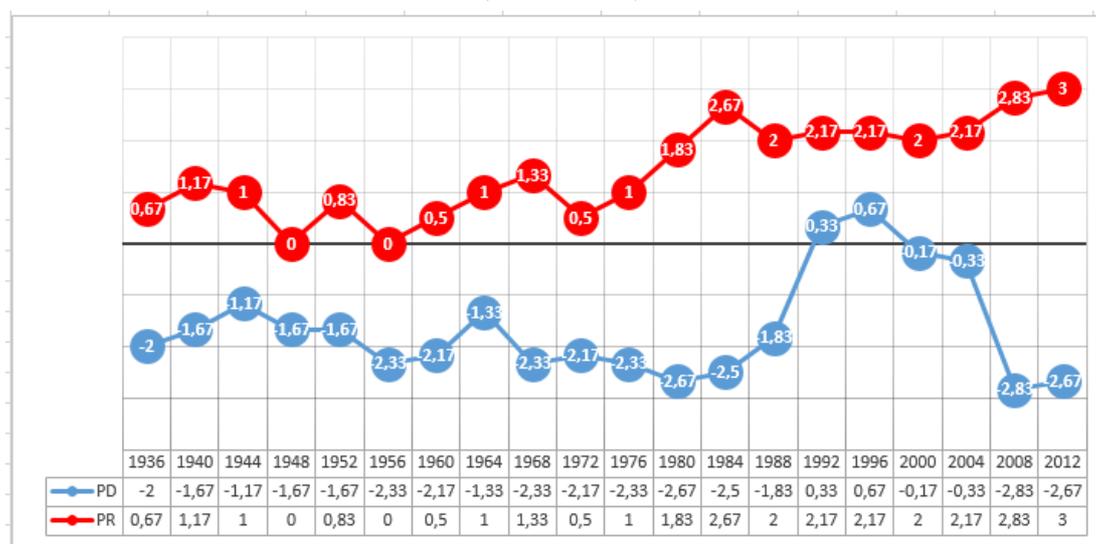
Médias política econômica – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)



Por fim, no que tange ao gráfico de gradação, nota-se, salvo o hiato conservador representado pela década de 1990, uma certa linearidade liberal no âmbito do PD. A maioria das variáveis analisadas mantinham-se desde 1936 em posicionamentos beirando o grau máximo liberal (se aproximando de -3). Nesse sentido não se pode dizer que houve uma “ascendência liberal” por parte do PD, mas tão somente uma manutenção de preceitos liberais. Esse não é o caso do PR, onde claramente se nota uma maior gradação nos anos recentes – especialmente a partir da década de 1980. As variáveis que até então mantinham-se com médias entre 0 e 1, passam a apresentar médias superiores a 2, portanto aproximando-se ao grau máximo conservador. Nesse caso, pode-se inferir que houve uma certa “ascensão conservadora” por parte do PR.

Gráfico 24

Médias de gradação política econômica – Partido Democrata e Republicano
(indicador 2)



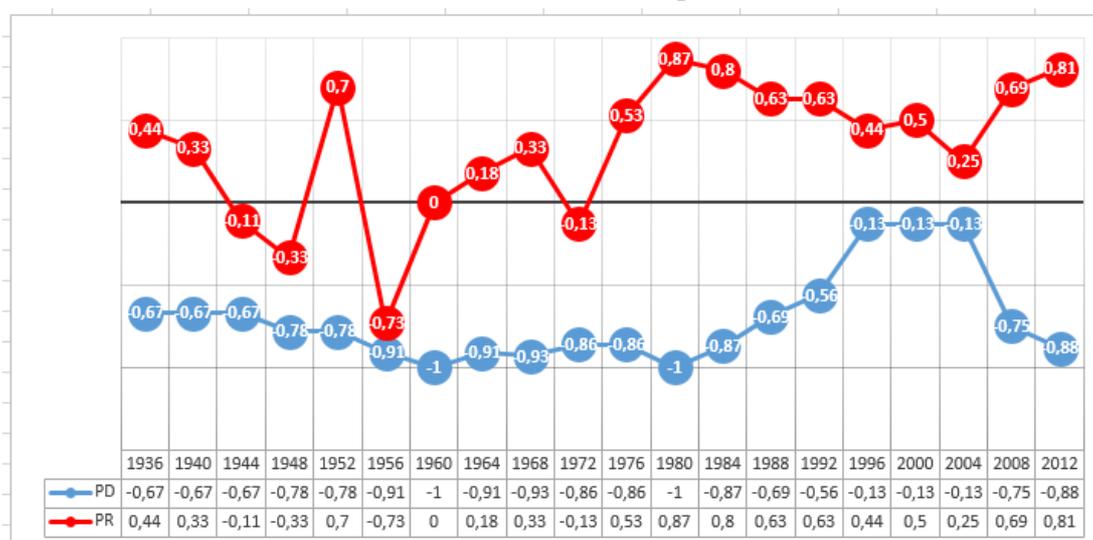
6.1.2 Welfare

Os posicionamentos republicanos acerca de questões de welfare expõem dois momentos: um primeiro datando de 1936 até 1972 caracterizado por profundas oscilações, incluso adentrando ao campo liberal por três vezes nesse período; e um segundo momento datando de 1972 até 2012 caracterizado pela ascensão e manutenção de posicionamentos conservadores. Já o PD demonstra uma maior constância caracterizado pela manutenção de posicionamentos liberais, salvo o período de exceção caracterizado pela década de 1990 e início dos anos 2000. Nota-se, assim, importantes aproximações entre os partidos destacando-se os anos de 1948 e 1956 em função da importante inflexão liberal feita pelo PR e entre os anos 1996 a 2004 em função da inflexão conservadora por parte do PD. De todo modo, há polarizações importantes ao longo dos anos, principalmente no período entre os anos 1976 a 1988 e, recentemente, a partir de 2008. No entanto essa não é única e nem tampouco a de maior intensidade. É importante mencionar que, ao contrário da

política econômica onde há uma certa ascensão do conseradorismo a partir da década de 1980, na política de welfare há uma ascensão bastante importante em 1980 mas uma posterior maior aproximação ao campo liberal em 2004 – ou seja, ainda que tenha havido uma ascensão conservadora no período mais recente, ela não é sempre gradativa, mas oscilou em um determinado momento.

Gráfico 25

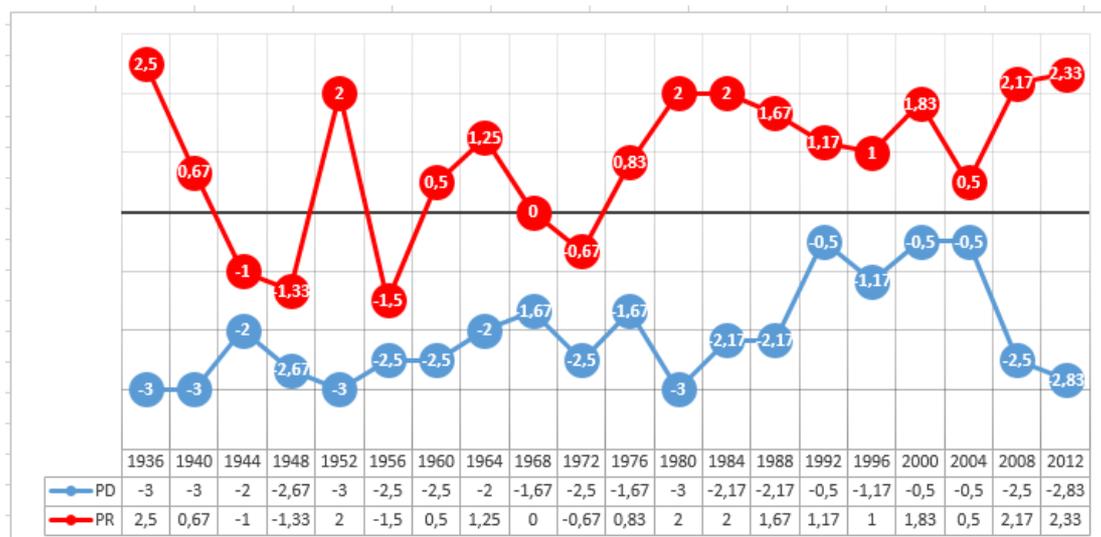
Médias welfare – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)



No que tange às médias de gradação, nota-se uma questão sobressalente. Relativo ao PD, há a manutenção de um posicionamento liberal que beira o “liberalismo extremo” desde a primeira plataforma analisada. Ainda que com importantes oscilações como durante o “hiato conservador”, o PD mantém uma média em praticamente todo o período acima de -2 pontos, portanto beirando posicionamentos genuinamente liberais. O PR, ao contrário, além de oscilar entre preceitos liberais e conservadores durante a maior parte das plataformas analisadas, expõe uma relativa ascensão de gradação nos anos recentes em especial a partir de 2008. Não se pode afirmar, portanto que há uma maior ascensão conservadora ou liberal por conta de posicionamentos genuinamente liberais ou conservadores. No caso do PD há a manutenção desses e, no caso do PR há uma constante oscilação.

Gráfico 26

Médias de graduação welfare – Partido Democrata e Republicano (indicador 2)



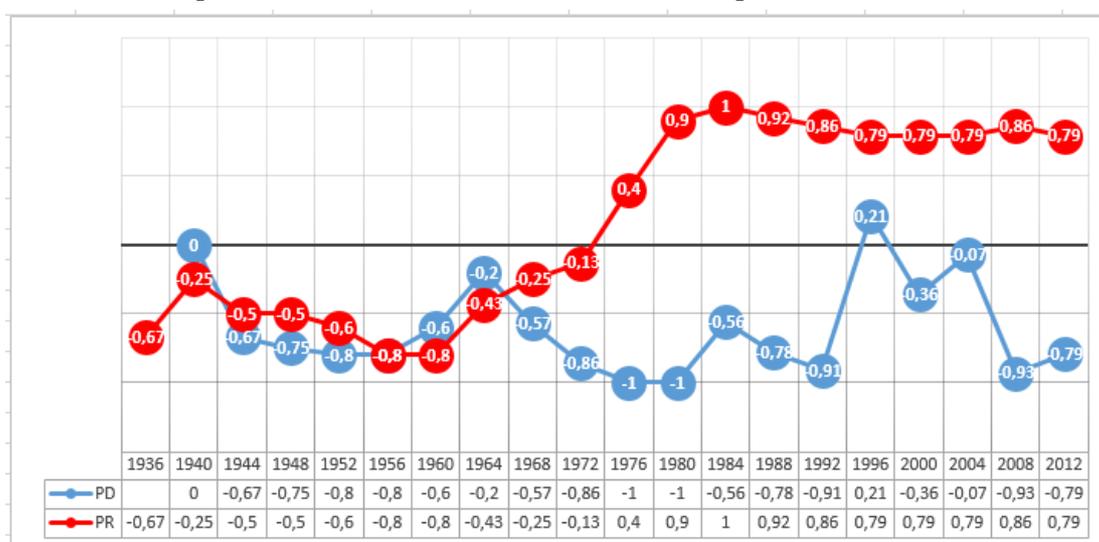
6.1.3 Questões Sociais

O gráfico acerca das questões sociais é o mais emblemático tanto no que tange à suposta ascensão conservadora quanto à suposta polarização partidária. De fato, ambas as hipóteses aqui são confirmadas. O PR, como já foi mencionado no capítulo 4 desse trabalho, possui dois ápices invertidos: um primeiro momento caracterizado por posicionamentos consistentemente liberais e, um segundo momento, a partir de 1972 caracterizado pela ascensão constante de posicionamentos conservadores. Enquanto no primeiro momento o PR situa-se no espectro liberal do gráfico apresentado, inclusive refletindo médias mais liberais que o próprio PD em certos períodos; o segundo momento caracteriza-se por uma importante ascensão no campo conservador culminando com a plataforma de 1984 e mantendo uma certa constância conservadora a partir de então. Percebe-se, portanto, uma clara ascensão e posterior manutenção de posicionamentos conservadores a partir da década de 1970 por parte

do PR. O PD, ao contrário, mantém-se no espectro liberal do gráfico apresentado salvo o período de exceção caracterizado pela plataforma de 1996 – o único momento em que o partido pontua dentro do espectro conservador do gráfico apresentado. Desse modo, nota-se uma clara aproximação de posicionamentos nos primeiros anos analisados – 1936 a 1972 – caracterizado por posicionamentos liberais por parte de ambos os partidos políticos. Aqui nas questões sociais, o discurso acerca de uma homogeneização ideológica entre os partidos (lembrando a retórica dada por Schlafly e Buckley na década de 1950 e 1960, por exemplo) é bastante visível. Do mesmo modo, é também bastante visível a polarização partidária que se segue a partir de então, salvo um momento de maior aproximação por conta da inflexão conservadora do PD no período já supracitado. Nesse sentido, nota-se nas duas últimas plataformas (2008 e 2012), a maior polarização já presenciada sobressaindo-se inclusive à polarização que se deu na década de 1980. Do mesmo modo que a hipótese acerca da ascensão conservadora pode ser verificada com bastante clareza nesse gráfico, a hipótese acerca da polarização partidária nos anos recentes é também a mais visível.

Gráfico 27

Médias questões sociais – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)



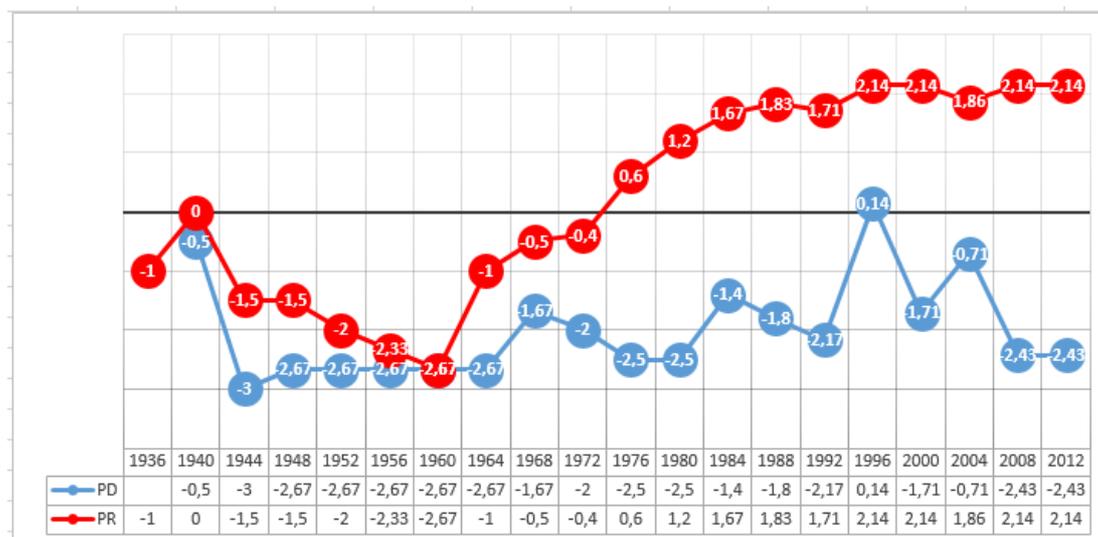
Ambas as hipóteses podem ser confirmadas ainda com o gráfico de gradação. De fato, o PR oscila entre posicionamentos genuinamente liberais, pontuando

inclusive próximo ao grau máximo liberal em 1960 e, posteriormente, posicionamentos genuinamente conservadores no período mais recente. O gráfico de gradação nos mostra como de fato o PR foi alterando seus posicionamentos a partir de 1972 caracterizado por pontuações cada vez mais conservadoras passando gradativamente do campo liberal para o campo conservador e, já nesse campo, aumentando o “grau” de conservadorismo de maneira gradativa e, a partir da década de 1990, relativamente constante. O PD, ao contrário, manteria graus máximos liberais em praticamente toda a análise feita salvo o período de exceção da década de 1990. Enquanto na primeira metade do gráfico se percebe uma clara aproximação entre os partidos caracterizado por posicionamentos genuinamente liberais, a segunda metade caracteriza-se pela crescente polarização resultado, principalmente, da ascensão conservadora por parte do PR. Ou seja, enquanto a média dos posicionamentos democratas no ano de 2012 assemelha-se às da década de 1940, a média dos posicionamentos republicanos caracteriza-se por uma clara inversão entre posicionamentos tipicamente liberais na década de 1950 e 1960 para posicionamentos tipicamente conservadores na plataforma de 2012 sugerindo, nesse caso, que a maior polarização partidária em todo o período analisado – caracterizada pelas plataformas de 2008 e 2012 – é mais o resultado de uma ascensão conservadora por parte do PR do que efetivamente um distanciamento ideológico gradual e homogêneo entre ambos os partidos.

Gráfico 28

Médias de gradação questões sociais – Partido Democrata e Republicano

(indicador 2)



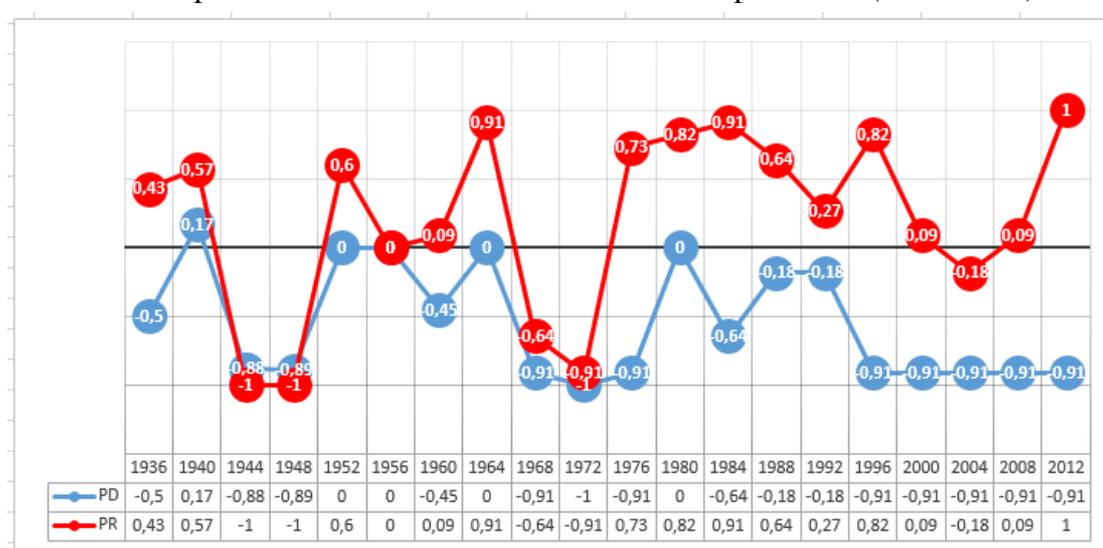
6.1.4 Política Externa

Os posicionamentos expressados pelos partidos acerca da política externa podem ser considerados como os mais correlacionados entre si dentre as quatro áreas analisadas. Com efeito, ambos os partidos oscilam ao longo de todo o período analisado de maneira relativamente convergente contribuindo para uma maior aproximação ideológica entre eles em praticamente todo o período – mais especificamente até a plataforma de 2008. De fato, o ano de 2008 marca uma ruptura nesse padrão caracterizando-se por um crescente distanciamento entre os partidos e refletindo, no ano de 2012 na mais clara polarização partidária durante todo o período analisado. Nessa última plataforma, o PR situa-se no extremo do espectro político no âmbito conservador enquanto o PD, no extremo do âmbito liberal. Ao que parece, enquanto o período de 1936 à 1996 convive com aproximações entre os partidos por conta de constante inflexões tanto conservadoras por parte do PD quanto liberais por parte do PR, indicando respostas semelhantes a eventos e questões externas comuns, as duas últimas plataformas, ao se distanciarem entre si, contribuiriam para a percepção de maior polarização partidária nos anos recentes. Nesse caso, ao contrário

das questões sociais cuja polarização se dá principalmente por uma ascensão conservadora no PR, nesse caso a polarização pode ser entendida como resultado de um distanciamento causado tanto por uma ascensão conservadora por parte do PR a partir de 2008 quanto por uma ascensão liberal por parte do PD a partir dos anos 2000.

Gráfico 29

Médias política externa – Partido Democrata e Republicano (indicador 1)

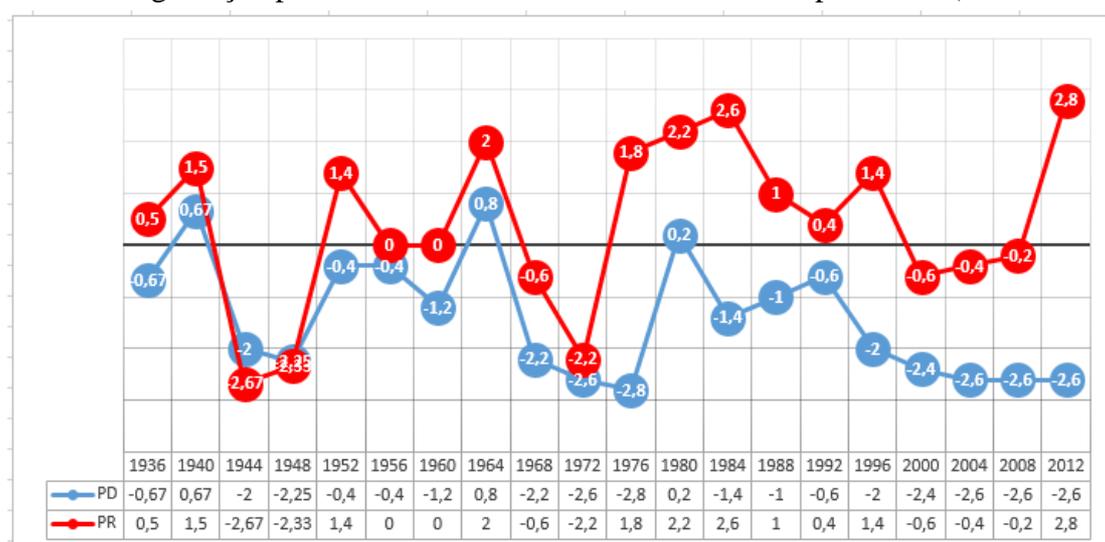


Essa percepção fica ainda mais evidente no gráfico de gradação. Como se pode perceber, há um importante alinhamento de posições e de graus liberais e conservadores por ambos os partidos. O PR demonstra pontuações oscilantes entre altos graus de liberalismo como durante a década de 1940 e a na plataforma de 1972; bem como altos graus de conservadorismo como durante a década de 1980, culminando no ano de 2012, o mais alto grau conservador já apresentado por esse partido nessa área. De modo semelhante, o PD demonstra posicionamentos que adentram o âmbito conservador, ainda que não chegue a se distanciar do centro do espectro ideológico (ao contrário do PR, o PD quando ultrapassa para o âmbito conservador, não o faz de modo a pontuar altos índices, mas geralmente permanecendo próximo do 0, portanto, do âmbito central do gráfico). Ao contrário do PR, o PD não demonstra uma rápida ascensão liberal a partir das duas últimas

plataformas, mas sim uma ascensão gradativa originária da década de 1990 e que se mantém relativamente a mesma durante todo o período dos anos 2000. Nesse caso, a polarização atual que se verifica no gráfico referente à política externa pode ser entendida como resultado de uma ascensão liberal gradativa que já vinha sendo delineada desde a década de 1990 pelo PD e por uma rápida ascensão conservadora pelo PR a partir da plataforma de 2008. De todo modo, tanto a hipótese acerca de uma suposta polarização partidária atual bem como de uma ascensão conservadora, podem ser verificadas e corroboradas nessa área. No entanto, a ascensão conservadora, é importante mencionar, não demonstra ser constante ou linear; ao contrário, é abrupta e relativamente recente.

Gráfico 30

Médias de gradação política externa – Partido Democrata e Republicano (indicador 2)



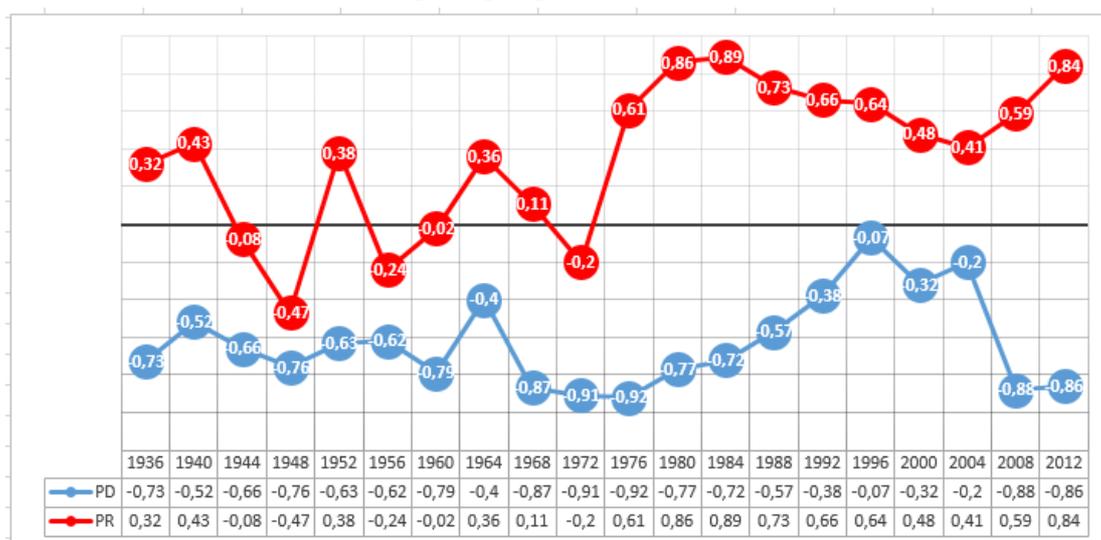
6.1.5 Gráfico Geral

O gráfico geral nos indica duas questões importantes: Em primeiro lugar, podemos perceber que de fato há uma ascensão conservadora que se inicia de modo vertiginoso no ano de 1976 e mantém-se relativamente estável ainda que com uma rápida inflexão liberal no início dos anos 2000. Essa ascensão, portanto, não é exatamente linear e gradativa, mas surge de forma relativamente inesperada de modo abrupto e convive com momentos decrescentes

E, em segundo lugar, se pode perceber, com efeito, uma polarização partidária atual evidente. Essa, no entanto, não é caso singular na história recente dos Eua. O período caracterizado pelo fim da década de 1970 e início dos anos 1980 já sinalizavam para um importante distanciamento ideológico. Nesse sentido, houve uma maior aproximação nos anos seguintes (década de 1990) em função tanto de uma inflexão liberal por parte do PR quanto de uma inflexão conservadora por parte do PD e, por fim, um distanciamento progressivo a partir de 2008 entre os dois partidos, caracterizado tanto por uma ascendência conservadora quanto por um retorno aos patamares liberais por parte do PD. O que se quer dizer com isso é que a polarização partidária atual pode ser entendida como resultado tanto de uma ascensão conservadora por parte do PR de forma relativamente inédita a partir da década de 1980, quanto um retorno ao padrão liberal do PD interrompido de forma abrupta na década de 1990. É importante mencionar ainda que muito dessa percepção polarizada se dá através das questões sociais. De fato, foram as grandes contribuintes para esse distanciamento e, em específico, para a maior média republicana no âmbito conservador.

Gráfico 31

Média geral por partido (indicador 1)



6.2 COMPARAÇÃO ENTRE AS PLATAFORMAS - LINGUAGEM

6.2.1 Uso das palavras – aportes linguísticos⁶⁸

Como foi mencionado no capítulo metodológico, o objetivo dessa análise é justamente compreender como a apropriação de determinados conceitos é feita pelos partidos e como pode ou não ser relacionado ao liberalismo ou ao conservadorismo. Conforme se pode depreender do capítulo referente à construção dessas ideologias, o conservadorismo possui uma certa concepção de liberdade e de justiça que difere do liberalismo. Entende-se, nesse sentido que o conservadorismo relaciona conceitos como a liberdade a liberdade individual principalmente no que tange à economia (no sentido da não interferência do governo nesse âmbito); ou seja, a liberdade de apropriar-se dos seus recursos sem a apropriação de parte deles pelo governo em forma de impostos, por exemplo. Da mesma forma, preza-se muito a liberdade do mercado, o *laissez faire*, portanto, a não intervenção federal. De todo modo, o conservadorismo, subentende-se, valorizaria esse tipo de liberdade. O liberalismo, em contraposição, ao enfatizar a intervenção federal na economia e a não intervenção em assuntos pessoais valorizaria liberdades civis como a não discriminação, a liberdade para prática do aborto, para casamento entre homossexuais, etc. Desse modo, depreende-se uma certa concepção distinta do termo.

Da mesma forma no que se refere à conceitos como justiça. Enquanto o conservadorismo tende a relaciona-lo à responsabilidade individual e a meritocracia (inclusive usando-se de preceitos religiosos como foi mencionado), ou seja, ao entendimento de que cada um possui o que merece; o liberalismo entende a justiça a partir de um viés redistributivo, de diminuição arbitrária das disparidades sejam econômicas ou sociais.

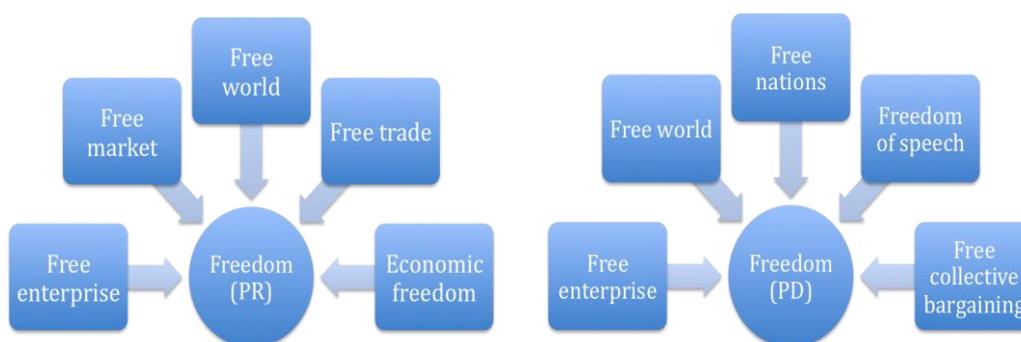
O que se percebe nas redes de palavras abaixo é, de fato, uma certa distinção do aporte feito pelos partidos. No que tange à liberdade – *Freedom*, nota-se o PR postulando uma concepção que muito se assemelha ao conservadorismo no âmbito econômico. Das cinco palavras adjacentes mais comumente citadas, quatro referem-se

⁶⁸ É importante mencionar que as palavras utilizadas e as palavras adjacentes mais citadas abarcam suas variações; ou seja, “liberty” abarca “liberties”, por exemplo, assim como “fairness” abarca “fair”. Da mesma forma, faz-se importante deixar claro que, ainda que a ferramenta utilizada na obtenção das palavras adjacentes mais citadas seja a oferecida pelo Many Eyes, a elaboração visual dessas palavras é própria.

à uma suposta liberdade econômica e de mercado: “livre iniciativa”, “livre mercado”, “livre comércio” e “liberdade econômica”. Já o PD demonstra um entendimento um pouco distinto ainda que seja difícil relacioná-lo de modo seguro ao liberalismo. Apresenta, nesse sentido, um entendimento que remete também ao livre mercado já que um dos aportes feitos é a “livre iniciativa” referindo-se à economia; bem como ao internacional com aportes como “mundo livre” e “nações livres”; e, por fim, aportes como “liberdade de expressão” e “barganha coletiva livre”. Esses dois últimos, de fato, são os únicos que se relacionam de modo seguro ao liberalismo haja vista a constante menção à liberdade de expressão, no sentido da não interferência federal em assuntos privados, bem como a ênfase nos sindicatos e nas barganhas coletivas que ele proporciona.

Rede de palavras 1

Freedom (Liberdade)

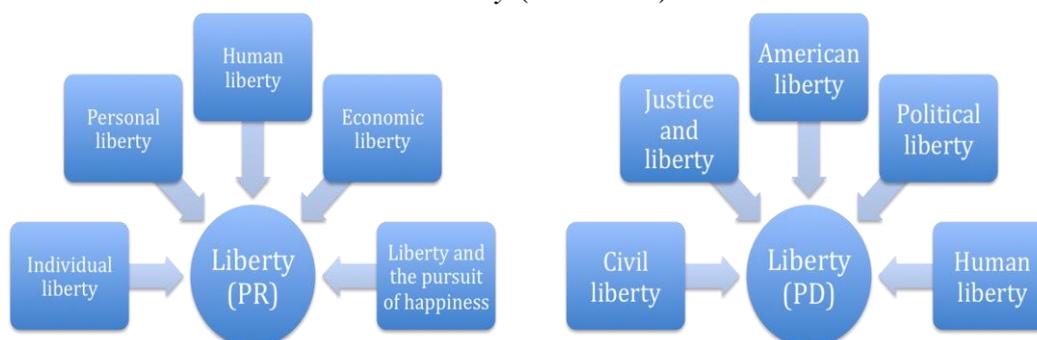


No que se refere ainda à liberdade – *liberty*; nota-se que, enquanto o PR demonstra aportes que podem ser relacionados ao conservadorismo, haja vista que se referem à liberdades individuais, econômicas e aquela expressada na constituição norte-americana (vale lembrar a constante valorização conservadora da constituição) (“liberdade individual”, “liberdade pessoal”, “liberdade humana”, “liberdade econômica” e “liberdade e a busca pela felicidade”); o PD é capaz de mostrar um entendimento um pouco distinto, relacionando-se possivelmente ao campo liberal

principalmente por conta da ênfase nas liberdades civis (“civil liberty”), tipicamente expressado por essa corrente ideológica.

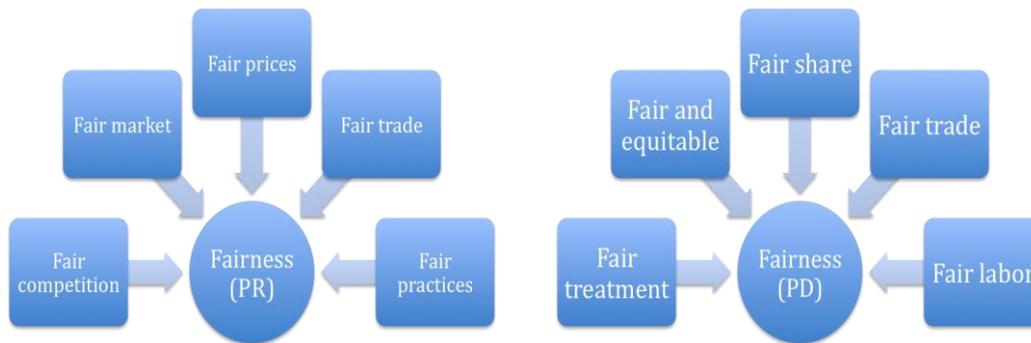
Rede de palavras 2

Liberty (Liberdade)



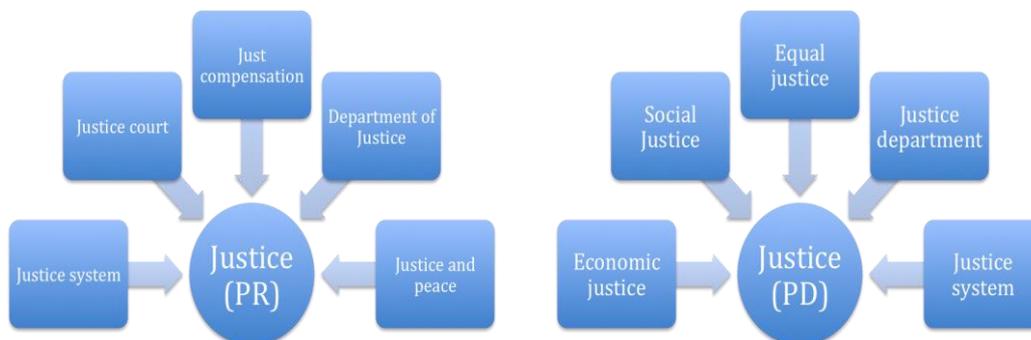
Por fim, no que tange à justiça – inicialmente *fairness*; o PR, ao enfatizar usos desse conceito relacionados a economia (“mercado justo”, “preços justos”, “comércio justo”, “práticas justas” e “competição justa”), relaciona-se com um entendimento mais conservador que percebe que a justiça não está na tentativa de redistribuição ou de diminuição de disparidades econômica e sociais, mas em um mercado supostamente “justo” e que seria, segundo essa concepção, também livre. Já o PD, ao contrário, enfatiza aportes como “partilha justa”, “trabalho justo” e “justo e igualitário”, por exemplo; associando-se ao liberalismo ao valorizar partilha e mesmo a igualdade ao conceito de justiça.

Rede de palavras 3

Fairness (Justiça)

Ainda relacionado a esse conceito – *justice*; depreende-se dois perfis distintos dos partidos. Ainda que não se possa relacionar os aportes feitos pelo PR ao liberalismo ou ao conservadorismo por enfatizar unicamente o sistema judiciário nos usos feitos desses conceitos; o PD pode ser relacionado a preceitos liberais ao enfatizar, por exemplo, aportes como “justiça econômica”, “justiça social” e “justiça igualitária” refletindo, assim, uma lógica que retoma o social e o entendimento mais amplo de justiça.

Rede de palavras 4

Justice (Justiça)

6.2.2 Presença de elementos conservadores e liberais – frequência de palavras

Uma das características mais marcantes do conservadorismo norte-americano é, conforme já foi explicitado no capítulo concernente a esse tópico, a presença do fator religioso. Com efeito, a religião é um dos pilares que dão forma e que sustentam essa ideologia sendo usada mesmo como justificativa para determinados posicionamentos, tal como a valorização da meritocracia, da propriedade privada e de temas mais recentes relativos à aborto e ao homossexualismo, por exemplo. Dessa forma, depreende-se que uma linguagem que se utilize de preceitos religiosos no seu discurso pode vir a ser relacionada ao conservadorismo; ou seja, quanto maior a menção à determinadas palavras de cunho religioso, maior a probabilidade do documento em questão representar o campo conservador. Assim, foram selecionadas palavras como “religião”, “fé”, “Deus”, “providência divina”, “sagrado” e “santidade”⁶⁹.

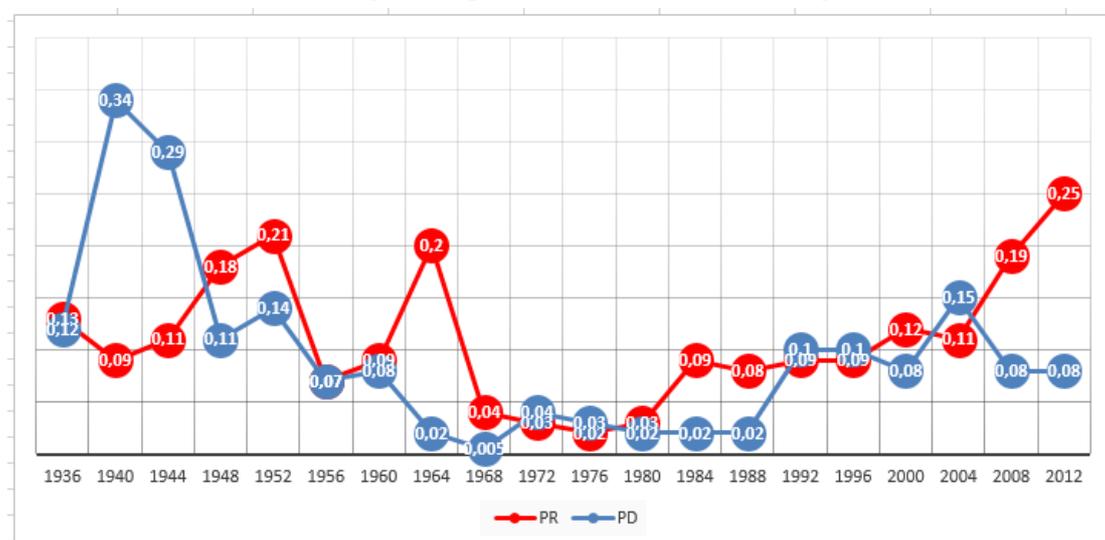
Como se pode verificar no gráfico abaixo, houve uma certa inversão no padrão representado pelos partidos norte-americanos. Enquanto no início na análise (em específico na década de 1940), as plataformas do PD refletem uma alta frequência de palavras de cunho religioso, a partir de fins dos anos 2000 (2008 e 2012), o PR ocupa esse espaço. Nesse sentido, é importante notar como as plataformas democratas na década de 1940 refletiam, de fato, elementos religiosos como justificativa para certos posicionamentos tal como a criação de programas de *relief* e o combate à pobreza. Nesse período, a retórica acerca de um papel de ingerência do governo federal como uma forma de criar certas redes de proteção econômica e social está intimamente associada com a religião como uma espécie de “dever Cristão”. Esse entendimento começa a mudar a partir da década de 1950 justamente quando o PR apresenta picos de presença do fator religiosos nas suas plataformas. Desse modo, desde a década de 1950 até o período recente, o PD demonstra uma linearidade representada pela baixa frequência de palavras de cunho religioso ainda que com um aumento dessa frequência na década de 1990 (a década de inflexão conservadora desse partido) retornando ao patamar mais baixo a partir de 2008. O PR, por sua vez, possui certos picos de elementos religiosos nas suas plataformas até meados do século XX, mais

⁶⁹ Ou seja, “Religion”, “faith”, “God”, “Divine Providence”, “sacred” e “sanctity”. É importante mencionar que essas palavras quantificadas pressupõem seus derivados; assim “religião”, pressupõe também “religioso”, “religiões”, etc. Essa quantificação, por fim, foi feita a partir do softwar NVivo ainda que a elaboração dos gráficos seja própria.

especificamente em 1948 e 1964. A partir de 1980, no entanto, há uma constante ascendência desse fator, culminando na plataforma de 2012 com o maior score de frequência contabilizado desde 1936. Desse modo, percebe-se que: em primeiro lugar, o fator religioso não é prerrogativa do PR - na década de 1940 e novamente na década de 1990 o PD apresentou índices mais altos que o primeiro; no entanto, ao contrário do PD, o PR demonstra uma ascendência constante a partir da década de 1980 culminando em 2012 na elaboração da sua plataforma mais religiosa de todo o período analisado. E, em segundo lugar, percebe-se uma polarização muito recente nesse sentido – mais especificamente a partir de 2008, causada muito provavelmente pela ascensão do fator religioso pelo PR. Ou seja, sendo o fator religião um elemento conservador, nota-se uma ascensão conservadora pelo PR a partir de 1980 sendo responsável por uma maior distanciamento entre os partidos especialmente a partir de 2008.

Gráfico 32

Porcentagem de palavras relacionadas à religião



Assim como o fator religioso pode ser relacionado ao âmbito conservador, também a preocupação com a moralidade e a tradição pode ser um indicativo de cunho conservador. Desse modo, a análise aqui feita contabilizou a frequência de palavras como “moralidade”, “valores” e “tradição” (bem como os seus derivantes: “moral”, “tradicional”, etc.) como indicativo de maior ou menor grau de

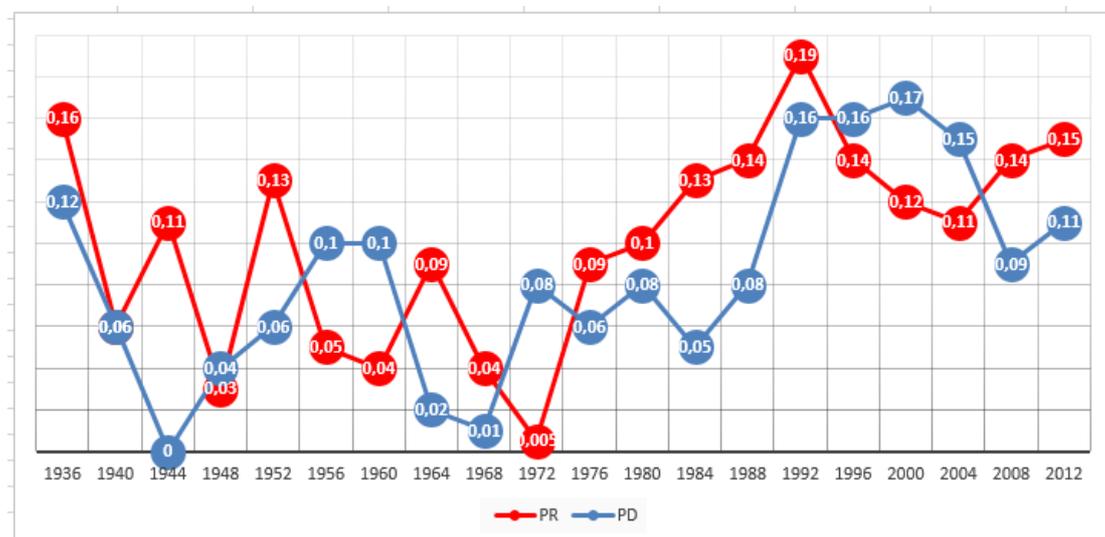
conservadorismo representado pelo partidos. Diferentemente o padrão anterior, aqui há uma constante oscilação tanto entre plataformas quanto entre partidos. No que tange ao PD, há três importantes picos caracterizados por uma alta frequência de palavras de cunho moral: as décadas de 1950, 1970 e 1990. Com exceção desse último momento, os dois primeiros caracterizam-se, de fato, por plataformas que recorrem à moralidade como forma de justificar uma determinada atuação federal; ou seja, a menção à moralidade nesses momentos é feita como sendo um certo dever moral do governo de providenciar certos elementos junto à população. Não se tem, nesse momento, uma preocupação com a moralidade social tal como na década de 1990 quando o PD passa a enfatizar aspectos morais e de valores relacionados à uma determinada “sociedade moral”. O que se quer dizer aqui é que, ainda que o PD possua certos picos relacionados à moralidade, a retórica em que esta é utilizada é caracterizada por enfoques distintos.

Já o PR demonstra certas oscilações até início da década de 1970 e, a partir desse momento, demonstra uma rápida ascensão culminando na plataforma de 1996 – a que mais congrega elementos relacionados à moralidade. Há um declínio a partir desse momento e um posterior retorno à ascensão a partir de 2004. Assim como no caso do PD, é importante mencionar que o PR também possui dois padrões ao qual a moralidade está sendo associada. Até a década de 1970 ela é relacionada à política externa, essencialmente. Ou seja, as plataformas nesse período passam a expor uma “obrigação moral” de combate ao comunismo e de suposta preservação de valores tradicionais norte-americanos frente a essa mesma ameaça. A partir da década de 1980, o padrão em que a moralidade passa a ser utilizada é outro, caracterizado por uma preocupação com questões sociais, ou seja, com uma espécie de moralização da sociedade. Se antes as questões morais envolviam o comunismo no âmbito externo, agora passava a envolver questões domésticas e temas recentes tal como o casamento entre homossexuais, a pornografia, o aborto, entre outros.

De todo modo, há um certo distanciamento entre os partidos no período mais recente, conforme aponta o gráfico abaixo, ainda que não seja de amplo escopo ou inédito na análise das suas plataformas. De fato, há uma certa semelhança entre os partidos nesse âmbito caracterizado por constantes oscilações entre eles e entre suas plataformas. O que os diferencia, no entanto, é o uso dado a essas palavras.

Gráfico 33

Porcentagem de palavras relacionadas à moralidade



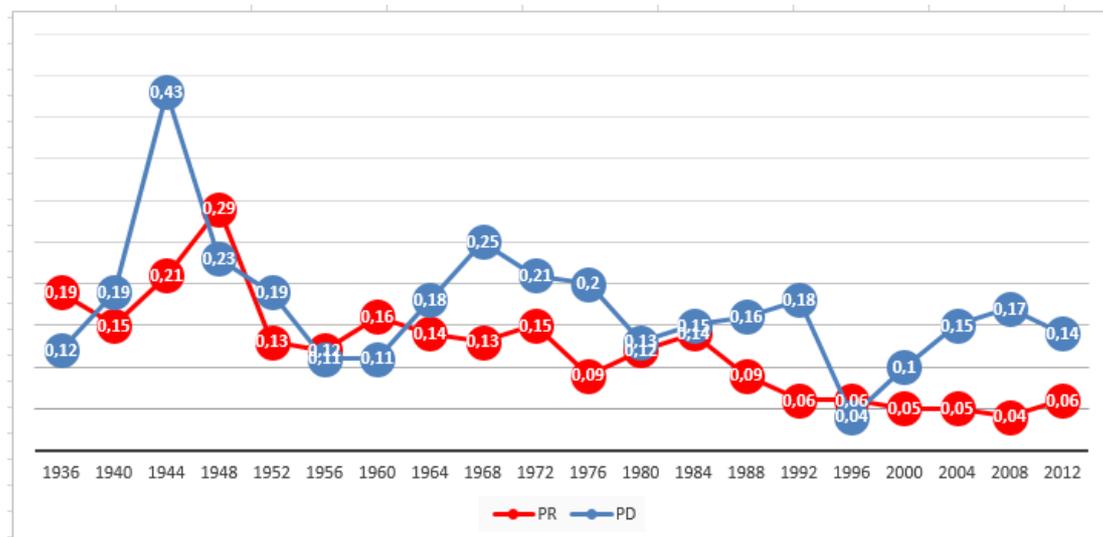
Por fim, o liberalismo, no seu discurso, valoriza certos enfoques que podem ser depreendidos a partir de certas palavras tal como “igualdade”, “exploração” e “pobreza”, por exemplo. A retórica constante acerca da diminuição das assimetrias sociais e econômicas –um dos pilares do liberalismo, está relacionada a questões de igualdade e da suposta exploração de uma certa elite aos mais desfavorecidos, assim como a preocupação com a diminuição de assimetrias e da pobreza. Desse modo, depreende-se que, quanto maior a menção a esses termos, mais provável a caracterização liberal da plataforma analisada.

Conforme se pode perceber no gráfico abaixo, há um declínio relativamente constante nesse âmbito no que se refere ao PR. De fato, após a década de 1940 (em específico a plataforma de 1948 (uma das mais mais liberais conforme os indicadores 1 e 2 apresentados no capítulo anterior), há um constante declínio que se mantém em níveis relativamente baixo de frequência a esses temas. O PD não é tão linear, mas ainda assim apresenta uma certa constância a partir da década de 1960, sobrepondo-se ao PR, ainda que com um importante declínio na década de 1990 (o período de inflexão conservadora por esse partido). A partir dos anos recentes nota-se um certo distanciamento entre os partidos ainda que não seja de tão amplo escopo ou inédito na

avaliação das plataformas. Ainda assim, a verificação da frequência desses conceitos nos indica uma constante preponderância do PD sobre o PR.

Gráfico 34

Porcentagem de palavras relacionadas ao âmbito liberal



Buscou-se nesse capítulo fazer uma comparação entre os dois partidos com o objetivo de verificar indícios de polarização através de uma maior ou menor aproximação e, da mesma forma, maior ou menor distanciamento entre eles. Dessa forma, utilizou-se das médias de posicionamento acerca dos indicadores 1 e 2 já apresentados nos capítulos anteriores, e da linguagem utilizada nas plataformas a partir do uso de determinados conceitos e da frequência de palavras-chave nas plataformas.

No que tange ao primeiro ponto - os posicionamentos dos partidos a partir dos indicadores 1 e 2; nota-se um importante distanciamento entre eles, portanto, uma polarização partidária evidente, no período recente. Nesse sentido, é importante mencionar algumas questões. Em primeiro lugar, conforme já foi explicitado, essa polarização, não é única na história dos partidos – a década de 1980 foi caracterizada, também, por um distanciamento ideológico entre eles. Em segundo lugar, a polarização atual ainda que seja o resultado de um distanciamento de ambos os partidos ao centro do espectro político, a ascensão conservadora por parte do PR demonstra ser mais evidente (ou mais rápida) que a ascensão liberal por parte do PD. Áreas como política externa quando se nota a partir dos anos 2000 uma acelerada

ascensão conservadora pelo PR em contraposição a uma estagnação liberal desde a década anterior; e questões sociais quando de uma importante ascensão conservadora pelo PR a partir da década de 1970 e a manutenção do patamar liberal pelo PD; podem nos indicar o papel desempenhado pelo PR na polarização atual. E, em terceiro lugar, por fim, uma das áreas onde mais se nota a polarização e mais se identifica um certo padrão ideológico completamente distinto e relativamente constante, é a área representada pelas questões sociais. De fato, muito do debate acerca da “guerra cultural” está assentado nesse âmbito. Questões como homossexualismo, aborto, imigração, entre outros, com efeito, tem sido os mais evidentes pontos de embate entre os partidos ao menos publicamente. Ou seja, grande parte do debate acerca da suposta “guerra cultural” e da polarização partidária que ela sugeriria está pautado nessas questões e que, de fato, são as mais características de um distanciamento de amplo escopo e relativamente constante conforme os posicionamentos explicitados e quantificados nos indicadores 1 e 2.

Por fim, no que tange à linguagem utilizada pelos partidos, nota-se, também, um certo distanciamento. O uso de conceitos como igualdade e justiça é, de fato, bastante distinto. Enquanto o PR utiliza-os de modo a relacionar-se com o âmbito conservador ao privilegiar a esfera econômica de liberdade e mesmo de justiça, o PD está mais atrelado ao âmbito liberal ao conceituar esses enfoques de modo mais social.

Também no que se refere à frequência de palavras-chave, nota-se um certo distanciamento ainda que não seja singular ou de amplo escopo. De fato, menções à religião tem sido um crescente nas plataformas republicanas fazendo com que a plataforma de 2012 seja a mais religiosa de todas analisadas. Do mesmo modo, há uma ascensão de conceitos relacionados a moralidade a partir de fins da década de 1970, ainda que o PD também demonstre uma ascensão no mesmo período. Por fim, há um declínio e manutenção desse pelo PR referente a conceitos que denotem um certo liberalismo (como a menção à exploração e igualdade, por exemplo) sobrepondo-se a ele o PD em praticamente todas as plataformas analisadas.

Desse modo, seja a partir dos posicionamentos explicitados, seja a partir da linguagem utilizada, nota-se uma certa polarização partidária no período atual. No entanto, conforme já explicitado, essa não é singular da história dos EUA e nem faz parte de um crescente, mas possui níveis de declínio e ascensão novamente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fenômeno de crescente importância no debate acadêmico norte-americano atual, a suposta polarização partidária e radicalização conservadora por parte do PR tem sido objeto de inúmeros estudos conforme apontado no primeiro capítulo desse trabalho. De fato, os estudos feitos indicam que haveria uma polarização entre os partidos políticos por conta, principalmente, de uma ascensão do conservadorismo pelo PR. As análises feitas, no entanto, ao associar o posicionamento de congressistas com a polarização partidária; caracteriza o partido político unicamente a partir dessas lideranças políticas. É importante lembrar que os partidos norte-americanos são instituições bastante complexas caracterizadas por um certo horizontalismo hierárquico e completa descentralização o que permite uma ampla gama de atores na sua condução: delegados, presidente, congressistas, membros associados, braços intelectuais e estratégicos (*think tanks*), etc. Da mesma forma, as análises feitas partem do pressuposto de que ideologias políticas como o conservadorismo e o liberalismo já estão dadas, portanto limitam-se a buscar uma gradação dessas: se mais ou menos conservador; mais ou menos liberal.

Esse trabalho, diferentemente dessas análises, buscou apresentar uma nova forma de se analisar o fenômeno da polarização partidária e da ascensão conservadora. É importante mencionar que de modo algum busca sobrepor-se aos estudos já feitos ou subjulgá-los; ao contrário, busca ser um complemento a esses a partir de certas lacunas que foram evidenciadas.

Desse modo, buscou-se inicialmente fazer uma apresentação das duas mais importantes correntes ideológicas nos EUA - o liberalismo e o conservadorismo - a partir de como esses conceitos foram sendo construídos, seja por determinadas lideranças políticas que trouxeram à superfície preceitos progressistas como no caso do liberalismo; seja por certos grupos de indivíduos *outsiders* dos partidos políticos que conscientemente se articularam para levar para o campo da política a sua visão de mundo, como no caso do conservadorismo. Assim, foi feita uma releitura de como esses movimentos foram sendo construídos a partir de certos discursos, de posicionamentos explicitados e mesmo de rede de relações; se aproximando do que

hoje se entende por conservadorismo e por liberalismo nos EUA a partir de determinados pilares e de visões de mundo distintas. Se explicitou, nesse sentido, quais seriam os mais importantes preceitos conservadores e liberais e como que são explicitados no meio político como, por exemplo, no âmbito econômico a defesa da não ingerência por parte dos expoentes do conservadorismo por enfatizar uma determinada visão de mundo que percebe no livre comércio a melhor forma de progresso social. Buscou-se, com essa releitura histórica de construção desses conceitos, dar uma forma mais palpável ao que se entende por essas ideologias políticas e como se relacionam com os partidos no caso norte-americano.

Nesse sentido, buscou-se apresentar os partidos nos EUA de um modo mais amplo, abarcando indivíduos outros que os congressistas. A teoria emergente do Partido Network, desse modo, nos propicia a análise necessária para esse entendimento. Ao abarcar uma ampla gama de atores, há uma complexificação também de análise no que diz respeito a “ideologia” do partido. Ou seja, se eu associo o partido aos seus congressistas, a análise ideológica desse último é, de certa maneira, mais fácil de ser feita: basta analisar a ideologia dos primeiros seja através de discursos, de posicionamentos nas votações, entre outros meios. No entanto, se eu entendo que os partidos políticos são um emaranhado de atores, a busca por uma caracterização da sua ideologia política – se mais conservador ou liberal - fica mais complexa. Desse modo, o uso das plataformas partidárias é utilizado como um meio para solucionar (ao menos em parte) a complexificação dessa questão. De fato, apropriando-se de uma corrente de estudos que percebe nas plataformas o melhor retrato ideológico do partido político (justamente por ser esse o único documento passível de ser atribuído ao partido como um todo – percebendo ele como um aglomerado de lideranças formais ou não); buscou-se verificar o posicionamento do partido a partir de certas categorias como economia, welfare, questões sociais e política externa; e a relação desses posicionamentos com o que se depreende do conservadorismo e do liberalismo no contexto norte-americano.

Nesse sentido foi feita uma análise dos posicionamentos dos partidos a partir de uma categorização por indicadores que contam com a presença/ausência de preceitos liberais ou conservadores e a gradação desses preceitos ao longo dos anos a partir de escalas de quantificação aos moldes de trabalhos que se utilizaram desse tipo de abordagem nas análises de plataformas, conforme foi exposto no capítulo metodológico. Se essa parte lida com os posicionamentos e quantificação deles a

partir de escalas gráficas; a outra parte de análise lida com a linguagem utilizada nas plataformas a partir do entendimento de que as palavras também são dados a serem estudados. O aporte feito de determinados conceitos tende a ser distinto entre o conservadorismo e o liberalismo o que propiciou um estudo a partir de rede de palavras nas plataformas democratas e republicanas. Do mesmo modo que a frequência de determinados conceitos pressupõe uma certa linguagem mais ou menos conservadora ou mais ou menos liberal tal como o elemento religioso, por exemplo.

Desse modo, o trabalho aqui apresentado é fruto de um exaustivo trabalho de interpretação – de leitura e de releitura de cada uma das 40 plataformas analisadas. Documentos bastante extensos (contando com plataformas que beiram as 100 páginas) e complexos (com temas não só que abarcam áreas diversas como defesa, agricultura, economia, etc., mas também que dizem respeito a uma determinada realidade que obviamente não é a brasileira) ao mesmo tempo que propiciam um retrato ideológico partidário passível de ser comparado ao longo dos anos de maneira bastante precisa por serem documentos formalmente atribuídos ao partido; convive por vezes com declarações ambíguas e mesmo posicionamentos contraditórios. Nesse sentido, se buscou ser o mais objetiva possível na interpretação dessas o que não se traduz em maior facilidade nessa tarefa. De todo modo, o resultado é, muito provavelmente, um resultado inédito tanto para a academia brasileira quanto para a academia norte-americana no sentido de codificar a partir de escalas de posicionamento em quatro áreas distintas e de ênfase na presença de certos conceitos/palavras e o uso feito deles a partir do uso de 40 plataformas ao longo de quase um século de história política. Nesse sentido, se pode observar como certos temas foram sendo trazidos para o debate político ao longo dos anos, como os partidos foram se posicionando nesses temas e como houveram inflexões nesses mesmos posicionamentos.

Como se pode observar nos capítulos de análise das plataformas, os partidos não tendem a seguir um certo padrão linear; ou seja, uma vez contra a regulação federal no mercado não tendem a seguir esse mesmo padrão ou mesmo a associá-lo com outros posicionamentos de mesma percepção ideológica, por exemplo. Esses documentos nos mostram que há inflexões tanto no que diz respeito ao posicionamento explicitado ao longo dos anos referente a um determinado tema quanto aos posicionamentos frente a diferentes temas e áreas – nem sempre ideologicamente congruentes entre si. Esse é o caso típico do PD na década de 1960

quando ainda que enfatizando posicionamentos bastante liberais na área econômica e de *welfare* por conta da valorização do estabelecimento de uma ampla rede de proteção social, reflete, ao mesmo tempo, posicionamentos conservadores nas questões sociais sendo contrário às cotas raciais explicitando uma suposta discriminação inversa, por exemplo.

A análise feita ainda nos mostra uma certa convergência de plataformas mais liberais ou mais conservadoras com a própria construção desses conceitos e de como são expostas a partir de análises históricas. De modo mais específico, se percebe, por exemplo, uma importante inflexão liberal por parte do PR nos anos anteriores a plataforma de 1964, justamente o período caracterizado por expoentes conservadores e mesmo por acadêmicos na Ciência Política como o “*me too politics*” caracterizado por uma certa homogeneização ideológica entre os partidos. Da mesma forma, se percebe um pico conservador por parte do PR no ano de 1964 – ano em que Goldwater, segundo a literatura concernente e já explicitada nesse trabalho, foi “fabricado” conscientemente por um certo grupo de conservadores *outsiders*. Novamente, há uma ascensão conservadora e a relativa permanência dela (ainda que com certos declínios esporádicos) a partir de 1980 – ano em que Reagan, ele próprio um expoente conservador e durante muito tempo também *outsider* do meio político, ascende na política carregando consigo as várias vertentes conservadoras para o partido fazendo com que esse passasse a ser caracterizado a partir de então como um partido conservador em contraposição a um partido supostamente liberal. Por fim, a análise das plataformas nos indica ainda uma convergência com a literatura explicitada anteriormente que, de maneira retórica (ou seja, sem evidências empíricas), apontavam para uma disputa de grupos e de facções ideológicas no PD na década de 1990 – os democratas tradicionais (liberais) e os democratas revisionistas (mais conservadores). Assim como no caso do PR, esse período está também bastante evidente nos gráficos apresentados refletindo uma inflexão conservadora por parte do PD e uma espécie de “hiato” no que vinha sendo um padrão relativamente homogêneo caracterizado por posicionamentos liberais. O que se quer dizer com isso é que o estudo aqui feito de certa maneira contribui de forma empírica para o que determinados autores já vinham atentando, ainda que de forma relativamente retórica.

Ao fim, a análise aqui feita corrobora com as hipóteses levantadas referentes à polarização partidária e ascensão conservadora pelo PR. De fato, em todas as áreas analisadas há um distanciamento ideológico entre esses partidos caracterizados por

posicionamentos distintos. No entanto, essa polarização não é única conforme outros momentos também foram de polarização. Como já foi mencionado, muito dessa recente polarização é resultado de um crescente e constante distanciamento ideológico entre os partidos nas questões sociais. De fato, muito da percepção acerca da suposta polarização política – seja ela no eleitorado ou partidária – diz respeito à “guerra cultural” que se traduz justamente nesse âmbito.

Referente ao PR, a análise das plataformas também é capaz de nos indicar que de fato houve uma ascensão do conservadorismo no partido em específico a partir da década de 1980 mantendo-se constante (como no caso das questões sociais) ou oscilando momentaneamente (como no caso da política externa). De todo modo, essa ascensão é perceptível seja pela sua intensidade em determinadas áreas e momentos, seja pela sua constância a partir de então. Desse modo, percebe-se a partir dos posicionamentos apresentados, das escalas desenvolvidas e gráficos elaborados bem como a partir do estudo da linguagem utilizada a partir de aportes feitos e de conceitos mais frequentemente explicitados que há uma polarização partidária atual efetivamente e, na mesma medida, uma ascensão conservadora pelo PR.

Ainda que de forma muito incipiente e possivelmente com lacunas explicativas, o trabalho aqui feito buscou elucidar, mesmo que timidamente, um fenômeno importante nos EUA e mesmo na Ciência Política, qual seja, o atual distanciamento dos partidos do centro do espectro político contradizendo um importante cânone de uma das mais importantes correntes teóricas. De fato, o que os estudos recentes e a análise aqui realizada nos mostra é uma atual oposição entre partidos com base em visões de mundo e, conseqüentemente, de posicionamentos políticos. Longe de se caracterizarem por um discurso centrista ou pouco comprometido (retóricas soltas e discurso eminentemente ambíguo) supostamente com o intuito de angariar a maioria do eleitorado (pressupondo que a media dele é centrista tal como foi explicitado já na introdução), os partidos norte-americanos no momento atual definem-se por posicionamentos opostos e firmes caracterizando-se por um confronto ideológico em todas as áreas analisadas. Resta saber se esse processo é um que beneficia a democracia ao representar a sociedade com todas as suas idiosincrasias ou, ao contrário, é um que prejudica a democracia por contemplar extremos nem sempre característicos da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWITZ, Alan e SAUNDERS, Kyle. Is Polarization a Myth? *The Journal of Politics*, v.70 n.2. Abril 2008.

_____. Ideological Realignment in the U.S. Electorate. *The Journal of Politics*, v. 60 n. 3. Agosto 1998.

ALDRICH, John. *Why Parties? The Origin and Transformation of Political Parties in America*. Chicago: The University of Chicago Press. 1995.

ALTERMAN, Eric. *The Cause: The Fight for American Liberalism from Franklin Roosevelt to Barack Obama*. London: Penguin Books Ltd., 2012.

ANSELL, Amy (ed). *Unraveling the Right: The new conservatism in American thought and politics*. Boulder: Westview Press, 2001.

ANSOLABEHERE, Stephen; SNYDER, James e STEWART, Charles. Candidate Positioning in U.S. House Elections. *American Journal of Political Science*, vol. 45, n.1, p.136-159. Janeiro de 2001.

APSA (American Political Science Association). *The American Political Science Review. Toward a More Responsible Two Party System: A Report of the Committee on Political Parties*. Setembro de 1950.

BASSETS, Marc. Direita dos EUA Redefine sua Ideologia ao Assumir mais Poder. *El País Brasil*, 03/2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/03/internacional/1420261274_922018.html .

Acesso em 01/04/2015.

BAYLOR, Christopher. *First to the Party: The Group Origins of the Partisan Transformation on Civil Rights, 1940-1960*. *Studies in American Political Development*. Vol.27, p.1-31, Cambridge University Press, Outubro de 2013.

BAWN, Kathleen; COHEN, Martin; KAROL, David; MASKET, Seth; NOEL, Hans e ZALLER, John. A Theory of Political Parties: Groups, Policy Demands and Nominations in American Politics. *Perspectives on Politics*. Vol.10, n.3, p.571-597. Setembro de 2012.

BELL, Daniel. *O Fim da Ideologia*. Brasília: Editora da UNB, 1980.

BENTLEY, Arthur F. *The Governmental Process: A Study of Social Pressures*. Chicago: The University of Chicago Press. 1908.

BERNSTEIN, Jonathan. Party Network Research, Factions, and the Next Agenda. State of the Parties Conference, Ohio, 2005. Disponível em <<https://130.101.217.69/bliss/docs/state-of-the-parties-documents/Bernstein.pdf>>.

Acesso em 04/01/2014.

BLACK, Duncan. On the Rationale of Group Decision-Making. *Journal of Political Economy*, v. 56, p.23-34, 1948.

BLACK, Earl e BLACK, Merle. *Divided America*. New York: Simon & Schuster, 2007.

_____. *The Rise of Southern Republicans*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

BRENNAN, Mary. *Turning Right in the Sixties: The Conservative Capture of the GOP*. Chappel Hill: The University of Northe Carolina Press, 1995.

BREWER, Mark D. e STONECASH, Jeffrey M. *Dynamics of American Political Parties*. New York: Cambridge University Press, 2009.

BRINKLEY, Alan. The Problem of American Conservatism. *The American Historical Review*. Volume 99, Issue 2 (April 1994), p. 409-429.

BROCK, William. *Welfare, Democracy and the New Deal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BRODER, David. *The Party's Over: The failure of politics in America*. New York: Harper and Row, 1972.

BUCHANAN, Patrick. 1992 Republican National Convention Speech. 1992. Disponível em <http://buchanan.org/blog/1992-republican-national-convention-speech-148> Acesso em 08/05/2015.

BUCKLEY JR., William F. *God and Man at Yale*. Washington: Regnery Publishing; Kindle e-book, 2001.

BUDGE, Ian, KLINGEMANN, Hans-Dieter, VOLKENS, Andrea, BARA, Judith e TANENBAUM, Eric (Eds.). *Mapping Policy Preferences: Estimates for parties, electors, and governments 1945-1998*. New York: Oxford University Press, 2001.

BUDGE, Ian; ROBERTSON, David; e HEARL, Derek (Eds.). *Ideology, Strategy and Party Change: Spatial Analysis of Post-War Election Programmes in 19 Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURKE, Edmund. *Thoughts on the Cause of the Present Discontents*. London: J. Dodsley, Terceira Edição, 1899.

CANES-WRONE, Brandice; BRADY, David e COGAN, John. Out of step, out of Office: Electoral Accountability and House Member's Voting. *American Political Science Review*. Vol. 99, n. 1, p.127-140. Março de 2002.

CARMINES, Edward e STIMSON, James. On the Structure and Sequence of Issue Evolution. *American Political Science Review*. N. 80, p.901-920, 1986.

_____. *Issue Evolution: Race and the Transformation of American Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

CASTLES, Francis e MAIR, Peter. Left-Right Political Scales. *European Journal of Political Research*, v.12, 1984.

CHAFE, William (Ed.). *The Achievement of American Liberalism*. New York: Columbia University Press, 2003.

CMP-MPG. Manifesto Project Database. Disponível em <https://manifesto-project.wzb.eu/> Acesso em 03/12/2013.

COHEN, Marty; KAROL, David; NOEL, Hans e ZALLER, John. *The Party Decides: Presidential Nominations Before and After Reform*. Chicago: The University of Chicago Press, 2008.

_____. *Beating Reform: The Resurgence of Parties in Presidential Nominations, 1980 to 2000*. Paper prepared for presentation at American Political Science Association and Midwest Convention. 2001. Disponível em: <<https://www.princeton.edu/csdp/events/Zaller021102/Zaller.pdf>>.

CRITCHLOW, Donald. *The Conservative Ascendancy: How the GOP Right Made Political History*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

CROTTY, William. *American Parties in Decline*. Boston: Little Brown and Company, 1984.

D'ALESSANDRO, Martin. Las Plataformas Electorales en la Argentina Moderna. *América Latina Hoy*, n.65, p. 107-139. 2013.

DAHL, Robert. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*. New Haven: Yale University Press. 1961.

DALLEK, Robert. *Flawed Giant: Lyndon Johnson and His Times*. New York: Oxford University Press, 1998.

DIAMOND, Sara. *Not by Politics Alone*. New York: Guilford Press, 1998.

_____. *Spiritual Warfare*. Boston: South End Press, 1989.

DIMAGGIO, Paul; EVANS, John e BRYSON, Bethany. Have American's Social Attitude Become more Polarized? *American Journal of Sociology*, v.102, n.3, p.690-755. Novembro, 1996.

DOMINGUEZ, Casey. Groups and Party Coalitions: A Network Analysis of Overlapping Donor Lists. Annual Meeting of the American Political Science Association. Washington, D.C. Setembro de 2005. Disponível em <<http://home.sandiego.edu/~caseydominguez/groupspartycoalitions.pdf>> Acesso em 19/12/2013.

DORRIEN, Gary. *Imperial Designs*. New York: Routledge, 2004.

DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

EDWARDS, Mickey. *Reclaiming Conservatism*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

FEINSTEIN, Brian e SCHICKLER, Eric. Platforms and Partners: The Civil Rights Realignment Reconsidered. *Studies in American Political Development*, N.22, Spring 2008, p.1-31. Cambridge University Press, 2008.

FERGUSON, Thomas e ROGERS, Joel. *Right Turn: The Decline of the Democrats and the Future of American Politics*. New York: Will and Wang, 1986.

FIORINA, Morris, P. What Happened to the Medium Voter? MIT Conference on Parties and Congress, 1999. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~mfiorina/Fiorina%20Web%20Files/MedianVoterPaper.pdf>> Acesso em 12/1/2013.

_____. *Culture War? The Myth of a Polarized America*. New York: Pierson Longman. 2005.

_____. Americans have not become more politically polarized. *The Washington Post*, 23 de junho de 2014.

FIORINA, Morris, P. e ABRAMS, Samuel J. Political Polarization in the American Public. *Annual Review of Political Science*. 2008. Disponível em: <<http://www.acsu.buffalo.edu/~jcampbel/documents/AnnualReviewFiorina.pdf>>

Acesso em 4/8/2012.

FISHEL, Jeff. *Presidents and Promises*. Washington: Congressional Quarterly, 1985.

FRIEDMAN, Murray. *The Neoconservative Revolution*. New York: Cambridge University Press, 2005.

GERRING, John. *Party Ideologies in America 1828-1996*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Ideology: A Definitional Analysis. *Political Research Quarterly*, vol.50, n.4, p.957-994. Dezembro 1997.

GIFFORD, Laura Jane e WILLIAMS, Daniel (Eds). *The Right Side of the Sixties: Reexamining conservatism's Decade of Transformation*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

GINSBERG, Benjamin. Elections and Public Policy. *The American Political Science Review*. V. 70, n. 1, p.41-49, março 1976.

GOLDWATER, Barry. *The Conscience of a Conservative*. Shepherdsville: Victor Publishing Company, Inc. Kindle e-book, 2009.

GOTTFRIED, Paul. *Conservatism in America: Making sense of the American right*. New York: Pallgrave Macmillan, 2007.

GREEN, David. *The Language of Politics in America*. London: Cornell University Press, 1992.

GREEN, John. *The Faith Factor*. Westport: Praeger, 2007.

GREEN, John; ROZELL, Mark e WILCOX, Clyde. *The Values Campaigning?* Washington: Georgetown University Press, 2007.

HALPER, Stefan e CLARKE, Jonathan. *America Alone*. New York: Cambridge University Press, 2004.

_____. *The Silence of the Rational Center*. New York: Basic Books, 2007.

HALPIN, John e TEIXEIRA, Ruy. *The Progressive Tradition in American Politics*. Center for American Progress, 2010. Disponível em www.americanprogress.org Acesso em 02/01/2015.

HALPIN, John e WILLIAMS, Conor. *The Progressive Intellectual Tradition in America*. Center for American Progress, 2010. Disponível em www.americanprogress.org Acesso em 02/01/2015.

HANES, Sharon e HANES, Richard. *Great Depression and New Deal Almanac*. New York: Thompson Gale, 2003.

HEALE, M.J. *Franklin D. Roosevelt: The New Deal and War*. New York: Routledge, 1999.

HEANEY, Michael; MASKET, Seth; MILLER, Joanne e STROLOVITCH, Dara. *Polarized Networks: The Organizational Affiliations of National Party Convention Delegates*. *American Behavioral Sciences*. Vol. 56(2), p.1654-1676, Sage, 2012.

HERRING, Pendleton. *The Politics of Democracy: American Parties in Action*. New York: W.W.Norton & Company, Inc., 1968.

HERRNENSON, Paul. The Roles of Party Organizations, Party-Connected Committees, and Party Allies in Elections. *The Journal of Politics*, vol. 71, n.4, p.1207-1224. Outubro, 2009.

HIMMELSTEIN, Jerome. *To The Right: The Transformation of American Conservatism*. Berkeley: University of California Press, 1989.

HUBER, John e INGLEHART, Ronald. Expert Interpretations of Party Space and Party Locations in 42 Societies. *Party Politics*, vol.1 n.1, 1995.

HUNTER, James D. *Culture Wars*. New York: Harper Collins Publisher, Inc. 1992.

HUNTER, James D. e WOLFE, Alan. *Is There a Culture War?* Washington: Brookings Institution Press, 2006.

JACOBSON, Gary. Polarized Politics and the 2004 Congressional and Presidential Elections. *Political Science Quarterly*, v.120, n.2, p.199-218, 2005.

JANDA, Kenneth; HARMEL, Robert; EDENS, Christine e GOFF, Patricia. Changes in Party Identity: Evidence from Party Manifestos. *Party Politics*, vol. 1, n. 2, p.171-196. 1995.

JOHNSON, Lyndon B. Inaugural Addresses. The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php> . Acesso em 16/09/2013.

KAROL, David. *Party Position Change in American Politics: Coalition management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

KENNEDY, John F. Inaugural Addresses. The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php> . Acesso em 16/09/2013.

KEY, V.O. *Politics, Parties and Pressure Groups*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1958.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In LA PALOMBARA, Joseph e WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*, Princeton: Princeton University Press, 1966.

KIRK, Russell. *The Conservative Mind: From Burke to Santayana*. Chicago: Henry Regnery Company. 1953.

KOGER, Gregory, MASKET, Seth e NOEL, Hans. Partisan Webs: Information Exchange and Party Networks. *British Journal of Political Science*. Vol. 39, n.3, p.633-653, 2009.

- KOSTER, Willem de; ACHTERBERG, Peter e VAN DER WALL, Jeron. The New Right and the Welfare State. *International Political Science Review*, v. 34, 2012.
- LANGE, Sarah. A New Winning Formula? The Programmatic Appeal of the Radical Right. *Party Politics*, v. 13 n.4, 2007.
- LASSWELL, Harold D. e NAMENWIRTH, J. Zvi. *The Changing Language of American Values: A Computer Study of Selected Party Platforms*. Comparative Politics Series – Series Number 01-001; Volume 1. Beverly Hills: SAGE Publications, 1970.
- LAYER, Michael. *Estimating Policy Positions of Political Actors*. London: Routledge, 2001.
- LAYER, M.J. e BUDGE, Ian (Eds.). *Party Policy and Government Coalitions*. New York: St. Martin's Press, Inc., 1992.
- LAYER, Michael, BENOIT, Kenneth e GARRY, John. Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data. *The American Political Science Review*, v. 97, n.2, p.311-331, Maio de 2003.
- LAYER, Michael e GARRY, John. Estimating Policy Positions from Political Texts. *American Journal of Political Science*, vol.44, n.3, p.619-634, Julho 2000.
- LAWSON, Alan. *A Commonwealth of Hope: The New Deal Response to Crisis*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2006.
- LAYMAN, Geoffrey. *The Great Divide: Religious and Cultural Conflicts in American Party Politics*. New York: Columbia University Press, 2001.
- LAYMAN, Geoffrey e CARSEY, Thomas. Party Polarization and “Conflict Extention” in the American Electorate. *American Journal of Political Science*, vol.46, n.4, Outubro 2002.
- LAYMAN, Geoffrey; CARSEY, Thomas; HERRERA, Richard e COOPERMAN, Rosalyn. Activists and Conflict Extension in American Party Politics. *American Political Science Review*. Vol. 104, n.2, p. 324-347. Maio de 2010.
- LEPORE, Jill. *The Whites of their Eyes*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- LEVENDUSKY, Matthew. *The Partisan Sort*. Chicago: The University of Chicago Press, 2009.
- MADEIRA, Rafael M. e TAROUCO, Gabriela. Esquerda e Direita no Brasil: Uma análise conceitual. *Revista Pós Ciências Sociais*, v.8 n.15. Janeiro-Junho 2011.
- MAISEL, Sandy. The Platform Written Process: Candidate-Centered Platforms in 1992. *Political Science Quarterly*, v.108, n.4, p.671-698, 1993-1994.

- MANHEIM, Karl. *Ideology and Utopia*. London: Routledge and Kegan Paul Ltda. 1954.
- MANN, Thomas E. e ORNSTEIN, Norman J. *It's Even Worse Than It Looks*. New York: Basic Books, 2012.
- _____. *The Broken Branch*. New York: Oxford University Press, 2006.
- MANN, James. *Politics is more Broken than Ever*. *The Atlantic*, 2014. Disponível em <http://www.theatlantic.com/politics/print/2014/05/dysfunction/371544/>> Acesso em 08/05/2015.
- _____. *Rise of the Vulcans*. New York: Penguin Books, 2004.
- MASKET, Seth. *No Middle Ground: How Informal Party Organizations Control Nominations and Polarize Legislatures*. Michigan: The University of Michigan Press, 2012.
- _____. *It Takes an Outsider: Extralegislativa Organization and Partisanship in California*. *American Journal of Political Science*, vol. 51, n. 3, p.482-497. Julho 2007.
- MARTIN, William. *With God on our Side*. New York: Broadway Books, 1996.
- MAYHEW, David. *Congress: The electoral connection*. New Haven: Yale University Press, 1974.
- MCCARTY, Nolan, POOLE, Keith T. e ROSENTHAL, Howard. *Polarized America*. London: The MIT Press, 2006.
- MCGIRR, Lisa. *Suburban Warriors: The Origins of the New American Right*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- MERRIAM, Charles Edward e GOSNELL, Harold Foote. *The American Party System: An Introduction to the Study of Political Parties in the United States*. New York: The Macmillan Company, 1929.
- MEYER, Frank. *Freedom, Tradition, Conservatism*. *Modern Age*, 1960.
- MILKIS, Sidney e MILEUR, Jerome (Eds.). *The New Deal and the Triumph of Liberalism*. Boston: University of Massachusetts Press, 2002.
- MONROE, Alan. *American Party Platforms and Public Opinion*. *American Journal of Political Science*. V.27, n.1, p.27-42, Fevereiro de 1983.
- NASH, George H. *Reappraising the Right: The Past and Future of American Conservatism*. Wilmington: ISI Books, 2009.
- _____. *The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945*. Wilmington: ISI Books; Kindle e-book, 2006.

_____. The Conservative Intellectual Movement in America Since 1945. Wilmington: Intercollegiate Studies Institute, 1996.

NISBET, Robert. Quest for Community: A Study in the Ethics of Order and Freedom. Wilmington, Delaware: ISI Books; Kindle e-book, 2010.

NIVOLA, Pietro e BRADY, David. Red and Blue Nation? Washington: Brookings Institution Press, 2006.

NOEL, Hans. The Coalition Merchants: The Ideological Roots of the Civil Rights Realignment. *The Journal of Politics*, vol.74, n.1, p. 156-173, Janeiro 2012a.

_____. Toward a Network's Theory of Political Parties: A Social Network's Analysis of Internal Party Cleavages in Presidential Nominations. American Political Parties: Past, Present and Future Conference. Charlottesville. Setembro de 2012b. Disponível em: <<http://faculty.virginia.edu/jajenkins/Noel.pdf>>. Acesso em 02/02/2014.

NOLL, Mark. Religion and American Politics. New York: Oxford University Press, 1990.

O'HARA, John. A New American Tea Party. New Jersey: Wiley, 2010.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge e ONUKI, Janina. Eleições, Partidos Políticos e Política Externa no Brasil. *Revista Política Hoje*, vol.19 n.1, p.144-185, 2010.

PARTIDO DEMOCRATA. Democratic Party National Platforms. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/>> acesso em 20/08/2012.

PARTIDO REPUBLICANO. Republican Party National Platforms. Disponível em <<http://www.presidency.ucsb.edu/>> acesso em 20/08/2012.

PEELE, Gillian e ABERBACH, Joel (ed.). Crisis of conservatism? The Republican Party, the Conservative Movement, and American Politics After Bush. Oxford: Oxford University Press. 2011.

PEW RESEARCH CENTER, Political Polarization in the American Public. 2014a. Disponível em www.pewresearch.org acesso em 21/01/2015.

_____. Political Polarization in Action. 2014b. Disponível em www.pewresearch.org acesso em 21/01/2015.

PHILIPS-FEIN, Kim. Invisible Hands: The Making of the Conservative Movement from the New Deal to Reagan. New York: W.W. Norton and Company, 2009.

PIERSON, Paul e HACKER, Jacob. Off Center: The Republican Revolution and the Erosion of American Democracy. New Haven: Yale University Press, 2005.

PIERSON, Paul e SKOCPOL, Theda (Eds.). *The Transformation of American Politics: Activist Government and the Rise of Conservatism*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

POCOCK, J.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POLARIZED AMERICA, 2014. Disponível em http://www.polarizedamerica.com/political_polarization.asp Acesso em 05/09/2015.

POMPER, Gerald. "If elected, I promise": American Party Platforms. *Midwest Journal of Political Science*. V. 11, n.3, p.318-352, Agosto 1967.

POOLE, Keith e ROSENTHAL, Howard. A Spatial Model for Legislative Roll Call Analysis. *American Journal of Political Science*, vol. 29, n.2, p.357-384. Maio de 1985.

_____. The Polarization of American Politics. *The Journal of Politics*, v. 46, n.4, p.1061-1079. Novembro, 1984.

POWEL, G. Bingham. *Representation in Context: Election Laws and Ideological Congruence Between Citizens and Government*. Discurso proferido para a APSA, 2012. Disponível em <http://www.apsanet.org/media/PDFs/GovDept/2011%20Powell.pdf> acesso em julho de 2014.

PRIOR, Markus. Media and Political Polarization. *Annual Review of Political Science*. Fevereiro, 2013.

REAGAN, Ronald. Remarks at the Conservative Political Action Conference Dinner. The American Presidency Project. <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=43580> . Acesso em 11/02/2015.

REICHLEY, James. *Faith in Politics*. Washington: Bookings Institution Press, 2002.

ROBIN, Corey. *The Reactionary Mind: Conservatism from Edmund Burke to Sarah Palin*. Oxford: Oxford University Press. 2011.

ROOSEVELT, Franklin D. Inaugural Addresses. The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php> . Acesso em 16/09/2013.

ROSSITER, Clinton. *Conservatism in America: The Thankless Persuasion*. New York: Vintage Books, 1962.

SAGER, Ryan. *The Elephant in the Room*. Hoboken: John Wiley & Sons, Inc., 2006.

- SCHATTSCHEIDER, E.E. Party Government. New York: Rinehart and Company, Inc. 1942.
- SCHLAFLY, Phyllis. A Choice not an Echo. Alton: Pere Marquette Press, 1964.
- SCHLESINGER, Arthur M. A Thousand Days: John F. Kennedy in the White House. New York: First Mariner Books, 2002.
- SCHNEIDER, Gregory L. The Conservative Century: From Reaction to Revolution. Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, Inc., 2009.
- SCHOENWALD, Jonathan. A Time for Choosing: The Rise of the Modern American Conservatism. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. RJ: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHWARTZ, Mildred. The Party Network: The Robust Organization of Illinois Republicans. Madison: The University of Wisconsin Press, 1990.
- SELIGER, Martin. Ideology and Politics. Birkenhead: Wilmer Brothers Lmted. 1976
- SINCLAIR, Barbara. Party Wars. Oklahoma: Oklahoma University Press, 2006.
- SKINNER, Richard; MASKET, Seth e DULIO, David. 527 Committees, Formal Parties, and Party Adaptation. The Forum, n 11(2), p.137-156, 2013.
- _____. 527 Committees and the Political Party Network. American Politics Research, n. 40(1), p.60-84, 2012.
- SKOCPOL, Theda e WILLIAMSON, Vanessa. The Tea Party and the Remaking of Republican Conservatism. New York: Oxford University Press, 2012.
- SLAPIN, Jonathan e PROKSCH, Sven-Oliver. A Scaling Model for Estimating Time-Series Party Positions from Texts. American Journal of Political Science, v. 52, n.3, p.705-722, julho 2008.
- SOFFER, Reba. History, Historians and the Conservatism in Britain and America. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- SPALDING, Elizabeth E. The First Cold Warriors. Lexington: The University Press of Kentucky, 2006.
- STONECASH, Jeffrey M. (ed.) New Directions in American Political Parties. New York: Routledge, 2010.
- THE FEDERALIST PAPERS. N. 9 e N.10. 1787 e 1788. Disponível em <http://en.wikisource.org/wiki/The_Federalist> Acesso em 13 de setembro de 2013.
- THOMPSON, Michael. Confronting the New Conservatism: The rise of the right in America. New York: New York University Press, 2007.

TRUMAN, David. *The Governmental Process: Political Interests and Public Opinion*. New York: Alfred A. Knopf, 1968.

TRUMAN, Harry S. *Inaugural Addresses*. The American Presidency Project. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/inaugurals.php> . Acesso em 16/09/2013.

WATTENBERG, Martin. *The Decline of American Political Parties*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

WEAVER, Richard. *Las Ideas Tienen Consecuencias*. Madrid: Ciudadelalibros; Kindle e-book, 2008.

WEINBERG, Martha Wagner. *Writing the Republican Platform*. *Political Science Quarterly*, v. 92, n.4, p.655-662, inverno 1977-1978.

WILCOX, Clyde *God's Warriors*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992.

WOLFE, Alan. *One Nation After All*. London: Penguin Books, 1998.

WYNN, Neil. *Historical Dictionary of the Roosevelt-Truman Era*. Toronto: The Searecrow Press, 2008.

ZUNZ, Olivier. *Genèse du Pluralisme Américaine*. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. N.2, p.429-444. 1987.

ANEXOS

Anexo 1: Tabela de contabilização dos indicadores 1 e 2 – PR e PD

Política Econômica – Partido Democrata (Indicador 1)

	11	12	13	14	15	16	17	18	19	110	111	112	113	114	115
1936	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	0	-1	-1	-1	-1	-1
1940	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	0	0	-1	-1	-1	-1	-1
1944	-1	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	-1	-1
1948	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	0	0	0	-1	-1	-1	0	-1
1952	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1
1956	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	0	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1
1960	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1
1964	-1	-1	1	1	-1	-1	-1	0	-1	0	-1	0	-1	-1	1
1968	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1
1972	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1
1976	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1
1980	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1
1984	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	0	-1	0	-1	-1	0
1988	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	0	0	0	0	0	-1	-1	-1
1992	1	1	1	-1	-1	0	0	0	-1	0	0	0	1	-1	1
1996	1	1	1	1	-1	-1	0	0	0	0	0	0	1	1	1
2000	1	1	1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	0	0	1	1	0
2004	1	1	1	-1	-1	-1	0	1	-1	0	0	0	1	1	0
2008	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1
2012	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1

Política Econômica – Partido Republicano (Indicador 1)

	11	12	13	14	15	16	17	18	19	110	111	112	113	114	115
1936	1	1	1	1	-1	1	0	1	0	0	-1	1	1	1	-1
1940	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	-1	1	1	1	1
1944	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	-1	1	1	1	1
1948	-1	0	1	1	-1	0	0	0	0	0	-1	-1	-1	0	-1
1952	1	1	1	1	-1	0	0	0	0	0	-1	1	1	0	1
1956	1	1	-1	-1	1	-1	0	-1	-1	1	-1	1	1	1	1
1960	1	1	1	0	1	-1	-1	-1	-1	0	0	1	1	1	-1
1964	1	1	1	1	1	0	0	-1	0	0	-1	1	1	1	1
1968	1	1	1	1	1	-1	0	1	0	1	0	1	1	1	1
1972	1	1	1	1	1	0	-1	1	-1	-1	-1	0	1	-1	1
1976	1	1	1	1	1	0	0	1	1	-1	1	1	1	1	1
1980	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1
1984	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1
1988	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1
1992	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1
1996	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1
2000	1	1	1	1	1	0	0	0	-1	-1	0	1	1	1	1
2004	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1
2008	1	1	1	1	1	0	0	-1	1	0	0	1	1	1	1
2012	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	1

Welfare – Partido Democrata (Indicador 1)

	21	22	23	24	25	26	27	28	29	210	211	212	213	214	215	216
1936	-1	-1	-1	-1	-1			0	0	0	-1					
1940	-1	-1	-1	-1	-1			0	0	0	-1					
1944	-1	-1	-1	0	-1			-1	0	0	-1					
1948	-1	-1	-1	-1	-1			-1	0	0	-1					
1952	-1	-1	-1	0	-1			-1	0	-1	-1					
1956	-1	-1	-1	-1	-1			-1	0	-1	-1	-1	-1			
1960	-1	-1	-1	-1	-1			-1	-1	-1	-1	-1	-1			
1964	-1	-1	-1	-1	-1			-1	-1	-1	0	-1	-1			
1968	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1		-1	
1972	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	0		-1	
1976	-1	-1	-1	-1	-1	0	0	-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1	
1980	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1		-1	
1984	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1	0		-1	-1
1988	-1	-1	-1	0	-1	-1	0	-1	-1	0	0	-1	0	-1	-1	-1
1992	-1	-1	-1	-1	0	0	0	-1	-1	0	0	-1	0	-1	-1	0
1996	1	1	1	1	-1	-1	-1	-1	0	0	-1	-1	0	-1	1	0
2000	-1	1	-1	1	1	-1	-1	-1	1	0	0	-1	0	-1	1	0
2004	1	1	1	0	-1	-1	-1	-1	1	0	0	-1	0	-1	0	0
2008	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	0	-1	-1	0	-1	0	-1
2012	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	0	-1	-1	-1

1940	1											-1	0		
1944	-1											-1	0		
1948	-1			-1								-1	0		
1952	-1			-1								-1	0		-1
1956	-1			-1								-1	0		-1
1960	-1			-1								-1	0		0
1964	-1			-1								-1	1		1
1968	0			-1		-1						-1	0	-1	0
1972	-1			0		-1						-1	-1	-1	-1
1976	-1	-1		-1		-1						-1	-1	-1	-1
1980	-1	-1		-1		-1						-1	-1	-1	-1
1984	-1	0	-1	0		0						-1	-1	0	-1
1988	-1	-1	-1	-1		-1						0	-1	0	-1
1992	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1					-1	-1	-1	-1
1996	-1	-1	-1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	-1	0
2000	-1	-1	-1	-1	1	1	0	1	0	-1	-1	-1	0	-1	-1
2004	1	-1	-1	-1	-1	1	0	0	1	1	-1	-1	-1	1	0
2008	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1	-1	-1	-1	-1
2012	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	0	0	-1	-1	-1	-1	-1	-1

Questões Sociais – Partido Republicano (Indicador 1)

	31	32	33	34	35	36	37	38	39	310	311	312	313	314
1936	-1											-1		0
1940	-1			1								-1		0
1944	-1			0								-1		0
1948	-1			0								-1		0
1952	-1			0							-1	-1		0

1972	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1
1976	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
1980	1	1	1	1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	1
1984	1	-1	1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1
1988	1	1	1	-1	-1	-1	0	0	0	0	-1	-1
1992	1	1	1	0	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	0
1996	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
2000	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
2004	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
2008	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
2012	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1

Política Externa – Partido Republicano (Indicador 1)

	41	42	43	44	45	46	47	48	49	410	411
1936	1	1	-1	0		1			1	0	
1940	1	1	0	1		1			0	0	
1944	-1	-1	-1	-1		-1	-1		-1	-1	
1948	-1	-1	-1	-1		-1	-1		-1	-1	
1952	1	1	1	1	1	1	-1		0	0	1
1956	1	1	-1	1	-1	-1	-1	1	0	-1	1
1960	1	1	1	1	-1	-1	-1	0	0	-1	1
1964	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1
1968	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	1	1
1972	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	-1	0	-1	-1
1976	1	1	1	1	1	-1	1	1	0	1	1
1980	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1
1984	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1

1988	1	1	1	1	1	1	0	1	0	-1	1
1992	1	1	1	1	-1	0	0	-1	0	0	1
1996	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-1	1
2000	1	1	1	-1	-1	1	1	-1	1	-1	-1
2004	-1	-1	-1	1	0	1	1	-1	1	-1	-1
2008	-1	-1	-1	1	-1	1	1	1	1	1	-1
2012	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Economía – Partido Demócrata (Indicador 2)

	111	112	113	114	115	116
1936	-3	-3	-2	-2	-2	0
1940	-3	-3	0	-1	-3	0
1944	-3	-3	0	-1	0	0
1948	-3	-3	-1	-1	-2	0
1952	-3	-3	-1	-1	-1	-1
1956	-3	-3	-3	-1	-2	-2
1960	-3	-3	0	-1	-3	-3
1964	-3	-3	1	1	-3	-1
1968	-3	-3	-3	-1	-3	-1
1972	-3	-3	-1	-1	-2	-3
1976	-3	-3	-2	0	-3	-3
1980	-3	-3	-1	-3	-3	-3
1984	-3	-3	-2	-3	-1	-3
1988	-3	-3	-2	-2	-1	0
1992	2	1	-1	2	-1	-1
1996	1	1	1	2	-1	0
2000	2	1	-1	2	-2	-3
2004	1	1	-1	2	-2	-3

2008	-3	-3	-3	-2	-3	-3
2012	-3	-3	-2	-2	-3	-3

Economía – Partido Republicano (Indicador 2)

	2111	2112	2113	2114	2115	2116
1936	2	1	1	1	-1	0
1940	2	2	1	1	1	0
1944	2	2	1	1	0	0
1948	-1	0	1	1	-1	0
1952	2	2	1	1	-1	0
1956	1	1	-1	-1	1	-1
1960	1	1	0	1	1	-1
1964	1	2	1	1	1	0
1968	2	1	1	2	1	1
1972	1	1	1	1	1	-2
1976	2	2	1	1	1	-1
1980	2	2	2	2	1	2
1984	3	3	3	3	1	3
1988	3	2	1	3	1	2
1992	3	3	1	3	1	2
1996	3	3	3	3	1	0
2000	3	3	3	3	1	-1
2004	3	3	1	3	1	2
2008	3	3	3	3	3	2
2012	3	3	3	3	3	3

Welfare – Partido Democrata (Indicador 2)

	121	122	123	124	125	126
1936	-3	-3		-3		
1940	-3	-3		-3		
1944	-3	-2		-1		
1948	-3	-2		-3		
1952	-3	-3		-3		
1956	-3	-3	-1	-3		
1960	-3	-3	-1	-3		
1964	-3	-3	-1	-1		
1968	-3	-3	-1	-1	-1	-1
1972	-3	-3	-2	-1	-3	-3
1976	-3	-3	-2	-2	0	0
1980	-3	-3	-3	-3	-3	-3
1984	-3	-3	-3	-2	-2	0
1988	-3	-3	-3	-2	-2	0
1992	-1	-1	-1	0	0	0
1996	1	1	-1	-2	-3	-3
2000	-1	-1	-1	2	-1	-1
2004	1	1	-1	-2	-1	-1
2008	-3	-3	-3	-3	-3	0
2012	-3	-3	-3	-2	-3	-3

Welfare - Partido Republicano (Indicador 2)

	2121	2122	2123	2124	2125	2126
1936	3	2				
1940	2	1		-1		
1944	-1	-1		-1		
1948	-2	-2		0		
1952	3	2		1		
1956	-2	-2	-1	-1		
1960	2	2	-1	-1		
1964	3	3	0	-1		
1968	3	1	-1	-3		
1972	1	1	1	-3	-3	-1
1976	3	3	1	-1	-1	0
1980	3	3	2	1	1	2
1984	3	3	1	1	2	2
1988	3	3	1	-1	2	2
1992	3	3	2	-1	0	0
1996	3	3	1	-1	-3	3
2000	3	3	1	2	2	0
2004	2	1	-2	2	-1	1
2008	3	3	1	2	2	2
2012	3	3	2	1	2	3

Questões Sociais - Partido Democrata (Indicador 2)

	131	132	133	134	135	136	137
1936							

1940	-2		1					
1944	-3		-3					
1948	-3	-2	-3					
1952	-3	-2	-3					
1956	-3	-2	-3					
1960	-3	-2	-3					
1964	-3	-2	-3					
1968	-3	-2	0					
1972	-3	0	-3					
1976	-3	-3	-3		-1			
1980	-3	-3	-3		-1			
1984	-3	0	-3	-1	0			
1988	0	-2	-3	-1	-3			
1992	-3	-2	-3	-1	-3	-1		
1996	0	3	-3	-1	-3	3	2	
2000	-1	-3	-3	-1	-3	0	-1	
2004	-1	-2	1	-1	-3	0	1	
2008	-3	-3	-3	-3	-3	-1	-1	
2012	-3	-3	-3	-3	-3	-1	-1	

Questões Sociais - Partido Republicano (Indicador 2)

	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137
1936			-1				
1940		3	-3				
1944		0	-3				
1948		0	-3				
1952	-3	0	-3				

1956	-3	-1	-3				
1960	-3	-2	-3				
1964	-1	-2	0				-1
1968	0	-2	0				0
1972	2	-1	-3		1		-1
1976	2	3	-3		1		0
1980	1	1	1		3		0
1984	1	2	1		3	2	1
1988	0	2	1		3	3	2
1992	0	2	0	2	3	3	2
1996	0	3	1	3	3	3	2
2000	0	3	0	3	3	3	3
2004	0	2	0	3	3	3	2
2008	0	3	0	3	3	3	3
2012	0	3	0	3	3	3	3

Política Externa - Partido Democrata (Indicador 2)

	2221	2222	2223	2224	2225
1936	-1	-1			0
1940	1	2			-1
1944	-3	-3			0
1948	-3	-3		-1	-2
1952	1	1	1	-2	-3
1956	1	1	1	-2	-3
1960	1	-1	-1	-2	-3
1964	1	3	3	-2	-1
1968	-3	-2	-2	-2	-2
1972	-3	-3	-3	-2	-2

1976	-3	-3	-3	-2	-3
1980	1	2	2	-2	-2
1984	1	-1	-3	-2	-2
1988	1	1	-3	-2	-2
1992	1	1	0	-2	-3
1996	-2	-2	-1	-2	-3
2000	-2	-3	-3	-2	-2
2004	-3	-3	-3	-2	-2
2008	-3	-3	-3	-2	-2
2012	-3	-3	-3	-2	-2

Política Externa - Partido Republicano (Indicador 2)

	2221	2222	2223	2224	2225
1936	1	0			
1940	1	2			
1944	-3	-2			-3
1948	-3	-2			2
1952	1	2	2	2	0
1956	1	1	1	-1	-2
1960	1	2	2	-2	-3
1964	2	2	2	3	1
1968	-3	-2	1	-1	2
1972	-2	-3	-3	-2	-1
1976	1	2	2	3	1
1980	1	3	2	3	2
1984	3	3	2	2	3
1988	1	2	2	1	-1
1992	1	1	1	-1	0

1996	1	3	2	2	-1
2000	1	1	-1	-2	-2
2004	-1	1	-1	0	-1
2008	-1	1	-1	-2	2
2012	3	3	2	3	3

**Anexo 2: Quadro de frequência de palavras no âmbito religioso, moral e liberal –
PR e PD**

Quadro A: Partido Democrata

PD	Aspectos religiosos	Aspectos morais	Aspectos liberais
1936	3 (0,12%)	3 (0,12%)	3 (0,12%)
1940	16 (0,34%)	3 (0,06%)	9 (0,19%)
1944	4 (0,29%)	0 (0%)	6 (0,43%)
1948	5 (0,11%)	2 (0,04%)	10 (0,23%)
1952	13 (0,14%)	6 (0,06%)	17 (0,19%)
1956	9 (0,07%)	14 (0,1%)	15 (0,11%)
1960	13 (0,08%)	17 (0,1%)	19 (0,11%)
1964	6 (0,02%)	5 (0,02%)	37 (0,18%)
1968	1 (0,005%)	2 (0,01%)	42 (0,25%)
1972	12 (0,04%)	21 (0,08%)	56 (0,21%)
1976	7 (0,03%)	13 (0,06%)	43 (0,2%)
			51
1980	11 (0,02%)	33 (0,08%0	(0,013%)
1984	11 (0,02%)	20 (0,05%)	59 (0,15%)
1988	1 (0,02%)	4 (0,08%)	8 (0,16%)
1992	9 (0,1%)	14 (0,16%)	16 (0,18%)
1996	19 (0,1%)	29 (0,16%)	8 (0,04%)
2000	21 (0,08%)	43 (0,17%)	26 (0,1%)
2004	28 (0,15%)	28 (0,15%)	27 (0,15%)
2008	21 (0,08%)	24 (0,09%)	46 (0,17%)
2012	23 (0,08%)	31 (0,11%)	38 (0,14%)

Quadro B: Partido Republicano

PR	Aspectos religiosos	Aspectos morais	Aspectos liberais
1936	4 (0,13%)	5 (0,16%)	6 (0,19%)
1940	3 (0,09%)	2 (0,06%)	5 (0,15%)
1944	5 (0,11%)	5 (0,11%)	9 (0,21%)
1948	5 (0,18%)	1 (0,03%)	8 (0,29%)
1952	13 (0,21%)	8 (0,13%)	8 (0,13%)
1956	9 (0,07%)	6 (0,05%)	14 (0,12%)
1960	10 (0,09%)	5 (0,04%)	18 (0,16%)
1964	18 (0,20%)	8 (0,09%)	13 (0,14%)
1968	5 (0,04%)	5 (0,04%)	14 (0,13%)
1972	8 (0,03%)	14 (0,05%)	38 (0,15%)
1976	6 (0,02%)	19 (0,09%)	19 (0,09%)
1980	12 (0,03%)	35 (0,1%)	42 (0,12%)
1984	26 (0,09%)	36 (0,13%)	41 (0,14%)
1988	32 (0,08%)	52 (0,14%)	35 (0,09%)
1992	27 (0,09%)	56 (0,19%)	18 (0,06%)
1996	27 (0,09%)	39 (0,14%)	17 (0,06%)

2000	42 (0,12%)	42 (0,12%)	19 (0,05%)
2004	49 (0,11%)	49 (0,11%)	24 (0,05%)
2008	47 (0,19%)	34 (0,14%)	11 (0,04%)
2012	79 (0,25%)	47 (0,15%)	19 (0,06%)